

Discurso

E mudança social

Esta obra é uma introdução ao discurso como praticada nas ma

hoje em dia, desde a lingüística e a sociolingüística até os estudos culturais e sociológicos. O autor demonstra como a preocupação com a análise do discurso pode ser combinada em um caminho sistemático e frutífero, com interesse em grandes problemas da análise social e da mudança social.

O autor provê um *review* crítico e conciso dos métodos e dos resultados da análise do discurso. Ele discute o trabalho descritivo da lingüística e a análise da conversação.

Esta é uma obra que se tornará inestimável como introdução aos debates correntes concernentes ao discurso, ao poder e à ideologia, assim como um guia prático para a análise de textos.



Código EDU: 049565

ISBN 85-230-0614-1



BC
F50

DISCURSO

E mudança social

Norman Fair

801:316.42
F165d
FAI

BC
ag

204507

Norman Fairclough

EDITORA
UnB

Discurso

E mudança social

Sérgio dedicava o raro tempo em processo visível...
ora ele negasse - sem muita dor da Pensilvânia...
Em 1966, quando fundei o conço e Bartolome...
Música Popular Brasileira do M1927, em outro...
lo: "Mas quem foi que disse q como por se...
ndeu, sarcástico, a meu conviessachusetts...
nar: "Superior ele seria se o Promunidade...
o Donga estivessem no lugarbelecer...
do, inclusive o locutor que vder, com...
reecita ao Museu da Imagem a Yor...
e me enterneceu. E, ao chegat e...
nichus de Moraes, também cois...
Lo, ou época), nas me a insatisf...
Sérgio apareceria ai, embora...
Sérgio levant...
Mas como convidar um garoto...
e de 60, 70 e 80 na fila e que pod...
mento?" Busquei todos os argum...
sicas geniais, o letrista original...
o econômico d...
solução. No...
o econômica...
o definido...
recusa a usar...
a expressã...
ser um...
cial para se...
todo o mundo...
a responsabi...
por três motivos...
de duas tena...
social cada vez...
cada vez maior de...
segundo lu...
e de tal ra...
erçea, rapaz gover...
sua, o romi...
ave

Discurso

E mudança social

Norman Fairclough é
conferencista da
Lancaster University

22.34

Discurso e mudança social

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Diretor
Alexandre Lima

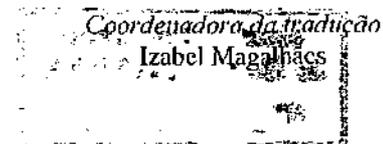
CONSELHO EDITORIAL

Airton Lugarinho de Lima Camara,
Alexandre Lima, Elizabeth Cancelli, Estevão Chaves de
Rezende Martins, Henryk Siewierski, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo
Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher



Norman Fairclough

Discurso e mudança social



Revisão técnica e prefácio à edição brasileira
Izabel Magalhães



Equipe editorial: Airton Lugarinho (Supervisão editorial); Rejane de Meneses (Acompanhamento editorial); Izabel Magalhães, André R. N. Martins, Carla Rosane Zório, Célia M. L. Mota, Janaína Saraiva de Aquino, Josênia Vicira, Maria Christina Diniz Leal, Sandra da Rocha M. de Oliveira (Equipe de tradução); Gilvam Joaquim Cosmo e Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli (Preparação de originais, revisão e índice); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); Wagner Soares (Capa).

Título original: *Discourse and social change*

Copyright © 1992 by Norman Fairclough

Copyright © 2001 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

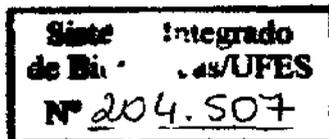
SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2º andar

70300-500 – Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

F165 Fairclough, Norman
Discurso e mudança social / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
316 p.
Tradução de : Discourse and social change.
ISBN 85-230-0614-1

1. Sociolinguística. 2. Análise do discurso. 3. Mudança social. I. Magalhães, Izabel. II. Título.

CDU 801
801:301

Para minha mãe, e em memória de meu pai.

Sumário

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA, 11

AGRADECIMENTOS, 15

PREFÁCIO, 17

INTRODUÇÃO, 19

CAPÍTULO 1

ABORDAGENS DA ANÁLISE DE DISCURSO, 31

Sinclair e Coulthard, 32

Análise da conversação, 36

Labov e Fanshel, 40

Potter e Wetherell, 44

× **Linguística crítica, 46**

Pêcheux, 51

Conclusão, 57

CAPÍTULO 2

MICHEL FOUCAULT E A ANÁLISE DE DISCURSO, 61

Os trabalhos arqueológicos de Foucault, 64

A formação dos objetos, 65

→ A formação de modalidades enunciativas, 68

→ A formação de conceitos, 70

→ A formação de estratégias, 73

Da arqueologia à genealogia, 74

Foucault e a análise de discurso textualmente orientada, 81

CAPÍTULO 3

TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, 89

Discurso, 89

Discurso como texto, 101

Prática discursiva, 106

Discurso como prática social: ideologia e hegemonia, 116

Mudança discursiva, 126

Conclusão, 130

CAPÍTULO 4

INTERTEXTUALIDADE, 133

Exemplo 1: Reportagem de jornal, 138

Exemplo 2: Um guia para os portadores de cartão do banco Barclay, 148

Intertextualidade manifesta, 152

Intertextualidade e transformações, 166

Intertextualidade, coerência e sujeitos, 170

CAPÍTULO 5

ANÁLISE TEXTUAL: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DO 'EU', 175

Exemplo 1: Entrevista médica 'padrão', 176

Exemplo 2: Entrevista médica alternativa, 183

Exemplo 3: Narrativa conversacional, 189

Características de controle interacional, 192

Tomada de turno, 192

Estruturas de troca, 193

Controle de tópicos, 195

Determinação e policiamento de agendas, 196

Formulação, 198

Modalidade, 199

Polidez, 203

Ethos, 207

Conclusão, 209

CAPÍTULO 6

ANÁLISE TEXTUAL: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL, 211

Conectivos e argumentação, 212

Transitividade e tema, 221

Significado das palavras, 230

Criação de palavras, 236

Metáfora, 241

Conclusão, 245

CAPÍTULO 7

DISCURSO E MUDANÇA SOCIAL NAS SOCIEDADES**CONTEMPORÂNEAS, 247**

Democratização, 248

Comodificação, 255

Tecnologização, 264

Produzindo sentido das tendências, 268

Conclusão: modelos relevantes de discurso, 272

CAPÍTULO 8

A PRÁTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO, 275

Os dados, 276

Análise, 282

Resultados, 291

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 295**ÍNDICE, 307**

Prefácio à edição brasileira

Conheci Norman Fairclough na Universidade de Lancaster, Grã-Bretanha, em 1975. Em 1988, ele visitou a Universidade de Brasília a meu convite, para ministrar o curso Linguagem, Poder e Ideologia. Durante a visita, discutimos a idéia de um convênio de pesquisa internacional entre a Universidade de Brasília e a Universidade de Lancaster. O convênio recebeu apoio do Conselho Britânico e da Capes, em 1991. Fairclough visitou a Universidade de Brasília novamente em 1994 e em 1998. A tradução desta obra é produto do convênio e uma realização do Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia da Universidade de Brasília.

O trabalho de Fairclough é conhecido no mundo inteiro, representando uma significativa contribuição da lingüística britânica do final do século XX, que tem influenciado um grande número de pesquisadores, tanto estudiosos da linguagem como de disciplinas afins. A Teoria Social do Discurso, que o autor apresenta no Capítulo 3, tem em comum com a Escola Francesa de Análise de Discurso a dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social. Entretanto, a teoria de Fairclough é inovadora quando propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social.

Isso é possível na teoria de Fairclough porque ela é dialética na medida em que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da estrutura social:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções e também as relações, as identidades e as instituições que lhe são subjacentes (cf. Capítulo 3).

Além disso, a teoria de Fairclough resgata o conceito de 'interdiscurso', do teórico da análise de discurso francesa Michel Pêcheux. Fairclough discute a configuração de práticas discursivas e a relação entre elas, em termos da 'ordem de discurso' (um conceito formulado inicialmente por Michel Foucault), que tanto pode favorecer a reprodução do sujeito social como a sua transformação. A mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas. Ela pode estender seus efeitos sobre os sujeitos e suas identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Num mundo de grandes transformações como o nosso, essa é, sem sombra de dúvida, uma questão central.

E é aí que se encontra a principal contribuição de Fairclough para os leitores brasileiros: até que ponto as transformações propostas nos textos orais e escritos são favoráveis aos cidadãos? Para responder a essa questão, é preciso ter uma visão crítica sobre o papel da linguagem na organização e na manutenção da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Tais blocos incluem não apenas a classe social – como na visão de Louis Althusser e Michel Pêcheux –, mas também a etnia, o gênero social e mesmo a linguagem escrita, que, no senso comum ideológico, separa os indivíduos em letrados e analfabetos, valorizando os primeiros. A manutenção desses blocos exige, em muitos casos, o apelo à mudança, a modernização superficial e a rearticulação das práticas sociais conservadoras. Num país em que a população é com frequência alvo de manipulação por parte de grupos de poder, conhecer o trabalho de Fairclough é uma necessidade.

Cabe esclarecer, porém, que o autor não propõe soluções fáceis, principalmente porque o caminho da crítica exige leitura, reflexão e desenvolvimento de uma consciência sobre direitos e deveres, que pode demandar profundas transformações na identidade do 'eu' e do 'outro' e ainda na identidade nacional. Nesse sentido, a transformação das práticas sociais passa por uma transformação das práticas lingüísticas nos mais diversos domínios.

Na tradução, optou-se pelo uso do masculino e do feminino (por exemplo, 'ele(a)') em situações em que se usa normalmente o

masculino genérico em português, como em 'ciências do homem'. Essa decisão segue um uso já consolidado no inglês, fruto da tendência de 'democratização do discurso' que o autor discute no Capítulo 7 desta obra. Adotaram-se o masculino e o feminino, em substituição ao feminino genérico usado pelo autor, buscando facilitar a leitura, sem prejudicar a dimensão crítica da obra.

Izabel Magalhães

Agradecimentos

O artigo de jornal à página 139 foi reproduzido com permissão do *The Sun*. Agradeço à Editora da Universidade de Cambridge e ao doutor S. Levinson a permissão para usar a figura à página 204, à Universidade de Lancaster por ter permitido a reprodução do texto às páginas 261-262 e à "MGN Limited", que autorizou a reprodução do artigo à página 145.

Prefácio

A idéia de escrever este livro surgiu nas discussões com um grupo de colegas da Universidade de Lancaster sobre a análise de discurso como um método na pesquisa social, particularmente com os sociólogos Paul Bagguley, Scott Lash, Celia Lury e Mick Dillon, do Departamento de Política, e Susan Condor, do Departamento de Psicologia. Também foram benéficos o apoio e o entusiasmo de colegas e alunos de Lingüística, principalmente Romy Clark, Roz Ivanic, Hilary Janks, Stef Slembrouk, e Mary Talbot. Mary Talbot também forneceu o exemplo de narrativa conversacional do Capítulo 5. Agradeço a Gunther Kress e John Thompson por terem lido e comentado uma versão anterior do livro. Finalmente, tive muito apoio e paciência de Vomy, Simon e Matthew durante o processo de produção do livro.

Introdução*

Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso lingüístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise lingüística como um método para estudar a mudança social. Mas ainda não existe um método de análise lingüística que seja tanto teoricamente adequado como viável na prática. Meu objetivo principal neste livro é, portanto, desenvolver uma abordagem de análise lingüística que possa contribuir para preencher essa lacuna — uma abordagem que será útil particularmente para investigar a mudança na linguagem e que será útil em estudos de mudança social e cultural.

Para atingir isso, é necessário reunir métodos para analisar a linguagem desenvolvidos na lingüística e nos estudos de linguagem com o pensamento social e político relevante, para desenvolver uma teoria social da linguagem adequada. Entre os primeiros, incluo trabalhos em vários ramos da lingüística (vocabulário, semântica, gramática), na pragmática e, acima de tudo, na 'análise de discurso', que foram desenvolvidos nos últimos anos principalmente por lingüistas (os vários sentidos de 'discurso' e 'análise de discurso' são discutidos resumidamente); e incluo entre os últimos os trabalhos de Antonio Gramsci, Louis Althusser, Michel Foucault, Jürgen Habermas e Anthony Giddens (veja referências). Tal síntese há muito deveria ter sido feita, mas há vários fatores que têm dificultado sua realização satisfatória até o momento. Um é o isolamento dos estudos lingüísticos de outras ciências sociais e ainda a dominação da lingüística por paradigmas formalistas e

* Tradução de Izabel Magalhães.

cognitivos. Dois outros fatores são a falta de interesse pela linguagem por parte de outras ciências sociais e uma tendência de considerar a linguagem transparente: enquanto dados lingüísticos, como entrevistas, são amplamente usados, há uma tendência em acreditar que o conteúdo social de tais dados pode ser lido sem atenção à própria linguagem. Tais posições e atitudes estão mudando agora. Os limites entre as ciências sociais estão enfraquecendo, e uma maior diversidade de teoria e prática vem se desenvolvendo nas disciplinas. Tais mudanças têm-se feito acompanhar por uma 'virada lingüística' na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais.

As tentativas anteriores de síntese entre os estudos lingüísticos e a teoria social tiveram, dessa forma, sucesso limitado. Por exemplo, um grupo de lingüistas na Grã-Bretanha, na década de 1970, desenvolveu uma 'lingüística crítica' ao combinar as teorias e os métodos de análise textual da 'lingüística sistêmica' (Halliday, 1978) com teorias de ideologia. Algum tempo antes, na França, Michel Pêcheux e seus colegas começaram a desenvolver uma abordagem à análise de discurso que se baseou especialmente no trabalho do lingüista Zellig Harris e na reelaboração de uma teoria marxista de ideologia feita por Althusser. Ambas as tentativas apresentam um desequilíbrio entre os elementos sociais e os lingüísticos da síntese, embora tenham pontos negativos e positivos complementares: nos primeiros, a análise lingüística e o tratamento de textos lingüísticos estão bem desenvolvidos, mas há pouca teoria social, e os conceitos de 'ideologia' e 'poder' são usados com pouca discussão ou explicação, enquanto no trabalho de Pêcheux a teoria social é mais sofisticada, mas a análise lingüística é tratada em termos semânticos muito estreitos. Além do mais, ambas as tentativas estão baseadas em uma visão estática das relações de poder, com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos lingüísticos na reprodução das relações de poder existentes. Prestou-se pouca atenção à luta e à transformação nas relações de poder e ao papel da linguagem aí. Conferiu-se ênfase semelhante à descrição dos textos como produtos acabados e deu-se pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual, ou às tensões que caracterizam tais proces-

sos. Como conseqüência, essas tentativas de síntese não são adequadas para investigar a linguagem dinamicamente, em processos de mudança social e cultural (ver Capítulo 1, para uma discussão mais detalhada dessas abordagens e referência a tentativas mais recentes de aprimorá-las e desenvolvê-las).

A síntese que tentarei realizar neste livro estará centrada, como a de Pêcheux, na 'análise de discurso' e no conceito de 'discurso'. Discurso é um conceito difícil, principalmente porque há tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares (ver van Dijk, 1985; McDonnell, 1986, sobre algumas dessas definições). Na lingüística, 'discurso' é usado algumas vezes com referência a amostras ampliadas de diálogo falado, em contraste com 'textos' escritos. Nesse sentido, 'análise textual' e 'análise de discurso' não partilham a limitação tradicional da análise lingüística a frases ou a unidades gramaticais menores; ao contrário, focalizam as propriedades organizacionais de nível superior do diálogo (por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamentos conversacionais) ou de textos escritos (por exemplo, a estrutura de uma reportagem de crime em um jornal). Mais comumente, entretanto, 'discurso' é usado na lingüística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Além de preservar a ênfase em aspectos organizacionais de nível superior, esse sentido de 'discurso' enfatiza a interação entre falante e receptor(a) ou entre escritor(a) e leitor(a); portanto, entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso lingüístico. 'Texto' é considerado aqui como uma dimensão do discurso: o 'produto' escrito ou falado do processo de produção textual. (Sobre essa concepção de discurso como 'texto e interação', ver Widdowson, 1979.) Finalmente, 'discurso' também é usado em relação a diferentes tipos de linguagem usada em diferentes tipos de situação social (por exemplo, 'discurso de jornal', 'discurso publicitário', 'discurso de sala de aula', 'discurso de consultas médicas').

Por outro lado, 'discurso' é amplamente usado na teoria e na análise social, como, por exemplo, no trabalho de Michel Foucault, com referência aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social. Dessa forma, o discurso da

'ciência médica' é atualmente o dominante na prática de assistência médica, embora contraste com vários discursos holísticos 'alternativos' (por exemplo, os da homeopatia e os da acupuntura), como também com os discursos populares 'folclóricos'. Nesse sentido, os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens visuais (ver Thompson, 1990). Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a 'doença mental', a 'cidadania' ou o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. Um exemplo contemporâneo é a construção social da doença Aids, em que vários discursos (como os discursos da venereologia, da 'invasão' cultural por 'estrangeiros', da poluição) são combinados para constituir um novo discurso, o da Aids. Esse sentido mais socioteórico de discurso será discutido adiante no Capítulo 2.

Minha tentativa de reunir a análise lingüística e a teoria social está centrada numa combinação desse sentido mais socioteórico de 'discurso' com o sentido de 'texto e interação' na análise de discurso orientada lingüisticamente. Esse conceito de discurso e análise de discurso é tridimensional. Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise lingüística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação', na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente.

Acrescentaria que 'texto' é usado neste livro em um sentido que é bastante familiar na lingüística, mas não alhures, para referir a qualquer produto escrito ou falado, de tal maneira que a transcrição de uma entrevista ou conversa, por exemplo, seria denominada um 'texto'. A ênfase neste livro é sobre a linguagem e, portanto, textos lingüísticos, mas é muito apropriado estender a noção de discurso a outras formas simbólicas, tais como imagens visuais e textos que são combinações de palavras e imagens – por exemplo, na publicidade (ver Hodge e Kress, 1988). Usarei o termo 'discurso' sem um artigo para referir ao uso lingüístico considerado do modo tridimensional citado anteriormente (por exemplo, "a posição dos sujeitos sociais é realizada no discurso"), e referir-me-ei a 'tipos de discurso' aos quais as pessoas recorrem quando se envolvem no discurso, significando convenções como gêneros de discurso e estilos. No Capítulo 4, também começarei a usar o termo 'discurso' com um artigo ('um discurso', 'os discursos', 'o discurso da biologia') no sentido socioteórico para uma classe particular de tipos de discurso ou convenções. Também referir-me-ei às 'práticas discursivas' de instituições, organizações ou sociedades particulares (em contraste com 'prática discursiva' como uma dimensão analiticamente distinta do discurso).

A justificativa para o conceito multidimensional de discurso e para a análise de discurso delineada anteriormente é apresentada nos capítulos de 1 a 3. O Capítulo 1 é um estudo de abordagens da análise de discurso que são orientadas lingüisticamente, isto é, elas focalizam os textos e a análise textual. Argumentarei que essas abordagens dão atenção insuficiente a aspectos sociais importantes do discurso, para os quais é preciso recorrer à teoria social. No Capítulo 2, comento tais perspectivas sociais do discurso no trabalho de Michel Foucault, um teórico social que tem sido uma influência de destaque no desenvolvimento da análise de discurso como forma de análise social. No Capítulo 2, argumento ainda que a maior atenção aos textos e à análise lingüística aumentaria o valor da análise de discurso como método na pesquisa social. Em seguida, no Capítulo 3, apresento minha abordagem multidimensional como síntese das concepções de discurso com orientação social e lingüística, avançando para o que denomino 'teoria social do

discurso'. Essa abordagem é elaborada e aplicada a várias espécies de discurso em capítulos posteriores do livro.

Sugeri no início desta Introdução que as mudanças no uso lingüístico são uma parte importante de mudanças sociais e culturais mais amplas. Isso ocorre cada vez mais; entretanto, a afirmação precisa de mais explicação e justificativa. As afirmações sobre a importância social da linguagem não são novas. A teoria social em décadas recentes atribui à linguagem um lugar mais central na vida social (ver Thompson, 1984). Primeiro, na teoria marxista, Gramsci (1971) e Althusser (1971) enfatizam o significado da ideologia na reprodução social moderna, e outros como Pêcheux (1982) identificam o discurso como a forma material lingüística preeminente da ideologia (ver, no Capítulo 1, o item "Pêcheux"; entendo por 'reprodução' os mecanismos por meio dos quais as sociedades mantêm suas estruturas sociais e relações sociais ao longo do tempo). Segundo, Foucault (1979) ressalta a importância das tecnologias em formas modernas de poder e está claro que estas são exemplificadas centralmente na linguagem (ver, no Capítulo 2, o item "Da arqueologia à genealogia"). Terceiro, Habermas (1984) focaliza a colonização do 'mundo da vida' pelos 'sistemas' da economia e do Estado, que considera em termos de um deslocamento de usos 'comunicativos' da linguagem – orientados para produzir a compreensão – por usos 'estratégicos' da linguagem – orientados para o sucesso, para conseguir que as pessoas realizem coisas. A elevação da linguagem e do discurso na esfera social reflete-se de maneira variada em trabalhos, por exemplo, sobre as relações de gênero (Spender, 1980) ou a mídia (van Dijk, 1985b), que focalizam a linguagem, e na pesquisa sociológica que toma como dados a conversação (Atkinson e Heritage, 1984).

O que está aberto ao debate é se tal teoria e pesquisa reconhecem a importância que a linguagem sempre teve na vida social, mas que previamente não foi suficientemente reconhecida, ou realmente refletem um destaque na importância social da linguagem. Embora ambos os casos possam ser verdadeiros, acredito que tenha havido mudança significativa no funcionamento social da linguagem, alteração refletida na centralização da linguagem nas principais mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas. Muitas dessas

mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem; e talvez seja uma indicação da importância crescente da linguagem na mudança social e cultural que tentativas de definir a direção da mudança cada vez mais incluam tentativas de mudar as práticas de linguagem. Darei alguns exemplos.

Primeiro, em muitos países houve recentemente um movimento de extensão do mercado a novas áreas da vida social: setores como a educação, a assistência médica e as artes foram obrigados a reestruturar e a reconceituar suas atividades como produção e *marketing* de bens para consumidores (Urry, 1987). Tais mudanças afetam profundamente as atividades, as relações sociais e as identidades sociais e profissionais das pessoas que trabalham em tais setores. Grande parte de seu impacto diz respeito a mudanças nas práticas discursivas, isto é, mudanças na linguagem. Por exemplo, na educação as pessoas encontram-se sob pressão para se envolver com novas atividades que são definidas em grande parte por novas práticas discursivas (como *marketing*) e para adotar novas práticas discursivas em atividades existentes (como o ensino). Isso inclui 'relexicalizações' de atividades e relações – por exemplo, a relexicalização dos aprendizes como 'consumidores' ou 'clientes', de cursos como 'pacotes' ou 'produtos'. Inclui também uma reestruturação mais sutil das práticas discursivas da educação – os tipos de discurso (gêneros, estilos, etc.) que aí são usados – e a 'colonização' da educação por tipos de discurso exteriores, incluindo os da publicidade, os da administração e os da terapia.

Além disso, a indústria está passando por mudanças, no sentido do que é denominado produção 'pós-fordiana' (Bagguley e Lash, 1988; Bagguley, 1990), em que os operários não mais funcionam como indivíduos que desempenham rotinas repetitivas em um processo de produção invariante, mas como grupos em relação flexível com um processo acelerado de mudança. Acrescente-se que as relações tradicionais empregado-firma são consideradas pelas administrações como disfuncionais nesse contexto; portanto, elas têm tentado transformar a cultura do local de trabalho – por exemplo, ao estabelecer instituições que posicionam os empregados em uma relação mais participativa com a gerência, como nos 'círculos de

qualidade'. Descrever tais mudanças como 'culturais' não é apenas retórica: o objetivo é estabelecer novos valores culturais, operários que são 'empreendedores', automotivados e, como Rose (inédito) chama, 'autodirecionados'. Tais mudanças na organização e na cultura são, de modo significativo, mudanças nas práticas discursivas. O uso lingüístico está assumindo maior importância como meio de produção e controle social no local de trabalho. Mais especificamente, espera-se agora que os operários se envolvam em interação face a face com o grupo, como falantes e ouvintes. Quase todas as descrições de emprego no trabalho 'colarinho branco', mesmo nos níveis mais inferiores, enfatizam agora as habilidades comunicativas. O resultado é que as identidades sociais das pessoas como trabalhadores passam a ser definidas em termos que tradicionalmente não têm sido considerados como ocupacionais, mas pertencentes à esfera da vida privada. Um aspecto surpreendente de mudanças desse tipo é que são transnacionais. Novos estilos de administração e mecanismos como os 'círculos de qualidade' são importados de países economicamente mais bem-sucedidos, como o Japão, de tal modo que as mudanças nas práticas discursivas dos locais de trabalho são de caráter parcialmente internacional. A nova ordem de discurso global é caracterizada, desse modo, por tensões generalizadas entre práticas internacionais importadas e tradições locais.

Há muitos outros exemplos de mudança: mudanças nas relações entre médicos e pacientes, entre políticos e o público, entre mulheres e homens nos locais de trabalho e na família, todas elas parcialmente constituídas por novas práticas discursivas. Além disso, o destaque cada vez maior do discurso nas transformações sociais relaciona-se, como sugeri anteriormente, com uma preocupação para controlar o discurso: causar mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural. Estamos observando uma 'tecnologização do discurso' (Fairclough, 1990b), em que tecnologias discursivas, um tipo de 'tecnologias de governo' (Rose e Miller, 1989), são sistematicamente aplicadas em uma variedade de organizações por tecnólogos profissionais que pesquisam, redesenham e fornecem treinamento em práticas discursivas. Um exemplo inicial de tal desenvolvimento são os psicólogos sociais envolvidos no 'treinamento de habilidades' (ver

Argyle, 1978). Tecnologias discursivas, como a entrevista e a terapia, são tratadas como técnicas ou habilidades livres de contexto, que podem ser aplicadas em vários domínios diferenciados. E práticas institucionais vêm sendo amplamente sujeitas à simulação: particularmente, as práticas discursivas conversacionais que tradicionalmente pertencem à esfera privada são simuladas de maneira sistemática nas organizações. (Para discussão adicional da tecnologia discursiva, ver, no Capítulo 7, o item "Tecnologização".)

Desse modo, meu objetivo é desenvolver uma abordagem para a análise de discurso que poderia ser usada como um método dentre outros para investigar mudanças sociais como as referidas anteriormente. Para que um método de análise de discurso seja útil em tais contextos, teria de preencher algumas condições mínimas. Comentarei quatro dessas condições e, ao fazê-lo, pretendo detalhar um pouco mais o esquema da abordagem que apresentei anteriormente. Primeiro, seria necessário um método para análise multidimensional. Minha abordagem tridimensional permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social.

Segundo, seria necessário um método de análise multifuncional. As práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo as crenças e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais; e necessitamos de uma concepção de discurso e de um método de análise que contemplem a relação entre essas três áreas. Um bom ponto de partida é uma teoria sistêmica da linguagem (Halliday, 1978) que considera a linguagem como multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades. Essa teoria de linguagem pode ter aplicações úteis quando combinada à ênfase nas propriedades socialmente construtivas do discurso nas abordagens socioteóricas do discurso, como a de Foucault.

Terceiro, seria necessário um método de análise histórica. A análise de discurso deveria focalizar a estruturação ou os processos 'articulatórios' na construção de textos, e na constituição a longo prazo de 'ordens de discurso' (isto é, configurações totais de

práticas discursivas em instituições particulares, ou mesmo em toda uma sociedade). No nível de textos, considero esses processos em termos de 'intertextualidade' (ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva" e o Capítulo 4): os textos são construídos por meio da articulação de outros textos de modos particulares, modos que dependem de circunstâncias sociais e mudam com elas. No nível de ordens de discurso, as relações entre práticas discursivas e limites entre estas em uma instituição ou na sociedade mais ampla são modificadas segundo as direções seguidas pela mudança social.

Quarto, seria necessário um método crítico. Tipicamente, as relações entre a mudança discursiva, social e cultural não são transparentes para as pessoas envolvidas. Nem tampouco o é a tecnologização do discurso. 'Crítico' implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem. Nesse sentido, é importante evitar uma imagem da mudança discursiva como um processo unilinear, de cima para baixo: há luta na estruturação de textos e ordens de discurso, e as pessoas podem resistir às mudanças que vêm de cima ou delas se apropriar, como também simplesmente as seguir (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso" e o Capítulo 7).

Para concluir esta Introdução, apresentarei uma breve discussão do tratamento dado à mudança discursiva nos capítulos de 3 a 7. O Capítulo 3 apresenta minha síntese de concepções de discurso social e linguisticamente orientadas. Minha formulação da análise na dimensão da prática discursiva está centrada no conceito de intertextualidade. Entretanto, minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemônias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Além disso, pode ser considerada a estruturação de práticas discursivas em modos particulares nas ordens de discurso, nas quais se naturaliza e ganha ampla aceitação, como uma forma de hegemonia (especificamente cultural). É a combinação dos conceitos de intertextualidade e

hegemonia que torna a teoria do Capítulo 3 útil para investigar a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural. A seleção de textos prévios e de tipos de texto que são articulados em uma dada instância (um 'evento discursivo' particular) e a maneira como são articulados dependem de como o evento discursivo se situa em relação às hegemônias e às lutas hegemônicas – se, por exemplo, ele contesta práticas e relações hegemônicas existentes ou, ao contrário, toma-as como dadas. A abordagem da mudança discursiva apresentada no Capítulo 3 combina uma concepção de texto e prática discursiva que deriva do conceito de intertextualidade de Bakhtin via Kristeva (Bakhtin, 1981 e 1986; Kristeva, 1986a), e uma concepção de poder que deriva da teoria de hegemonia de Gramsci (Gramsci, 1971; Buci-Glucksmann, 1980).

A teoria do Capítulo 3 é elaborada nos capítulos que se seguem. O Capítulo 4 toma o conceito de intertextualidade em termos de uma distinção entre intertextualidade 'manifesta' (a presença explícita de outros textos em um texto) e 'interdiscursividade' (a constituição de um texto com base numa configuração de tipos de texto ou convenções discursivas). Sugiro um modo de diferenciar 'gêneros de discurso', 'discursos', 'estilos' e 'tipos de atividade' como convenções discursivas distintas. O Capítulo 4 também discute a intertextualidade em relação à distribuição social de textos e as transformações que sofrem, e em relação à construção da identidade social no discurso. Nos capítulos 5 e 6, a ênfase é na análise textual. Esses capítulos examinam aspectos do vocabulário, da gramática, da coesão, da estrutura textual, da força e da coerência textual (sobre esses termos, ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como texto"). Também desenvolvem uma concepção multifuncional da análise de discurso: o Capítulo 5 versa principalmente sobre a função do discurso na constituição de identidades sociais e relações sociais, enquanto o foco do Capítulo 6 é sobre constituição, reprodução e mudança dos sistemas de conhecimento e crença no discurso. No Capítulo 7, a ênfase é sobre a dimensão de prática social do discurso, e especialmente sobre determinadas tendências amplas de mudança que afetam ordens de discurso contemporâneas ('democratização', 'comodificação' e 'tecnologização' do discurso) e sua relação com mudanças sociais e culturais.

As análises de mudança nos capítulos de 4 a 7 ilustram uma variedade de campos e instituições, com análise detalhada de amostras de discurso. Uma questão examinada no Capítulo 4 é o modo como os meios de comunicação de massa estão modificando o limite entre as esferas públicas e privadas da vida social. Isso envolve não apenas questões ligadas ao conteúdo do discurso da mídia, tal como o tratamento de aspectos da vida privada como notícia (pública), mas também se manifesta intertextualmente em uma mescla de práticas discursivas da esfera privada com aquelas da esfera pública, resultando no uso por alguns setores da mídia de uma versão estereotipada da fala popular. Uma outra questão é a pressão nas indústrias de serviços para tratar os serviços como bens e os clientes como consumidores, que se evidencia na mescla das práticas discursivas de prestação de informações e de publicidade. No Capítulo 5, discuto mudanças nas identidades sociais de profissionais e seus clientes e na natureza da interação entre eles, focalizando médicos e pacientes. Sugiro que as mudanças nas identidades e nas relações de médicos e pacientes se realizem discursivamente na mudança de consultas médicas formais para consultas mais informais, que podem incorporar as práticas discursivas da terapia àquelas da medicina mais tradicional. O Capítulo 6 inclui amostras de dois livretos de assistência pré-natal que exemplificam representações opostas de processos pré-natais. Prossigo discutindo a engenharia da mudança semântica como parte de uma tentativa de realização de mudança cultural, com referência específica às falas de um ministro do governo Thatcher sobre o tema da 'cultura empresarial'. O Capítulo 7 retoma o tema da comodificação e a mescla de prestação de informação e publicidade, agora com referência à educação, usando o exemplo de um prospecto de universidade.

O objetivo deste livro é persuadir os leitores de que a análise de discurso é um tipo de análise interessante de fazer e provê-los com os recursos para realizá-la. O último capítulo do livro, o Capítulo 8, reúne os assuntos introduzidos nos capítulos de 3 a 7 na forma de um conjunto de instruções para fazer análise de discurso. Tais instruções referem-se à coleta, à transcrição e à codificação de textos, ao uso de resultados, como também à análise.

Capítulo 1

Abordagens da análise de discurso*

Meu objetivo, neste capítulo, é descrever brevemente algumas abordagens recentes e atuais para a análise de discurso, como contexto e base para a elaboração de minha própria abordagem nos capítulos de 3 a 8. A análise de discurso é agora uma área de estudo muito diversificada, com uma variedade de abordagens em um grupo de disciplinas (exemplos dessa variedade estão representados em van Dijk, 1985a). A pesquisa de abordagens neste capítulo é, portanto, necessariamente seletiva. Selecionei abordagens que, de algum modo, combinam a análise detalhada de textos lingüísticos com uma orientação social para o discurso. Isso corresponde ao meu objetivo, em capítulos posteriores, de realizar uma combinação efetiva e útil de análise textual e outros modos de análise social. Também conferi um tratamento seletivo às abordagens, focalizando os aspectos que são mais próximos às minhas prioridades neste livro.

As abordagens investigadas podem ser divididas em dois grupos, segundo a natureza de sua orientação social para o discurso, distinguindo-se abordagens 'não-críticas' e 'críticas'. Tal divisão não é absoluta. As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente

* Tradução de Izabel Magalhães.

para os participantes do discurso. As abordagens que classifiquei como basicamente não-críticas são: os pressupostos para a descrição do discurso de sala de aula, de Sinclair e Coulthard (1975); o trabalho etnometodológico da 'análise da conversação'; o modelo de discurso terapêutico de Labov e Fanshel (1977); e uma abordagem recente da análise de discurso desenvolvida pelos psicólogos sociais Potter e Wetherell (1987). As abordagens críticas que incluem são: a 'lingüística crítica', de Fowler *et al.* (1979), e a abordagem francesa da análise de discurso desenvolvida com base na teoria de ideologia de Althusser por Pêcheux (Pêcheux, 1982). Conclui-se o capítulo com um resumo de questões-chave na análise de discurso retiradas dessa pesquisa, que servirão como ponto de partida para a apresentação de minha própria abordagem no Capítulo 3.

Sinclair e Coulthard

Sinclair e Coulthard (1975; ver também Coulthard, 1977) tiveram o propósito de elaborar um sistema descritivo geral para a análise de discurso, mas decidiram focalizar a sala de aula por tratar-se de uma situação formal cuja prática discursiva é passível de ser governada por regras claras. O sistema descritivo está baseado em unidades que se supõe estejam na mesma relação umas com as outras como unidades nas formas iniciais da gramática sistêmica (Halliday, 1961): há uma 'escala hierárquica' de unidades, com unidades hierarquicamente superiores formando-se de unidades do nível abaixo. Dessa forma, na gramática uma frase é formada de orações, que são formadas de grupos, e assim por diante. Da mesma forma, no discurso de sala de aula, há cinco unidades de hierarquia descendente – aula, transação, troca, lance, ato –, de tal modo que uma aula é formada de transações, que são formadas de trocas, e assim por diante.

Sinclair e Coulthard têm pouco a dizer sobre a 'aula', mas sugerem uma estrutura clara para a 'transação'. Transações consistem de trocas. São abertas e fechadas por 'trocas limite' que consistem minimamente de 'lances estruturadores' com outros lan-

ces ou sem eles. Por exemplo, "Bem, hoje imaginei que faríamos três testes" consiste de um lance estruturador ('bem') e um lance 'focalizador' que informa à turma sobre o que será a transação. Entre as trocas limite há, geralmente, uma seqüência de trocas 'informativas', 'diretivas' ou 'provocativas', em que se realizam respectivamente afirmativas, pedidos (ou comandos) e perguntas, geralmente pelo(a) professor(a).

Vamos examinar a estrutura de um tipo de troca, a troca provocativa. Este consiste tipicamente de três lances: 'iniciador', 'resposta' e 'retorno'. Por exemplo:

Professor: Você pode me dizer por que você come toda essa comida?

Sim.

Aluno: Para ficar forte.

P: Para ficar forte. Sim. Para ficar forte.

Por que você quer ser forte?

A primeira contribuição do professor é um lance iniciador, a contribuição do aluno é uma resposta, e a primeira linha da segunda contribuição do professor é o retorno; a segunda linha é outro lance iniciador. Note que uma contribuição ('enunciado') pode consistir de mais de um lance. A presença consistente de retorno pressupõe que os professores têm o poder de avaliar as contribuições dos alunos (raramente alguém se arriscaria a fazer isso fora de uma situação de aprendizagem) e mostra que grande parte do discurso de sala de aula concerne à avaliação do conhecimento dos alunos e ao seu treinamento para dizer coisas que são relevantes segundo critérios estabelecidos pelas escolas.

Um lance consiste de um ou mais atos. Sinclair e Coulthard distinguem 22 atos para o discurso de sala de aula, alguns dos quais (como 'pronto', quando uma criança pede o direito de responder, talvez levantando a mão) são bastante específicos desse tipo de discurso. Outros são menos específicos: o lance iniciador de uma troca provocativa inclui, por exemplo, uma 'provocação', enquanto o lance iniciador de uma troca diretiva inclui uma 'diretiva'.

Atos são funcionais e não categorias formais, e uma questão central é a relação entre eles e as categorias formais da gramática (essa questão vem recebendo muita atenção na pragmática; ver Levinson, 1983; Leech e Thomas, 1989). Sabe-se bem que não existem correspondências simples. Por exemplo, uma frase interrogativa (uma 'pergunta gramatical') pode ser uma diretiva como também uma provocação (por exemplo, "Você pode fechar as cortinas?") e uma frase declarativa ('afirmativa gramatical') pode ser qualquer um desses últimos ou um ato 'informativo' (por exemplo, "As cortinas não estão fechadas" pode pedir uma confirmação, pedir a alguém que as feche, ou apenas prestar informação). Sinclair e Coulthard referem-se ao que denominam 'situação' e 'tática' para determinar a função de uma frase em um exemplo particular de discurso. A primeira traz fatores situacionais que são relevantes: por exemplo, se as crianças sabem que não é permitido conversar na sala, uma frase declarativa do(a) professor(a) ("Você está conversando") provavelmente será interpretada como um comando para parar. Como Labov e Fanshel (veja adiante), Sinclair e Coulthard propõem regras interpretativas que abrangem tanto a forma lingüística das frases como os fatores situacionais. 'Tática' trata da influência da posição seqüencial de uma frase no discurso sobre sua interpretação. Por exemplo, uma frase declarativa como "Talvez seja diferente do ponto de vista da mulher", após um retorno em uma série de trocas provocativas (isto é, na qual seria antecipado um lance iniciador), é passível de ser interpretada como provocação, apesar do fato de a maioria das declarativas não ser provocações e de a maioria das provocações ser frases interrogativas.

O ponto forte da teoria de Sinclair e Coulthard está no modo pioneiro pelo qual chama atenção para as propriedades organizacionais sistemáticas do diálogo e fornece modos para sua descrição. As limitações dessa teoria são a ausência de desenvolvimento de uma orientação social para o discurso e a insuficiente atenção à interpretação. Tais limitações podem estar relacionadas à escolha de dados: eles se concentram em uma modalidade de discurso de sala de aula tradicional centrada no(a) professor(a), e os dados não refletem a diversidade das atuais práticas de sala de aula. Isso leva a que o discurso de sala de aula pareça mais homogêneo do

que realmente é e naturaliza práticas dominantes, ao apresentá-las como se fossem as únicas. Elas aparecem como se simplesmente estivessem 'lá', disponíveis para a descrição e não como tendo sido postas lá por meio de processos de contestação a práticas alternativas; não como práticas 'investidas' (ver, no Capítulo 3, o item "Ideologia") de ideologias particulares (por exemplo, concepções de aprendizagem e de aprendizes) e auxiliares na manutenção de relações de poder particulares na sociedade. Em resumo, falta na abordagem de Sinclair e Coulthard uma orientação social desenvolvida, ao deixar de considerar como as relações de poder moldam as práticas discursivas e ao deixar de situar historicamente o discurso de sala de aula em processos de luta e mudança social. Uma característica surpreendente da prática de sala de aula contemporânea é sua diversidade; indaga-se por que o discurso de sala de aula tradicional que eles descrevem está sob pressão e o que está em jogo.

A homogeneidade dos dados também desvia a atenção da ambivalência do discurso de sala de aula e da diversidade de interpretações possíveis. Considere este exemplo de Coulthard (1977:108):

Professor: Que tipo de pessoa você acha que ele é?

Você – de que está rindo?

Aluno: De nada.

P: Como?

A: De nada.

P: Você não está rindo de nada, nada mesmo?

A: Não.

É engraçado mesmo porque eles não acham que se estivessem lá poderiam não gostar disso e soa, de certo, como uma atitude arrogante.

Sinclair e Coulthard consideram esse exemplo uma interpretação errônea da situação pelo aluno, tomando assim a pergunta do professor sobre o riso como disciplinar na intenção, em vez de dialógica, mas tais exemplos também indicam a heterogeneidade

potencial do discurso de sala de aula, a coexistência nas escolas de um repertório de discursos de sala de aula, que os produtores e os intérpretes de textos precisam ter em mente. Isso implica atenção aos processos discursivos, tanto em relação à interpretação como à produção, enquanto a ênfase de Sinclair e Coulthard está nos textos como produtos do discurso (embora a categoria 'tática' implique alguma atenção à interpretação). Isso também torna sua atenção, como analistas, problemática, já que os analistas interpretam os textos em vez de simplesmente descrevê-los. Ao alegar que descrevem os dados, não estão Sinclair e Coulthard realmente interpretando-os na perspectiva do professor? Por exemplo, consideram que o aluno 'cometeu um erro' ao interpretar o professor e não o contrário, que o aluno talvez tenha dado uma resposta evasiva a uma pergunta ambivalente do professor. Afinal de contas, 'nada' também é ambivalente: poderia significar "Não posso dizer-lhe o que me faz rir aqui". Isso levanta outro problema na teoria: ela força decisões sobre as funções dos enunciados, mas os enunciados, com frequência, são realmente ambivalentes para os intérpretes, não apenas ambíguos, como demonstra recente trabalho na pragmática (ver Levinson, 1983), isto é, não se pode decidir com clareza sobre seus sentidos.

Análise da conversação

Análise da conversação (AC) é uma abordagem da análise de discurso que foi desenvolvida por um grupo de sociólogos que se autodenominam 'etnometodologistas'. A etnometodologia é uma abordagem interpretativa da sociologia que focaliza a vida cotidiana como feito dependente de habilidades e os métodos que as pessoas usam para 'produzi-la' (Garfinkel, 1967; Benson e Hughes, 1983). A tendência entre os etnometodologistas é evitar a teoria geral e a discussão ou o uso de conceitos como classe, poder e ideologia, que constituem preocupação central na sociologia regular. Alguns etnometodologistas demonstram interesse particular na conversação e nos métodos que seus praticantes usam para produzi-la e interpretá-la (Schenkein, 1978; Atkinson e Heritage, 1984).

Os analistas da conversação têm-se concentrado principalmente em conversas informais entre iguais (por exemplo, conversas ao telefone), embora alguns trabalhos recentes direcionem-se para tipos institucionais de discurso, nos quais as assimetrias de poder são mais óbvias (Button e Lee, 1987). A AC contrasta com a abordagem de Sinclair e Coulthard ao destacar processos discursivos e, conseqüentemente, ao contemplar tanto a interpretação como a produção. Contudo, como argumentarei em seguida, a AC tem uma concepção estreita de interpretação e processo, comparando-se, portanto, a Sinclair e a Coulthard em sua orientação para a busca de estruturas nos textos.

Os analistas da conversação produziram estudos de vários aspectos da conversação: aberturas e fechamentos conversacionais; como os tópicos são estabelecidos, desenvolvidos e mudados; como as pessoas relatam histórias no curso de conversas; como e por que as pessoas 'formulam' conversas (por exemplo, resumem-nas, sugerem o que implicam). Particularmente notáveis e influentes são os trabalhos sobre a tomada de turno descrevendo como os falantes se alternam no turno de fala. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) propõem um conjunto simples mas poderoso de regras para a tomada de turno. Tais regras aplicam-se ao completar-se uma 'unidade de construção de turno': os praticantes da conversação constroem seus turnos com unidades, tais como a frase complexa, a frase simples, o sintagma, e mesmo a palavra, e os participantes são capazes de determinar qual é essa unidade e predizer, com grande precisão, seu ponto de completude. As regras são ordenadas: 1) o falante atual pode selecionar o próximo falante; 2) se isso não ocorrer, o próximo falante pode 'auto-selecionar-se', iniciando a produção de um turno; 3) se isso não ocorrer, o falante atual pode continuar. Sacks, Schegloff e Jefferson argumentam que essas regras dão conta de muitos aspectos observados da conversação: que as sobreposições entre os falantes ocorrem, mas geralmente são breves; que ocorre um grande número de transições entre os turnos sem lacuna e sem sobreposição, e assim por diante. Apesar da generalidade das regras, elas permitem variação considerável em aspectos como a ordem e a duração dos turnos.

A AC tem enfatizado bastante a 'implicatividade seqüencial' da conversação – a alegação de que qualquer enunciado imporá

restrições ao que possa segui-lo. Exemplos particularmente claros são os 'pares adjacentes' como pergunta e resposta – uma pergunta produzida por um(a) falante implica seqüencialmente uma resposta de outro(a) – ou reclamação e desculpa. A evidência para que x implique seqüencialmente y inclui: 1) o fato de que qualquer coisa que ocorra após x, se for de qualquer modo possível, será tomada como y (por exemplo, se “Essa é sua esposa?” é seguida por “Bem, não é minha mãe”, a última deverá ser tomada como uma resposta positiva implicada; e 2) o fato de que se y não ocorrer, sua ausência será notada e comumente oferece margem para uma inferência (por exemplo, se os professores deixam de dar retorno às respostas dos alunos, isso pode ser tomado como uma rejeição implícita destes). Segundo Atkinson e Heritage (1984: 6), “virtualmente todo enunciado ocorre em algum local estruturalmente definido na conversa”. Uma implicação disso é que os turnos exibem uma análise de turnos prévios, fornecendo evidência constante no texto de como os enunciados são interpretados.

Outra implicação é que a posição seqüencial de um enunciado é por si só bastante para determinar seu sentido. Mas esse ponto é altamente questionável por dois motivos: 1) os efeitos da seqüência sobre o sentido variam segundo o tipo de discurso; 2) como sugeri quando discuti Sinclair e Coulthard, pode-se recorrer a uma variedade de tipos de discurso durante uma interação, e os participantes, como produtores e intérpretes, constantemente têm de negociar suas posições em relação a esse repertório. Considere esta passagem de uma consulta médica que analiso no Capítulo 5 (“Exemplo 2”):

Paciente: [e eu acho. que uma das razões pelas quais eu bebia
[tanto [sabe – [e ahm

Médico: [hum [hum hum [hum você
voltou você voltou você voltou a beber

[novamente

P: [não

M: ah você não voltou (inin[teligível)

P: [não. mas ahm uma coisa que a senhora me disse na terça-feira

Vou sugerir em minha análise desse fragmento de consulta que ela é um misto de consulta médica e terapia. Nessa mescla, o que diz a seqüência à intérprete sobre a pergunta do médico em seu primeiro turno? Em uma consulta médica mais convencional, uma pergunta do(a) médico(a) imediatamente após o(a) paciente ter-se referido a uma condição médica possivelmente perigosa (aqui, a bebida) provavelmente seria tomada como uma questão médica, exigindo atenção completa de ambos os participantes. Em uma sessão de terapia, tal pergunta poderia ser tomada de modo mais conversacional como um comentário lateral, mostrando que o(a) terapeuta está em sintonia com os problemas do(a) paciente. Aqui, a paciente parece tomá-la como um comentário lateral: ela dá respostas mecânicas de uma palavra à pergunta principal e ao assentimento (talvez um teste?) do médico à resposta e muda o assunto de volta à narrativa de eventos recentes. Para tomar tal decisão interpretativa, a paciente precisa de informações adicionais à seqüência: ela precisa avaliar a natureza do evento social, a relação social entre ela e o médico e o tipo de discurso. Isso implica uma concepção de processos discursivos e interpretação que é mais complexa do que é geralmente pressuposto na AC – uma concepção que pode, por exemplo, acomodar produtores e intérpretes negociando seu caminho em repertórios de tipos de discurso. O exemplo também sugere que a própria análise é um processo de interpretação e, portanto, uma prática contenciosa e problemática. Há pouca preocupação com isso na AC. Mas, como Sinclair e Coulthard, há uma tendência entre os analistas a interpretar os dados com base em uma orientação partilhada entre os participantes para um único tipo de discurso (entretanto, ver Jefferson e Lee, 1981). O efeito é apresentar um quadro da conversação excessivamente harmonioso e cooperativo.

Há também um negligenciamento do poder como um fator na conversação. Nos processos de negociação a que me referi, alguns participantes tipicamente têm mais força do que outros, e em muitos tipos de discurso (por exemplo, discurso de sala de aula) não encontramos regras partilhadas para a tomada de turno em que os

participantes têm direitos e obrigações iguais, mas uma distribuição assimétrica de direitos (por exemplo, para auto-selecionarem-se, interromperem, 'manterem o piso'¹ em vários turnos) e obrigações (por exemplo, tomar o turno se forem chamados). Em tais casos, é evidente que produzir o discurso faz parte de processos mais amplos de produção da vida social, das relações sociais e das identidades sociais; mas grande parte da AC, em sua leitura harmoniosa da interação entre iguais, dá a impressão de que produzir o discurso é um fim em si mesmo.

Apesar de diferentes pontos de partida e orientações disciplinares e teóricas, as abordagens de Sinclair e Coulthard e da AC têm forças e limitações bastante similares: ambas fizeram contribuições importantes para uma nova apreciação da natureza das estruturas no diálogo, mas nenhuma das duas desenvolve uma orientação social para o discurso (a esse respeito, a AC sofre das mesmas limitações de Sinclair e Coulthard) e nem fornece uma explicação satisfatória dos processos discursivos e da interpretação, embora a AC apresente considerável reflexão sobre determinados aspectos da interpretação.

Labov e Fanshel

O trabalho de Labov e Fanshel (1977) é um estudo de um linguísta e um psicólogo sobre o discurso da entrevista psicoterapêutica. Ao contrário de Sinclair e Coulthard e da AC, Labov e Fanshel assumem a heterogeneidade do discurso, que para eles reflete as "contradições e pressões" (p. 35) da situação de entrevista. Eles concordam com Goffman (1974) que as mudanças entre 'molduras' são um aspecto normal da conversação e identificam nos seus dados uma configuração de diferentes 'estilos' associados a diferentes molduras: o 'estilo da entrevista', o 'estilo cotidiano' usado nas narrativas de pacientes sobre a "vida desde a última visita" (N, para 'narrativa', a seguir) e o 'estilo da família' (F, a se-

¹ Termo da AC que significa manter o espaço sociopsicológico, ou ter o controle, dos turnos conversacionais (N. da T.).

guir), o estilo geralmente usado nas situações de família, para expressar emoções fortes.

As entrevistas estão divididas em 'seções transversais', que correspondem aproximadamente em extensão às 'trocas' de Sinclair e Coulthard, embora as seções transversais também possam fazer parte de monólogos. A análise de seções transversais enfatiza a existência de 'fluxos de comunicação' verbal e paralingüística paralelos, os últimos cobrindo aspectos como frequência, volume e qualificadores de voz, como 'ofegância', e carregando sentidos implícitos que são 'negáveis'. Uma variável entre tipos de discurso é a relativa importância do canal paralingüístico: no discurso terapêutico, as contradições entre os significados explícitos do canal verbal e os sentidos implícitos do canal paralingüístico constituem um aspecto central.

A análise produz uma 'expansão' de cada seção transversal, uma formulação do texto que torna explícito o que era implícito, ao fornecer referentes para pronomes, ao verbalizar os sentidos implícitos das pistas paralingüísticas, ao introduzir material factual relevante de outras partes dos dados e ao tornar explícita parte do conhecimento partilhado dos participantes. As expansões são abertas, podendo ser elaboradas indefinidamente. Aqui está um exemplo, analisado em termos de estilos, e sua expansão:

<N E-e então - quando - lhe telefonei hoje, disse <F "Bem, quando você pensa em voltar para casa?" >F>N

<N Quando telefonei a minha mãe hoje (quinta-feira), realmente disse,

<F "Bem, em relação ao assunto que ambas sabemos que é importante e que me preocupa, quando você vai sair da casa de minha irmã onde {2} suas obrigações já foram cumpridas e {4} voltar como estou lhe pedindo para uma casa onde {3} suas obrigações principais são negligenciadas, porque você deve fazer isso como {CHEFE-MÃE} chefe de nossa família?" >F>N

Os símbolos entre chaves precedem proposições que são recorrentemente tomadas como dadas. Algumas destas são específicas da interação particular; outras como {CHEFE-MÃE}, "a mãe é

a chefe da família”, têm implicações gerais na cultura em termos de obrigações do papel; e outras são parte dos pressupostos correntes da terapia (por exemplo, “o terapeuta não diz à paciente o que fazer”) ou da cultura (por exemplo, “cada um deve cuidar de si”). As proposições raramente são formuladas explicitamente, mas a questão principal numa interação pode ser se um evento é ou não um exemplo de proposição. Além disso, as proposições constituem conexões implícitas entre partes de uma interação que são importantes para sua coerência.

A seção transversal é então analisada como ‘interação’ (significando uma “ação que afeta as relações do ‘eu’ e outros”). Supõe-se que qualquer enunciado realize simultaneamente algumas ações que são hierarquicamente ordenadas, de modo que ações de nível superior são realizadas por meio de ações de nível inferior (uma relação marcada por ‘conseqüentemente’ a seguir). Assim, para o exemplo anterior (simplifiquei a representação de Labov e Fanshel):

Rhoda (a paciente) continua a narrativa e fornece informações para sustentar sua asserção de que realizou a sugestão {S}. Rhoda requer informações sobre a hora em que sua mãe pretende voltar para casa; por conseguinte, solicita indiretamente que a mãe volte para casa; portanto, realizando a sugestão {S}, conseqüentemente questionando a mãe indiretamente por não desempenhar de forma adequada seu papel como chefe da família, simultaneamente admitindo suas próprias limitações, simultaneamente afirmando novamente que realizou a sugestão.

A proposição {S} é a sugestão (do terapeuta) de que devemos expressar nossas necessidades a outras pessoas. Tais representações são baseadas em regras discursivas propostas por Labov e Fanshel para interpretar as formas de superfície dos enunciados como tipos particulares de ação. Por exemplo, há uma ‘regra de pedidos indiretos’ que especifica as condições sob as quais se tomam perguntas (‘pedidos de informação’) como pedidos de ação. A análise é completada com ‘regras seqüenciais’ de combinação das seções transversais.

Labov e Fanshel referem-se a sua abordagem como análise de discurso ‘abrangente’, e seu detalhamento é de certo impressio-

nante, embora também, como indicam, consuma muito tempo. Eles próprios identificam alguns problemas: as pistas paralingüísticas são reconhecidamente difíceis de interpretar, as expansões podem ser feitas interminavelmente e inexiste um ponto obviamente motivado para a segmentação, e as expansões têm o efeito de aplinar importantes diferenças entre elementos de primeiro e segundo plano no discurso. Entretanto, quero focalizar minha discussão sobre duas importantes percepções em sua abordagem que precisam ser levadas adiante.

A primeira é a visão de que o discurso pode ser estilisticamente heterogêneo por causa de contradições e pressões na situação de fala. Por exemplo, no caso do discurso terapêutico, a sugestão é que o uso do estilo ‘cotidiano’ e ‘familiar’ é parte de uma estratégia da paciente para estabelecer algumas partes da conversa como imunes à habilidade intrusa do terapeuta. Mencionei anteriormente a similaridade desse ponto com o conceito de molduras de Goffman. O princípio da heterogeneidade do discurso é um elemento central em minha discussão de ‘intertextualidade’ (ver, no Capítulo 3, o item “Prática discursiva”). Mencionarei aqui apenas duas diferenças entre minha posição e a de Labov e Fanshel. Primeiro, o encaixe de um estilo em outro, como no exemplo anterior, é apenas uma forma de heterogeneidade e freqüentemente toma formas mais complexas, em que os estilos são difíceis de separar. Segundo, a visão deles sobre heterogeneidade é muito estática: eles consideram o discurso terapêutico como uma configuração estável de estilos, mas não analisam a heterogeneidade dinamicamente como mudanças históricas nas configurações de estilos. O valor principal do princípio da heterogeneidade parece estar na investigação da mudança discursiva dentro da mudança social e cultural mais ampla (ver, no Capítulo 3, o item “Mudança discursiva”, para uma elaboração dessa perspectiva).

A segunda percepção é que o discurso é construído sobre proposições implícitas que são tomadas como tácitas pelos participantes e que sustentam sua coerência. Novamente, esse é um princípio importante, cujo potencial e cujas implicações não são desenvolvidos por Labov e Fanshel. Particularmente, eles não atentam para o caráter ideológico de algumas dessas proposições —

tais como as obrigações associadas ao papel de mãe, ou a ideologia individualista do 'eu' na proposição "cada um deve cuidar de si" – ou para o trabalho ideológico da terapia em sua reprodução sem questionamento, que é remanescente de críticas da terapia como um mecanismo para adequar as pessoas a papéis sociais convencionais. Em outras palavras, Labov e Fanshel aproximam-se de uma análise crítica do discurso terapêutico, fornecendo recursos analíticos valiosos para tal análise.

Potter e Wetherell

Como exemplo final de uma abordagem não-crítica à análise de discurso, discutirei o uso por Potter e Wetherell (1987) da análise de discurso como um método na psicologia social. Isso é interessante no presente contexto, primeiro porque mostra como a análise de discurso pode ser usada para estudar questões que têm sido abordadas tradicionalmente com outros métodos e, segundo, porque levanta a questão se a análise de discurso concerne, principalmente, à 'forma' ou ao 'conteúdo' do discurso. (Veja a crítica a Sinclair e Coulthard em Thompson (1984: 106-108) por serem 'formalistas' e por negligenciarem o conteúdo do discurso de sala de aula.)

A defesa da análise de discurso por Potter e Wetherell como um método para psicólogos sociais baseia-se em um único argumento que é sucessivamente aplicado a várias áreas fundamentais da pesquisa na psicologia social. O argumento é que a psicologia social tradicional distorce e mesmo 'suprime' propriedades-chave dos materiais lingüísticos que usa como dados; que o discurso é 'construtivo' e, conseqüentemente, 'constitui' objetos e categorias; e que o que uma pessoa diz não permanece consistente de uma ocasião a outra, mas varia segundo as funções da fala. Primeiro, o argumento é aplicado à pesquisa sobre atitudes: a pesquisa tradicional pressupunha que as pessoas tinham atitudes consistentes sobre 'objetos', tais como 'imigrantes de cor', enquanto a análise de discurso mostra não apenas que as pessoas fazem avaliações diferentes e até contraditórias de um objeto de acordo com o contexto,

mas também que o próprio objeto é construído diferentemente, dependendo de sua avaliação (então 'imigrantes de cor' é uma construção que muitas pessoas rejeitariam). O argumento é então aplicado ao estudo de como as pessoas usam regras, como as pessoas produzem relatos explicativos de seu comportamento (desculpas, justificativas, etc.), e assim por diante, argumentando-se, em cada caso, a favor da superioridade da análise de discurso sobre outros métodos, tais como os métodos experimentais.

Potter e Wetherell contrastam a priorização do conteúdo em sua abordagem com a priorização da forma na 'teoria da acomodação da fala' na psicologia social. Esta focaliza a maneira como as pessoas modificam a fala de acordo com a pessoa a quem falam e assim com a variabilidade da forma lingüística segundo o contexto e a função; enquanto na primeira eles abordam a variabilidade do conteúdo lingüístico. Em alguns casos, o foco é sobre o conteúdo proposicional dos enunciados e sobre os tipos de argumento nos quais as proposições funcionam. Por exemplo, ao pesquisarem atitudes, registram o que os informantes da Nova Zelândia dizem a respeito da repatriação dos imigrantes polinésios. Em outros casos, o foco é sobre o vocabulário e a metáfora – por exemplo, os predicados (verbos, adjetivos) e as metáforas usados relativos à 'comunidade', em reportagens da mídia sobre os distúrbios urbanos na Grã-Bretanha em 1980.

Na verdade, a distinção forma-conteúdo não é tão clara como pode parecer. Há aspectos de conteúdo que claramente estão ligados a questões de forma; por exemplo, a metáfora pode ser uma questão de fusão de diferentes domínios de sentido, mas também é uma questão de quais palavras são usadas em um texto, um aspecto de sua forma. E, do mesmo modo, aspectos de forma estão ligados ao conteúdo: a mescla de estilos no discurso terapêutico, identificada por Labov e Fanshel, é, em um nível, a mescla de formas (refere-se, por exemplo, às linhas de entonação que são típicas do estilo da 'família'), mas é também significativa em termos de conteúdo; por exemplo, em termos da construção da paciente como um tipo particular de 'eu' ou sujeito.

O quadro analítico de Potter e Wetherell é pobre em comparação com outras abordagens: seu 'conteúdo' reduz-se a aspectos

limitados do significado 'ideacional' ou conceitual do discurso, o que deixa intocadas outras dimensões de significado (em termos amplos, 'interpessoais') e aspectos associados de forma. (Os significados 'ideacionais' e 'interpessoais' são explicados em maiores detalhes no Capítulo 3, item "Discurso".) É no tratamento dado ao 'eu' por Potter e Wetherell que essas limitações analíticas se tornam mais aparentes. Ao contrário de tratamentos tradicionais do eu na psicologia social, eles adotam uma posição construtivista que enfatiza a constituição variável do eu no discurso. Mas eles são incapazes de operacionalizar adequadamente essa teoria em sua análise de discurso, porque (como argumentarei adiante: Capítulo 5, "Exemplo 1: Entrevista médica 'padrão'") diferentes 'eus' são sinalizados implicitamente por meio de configurações de muitos aspectos diversos do comportamento verbal (como também não-verbal), e é necessário um aparato analítico mais rico do que o de Potter e Wetherell para descrevê-los.

Como outras abordagens referidas, a de Potter e Wetherell é insuficientemente desenvolvida em sua orientação social para o discurso. Há em sua análise de discurso uma ênfase individualista parcial sobre as estratégias retóricas dos falantes. A discussão do eu é uma exceção aparente, porque uma visão construtivista do eu enfatiza a ideologia e a moldagem social do eu no discurso, mas essa teoria é pouco adequada à orientação predominante do livro, além de não ser operacionalizada na análise de discurso. Finalmente, há uma tendência para a atividade estratégica ou retórica do 'eu', ao se usarem categorias, regras, etc., como alternativas à sujeição do 'eu', em lugar de se tomarem as duas em uma síntese dialética (ver Capítulo 3, item "Discurso", para uma elaboração dessa visão).

Linguística crítica

'Linguística crítica' foi uma abordagem desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (Fowler *et al.*, 1979; Kress e Hodge, 1979). Eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funciona-

mento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria linguística funcionalista associada com Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como 'linguística sistêmica'.

Considerando-se suas origens disciplinares, não surpreende que a linguística crítica estivesse ansiosa por distinguir-se da linguística regular (na época mais firmemente dominada pelo paradigma chomskyano do que agora) e da sociolinguística (ver Fowler *et al.*, 1979: 185-195). São rejeitados dois 'dualismos prevaletentes e relacionados' na teoria linguística: o tratamento dos sistemas linguísticos como autônomos e independentes do 'uso' da linguagem e a separação entre 'significado' e 'estilo' ou 'expressão' (ou entre 'conteúdo' e 'forma'). Contra o primeiro dualismo, a linguística crítica afirma com Halliday que "a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social" (Halliday, 1973: 65) e argumenta que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social. Contra o segundo dualismo, a linguística crítica apóia a concepção de Halliday da gramática de uma língua como sistemas de 'opções', entre as quais os falantes fazem 'seleções' segundo as circunstâncias sociais, assumindo que opções formais têm significados contrastantes e que as escolhas de formas são sempre significativas. A sociolinguística é criticada porque meramente estabelece correlações entre linguagem e sociedade, em vez de buscar relações causais mais profundas, incluindo os efeitos da linguagem na sociedade: "a linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que a moldam" (Fowler *et al.*, 1979: 190).

A citação de Halliday no último parágrafo diz mais: "A linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social, e a organização dos sentidos comportamentais deve propiciar percepção de suas fundações sociais" (Halliday, 1973: 65). Kress (1989: 445) sugere que a linguística crítica desenvolveu a afirmação contida na segunda parte da citação, mas na verdade não aquela contida na primeira: ela "tentou 'compreender' estruturas das 'fundações sociais' da 'organização dos sentidos comportamentais'" nos textos. A linguística crítica novamente toma uma posição conforme Halliday, em oposição à prática da linguística regular e da sociolinguística, ao tomar textos completos (falados

ou escritos) como objetos de análise. Estende-se a 'hipótese Sapir-Whorf' de que a linguagem incorpora visões de mundo particulares a variedades da mesma língua; os textos particulares incorporam ideologias ou teorias particulares, e o propósito é a 'interpretação crítica' de textos: "a recuperação dos sentidos sociais expressos no discurso pela análise das estruturas linguísticas à luz dos contextos interacionais e sociais mais amplos" (Fowler *et al.*, 1979: 195-196). O objetivo é produzir um método analítico que seja utilizável por pessoas que possam ser, por exemplo, historiadores e não especialistas em linguística.

Para a análise textual, os linguistas críticos baseiam-se muito no trabalho da 'gramática sistêmica' de Halliday (ver Halliday, 1985), mas também em conceitos de outras teorias, como 'ato de fala' e 'transformação'. A linguística crítica difere de outras abordagens na atenção que dedica à gramática e ao vocabulário dos textos. Há muita referência à 'transitividade', o aspecto da gramática da oração ou da frase relacionado ao seu significado ideacional, isto é, o modo como representa a realidade (ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema", para uma discussão detalhada de transitividade). A gramática fornece diferentes 'tipos de processo' e 'participantes' associados como opções, e a seleção sistemática de um tipo de processo particular pode ser ideologicamente significativa. Por exemplo, o jornal comunista *The Morning Star* (21 de abril de 1980) formula parte de uma reportagem sobre um dia de ação de um sindicato médico como um processo 'de ação' em que os trabalhadores ('nortistas') são os atores: "O Parlamento foi atacado por centenas de nortistas". Isso poderia ter sido formulado como um processo 'relacional' em que o significado de 'trabalhadores em ação' fosse menos proeminente (por exemplo, "Houve um lobby no Parlamento com centenas de nortistas").

Um outro foco relacionado é sobre os processos gramaticais da 'transformação' examinados no tempo real (por exemplo, as transformações associadas com o desenvolvimento de uma reportagem num jornal num período de anos, discutidas em Trew, 1979), ou mais abstratamente, por exemplo, onde o que poderia ter sido formulado como oração ("x criticou bastante y") é realmente formulado de modo transformado como 'nominalização' ("houve

muita crítica"). A nominalização é a conversão de uma oração em um nominal ou nome, aqui 'crítica' de "x criticou y". Outra transformação é a 'apassivação', a conversão de uma oração ativa em uma oração passiva (por exemplo, a manchete "Manifestantes são mortos (pela polícia)", em lugar de "Polícia mata manifestantes"). Tais transformações podem ser associadas com aspectos do texto ideologicamente significativos, tal como a mistificação sistemática da agência: ambas permitem que o agente de uma oração seja omitido.

Um foco adicional é sobre aspectos da gramática da oração que dizem respeito a seus significados interpessoais, isto é, um foco sobre o modo como as relações sociais e as identidades sociais são marcadas na oração. Trata-se da gramática da 'modalidade' (ver, no Capítulo 5, o item "Modalidade", para exemplos e discussão). A abordagem do vocabulário baseia-se no pressuposto de que diferentes modos de 'lexicalizar' domínios de significado podem envolver sistemas de classificação ideologicamente diferentes, assim há interesse em como as áreas da experiência podem vir a ser 'relexicalizadas' em princípios classificatórios diferentes, por exemplo, no curso da luta política (ver, no Capítulo 6, o item "Metáfora", para mais detalhes).

Na linguística crítica, há uma tendência a enfatizar demais o texto como produto e a relegar a segundo plano os processos de produção e interpretação de textos. Por exemplo, embora se diga que o objetivo da linguística crítica seja a interpretação crítica de textos, dá-se pouca atenção aos processos e aos problemas da interpretação, aos do(a) analista-intérprete ou aos do(a) participante intérprete. Assim, na análise, a relação entre aspectos textuais e sentidos sociais é muitas vezes retratada como sem problemas e transparente: apesar da insistência de que "não há associação previsível de um para um entre qualquer forma linguística e qualquer sentido social específico" (Fowler *et al.*, 1979: 198), na prática atribuem-se valores a estruturas particulares (tais como orações passivas sem agentes) de modo bastante mecânico. Mas os textos podem estar abertos a diferentes interpretações, dependendo do contexto e do(a) intérprete, o que significa que os sentidos sociais do discurso (bem como ideologias) não podem ser simplesmente extraídos do

texto sem considerar padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto. Pode ser que "a ideologia seja lingüísticamente mediada e habitual para um(a) leitor(a) aquiescente, não-crítico(a)" (Fowler *et al.*, 1979: 190), mas os leitores são freqüentemente críticos. Uma vez que a lingüística crítica tenha estabelecido sentidos sociais para um texto, há uma tendência a tomar os efeitos ideológicos como tácitos.

Uma outra limitação da lingüística crítica é que ela confere uma ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes e, conseqüentemente, negligencia tanto o discurso como domínio em que se realizam as lutas sociais, como a mudança no discurso, uma dimensão da mudança social e cultural mais ampla. Isso não está desligado dos comentários que fiz no último parágrafo: a interpretação é um processo ativo em que os sentidos a que se chegou dependem dos recursos usados e da posição social do(a) intérprete, e só ignorando esse processo dinâmico é que se pode construir textos que simplesmente produzam efeitos ideológicos sobre um recipiente passivo. Mais geralmente, o que está em questão é a visão exclusivamente descendente do poder e da ideologia na lingüística crítica, que corresponde a uma ênfase encontrada também na abordagem althusseriana do grupo de Pêcheux (discutida a seguir) na estase social e não na mudança, nas estruturas sociais e não na ação social, e na reprodução social e não na transformação social. Há necessidade de uma teoria social do discurso baseada em uma reavaliação desses dualismos tomados como pólos em relações de tensão, em vez de optar-se por um membro de cada par e rejeitar o outro como se fossem mutuamente exclusivos.

Um comentário final é que na lingüística crítica se concebe a interface linguagem-ideologia muito estreitamente. Primeiro, além da gramática e do vocabulário, outros aspectos dos textos podem ter significância ideológica – por exemplo, a estrutura argumentativa ou narrativa geral de um texto. Segundo, a lingüística crítica lida principalmente com o monólogo escrito e tem relativamente pouco a dizer sobre aspectos ideologicamente importantes da organização do diálogo falado (como a tomada de turno), embora haja alguma discussão das dimensões pragmáticas dos enunciados,

tais como seus aspectos de polidez (ver, no Capítulo 5, o item "Polidez"). Terceiro, devido ao negligenciamento relativo dos processos de interpretação, a ênfase cai exageradamente na realização de ideologias nos textos. O que é deixado de lado é o sentido em que os processos de interpretação levam os intérpretes a pressupor coisas que não estão no texto e que podem ser de natureza ideológica (veja um exemplo no Capítulo 3, item "Prática discursiva"). (Fairclough, 1989b, apresenta uma discussão mais completa.)

Recentemente, os lingüistas críticos fizeram sua própria crítica do trabalho anterior (Kress, 1989; Fowler, 1988a), incluindo alguns pontos que levantei anteriormente, e determinados membros do grupo envolveram-se muito com o desenvolvimento de uma abordagem um pouco diferente (Hodge e Kress, 1988; Kress e Threadgold, 1988), que denominam 'semiótica social'. Em oposição à lingüística crítica, há preocupação com uma variedade de sistemas semióticos, como a linguagem, e com a inter-relação entre linguagem e semiose visual. Os processos discursivos de produção e interpretação textual tornaram-se uma preocupação central, e há mais atenção explícita ao desenvolvimento de uma teoria social do discurso, com uma orientação para a luta e a mudança histórica no discurso, que se centra em uma tentativa de desenvolver uma teoria do gênero de discurso.

Pêcheux

Michel Pêcheux e seus colaboradores (Pêcheux *et al.*, 1979; Pêcheux, 1982) desenvolveram uma abordagem crítica à análise de discurso que, como a lingüística crítica, tenta combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual, trabalhando principalmente com o discurso político escrito. Sua pesquisa tem se ligado conscientemente a desenvolvimentos políticos na França, especialmente a relação entre os partidos comunista e socialista nos anos 1970 e uma comparação de seu discurso político.

A fonte principal da abordagem de Pêcheux na teoria social foi a teoria marxista de ideologia de Althusser (1971). Althusser enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a

contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Ele também argumentou que, longe de ser meramente 'idéias' descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, que na concepção de Althusser funcionam como dimensões ideológicas do Estado – que chamou de "aparelhos ideológicos de estado" (AIEs).

A contribuição de Pêcheux a essa teoria foi desenvolver a idéia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante. Ele usa o termo 'discurso' para enfatizar a natureza ideológica do uso lingüístico. O discurso "mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade lingüística na ideologia" (Pêcheux, citado em Courtine, 1981). Um AIE pode ser concebido como um complexo de 'formações ideológicas' inter-relacionadas, cada qual correspondendo aproximadamente a uma posição de classe no interior do AIE. Pêcheux sugere que cada posição incorpora uma 'formação discursiva' (FD), um termo que tomou emprestado de Foucault. Uma FD é "aquilo que em uma dada formação ideológica... determina 'o que pode e deve ser dito'" (Pêcheux, 1982: 111, itálico no original). Isso é compreendido em termos especificamente semânticos: as palavras "mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as 'usa'" (Pêcheux *et al.*, 1979: 33). Além disso, embora duas diferentes formações discursivas possam ter determinadas palavras ou expressões em comum, as relações entre essas e outras palavras e expressões diferirão nos dois casos, e assim também diferirão os sentidos dessas palavras ou expressões partilhadas, porque é sua relação com as outras que determina seu sentido. Por exemplo, 'militante' significa coisas diferentes no discurso sindical (no qual poderia ser sinônimo de 'ativista' e antônimo de 'apático') e no discurso conservador da direita (no qual poderia ser sinônimo de 'subversivo' e antônimo de 'moderado'). Ademais, os sujeitos sociais são constituídos em

relação a FDs particulares e seus sentidos; essas FDs são, de acordo com Pêcheux, faces lingüísticas de "domínios de pensamento"... sociohistoricamente constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e simultaneamente *junto com ele* o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar" (Pêcheux, 1982: 112-113, itálico no original).

As FDs são posicionadas em complexos de FDs relacionadas referidas como 'interdiscurso', e os sentidos específicos de uma FD são determinados 'de fora' por sua relação com outras no interdiscurso. O 'estado' particular do interdiscurso em um momento particular (quais as FDs nele contidas e quais suas relações) depende do estado da luta ideológica em um AIE. Entretanto, essa determinação externa de FDs é algo de que os sujeitos tipicamente não têm consciência; os sujeitos tendem a perceber a si mesmos equivocadamente como a fonte dos sentidos de uma FD, quando na verdade são seus efeitos. Pêcheux refere-se a 'pré-construídos', elementos já formados que circulam entre as FDs, que são percebidos como o que é 'dado' ou conhecido ou já dito pelos participantes, enquanto eles realmente se originam fora dos sujeitos, no interdiscurso. Um exemplo seriam expressões como "o aumento nos padrões de vida do pós-guerra", ou "a ameaça soviética", que cruzam de uma FD a outra como expressões já prontas, junto com suas pressuposições (que houve um aumento e que existe uma ameaça).

Um aspecto importante é que os sujeitos nem sempre se identificam totalmente com uma FD. Os sujeitos podem distanciar-se de uma FD pelo uso de marcadores metadiscursivos (ver, no Capítulo 4, o item "Metadiscurso"), tais como 'o assim chamado x', 'o que você chama um x' e o 'x'. Pêcheux denomina isso 'contratificação' – o distanciar-se de práticas existentes sem substituí-las por novas práticas. Onde uma tal substituição ocorre, trata-se de uma situação mais radical de 'desidentificação', que envolve "o 'rearranjo da expulsão' do complexo de formações ideológicas (e das formações discursivas que aí estão imbricadas)" (Pêcheux, 1982: 159). Entretanto, Pêcheux considera a possibilidade de desidentificação especificamente ligada à teoria e à prática revolucionária do marxismo-leninismo, na forma organizacional do Partido Comunista.

O método de análise é denominado 'análise automática do discurso' porque parte do procedimento é computadorizada com o fim de identificar FDs em um *corpus* de textos. Pêcheux *et al.* (1979: 33) notam que a composição mesma de um *corpus* incorpora "uma hipótese sobre a existência de uma ou mais FDs" que 'dominam' os textos constituintes e sugerem que uma tal hipótese deveria originar-se em disciplinas especialistas, tais como a história ou a sociologia, e não nos próprios analistas de discurso, para evitar circularidade. A reunião de um *corpus* na base de uma hipótese é a mesma coisa que impor homogeneidade no domínio textual, e, além disso, o *corpus* é homogeneizado por meio da exclusão de partes de textos cujas 'condições de produção' (conseqüentemente cujas FDs dominantes) são diferentes das principais FDs.

A primeira parte do procedimento é uma análise lingüística do texto em orações (isto é, orações simples), usando-se os procedimentos 'transformacionais' do lingüista Zellig Harris (1963). Por exemplo, "Lamento sua partida" seria analisada em duas orações: "Lamento", "que ela partiu". São produzidos gráficos que mostram os tipos de relações existentes entre as orações (coordenação, subordinação, complementação, etc.). Submetem-se então tais gráficos a um segundo procedimento, computadorizado, para determinar as palavras e as expressões que se encontram em uma relação de 'substituição', isto é, as que podem ocorrer nas mesmas posições nas orações, as que são semelhantes em sua estrutura gramatical e as que são relacionadas, de modo semelhante, a outras orações. Por exemplo, 'militantes' e 'subversivos' estão em uma relação de substituição em "Deveríamos observar militantes que destroem a indústria", "A nação deve proteger-se de subversivos que solapam nossas instituições". Quando as palavras ou as expressões são postas em uma relação de substituição em um texto, estabelecem-se relações semânticas entre elas – tais como as relações de sinonímia (A implica B, e B implica A) ou implicação (A implica B, mas B não implica A) – que provavelmente são distintivas na FD à qual o texto está associado. O procedimento focaliza determinadas 'palavras-chave', palavras de excepcional significado social ou político (por exemplo, 'luta' no discurso político). (Para uma descrição mais detalhada do método de análise, ver Maingueneau, 1976; Thompson,

1984: 238-247.) Finalmente, os resultados dos procedimentos analíticos precisam ser interpretados, embora se dedique pouca atenção a problemas associados à interpretação e o método pareça bastante *ad hoc*.

A força da abordagem de Pêcheux, e a razão para considerá-la como crítica, é que ela casa uma teoria marxista do discurso com métodos lingüísticos de análise textual. Entretanto, o tratamento dos textos é insatisfatório. Como indiquei anteriormente, eles são homogeneizados antes da análise pela maneira como o *corpus* é constituído (Courtine e Marandin, 1981: 22-23), e o efeito da aplicação de procedimentos transformacionais à análise de textos em orações separadas é eliminar aspectos distintivos da organização textual. Além disso, tais procedimentos possibilitam um foco seletivo sobre partes dos textos, o que significa que os objetos de análise são efetivamente as orações e não os textos completos. Os textos também são tratados como produtos, exatamente como na lingüística crítica, e os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção. São analisados em termos semânticos estreitos (uma crítica que fiz também a Potter e Wetherell) com um foco predeterminado em 'palavras-chave': são consideradas apenas as dimensões ideacionais do significado, enquanto deixam de ser contempladas as dimensões interpessoais que dizem respeito às relações sociais e às identidades sociais e são favorecidas as relações de significado mais abstratas em detrimento das propriedades do sentido dos enunciados no contexto. São ignorados muitos aspectos da forma e da organização dos textos que recebem atenção em outras abordagens. Em suma, os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs formuladas *a priori*, contrariamente à tentativa pelos analistas de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. Há uma tendência semelhante na teoria althusseriana de ênfase na reprodução – como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada – em detrimento da transformação – como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática. Sugeri que semelhante ênfase ocorre na lingüística crítica. Conseqüentemente, há uma visão unilateral da posição do sujeito como

um efeito; é negligenciada a capacidade dos sujeitos de agirem como agentes, e mesmo de transformarem eles próprios as bases da sujeição. A teoria de 'desidentificação' como mudança gerada exteriormente por uma prática política particular é uma alternativa implausível para construir a possibilidade de transformação em nossa visão do discurso e do sujeito.

A 'segunda geração' da análise de discurso na tradição de Pêcheux alterou aspectos fundamentais da abordagem, em parte em resposta às críticas e em parte sob a influência de mudanças políticas na França (Maldidier, 1984: xi-xiv). Alguns estudos do discurso político (por exemplo, Courtine, 1981) enfatizam as estratégias discursivas de aliança e combinações de diferentes FDs que tornam o discurso altamente heterogêneo e ambíguo. Tais propriedades não são facilmente acomodadas na visão anterior, em que as FDs monolíticas têm relações estáticas de oposição. Passou-se a caracterizar o discurso como possuidor de 'heterogeneidade constitutiva' (Authier-Revuz, 1982), de *propriedades inerentes de 'dialogismo' e 'intertextualidade'* nos termos de uma tradição teórica diferente (ver Bakhtin, 1981; Kristeva, 1986a; e, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva"), e o trabalho anterior foi considerado em conformidade com minha crítica anterior, como procedimentos para imposição de homogeneidade. O interdiscurso passou a ser considerado como "um processo de constante reestruturação", no qual a delimitação de uma FD é "fundamentalmente instável, não se tratando de um limite permanente a separar o interior do exterior, mas um limite entre diferentes FDs que muda de acordo com o que está em jogo na luta ideológica" (Courtine, 1981: 24). Dada a heterogeneidade constitutiva do discurso, partes específicas de um texto serão frequentemente ambivalentes, pondo questões para os intérpretes sobre as FDs mais relevantes para sua interpretação e, como observa Pêcheux em um de seus últimos trabalhos (1988), conferindo à análise de discurso o caráter de uma disciplina interpretativa e não diretamente descritiva. Ao mesmo tempo, ocorre o abandono da 'ilusão do teórico', de que transformações radicais do interdiscurso são "autorizadas pela existência do marxismo-leninismo" (Pêcheux, 1983: 32). Com um novo foco sobre o 'evento' discursivo particular, emerge uma visão dialética, e a possibilidade de trans-

formações torna-se inerente à natureza heterogênea e contraditória do discurso:

Qualquer discurso dado é o sinal potencial de um movimento nas filiações sociohistóricas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, o resultado de tais filiações e o trabalho... de deslocamento em seu espaço (Pêcheux, 1988: 648).

Conclusão

Quero concluir esta discussão reunindo as questões principais até agora na forma de um conjunto de afirmações que podem ser julgadas desejáveis para uma abordagem crítica adequada à análise de discurso. Isso fornecerá um quadro preliminar da abordagem que começo a desenvolver no Capítulo 3, e indicará sua relação com aquelas já discutidas. Ao mesmo tempo, ajudará a identificar as áreas em que a tradição de análise de discurso orientada linguisticamente, que resenhei neste capítulo, é fraca e pouco desenvolvida, precisando ser fortalecida pela adoção de pressupostos da linguagem e do discurso na teoria social.

1. O objeto de análise são textos lingüísticos, que são analisados em termos de sua própria especificidade (compare-se Pêcheux). As seleções de textos que representam um domínio particular de prática devem assegurar que a diversidade de práticas é representada (compare-se Sinclair e Coulthard) e evita a homogeneização (compare-se Pêcheux).
2. Além de textos como 'produtos' de processos de produção e interpretação textual, os próprios processos são analisados (comparem-se Sinclair e Coulthard e a lingüística crítica e confira-se a abordagem à análise de discurso crítica em van Dijk (1988) para a atenção detalhada aos processos discursivos). A análise propriamente dita é considerada como interpretação, e os analistas buscam ser sensíveis a suas próprias tendências interpretativas e a razões sociais (comparem-se Sinclair e Coulthard, a análise da conversação, a lingüística crítica).

3. Os textos podem ser heterogêneos e ambíguos, e pode-se recorrer a configurações de diferentes tipos de discurso em sua produção e interpretação (Labov e Fanshel; comparem-se a análise da conversação, a 'primeira geração' do grupo de Pêcheux).
4. O discurso é estudado histórica e dinamicamente, em termos de configurações mutantes de tipos de discurso em processos discursivos, e em termos de como tais mudanças refletem e constituem processos de mudança social mais amplos (a 'segunda geração' do grupo de Pêcheux, a semiótica social; comparem-se Labov e Fanshel, a 'primeira geração' do grupo de Pêcheux, a lingüística crítica).
5. O discurso é socialmente construtivo (lingüística crítica, Pêcheux, Potter e Wetherell), constituindo os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, e o estudo do discurso focaliza seus efeitos ideológicos construtivos (Pêcheux, lingüística crítica; compare-se Labov e Fanshel).
6. A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso (compare-se a análise da conversação), mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição ('segunda geração' do grupo de Pêcheux; comparem-se as abordagens não-críticas, a lingüística crítica).
7. A análise de discurso cuida do funcionamento deste na transformação criativa de ideologias e práticas como também do funcionamento que assegura sua reprodução (comparem-se Pêcheux, a lingüística crítica).
8. Os textos são analisados em termos de uma gama diversa de aspectos de forma e significado (por exemplo, as propriedades do diálogo e da estrutura textual como também o vocabulário e a gramática) pertencentes tanto às funções ideacionais da linguagem como às interpessoais (comparem-se Potter e Wetherell, Pêcheux).

O que se busca é uma análise de discurso que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças

sociais. Embora os pontos 4, 5 e 6 recebam algum apoio, especialmente nas abordagens críticas à análise de discurso que discuti anteriormente, precisamos ir à teoria social para encontrar desenvolvimentos completos e explícitos. Foucault contribui com sua valiosa percepção de todos eles, como argumentarei no Capítulo 2. Entretanto, nem a tradição crítica na análise de discurso orientada lingüisticamente nem Foucault lidam satisfatoriamente com o ponto 7 — o modo como o discurso contribui tanto para a reprodução como para a transformação das sociedades. Tal dualidade do discurso é de importância central no quadro teórico que apresento no Capítulo 3, e seu negligenciamento nos escritos de Foucault é associado a fraquezas teóricas e metodológicas fundamentais em seu trabalho.

Capítulo 2

Michel Foucault e a análise de discurso*

A prática do discurso revolucionário e do discurso científico, nos últimos dois séculos, não o libertou dessa idéia de que as palavras são sopro, um murmúrio externo, um bater de asas que se tem dificuldade de ouvir no assunto sério que é a história?

Michel Foucault, *A arqueologia do saber*

Foucault tem tido uma enorme influência sobre as ciências sociais e as humanidades, e a popularização do conceito de discurso e de análise de discurso como um método pode parcialmente ser atribuída a essa influência. É importante examinar seu trabalho em detalhes por duas razões. Primeiramente, a abordagem de análise de discurso de Foucault é amplamente referida como um modelo pelos cientistas sociais, e a partir do instante em que eu estou defendendo uma abordagem diferente para a análise de discurso em estudos de mudanças sociais e culturais, a relação entre as duas abordagens necessita ser esclarecida. Existe um contraste principal aqui entre uma análise de discurso textualmente (e, por conseguinte, lingüisticamente) orientada (doravante abreviada para ADTO) como a minha e a abordagem mais abstrata de Foucault. Eu também preciso dar as razões pelas quais os cientistas sociais deveriam considerar o uso da ADTO; no fim do capítulo, argumentarei como isso pode conduzir a análises sociais mais satisfatórias.

A segunda razão para um capítulo sobre Foucault já foi aludida: o desenvolvimento de uma abordagem para a análise de discurso

* Tradução de Célia Maria Ladeira Mota.

que seja teoricamente adequada, tanto quanto praticamente utilizável, requer uma síntese da análise de discurso orientada lingüisticamente e a compreensão da teoria social recente sobre a linguagem e o discurso. O trabalho de Foucault representa uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social. Como eu destaquei no fim do Capítulo 1, essas são áreas em que abordagens orientadas lingüisticamente são fracas e não-desenvolvidas.

No entanto, uma vez que a abordagem de Foucault para o discurso e o contexto intelectual no qual foi desenvolvida são tão diferentes do meu próprio trabalho, não se pode simplesmente aplicar o trabalho de Foucault em análise de discurso; é, como diz Courtine, uma questão de “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar” (1981: 40) dentro da ADTO e tentar operacionalizar sua percepção em métodos reais de análise. A proeminência dada ao discurso nos trabalhos iniciais de Foucault é uma consequência de posições que ele assumiu em relação à condução da pesquisa nas ciências humanas. Ele optou por focar as práticas discursivas num esforço para ir além dos dois principais modelos alternativos de investigação disponíveis na pesquisa social – o estruturalismo e a hermenêutica (Dreyfus e Rabinow, 1982: xiii-xxiii). Foucault preocupou-se com as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência, associadas a uma formação discursiva.

Esse contexto intelectual ajuda a explicar as principais diferenças entre a análise de discurso de Foucault e a da ADTO. Em primeiro lugar, Foucault estava preocupado, em algumas fases de seu trabalho, com um tipo de discurso bastante específico – o discurso das ciências humanas, como a medicina, a psiquiatria, a economia e a gramática. A ADTO, por outro lado, está preocupada, em princípio, com qualquer tipo de discurso – conversação, discurso de sala de aula, discurso da mídia, e assim por diante. Em segundo lugar, como já indiquei, enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO, ela não é uma parte da análise de discurso de Foucault. Seu foco é sobre as

‘condições de possibilidade’ do discurso (Robin, 1973: 83), sobre as ‘regras de formação’, que definem possíveis ‘objetos’, ‘modalidades enunciativas’, ‘sujeitos’, ‘conceitos’ e ‘estratégias’ de um tipo particular de discurso (esses termos são explicitados a seguir). A ênfase de Foucault é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras.

Eu citei anteriormente a opinião de Courtine, de que nós deveríamos “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar” dentro da ADTO. A noção da ‘perspectiva de Foucault’, no entanto, pode ser enganadora, dadas as mudanças de ênfase dentro de seu trabalho. (claramente descritas em Davidson, 1986). Em seu trabalho arqueológico inicial, o foco era nos tipos de discurso (‘formações discursivas’, veja adiante) como regras para a constituição de áreas de conhecimento. Em seus últimos estudos genealógicos, a ênfase mudou para as relações entre conhecimento e poder. E no trabalho dos últimos anos de Foucault, a preocupação era com a ética, ou “como o indivíduo deve constituir-se ele próprio como um sujeito moral de suas próprias ações” (Rabinow, 1984: 352). Embora o discurso permaneça uma preocupação ao longo de toda a obra, seu *status* muda, e assim mudam também as implicações para a ADTO.

Neste capítulo, eu irei primeiro explicar e avaliar as concepções de discurso nos estudos arqueológicos de Foucault (especialmente Foucault, 1972) e, em seguida, discutirei como o *status* do discurso se altera no trabalho genealógico de Foucault (enfocando Foucault, 1979 e 1981). O principal objetivo nessas seções será identificar algumas perspectivas e percepções valiosas acerca do discurso e da linguagem no trabalho de Foucault, que devem ser integradas à teoria da ADTO e operacionalizadas em sua metodologia, quando for adequado. Eu concluo, no entanto, discutindo certas fragilidades no trabalho de Foucault, as quais limitam seu valor para a ADTO, e como a ADTO poderá contribuir para reforçar a análise social, até mesmo dentro da tradição foucaultiana. O que eu estou oferecendo, assim, é uma leitura de Foucault de um ponto de vista específico; explicações e críticas mais detalhadas e equilibradas são disponíveis em outras fontes (por exemplo, Dreyfus e Rabinow, 1982; Hoy, 1986; Fraser, 1989).

Os trabalhos arqueológicos de Foucault

Os estudos arqueológicos iniciais de Foucault (eu estarei me referindo particularmente a Foucault, 1972) incluem as duas principais contribuições teóricas sobre o discurso que precisam ser incorporadas à ADTO. A primeira é uma visão constitutiva do discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é uma ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam (uma propriedade comumente referida como a intertextualidade de textos – ver, no Capítulo 3, o item “Prática discursiva”), e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas (uma perspectiva reconhecida por Pêcheux na primazia que ele atribuiu ao interdiscurso – veja, no Capítulo 1, o item “Pêcheux”). Embora o foco de Foucault (1972) seja sobre as formações discursivas das ciências humanas, sua percepção é transferível para todos os tipos de discurso.

O que Foucault entende por ‘discurso’ e ‘análise de discurso’, em seus trabalhos arqueológicos? Ele vê a análise de discurso voltada para a análise de enunciados (a tradução usual do francês *énoncés*; o que é um pouco enganador, ao insinuar que *énoncés* são apenas asserções, opostas a perguntas, ordens, ameaças, e assim por diante). De acordo com uma formulação (Foucault, 1972: 107-108), a análise de enunciados é uma de uma série de formas de analisar desempenhos verbais. As demais são “uma análise lógica de proposições, uma análise gramatical de frases, uma análise psicológica ou contextual de formulações”. A análise discursiva de enunciados não substitui esses outros tipos de análises, mas não pode também ser reduzida a eles. Uma consequência é que, para Foucault, a análise de discurso não pode ser equiparada à análise lingüística, nem o discurso à linguagem. A análise de discurso diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais, mas à

especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas (algumas vezes referidas como discursos), sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais. A concepção de análise lingüística à qual Foucault está recorrendo é datada (o livro de Foucault, 1972, foi escrito em 1969), e o tipo de regras às quais ele se refere parece ser o que os sociolingüistas atuantes nos anos 1970 chamaram de regras sociolingüísticas, regras sociais de uso da linguagem. No entanto, a perspectiva de Foucault é muito diferente de qualquer uma encontrada na sociolingüística; parte da diferença é a falta de preocupação com textos de linguagem anteriormente referidos.

Uma formação discursiva consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de regras para a formação de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de regras para a formação de conceitos e de regras para a formação de estratégias (Foucault, 1972: 31-39). Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos anteriores (exemplos são fornecidos a seguir), e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social (Foucault usa a expressão prática discursiva). Eu discutirei cada tipo de regra apresentando um resumo da posição de Foucault e indicação breve de seu interesse e suas implicações potenciais para a análise de discurso.

A formação dos objetos

A percepção essencial no que diz respeito à formação de objetos é que os objetos do discurso são constituídos e transformados em discurso de acordo com as regras de uma formação discursiva específica, ao contrário de existirem independentemente e simplesmente serem referidos ou discutidos dentro de um discurso particular. Por objetos, Foucault entende objetos de conhecimento, as entidades que as disciplinas particulares ou as ciências reconhecem dentro de seus campos de interesse e que elas tomam como

alvos de investigação. (Esse sentido de objetos pode ser estendido para além de disciplinas ou ciências formalmente organizadas para as entidades reconhecidas na vida comum.) Foucault dá o exemplo da constituição da loucura como um objeto no discurso da psicopatologia, a partir do século XIX em diante; outros exemplos poderiam ser a constituição de nação e raça, ou liberdade e empresa (ver Keat e Abercrombie, 1990) no discurso contemporâneo da mídia e da política, ou de letramento no discurso educacional. De acordo com Foucault, “a doença mental foi constituída por tudo o que foi dito em todos os enunciados que a nomeavam, dividiam, descreviam, explicavam...” (1972: 32). Além do mais, a loucura não é um objeto estável, mas está sujeita a transformações contínuas, tanto entre formações discursivas, como dentro de uma dada formação discursiva. Isso significa que uma formação discursiva precisa ser definida de tal forma que permita a transformação de seus objetos, e Foucault sugere que “a unidade de um discurso é baseada não tanto na permanência e na singularidade de um objeto quanto no espaço no qual vários objetos emergem e são continuamente transformados” (1972: 32).

O que é de maior significação aqui para a análise de discurso é a visão de discurso como constitutiva – contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos (e, como veremos logo, dos sujeitos) da vida social. Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são tidos como dados na realidade. A visão referencial do relacionamento entre linguagem e realidade tem sido geralmente pressuposta pela lingüística e pelas abordagens da análise de discurso baseadas na lingüística.

O espaço a que Foucault se refere aqui é definido para uma dada formação discursiva em termos de relação; uma relação entre “instituições, processos sociais e econômicos, padrões de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” específicos (1972: 45); uma relação que

constitui as regras de formação para os objetos. Usando o exemplo da psicopatologia, Foucault escreve:

Se, em um período particular na história de nossa sociedade, o delinqüente foi psicologizado e patologizado, se um comportamento criminal pôde dar origem a toda uma série de objetos de conhecimento (homicídio (e suicídio), crimes passionais, ofensas sexuais, certas formas de roubo, vadiagem), isso foi porque um grupo de relações particulares foi adotado para uso no discurso psiquiátrico. A relação entre planos de especificação, como categorias penais e graus reduzidos de responsabilidade, e planos de caracterização psicológica (facilidades, aptidões, graus de desenvolvimento ou involução, diferentes formas de reação ao ambiente, tipos de caráter, se adquiridos ou hereditários). A relação entre a autoridade da decisão médica e a autoridade da decisão judicial... A relação entre o filtro formado pelo interrogatório judicial, a informação policial, a investigação, e todo o maquinário de informação judicial, e o filtro formado pelo questionário médico, exames clínicos, a procura por antecedentes e explicações biográficas. A relação entre a família, as normas sexuais e penais de comportamento dos indivíduos e a tabela de sintomas patológicos e doenças das quais elas são sinais. A relação entre confinamento terapêutico no hospital... e confinamento punitivo na prisão... (1972: 43-44)

Foucault sugere que uma formação discursiva constitui objetos de forma altamente limitada, na qual as restrições sobre o que ocorre dentro de uma formação discursiva são uma função das relações interdiscursivas entre as formações discursivas e das relações entre as práticas discursivas e não-discursivas que compõem tal formação discursiva. A ênfase nas relações interdiscursivas tem importantes implicações para a análise de discurso, já que põe no centro da agenda a investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras, dentro do que eu chamarei, usando um termo foucaultiano, ordens de discurso institucionais e societárias – a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas (ver Fairclough, 1989a: 29, e Capítulo 3, item “Prática discursiva”, adiante). A visão de que a articulação de ordens de

discurso é decisiva para a constituição de qualquer formação discursiva, e que deve, por isso, ser um foco central na análise de discurso, é expressa de forma variada no trabalho de Pêcheux (em seu conceito de interdiscurso: ver Capítulo 1), Bernstein (1982) e Laclau e Mouffe (1985).

A formação de modalidades enunciativas

A principal tese de Foucault com respeito à formação de modalidades enunciativas é a de que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (seu autor/sua autora), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Isto é, os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem, mas também aqueles para quem eles são dirigidos – de formas particulares, de modo que “descrever uma formulação como enunciado não consiste em analisar a relação entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar que posição pode e deve ser ocupada por qualquer indivíduo para que ele seja o sujeito dela” (1972: 95-96).

Essa visão da relação entre sujeito e enunciado é elaborada por meio de uma caracterização de formações discursivas constituídas por configurações particulares de modalidades enunciativas. Modalidades enunciativas são tipos de atividade discursiva, como descrição, formação de hipóteses, formulação de regulações, ensino, e assim por diante, cada uma das quais tem associadas suas próprias posições de sujeito. Assim, por exemplo, o ensino como uma atividade discursiva posiciona aqueles que fazem parte como professor(a) ou aluno(a). Como no caso de objetos, as regras de formação para as modalidades enunciativas de uma formação discursiva particular são constituídas por um complexo grupo de relações. Foucault resume isso para o discurso clínico:

Se, no discurso clínico, o médico é alternadamente o soberano questionador direto, o olho que observa, o dedo que toca, o órgão que decifra sinais, o ponto no qual descrições previamente formuladas são integradas, o técnico de laboratório, isso é por-

que um completo grupo de relações é envolvido... entre diversos elementos distintos, alguns dos quais dizem respeito ao *status* dos médicos, outros aos lugares institucional e técnico (hospital, laboratório, prática privada, etc.), de onde eles falam, ou ainda de acordo com sua posição como sujeitos que percebem, observam, descrevem, ensinam, etc. (1972: 53).

Essa articulação de modalidades enunciativas é historicamente específica e aberta à mudança histórica; a atenção às condições sociais sob as quais tais articulações são transformadas e aos mecanismos de sua transformação são uma parte significativa da pesquisa sobre a mudança discursiva em relação à mudança social (ver Capítulo 3, item “Mudança discursiva”, e Capítulo 7, adiante). De preferência à postulação de um ‘sujeito da medicina’ unitário, que daria coerência a essas várias modalidades enunciativas e posições de sujeito, Foucault sugere que essas várias modalidades e posições manifestam a dispersão ou fragmentação do sujeito. Em outras palavras, um(a) médico(a) é constituído(a) pela configuração de modalidades enunciativas e posições de sujeito que é reassegurada pelas regras correntes do discurso médico. O trabalho de Foucault é uma grande contribuição para o descentramento do sujeito social nas recentes teorias sociais (ver Henriques *et al.*, 1984), para a visão do sujeito constituído, reproduzido e transformado na prática social e por meio dela, e para a visão do sujeito fragmentado.

O que é de particular significação no presente contexto é que Foucault atribui um papel fundamental para o discurso na constituição dos sujeitos sociais. Por implicação, as questões de subjetividade, identidade social e domínio do eu devem ser do maior interesse nas teorias de discurso e linguagem, e na análise discursiva e lingüística. De fato, eles têm recebido muito pouca atenção na principal corrente lingüística, ou mesmo na análise de discurso lingüística e textualmente orientada, na sociolingüística, ou na pragmática lingüística. Essas disciplinas acadêmicas têm quase sempre mantido o tipo de visão pré-social do sujeito social, o que tem sido largamente rejeitado em recentes debates sobre a subjetividade. De acordo com essa visão, as pessoas entram na prática e

na interação social com identidades sociais que são pré-formadas, as quais afetam sua prática, mas não são afetadas por ela. Em termos da linguagem, é largamente admitido nessas disciplinas que a identidade social da pessoa afetará a forma como ela usa a linguagem, mas há pouca percepção do uso de linguagem – práticas discursivas – afetando ou moldando a identidade social. A subjetividade e a identidade social são questões secundárias nos estudos de linguagem, geralmente não indo além de teorias de expressão e significado expressivo: a identidade (origem social, gênero, classe, atitudes, crenças, e assim por diante) de um(a) falante é expressa nas formas lingüísticas e nos significados que ele(a) escolhe.

Ao contrário disso, adotarei a posição de Foucault de localizar a questão dos efeitos da prática discursiva sobre a identidade social no centro da ADTO, teórica e metodologicamente. Essa visão tem conseqüências significativas para a reivindicação de a análise de discurso ser um método principal de pesquisa social: uma teoria expressiva da subjetividade no discurso permite que ele seja considerado como uma dimensão secundária da prática social, ao contrário de uma teoria constitutiva. No entanto, existem importantes limitações. A insistência de Foucault sobre o sujeito como um efeito das formações discursivas tem um sabor pesadamente estruturalista, que exclui a agência social ativa de qualquer sentido significativo. Isso é insatisfatório, por razões que demonstrarei na seção final. A posição sobre o discurso e a subjetividade que eu defenderei no Capítulo 3, item “Ideologia”, é dialética, que considera os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas.

A formação de conceitos

Por ‘conceitos’, Foucault entende a bateria de categorias, elementos e tipos que uma disciplina usa como um aparato para tratar seus campos de interesse: ele dá o exemplo de sujeito, predicado, substantivo, verbo e palavra como conceitos de gramática. Mas, como no caso de objetos e modalidades enunciativas, uma formação discursiva não define um conjunto unitário de conceitos estáveis

com relações bem definidas entre si. Ao contrário, o quadro é de configurações mutáveis de conceitos em transformação. Foucault propõe abordar a formação de conceitos dentro de uma formação discursiva por meio de uma descrição de como é organizado o ‘campo de enunciados’ a ela associado, dentro do qual seus conceitos ‘surgiram e circularam’. Essa estratégia dá origem a uma rica explicação (1972) dos diferentes tipos de relação que podem existir nos textos e entre eles. Isso é útil no desenvolvimento de perspectivas intertextuais e interdiscursivas na ADTO, particularmente porque essas perspectivas têm recebido pouca atenção na lingüística ou na análise de discurso orientada lingüisticamente.

Dentro do ‘campo de enunciados’ de uma formação discursiva existem relações em várias dimensões. Uma classe de relações é entre os enunciados de um texto particular, como, por exemplo, as relações de seqüência e dependência. Foucault se refere a “várias estruturas retóricas, de acordo com as quais grupos de enunciados podem ser combinados (como são ligadas descrições, deduções, definições, cujo encadeamento caracteriza a arquitetura de um texto)” por meios que dependem da formação discursiva (1972: 57). Tais relações intratextuais têm sido investigadas mais recentemente na lingüística de texto. Outras relações são interdiscursivas, referentes à relação entre diferentes formações discursivas ou diferentes textos. As relações interdiscursivas podem ser diferenciadas conforme pertençam a campos de presença, concomitância ou memória. Foucault define um campo de presença como “todos os enunciados formulados noutro lugar e aceitos no discurso, reconhecidos como verdadeiros, envolvendo uma descrição exata, um raciocínio bem fundamentado, ou uma pressuposição necessária”, como também “os que são criticados, discutidos, julgados... rejeitados ou excluídos” (p. 57-58), explícita ou implicitamente. Um campo de concomitância consiste mais especificamente de enunciados originados em diferentes formações discursivas e está ligado à questão das relações entre as formações discursivas. Finalmente, um campo de memória consiste de enunciados “que não são mais aceitos ou discutidos”, por meio dos quais “relações de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica podem ser estabelecidas” (p. 98-99). Foucault acrescenta as relações de um

enunciado com “todas as formulações cuja possibilidade subjacente é determinada por ele”, e aquelas cujo *status* (por exemplo, a literatura) o enunciado compartilha.

Foucault resume essa perspectiva na afirmação de que “não pode existir enunciado que de uma forma ou de outra não realize novamente outros enunciados” (1972: 98). Seu tratamento das relações entre os enunciados é remanescente dos escritos sobre gênero e dialogismo de Bakhtin (1981, 1986), os quais Kristeva introduziu para o público ocidental com o conceito de intertextualidade (1986a: 37). E como eu observei anteriormente, Pêcheux adota uma perspectiva semelhante ao dar primazia ao interdiscurso em sua teoria do discurso. Embora as distinções entre os vários tipos de relação em Foucault não sejam sempre claras, o que ele está fornecendo aqui é a base para uma investigação sistemática das relações nos textos e nos tipos de discurso e entre eles. Farei uma distinção entre intertextualidade, relações entre textos, e interdiscursividade, relações entre formações discursivas ou, mais genericamente, entre diferentes tipos de discurso (ver Capítulo 4, item “Intertextualidade manifesta”, adiante). A interdiscursividade envolve as relações entre outras formações discursivas que, de acordo com Foucault, constituem as regras de formação de uma dada formação discursiva (veja as seções anteriores sobre a formação de objetos e modalidades enunciativas).

Ao discutir as relações dos campos de enunciados, Foucault (1972: 97-98) faz alguns comentários valiosos sobre a noção de contexto, e especificamente sobre como o contexto situacional de um enunciado (a situação social na qual ele ocorre) e seu contexto verbal (sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem) determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado. Trata-se de um lugar comum na sociolinguística que os enunciados (ou ‘falas’) são assim determinados. A observação adicional importante que Foucault faz é que a relação entre a fala e seu contexto verbal e situacional não é transparente: a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito, e como isso é interpretado, varia de uma formação discursiva para outra. Por exemplo, os aspectos da identidade social do(a) falante, tais como gênero social, etnia ou idade, que provavelmente afetam de modo

substancial as formas e os significados numa conversação, podem ter pouco efeito numa conferência de biólogos. Novamente, o fato de que a fala de um(a) participante apareça imediatamente depois de uma pergunta de outro pode constituir uma pista forte para tomar a fala como resposta à pergunta num interrogatório mais do que numa conversação casual. Não se pode, portanto, simplesmente apelar ao contexto para explicar o que é dito ou escrito ou como é interpretado, como muitos lingüistas fazem na sociolinguística e na pragmática: é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para a articulação das formações discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto–texto–significado.

A formação de estratégias

As regras de formação discutidas até aqui constituem um campo de possibilidades para a criação de teorias, temas ou o que Foucault chama de estratégias, nem todas elas realmente realizadas. As regras para a formação de estratégias determinam quais possibilidades são realizadas. Elas são constituídas por uma combinação de restrições interdiscursivas e não-discursivas sobre possíveis estratégias (1972: 66-70). Foucault sugere, por exemplo, que

o discurso econômico, no período clássico, é definido por um certo modo constante de relacionar possibilidades de sistematização interior a um discurso, outros discursos que são exteriores a esse, e a um campo completo não-discursivo de práticas, apropriação, interesses e desejos (1972: 69).

Note a reiteração aqui de relações interdiscursivas como restrições sobre uma formação discursiva. Foucault nota que possíveis relacionamentos entre discursos incluem analogia, oposição, complementaridade e ‘relações de delimitação mútua’ (p. 67).

A discussão das restrições não-discursivas aqui é o mais próximo que Foucault chega, nesse primeiro trabalho, ao reconhecimento de que o discurso é determinado ‘de fora’: a posição predominante tomada sobre a relação entre a prática discursiva e não-discursiva sugere, ao contrário, que a primeira tem primazia

sobre a última. Foucault refere-se primeiro à função do discurso num campo de práticas não-discursivas, tal como “a função exercida pelo discurso econômico na prática do capitalismo emergente” (1972: 69); segundo, para as ‘regras e processos de apropriação’ do discurso, no sentido de que o ‘direito de falar’ e a ‘habilidade para entender’, tanto quanto o direito de recorrer ao “*corpus* de enunciados já formulados”, são desigualmente distribuídos entre grupos sociais (p. 68); terceiro, para

as posições possíveis de desejo em relação ao discurso: o discurso pode de fato ser o lugar para uma representação ilusória, um elemento de simbolização, uma forma do proibido, um instrumento de satisfação derivada (p. 68, itálicos de Foucault).

Foucault associa as regras para a formação de estratégias com a materialidade dos enunciados. As restrições não-discursivas referidas no parágrafo anterior estabelecem relações entre os enunciados e as instituições. Por materialidade de um enunciado, Foucault entende não sua propriedade de ser proferido num tempo ou lugar particular, mas o fato de ter um *status* particular em práticas institucionais específicas.

Da arqueologia à genealogia

Eu já me referi às mudanças de foco no curso do trabalho de Foucault. Minha preocupação agora é com a transição da arqueologia à genealogia e suas implicações para a concepção de discurso em Foucault.

Foucault dá a seguinte explicação sucinta sobre a relação entre arqueologia e genealogia:

A ‘verdade’ deve ser compreendida como um sistema de procedimentos ordenados para a produção, regulamentação, distribuição, circulação e operação de enunciados.

A ‘verdade’ está vinculada a uma relação circular com os sistemas de poder que a produzem e sustentam e com os efeitos de poder os quais ela induz e os quais a estendem. Um ‘regime’ de verdade (Rabinow, 1984: 74).

A primeira proposição é, eu espero, um sumário reconhecível da arqueologia como esbocei anteriormente. A segunda mostra, em resumo, o efeito da genealogia sobre a arqueologia: ela acrescenta o poder, ou, nas palavras de Davidson, seu foco está nas “relações mútuas entre sistemas de verdade e modalidades de poder” (1986: 224). A transição para a genealogia representa uma descentração do discurso. Enquanto em Foucault (1972) a inteligibilidade dos sistemas de conhecimento e verdade era atribuída a regras do discurso, concebidas como autônomas – e, de fato, a relação entre práticas não-discursivas e discursivas era regulamentada aparentemente por essas regras – no principal estudo genealógico de Foucault, *Disciplina e poder* (1979), o discurso é secundário aos sistemas de poder.

Ao mesmo tempo, no entanto, a visão da natureza do poder nas sociedades modernas que Foucault desenvolve em seus estudos genealógicos (ver Fraser, 1989) localiza o discurso e a linguagem no coração das práticas e dos processos sociais. O caráter do poder nas sociedades modernas está ligado aos problemas de controle das populações. O poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas; além disso, o poder “é tolerável somente na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos” (1981: 86). O poder não funciona negativamente pela dominação forçada dos que lhe são sujeitos; ele os incorpora e é produtivo no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-los a suas necessidades. O poder moderno não foi imposto de cima por agentes coletivos específicos (por exemplo, classes) sobre grupos ou indivíduos; ele se desenvolveu debaixo em certas microtécnicas (tal como o exame em seu sentido médico ou educacional: ver adiante), as quais emergiram em instituições, como os hospitais, as prisões e as escolas no princípio do período moderno. Tais técnicas implicam uma relação dual entre poder e conhecimento na sociedade moderna: por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado, por exemplo, nas ciências sociais; por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de

poder no processo de aquisição de conhecimento. Foucault cunha o termo biopoder para se referir a essa forma moderna de poder, que emergiu no século XVII: o biopoder “trouxe a vida e seus mecanismos para o terreno dos cálculos explícitos e tornou o conhecimento/poder um agente de transformação da vida humana” (1981: 143).

Essa concepção de poder sugere que o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna: as práticas e as técnicas que Foucault enfatiza tanto – a entrevista, o aconselhamento, e assim por diante – são em grau significativo práticas discursivas. Assim, analisar as instituições e as organizações em termos de poder significa entender e analisar suas práticas discursivas. Mas a visão de poder de Foucault implica não apenas maior atenção ao discurso na análise social, mas também maior atenção ao poder na análise de discurso; tais questões sobre discurso e poder não surgem nem nos estudos arqueológicos de Foucault, nem em abordagens linguisticamente orientadas da análise de discurso. Como Shapiro aponta:

Foucault leva a conexão linguagem-política a um alto nível de abstração, o que nos permite ir além das permutas de poder linguisticamente refletidas entre pessoas e grupos para uma análise das estruturas dentro das quais elas são empregadas (1981: 162).

Algumas dessas questões são levantadas pelo próprio Foucault num estudo (1984) que explora vários procedimentos mediante os quais as práticas discursivas são socialmente controladas e restringidas:

em cada sociedade, a produção de discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos, domesticar suas casualidades, escapar da sua ponderável, formidável materialidade (p. 109).

Entre os ‘procedimentos’ que Foucault examina estão restrições sobre o que pode ser dito, por quem, e em que ocasiões; oposições entre os discursos de razão e loucura, entre discurso verdadeiro e

falso; efeitos de atribuições de autoria, limites entre disciplinas, atribuição de *status* canônico para certos textos; e restrições sociais ao acesso a certas práticas discursivas – com relação a isso, Foucault nota que “qualquer sistema de educação é uma forma política de manutenção ou modificação da apropriação de discursos e dos conhecimentos e poderes que eles carregam” (p. 123). Uma ênfase significativa em Foucault (1984) é sobre a luta de poder em torno da determinação das práticas discursivas: “O discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado” (p. 110).

A passagem da arqueologia para a genealogia envolve uma mudança de ênfase em termos da qual as dimensões do discurso recebem proeminência. Enquanto as formações discursivas de Foucault (1972) são caracterizadas em termos de disciplinas particulares (por exemplo, os discursos da psicopatologia, da economia política e da história natural, embora Foucault resista à idéia de uma simples correspondência entre discursos e disciplinas), as categorias salientes do discurso em Foucault (1979, 1981) são de um caráter mais genérico (por exemplo, a entrevista e o aconselhamento, como práticas discursivas associadas respectivamente ao que Foucault chama exame e confissão: ver adiante). Isto é, elas assinalam várias formas de interação que são estruturadas de forma particular e envolvem conjuntos específicos de participantes (por exemplo, entrevistador(a) e entrevistado(a)). Essas interações podem ser usadas em várias disciplinas ou instituições e são assim compatíveis com várias formações discursivas (assim, existem entrevistas médicas, sociológicas, de emprego e da mídia). O contraste para alguns escritores é entre discursos e gêneros (ver Kress, 1988, e, no Capítulo 4, o item “Interdiscursividade”).

As duas principais tecnologias de poder analisadas por Foucault são a disciplina (o exame como sua técnica nuclear, Foucault, 1979) e a confissão (Foucault, 1981). Uma surpreendente preocupação básica e inicial da análise genealógica é como as técnicas trabalham sobre os corpos, isto é, como elas afetam as formas normalizadas detalhadas de controle sobre as disposições, os hábitos e os movimentos do corpo que são discerníveis nas sociedades modernas.

Embora a explicação da confissão em Foucault seja mais explicitamente discursiva do que a sua explicação do exame (ele se refere à primeira como uma 'forma discursiva' tanto quanto um 'ritual de discurso'), eu sugeriria que ambos são claramente associados com gêneros particulares de discurso. No caso do exame, eles incluiriam o exame médico, o exame educacional e muitas variedades de entrevistas. No caso da confissão, incluiriam não somente a confissão religiosa, mas também discursos terapêuticos e variedades de aconselhamento. Um dos temas de Foucault é como a confissão ganhou *status* científico no século XIX, e ele nota, em relação a isso, que o exame e a confissão foram combinados no interrogatório, no questionário exato e na hipnose.

As técnicas de poder às quais Foucault confere atenção são relevantes para os tipos de discurso que se tornaram evidentes na sociedade moderna e que parecem estar intimamente associados aos seus modos de organização social e valores culturais. Esses gêneros culturalmente evidentes, especialmente a entrevista e o aconselhamento, e aqueles associados com a administração e a publicidade, aparentam estar colonizando as ordens de discurso de várias instituições e organizações contemporâneas. Nesse processo, eles têm sofrido uma expansão dramática de funções, à medida que atravessaram os limites entre as instituições, gerando muitos subtipos e variantes (aconselhamento terapêutico, educacional, do emprego e do(a) consumidor(a), por exemplo). A entrevista e o aconselhamento representam respectivamente gêneros de objetificação e subjetivação, correspondentes à técnica de objetificação do exame e à técnica de subjetivação da confissão, e os modos de discurso que burocraticamente manipulam as pessoas como objetos, por um lado, e os modos de discurso que exploram e dão voz ao 'eu' parecem ser dois focos da ordem de discurso moderna.

A esse respeito, a perspectiva genealógica de Foucault aponta direções de pesquisa do discurso que são importantes para os objetivos deste livro: a investigação das transformações históricas nas práticas discursivas das ordens de discurso e suas relações com os processos mais amplos de mudança social e cultural (ver, no Capítulo 3, o item "Mudança discursiva", e o Capítulo 7, a seguir). Existem importantes questões de causalidade aqui: até que ponto

as mudanças discursivas constituem essas mudanças sociais ou culturais mais amplas, contrariamente a serem meros reflexos delas? E, portanto, até onde os processos mais amplos de mudança podem ser pesquisados por meio da análise de práticas discursivas em mutação? Existe também a questão de quão difundidos e efetivos são os esforços conscientes de agentes institucionais para gerar mudanças nas práticas discursivas, com base na pesquisa científica social (por exemplo, nas técnicas de entrevista), frequentemente simulando as práticas discursivas de conversação informal da esfera privada em domínios públicos na base de cálculos de sua eficácia (por exemplo, pondo os entrevistados à vontade) e treinando pessoal da instituição em novas técnicas discursivas. Eu me refiro a esse processo de intervenção como a 'tecnologização do discurso': o próprio discurso é agora largamente sujeito às tecnologias e às técnicas identificadas por Foucault como as modernas técnicas de poder (veja mais no Capítulo 7, item "Tecnologização", a seguir).

Foucault e a análise de discurso textualmente orientada

As principais percepções sobre o discurso que eu identifiquei no trabalho de Foucault podem ser resumidas como se segue. Em seu trabalho arqueológico inicial, existem duas afirmações de importância particular:

1. a natureza constitutiva do discurso – o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais;
2. a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade – qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa.

Três outros pontos substantivos emergem do trabalho genealógico de Foucault:

3. a natureza discursiva do poder – as práticas e as técnicas do biopoder moderno (por exemplo, o exame e a confissão) são em grau significativo discursivas;

4. a natureza política do discurso – a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele;
5. a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social.

Esse constitui um rico conjunto de afirmações e hipóteses teóricas para tentar incorporar e operacionalizar na ADTO.

Existem, no entanto, certas dificuldades para a ADTO no trabalho de Foucault, tais como sua negligência para com a análise textual e sua visão constitutiva do discurso. O propósito dessa seção final é discutir essas dificuldades e indicar os pontos em que a ADTO não deveria seguir Foucault.

Como eu indiquei anteriormente, um contraste essencial entre Foucault e a ADTO é que a análise de discurso de Foucault não inclui a análise discursiva e lingüística dos textos reais. Porém, a inclusão de tal análise pode ser um meio de superação de certas fraquezas que os comentadores têm encontrado nos trabalhos de Foucault. Eu não estou sugerindo uma redução da análise de discurso à análise textual ou lingüística. A questão é antes se a análise incluiria instâncias concretas de discurso. Quando elas são incluídas na ADTO, elas seriam sujeitas não apenas às formas lingüísticas de análise textual, mas à análise em três dimensões: análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual (incluindo a questão de quais tipos e gêneros de discurso são tomados e como eles são articulados) e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário). (Ver, também, o Capítulo 3, item "Discurso", a seguir). Assim, o que eu defendo é a análise textual em conjunção com outros tipos de análise, e a principal questão é se exemplos específicos (e textos) seriam analisados.

As fraquezas relevantes no trabalho de Foucault têm a ver com as concepções de poder e resistência, e com questões de luta e mudança. Foucault é acusado de exagerar a extensão na qual a maioria das pessoas é manipulada pelo poder; ele é acusado de não dar bastante peso à contestação das práticas, às lutas das forças sociais entre si, às possibilidades de grupos dominados se oporem

a sistemas discursivos e não-discursivos dominantes, às possibilidades de propiciar a mudança nas relações de poder mediante a luta, e assim por diante (Lecourt, 1972; Macdonell, 1986). Não é que Foucault ignore tais questões: ele está interessado na mudança, por exemplo, quando dedica todo um capítulo (Foucault, 1972) a mudanças e transformações, em que enfatiza com vigor que as regras de formações discursivas definem não objetos e conceitos estáticos, mas os campos de suas possíveis transformações. E, em Foucault (1982), há uma discussão detalhada das formas de luta. Mas na totalidade de seu trabalho e nas análises principais, a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder. Foucault certamente insiste que o poder necessariamente acarreta resistência, mas ele dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça. Isso pareceria acontecer assim, por exemplo, no que Foucault chama de 'discurso reverso' da homossexualidade. A preocupação com a homossexualidade nos discursos da psiquiatria e da jurisprudência do século XIX resultou em que a homossexualidade começasse a "falar em seu próprio nome... frequentemente no mesmo vocabulário, usando as mesmas categorias pelas quais era desqualificada na medicina" (1981: 101). Esse é, assim, um discurso de resistência que não vai além dos parâmetros de sua formação discursiva.

Esses problemas parecem estar ligados à ausência de um conceito de prática nas análises de Foucault, abrangendo a ausência do texto e da análise textual. Por prática eu entendo os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas. Foucault (1972), de fato, refere-se à prática, quando introduz o conceito de prática discursiva, mas ele a define de forma confusa como regras que subjazem à prática real: uma prática discursiva é "um sistema de regras anônimas, históricas" (p. 117). Em outras palavras, a prática é reduzida ao seu inverso, a estruturas, usando esse termo no *lato sensu* dos recursos que são subjacentes e necessários para a prática (tanto quanto são produtos dela). Parece ser sempre as estruturas que estão em foco, sejam as regras de formação de Foucault (1972), ou as técnicas, tais como o exame em Foucault (1979). Contudo, Foucault naturalmente propõe que está falando sobre a

prática: seu foco sobre as estruturas pretende explicar o que pode acontecer e o que acontece realmente.

A suposição questionável é se podemos extrapolar da estrutura para a prática, se podemos chegar a conclusões sobre a prática sem analisar diretamente suas instâncias concretas, bem como os textos. Isso pareceria implicar, por exemplo, ser a prática consideravelmente mais uniforme do que nós temos razões para acreditar; que a extensão e as formas nas quais a prática é determinada pelas estruturas são menos variáveis do que aparentariam ser; e que a determinação de quais regras ou conjuntos de regras são postas em prática é mais objetiva do que é realmente. Em síntese, o que falta é um sentido de que a prática tem propriedades próprias, as quais: (i) não podem ser reduzidas à implementação de estruturas; (ii) exigem que a forma como as estruturas figuram na prática não pode ser tomada como tácita, mas tem de ser determinada; e (iii) em última análise, isso ajuda a moldar as estruturas.

Existe uma ausência a mais, associada a esse foco nas estruturas: a dos mecanismos detalhados de mudança. Como as estruturas se tornaram o que são? Como fazer para as estruturas serem diferentes? Como Taylor (1986: 90) diz, com referência a Foucault,

para o propósito de tal explicação diacrônica, podemos questionar se nós devemos falar de uma prioridade da linguagem sobre a ação. Essa é uma relação circular. As estruturas de ação ou de línguas são somente mantidas se forem renovadas constantemente na ação/fala. E é nessa ação/fala que elas também deixam de ser mantidas, que elas são alteradas.

Em outras palavras, as estruturas são reproduzidas, mas também transformadas na prática.

Mas, se as estruturas podem ser reproduzidas ou transformadas na prática, o que é que determina resultados reais em diferentes exemplos? Mais geralmente, o que é que determina os resultados cumulativos da prática em domínios ou instituições sociais específicas e as diferenças entre eles, nas tendências reprodutivas do discurso em oposição às transformativas? Eu gostaria de sugerir que as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em

luta num domínio sustentado particular de prática, tal como a escola ou o lugar de trabalho. Um foco muito grande nas estruturas é equivalente a tomar uma perspectiva unilateral a respeito dessas lutas – a perspectiva do poder daqueles cujo problema é a preservação da ordem social e o sustento da dominação. A concepção gramsciana de poder em termos de hegemonia é superior à concepção de poder de Foucault, porque evita tais desequilíbrios (Gramsci, 1971; Hall, 1988). Nessa abordagem, a hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas (ver, no Capítulo 3, o item “Hegemonia”, para uma discussão mais ampla). A negligência de Foucault com a prática e com os mecanismos detalhados da mudança segue a par com uma negligência da luta, exceto os modos de resistência sobre os quais se sabe que não têm fundamentalmente a capacidade de transformar as estruturas.

A ausência de um foco sobre a prática e a luta pode ajudar a explicar por que as análises de Foucault resultam em algo terrivelmente unilateral, em outro aspecto (Taylor, 1986: 81). As técnicas de poder caracterizadas nos estudos genealógicos são interpretadas como instrumentos não-ambivalentes de dominação e manipulação. Mas consideremos o caso do aconselhamento como uma forma de confissão na sociedade contemporânea. O aconselhamento é, de fato, usado para trazer o interior das pessoas para dentro do domínio do poder/conhecimento, mas é também uma técnica para afirmar o valor e a individualidade das pessoas em uma sociedade que cada vez mais as trata (como Foucault nos mostra) como números. O aconselhamento é altamente ambivalente, e a complexidade manifesta de suas relações com o poder deve excluir qualquer afirmação de que suas dimensões de liberação são apenas ilusórias. Uma via adiante mais frutífera é a investigação de como o aconselhamento funciona como técnica de discurso na prática, o que inclui um estudo das lutas no discurso sobre suas orientações contraditórias para a dominação e a emancipação (ver, no Capítulo 7, o item “Produzindo sentido das tendências”).

Existem, no entanto, alguns comentários em Foucault sobre a ‘polivalência tática dos discursos’, os quais apontam nessa direção:

Não existe, por um lado, um discurso de poder e em oposição a isso outro discurso que funciona contra ele. Os discursos são elementos ou blocos táticos que operam no campo das relações de força; podem existir discursos diferentes e até mesmo contraditórios dentro da mesma estratégia; eles podem, ao contrário, circular sem mudança em sua forma de uma estratégia a outra oposta. Nós não devemos esperar que os discursos sobre sexo nos digam, acima de tudo, de qual estratégia derivam, ou que divisões morais eles acompanham, ou que ideologia – dominante ou dominada – eles representam; antes, devemos questioná-los nos dois níveis de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e conhecimento eles asseguram) e sua integração estratégica (que conjunção e que relação de força fazem sua utilização necessária em um dado episódio dos vários confrontos que ocorrem) (1981: 101-2).

Eu discutirei essa perspectiva a seguir (ver, no Capítulo 3, o item “Discurso”) em termos de discursos e ordens de discurso que são acessíveis ao investimento político e ideológico, sem serem necessariamente assim investidos, ou investidos em uma direção particular.

A noção de polivalência tática dos discursos é uma percepção valiosa dos processos de luta ideológica no discurso, como poderiam ser compreendidos em um modelo hegemônico. Contudo, o próprio Foucault é resistente ao conceito de ideologia e também à idéia de análise como uma forma de crítica ideológica. Essas posições surgem do relativismo de Foucault: a verdade é relativa a formações discursivas particulares, a sistemas de poder/conhecimento particulares, os quais, portanto, não estão abertos à crítica de posições externas ou acima delas. Tem sido afirmado, no entanto, que a posição de Foucault é contraditória, porque ele aparenta estar comprometido com certas formas de crítica, as quais estão em desacordo com seu relativismo, de modo que ele termina por ser ambivalente sobre a crítica (Dews, 1987; Fraser, 1989). Na explicação da ADTO, no Capítulo 3 a seguir, eu irei discordar de Foucault no uso do conceito de ideologia, assumindo que a ADTO é uma forma de crítica ideológica. No entanto, as críticas de Fou-

cault e outros significam que se deve ter cuidado de evitar algumas das concepções incipientes de ideologia (ver Thompson, 1990).

Minha reserva final sobre Foucault relaciona-se a sua percepção valiosa das propriedades constitutivas do discurso. Embora eu aceite que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída. Com respeito aos objetos, talvez seja útil usar ambos os termos referência e significação: o discurso inclui referência a objetos pré-constituídos, tanto quanto a significação criativa e constitutiva dos objetos. Aqui, de novo, as análises da prática real e do texto real são um corretivo importante ao exagero de Foucault sobre os efeitos constitutivos do discurso. Por exemplo, os estudos do discurso da mídia, que focalizam a forma de interpretação e de organização de textos particulares, sugerem um quadro altamente complexo, em que os textos podem ser interpretados de várias posições mais ou menos aquiescentes ou opositivas, tornando altamente problemática qualquer visão esquemática do efeito do discurso – por exemplo, sobre a constituição dos sujeitos sociais. Esse tipo de exemplo também indica que o processo de constituição dos sujeitos sempre tem lugar dentro de formas particulares de interação entre os sujeitos pré-constituídos, onde as formas de interação influenciam o processo constitutivo (ver Dews, 1987: 198). Isso também sugere que os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem.

Em resumo, eu estou sugerindo que a ADTO provavelmente reforçará a análise social, essencialmente por assegurar atenção a exemplos concretos de prática e a formas textuais e a processos de interpretação associados a elas. Tal atenção ao detalhe de casos particulares pode ajudar a análise social a evitar o esquematismo e a unilateralidade que limitam o trabalho de Foucault, seja em

relação aos efeitos de poder e às possibilidades de resistência, à constituição dos sujeitos sociais, seja aos valores sociais e culturais associados com os gêneros particulares, tal como o aconselhamento. Isso pode também ajudar a relacionar os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural aos mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança na prática.

Capítulo 3

Teoria social do discurso*

Neste capítulo, apresento uma concepção de discurso e um quadro teórico para a análise de discurso que será elaborado e ilustrado no decorrer do livro. Minha abordagem é determinada pelos objetivos estabelecidos na Introdução: reunir a análise de discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social. Os dois primeiros capítulos identificaram várias realizações e limitações do trabalho anterior, e o Capítulo 3 foi escrito à luz de tal discussão sem se basear diretamente aí. Início com uma discussão do termo 'discurso', e em seguida analiso o discurso num quadro tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social. Essas três dimensões de análise são discutidas uma a uma, e concludo estabelecendo minha abordagem para a investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural.

Discurso

Quero focalizar a linguagem e, conseqüentemente, uso 'discurso' em um sentido mais estreito do que os cientistas sociais geralmente fazem ao se referirem ao uso de linguagem falada ou escrita. Usarei o termo 'discurso' no qual os lingüistas tradicio-

* Tradução de Izabel Magalhães.

nalmente escrevem sobre o 'uso de linguagem', *parole* (fala) ou 'desempenho'. Na tradição iniciada por Ferdinand de Saussure (1959), considera-se a fala como não acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções, uma *langue* (língua) que é em si mesma sistemática e social. Os lingüistas nessa tradição identificam a *parole* para ignorá-la, pois a implicação da posição saussureana é que qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da *langue*, e não de seu 'uso'.

A posição de Saussure é atacada firmemente pelos sociolingüistas que afirmam ser o uso de linguagem moldado socialmente e não individualmente. Eles argumentam que a variação no uso de linguagem é sistemática e acessível ao estudo científico e que aquilo que o torna sistemático é sua correlação com variáveis sociais: a língua varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social, os propósitos sociais das pessoas na interação, e assim por diante (Downes, 1984). Isso representa claramente um avanço na tradição saussureana dominante na lingüística regular, mas tem duas limitações principais. Primeiro, a ênfase tende a ser unilateral sobre como a língua varia segundo fatores sociais, o que sugere a existência de tipos de sujeito social, de relações sociais e de situação bastante independentes do uso de linguagem, e a exclusão da possibilidade de o uso de linguagem realmente contribuir para sua constituição, reprodução e mudança. Segundo, as 'variáveis sociais' que são consideradas como correlacionadas a variáveis lingüísticas são aspectos das situações sociais de uso lingüístico relativamente superficiais, além de não haver uma compreensão de que as propriedades do uso de linguagem podem ser determinadas em um sentido mais global pela estrutura social em um nível mais profundo – as relações sociais entre as classes e outros grupos, modos em que as instituições sociais são articuladas na formação social, e assim por diante – e podem contribuir para reproduzi-la e transformá-la.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem

várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de uma visão do uso de linguagem que se tornou familiar, embora frequentemente em termos individualistas, pela Filosofia lingüística e pela Pragmática lingüística (Levinson, 1983). Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível social, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Podemos distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso. O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' (ver Henriques *et al.*, 1984; Weedon, 1987). Devemos, contudo, recordar a discussão de Foucault sobre essa questão no Capítulo 2 e as minhas observações aí quanto à ênfase na posição construtivista. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efei-

tos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções identitária e relacional são reunidas por Halliday (1978) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função ‘textual’ que pode ser utilmente acrescentada a minha lista: isso diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como ‘tópico’ ou ‘tema’, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social ‘fora’ do texto.

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. Por exemplo, as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que estão no centro de um sistema de educação, dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução. Porém, elas estão abertas a transformações que podem originar-se parcialmente no discurso: na fala da sala de aula, do parquinho, da sala dos professores, do debate educacional, e assim por diante.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas do discurso em debates contemporâneos. Vamos tomar um exemplo para ver como esse erro

pode ser evitado sem pôr em risco o princípio constitutivo. A relação entre pais e filhos na família, a determinação das posições de ‘mãe’, ‘pai’ e ‘filho(a)’ que são socialmente disponíveis, como também a localização de indivíduos reais nessas posições, a natureza da família e do lar são todas constituídas parcialmente no discurso, como resultados cumulativos (e de fato contraditórios) de processos complexos e diversos de conversa e escrita. Isso poderia levar facilmente à conclusão idealista de que realidades do mundo social como a família simplesmente emanam das cabeças das pessoas. Entretanto, há três ressalvas que juntas contribuem para bloquear isso. Primeiro, as pessoas são sempre confrontadas com a família como instituição real (em um conjunto limitado de formas variantes) com práticas concretas, relações e identidades existentes que foram elas próprias constituídas no discurso, mas reificadas em instituições e práticas. Segundo, os efeitos constitutivos do discurso atuam conjugados com os de outras práticas, como a distribuição de tarefas domésticas, o vestuário e aspectos afetivos do comportamento (por exemplo, quem é emotivo). Terceiro, o trabalho constitutivo do discurso necessariamente se realiza dentro das restrições da determinação dialética do discurso pelas estruturas sociais (que, nesse caso, incluem a realidade das estruturas da família, mas as ultrapassam) e, como argumentarei a seguir, no interior de relações e lutas de poder particulares. Assim, a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.

Uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. Desse ponto de vista, a capacidade da palavra ‘discurso’ de referir-se às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambigüidade feliz, mesmo se de outros pontos de vista possa gerar confusão. O estruturalismo (representado, por exemplo, pela abordagem de Pêcheux descrita no Capítulo 1) trata a prática discursiva e o evento discursivo como meros exem-

plos de estruturas discursivas, que são elas próprias representadas como unitárias e fixas. Considera a prática discursiva em termos de um modelo de causalidade mecânica (e, portanto, pessimista). A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória.

A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica –, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. Além disso, a ordem sociolinguística de uma sociedade pode ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como ‘mercadorias’ (em ‘indústrias culturais’: Bourdieu, 1982).

Mas é o discurso como modo de prática política e ideológica que está mais ligado às preocupações deste livro. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco

de luta. Argumentarei a seguir que o conceito de hegemonia, de Gramsci, fornece um quadro frutífero para a conceituação e a investigação das dimensões políticas e ideológicas da prática discursiva.

Em lugar de dizer que tipos de discurso particulares têm valores políticos e ideológicos inerentes, direi que diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’ política e ideologicamente (Frow, 1985) de formas particulares. Isso significa que os tipos de discurso podem também ser envolvidos de diferentes maneiras – podem ser ‘reinvestidos’. (Darei um exemplo no fim deste capítulo, no item “Mudança discursiva”.)

Uma questão razoavelmente importante é como concebemos as convenções e as normas discursivas subjacentes aos eventos discursivos. Já fiz alusão à concepção estruturalista de que há conjuntos ou códigos bem definidos que são simplesmente concretizados nos eventos discursivos. Isso se estende a uma concepção dos domínios sociolinguísticos constituídos por um conjunto de tais códigos em distribuição complementar, de tal modo que cada um tenha suas próprias funções, situações e condições de adequação que sejam claramente demarcadas de outros. (Critiquei concepções de variação sociolinguística baseadas no conceito de ‘adequação’ em Fairclough, no prelo b.) Abordagens dessa natureza delineiam variação sistemática em comunidades de fala segundo conjuntos de variáveis sociais, incluindo o ambiente (por exemplo, sala de aula, parquinho, sala de professores e assembleia são diferentes ambientes escolares), tipos de atividade, propósito social (por exemplo, ensino, trabalho de pesquisa ou teste numa sala de aula) e falante (por exemplo, professor(a) em oposição a aluno(a)). Nessa concepção, o código é primário, e um conjunto de códigos é simplesmente uma soma de suas partes.

Uma posição mais frutífera para a orientação histórica da mudança discursiva neste livro é a dos analistas de discurso franceses que sugerem que o ‘interdiscurso’, a complexa configuração interdependente de formações discursivas, tem primazia sobre as partes e as propriedades que não são previsíveis das partes (ver a discussão de Pêcheux no Capítulo 1). Além disso, o interdiscurso é a entidade estrutural que subjaz aos eventos discursivos e não a formação

individual ou o código: muitos eventos discursivos manifestam uma orientação para configurações de elementos do código e para seus limites, para que se possa considerar como regra o evento discursivo existente (mas especial) construído da concretização normativa de um único código. Um exemplo seria 'gêneros mistos', que combinam elementos de dois ou mais gêneros, tais como o 'bate-papo' em *shows* da televisão, que é parte conversação e parte entretenimento e desempenho (ver Tolson, 1990, para uma análise do 'bate-papo'). Entretanto, usarei o termo foucaultiano 'ordem de discurso' de preferência a interdiscurso, porque sugere mais claramente os tipos de configuração que tenho em mente.

Vamos usar o termo mais frouxo 'elemento' e não código ou a formação para as partes de uma ordem de discurso (falarei da natureza desses elementos a seguir). Contrariamente a abordagens baseadas em teorias da adequação, onde se supõe uma relação única e constante de complementaridade entre os elementos, suponho que a relação pode ser ou tornar-se contraditória. Os limites entre os elementos podem ser linhas de tensão. Tomem-se, por exemplo, as diversas posições de sujeito de um indivíduo nos diferentes ambientes e atividades de uma instituição, em termos da dispersão do sujeito na formação de modalidades enunciativas, segundo Foucault (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de modalidades enunciativas"). É possível que os limites entre os ambientes e as práticas sejam tão naturalizados que essas posições de sujeito sejam vividas como complementares. Em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites poderiam tornar-se foco de contestação e luta, e as posições de sujeito e práticas discursivas associadas a eles poderiam ser consideradas contraditórias. Por exemplo, os alunos podem aceitar que as narrativas da experiência própria, em seus próprios dialetos sociais, sejam 'adequadas' a seções das aulas destinadas à discussão, mas não a seções destinadas ao ensino ou ao trabalho escrito; ou, ainda, as contradições entre o que é permitido em um lugar mas não em outro podem tornar-se plataforma de luta para mudar os limites entre a discussão, o ensino e a escrita. Em primeiro lugar, a aceitação de narrativas de experiência pessoal, mesmo em uma parte estritamente delimitada da atividade da sala de aula, pode ser uma solução resultante de lutas anteriores para aí incluí-la.

O que se aplica aos limites entre as posições de sujeito e as convenções discursivas associadas geralmente se aplica aos elementos das ordens de discurso. Aplica-se também aos limites entre distintas ordens de discurso. A escola e a sua ordem de discurso podem ser consideradas em relação complementar e não sobrepostas a domínios adjacentes, como o lar ou a vizinhança, ou, por outro lado, contradições percebidas entre tais domínios podem virar plataforma de lutas para redefinir seus limites e suas relações; lutas, por exemplo, para estender as propriedades da relação pai/mãe-filho(a) e suas convenções discursivas à relação professor(a)-aluno(a) ou vice-versa, ou estender as relações e as práticas entre amigos na vizinhança e na rua à escola.

Os resultados de tais lutas são rearticulações de ordens de discurso, tanto das relações entre elementos nas ordens de discurso 'locais' como a da escola, como das relações entre ordens de discurso locais na ordem de discurso societária. Conseqüentemente, os limites entre os elementos (como também entre as ordens de discurso locais) podem variar entre relativamente fortes ou relativamente fracos (ver Bernstein, 1981), dependendo de sua articulação atual: os elementos podem ser descontínuos e bem definidos, ou podem ser pouco nítidos e mal definidos.

Nem se deve supor que esses 'elementos' sejam homogêneos internamente. Uma conseqüência da luta articulatória que tenho em mente é que os novos elementos são constituídos mediante a redefinição de limites entre os elementos antigos. Portanto, um elemento pode ser heterogêneo em sua origem, e mesmo que essa heterogeneidade histórica não seja sentida como tal quando as convenções são altamente naturalizadas, pode ser sentida como contradição no elemento, em condições diferentes. Um exemplo seria um estilo de ensino familiar que consiste na exploração pelos professores de uma rotina de perguntas e respostas estruturadas para obter dos alunos informações predeterminadas. Esse estilo não é necessariamente sentido em termos de uma contradição quando usado por professores com o propósito de dar ordens aos alunos mediante a solicitação de informações, mas pode ser entendido dessa maneira. Se aplicarmos o conceito de investimento nesse caso, pode-se dizer que os elementos, as ordens de discurso

locais e as ordens de discurso societárias são na prática potencialmente estruturadas de maneira contraditória e, desse modo, estão abertas para ter os investimentos políticos e ideológicos como foco de disputa em lutas para desinvesti-los ou reinvesti-los.

Os elementos a que me refiro podem ser muito variáveis em termos de uma 'escala'. Há casos em que podem parecer corresponder a uma compreensão convencional de um código ou 'registro' inteiramente desenvolvido (Halliday, 1978), um bloco de variantes em níveis diferentes com padrões fonológicos distintos, vocabulário, padrões gramaticais, regras de tomada de turno, e assim por diante. Exemplos de tais casos são o discurso de sessões de bingo ou de leilões de gado. Em outros casos, contudo, as variáveis são em escala menor: sistemas de tomada de turno particulares, vocabulários que incorporam esquemas de classificação particulares, roteiros de gêneros como relatos de crimes ou narrativas orais, conjuntos de convenções de polidez, e assim por diante. Um ponto de oposição entre as ordens de discurso é a cristalização de tais elementos em blocos relativamente duráveis. Vou sugerir (Capítulo 4, item "Interdiscursividade") um pequeno número de tipos diferentes de elementos: gêneros, estilos, tipos de atividade e discursos.

Pode ser iluminador, neste ponto, lembrar uma citação de Foucault (Capítulo 2, item "A formação dos objetos"), ao referir-se às regras de formação de objetos na psicopatologia. As 'relações' identificadas por Foucault, que foram adotadas no discurso psiquiátrico para propiciar a formação dos 'objetos' a que se refere, podem ser interpretadas como relações entre elementos discursivos de diferentes escalas: 'planos de especificação' e 'planos de caracterização psicológica' são, no mínimo, parcialmente constituídos por vocabulários, enquanto o 'interrogatório judicial' e o 'questionário médico' são elementos discursivos de tipo genérico (sobre gênero, ver Capítulo 4, item "Interdiscursividade"). Entretanto, note-se que não são apenas elementos discursivos. A investigação policial, o exame clínico, a reclusão terapêutica e a prisão podem ter componentes discursivos, mas não são *per se* entidades discursivas. As descrições de Foucault ressaltam a imbricação mútua do discursivo e do não-discursivo nas condições estruturais

da prática discursiva. Nesse sentido, as ordens de discurso podem ser consideradas como facetas discursivas das ordens sociais, cuja articulação e rearticulação interna têm a mesma natureza.

Até agora o foco está principalmente no que torna o discurso semelhante a outras formas de prática social. Agora, preciso contrabalançar, tratando da questão sobre o que torna a prática discursiva especificamente discursiva. Parte da resposta está evidentemente na linguagem: a prática discursiva manifesta-se em forma lingüística, na forma do que referirei como 'textos', usando 'texto' no sentido amplo de Halliday, linguagem falada e escrita (Halliday, 1978). A prática social (política, ideológica, etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.

Mas isso não é suficiente. Essas duas dimensões são mediadas por uma terceira que examina o discurso especificamente como prática discursiva. 'Prática discursiva' aqui não se opõe a 'prática social': a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não-discursiva. A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. A produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (daí o prefixo 'socio-'). Na explicação desses processos sociocognitivos, uma preocupação é especificar (os elementos d) as ordens de discurso (como também outros recursos sociais, denominados 'recursos dos membros') em que se baseiam a produção e a interpretação dos sentidos e como isso ocorre. A preocupação central é estabelecer conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual (normativos, inovativos, etc.), como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo, e a natureza da prática social em ter-

mos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais. Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente por referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpretados sem os recursos dos membros. Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último: ver o item "Prática discursiva", a seguir.

A concepção tridimensional do discurso é representada diagramaticamente na Figura 3.1. É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e lingüística detalhada na Lingüística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum compartilhados. Aceito a afirmação interpretativa segundo a qual devemos tentar compreender como os membros das comunidades sociais produzem seus mundos 'ordenados' ou 'explicáveis'. Entendo que a análise de processos sociocognitivos na prática discursiva deva ser parcialmente dedicada a esse objetivo (embora faça sugestões a seguir de que ela apresenta dimensões 'macro' e 'micro'). Entretanto, argumentaria que, ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e 'membros'). Argumentaria também que a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência. E, finalmente, argumentaria que os próprios procedimentos que os membros

usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva. A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada 'descrição', e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas 'interpretação'. (Sobre essa distinção, ver Capítulo 6, "Conclusão".)

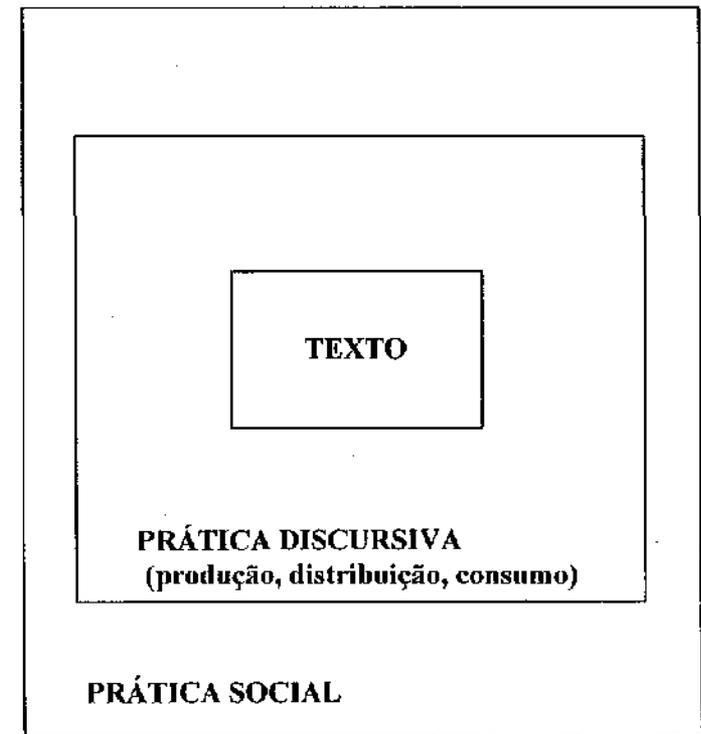


FIGURA 3.1 Concepção tridimensional do discurso

Discurso como texto

Por razões que se tornarão claras mais tarde, realmente nunca se fala sobre aspectos de um texto sem referência à produção e/ou

à interpretação textual. Por causa dessa sobreposição, a divisão dos tópicos analíticos entre análise textual e análise da prática discursiva (e também entre as atividades analíticas de descrição e interpretação) não é nítida. Onde os aspectos formais dos textos são mais destacados, os tópicos são aí incluídos; onde os processos produtivos e interpretativos são mais destacados, os tópicos são incluídos na análise da prática discursiva, mesmo que envolvam aspectos formais dos textos. O que proponho nessas duas categorias é um quadro analítico ou um modelo amplo; explicações seletivas mais detalhadas serão encontradas nos capítulos 4 e 5.

É uma hipótese de trabalho sensata supor que qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo na análise de discurso. Isso cria uma grande dificuldade. A análise lingüística é por si mesma uma esfera complexa e às vezes bastante técnica que incorpora muitos tipos e técnicas de análise. Embora uma experiência prévia em lingüística, em princípio, possa ser pré-requisito para fazer análise de discurso, na verdade a análise de discurso é uma atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande experiência lingüística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política. Nessas circunstâncias, o que pretendo fazer é: (1) oferecer, neste capítulo, um quadro analítico muito geral que tem o propósito de dar aos leitores um mapa da área em grande escala; (2) identificar, para análise mais detalhada e ilustração nos capítulos de 4 a 6, aspectos analíticos selecionados que parecem ser especialmente produtivos na análise de discurso; (3) abolir tanto quanto possível termos técnicos e jargão proibitivos; e (4) fornecer referências para os que desejem seguir linhas particulares de análise.

Algumas das categorias no quadro de análise textual a seguir são orientadas aparentemente para formas lingüísticas, enquanto outras aparentemente são orientadas para os sentidos. Entretanto, tal distinção é ilusória, porque ao analisar textos sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado. Na terminologia de grande parte da lingüística e da semiótica do século XX, analisam-se 'signos', isto é, palavras ou seqüências mais longas de texto que consistem de um significado combinado com uma forma, ou de um 'significado' combinado com um 'signi-

ficante' (ver Saussure, 1959). Saussure e outros na tradição lingüística enfatizam a natureza 'arbitrária' do signo, a concepção de que não há uma base motivada ou racional para combinar um significante particular com um significado particular. Contra isso, abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares. (Agradeço a Gunther Kress a discussão desse assunto.) Pode ser uma questão de vocabulário – 'terrorista' e 'lutador pela liberdade' são combinações contrastantes de significante e significado, e o contraste entre elas é socialmente motivado – ou uma questão de gramática (veja exemplos a seguir), ou outras dimensões da organização lingüística.

Outra distinção importante em relação ao significado é entre o significado potencial de um texto e sua interpretação. Os textos são feitos de formas às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota de significado potencial. O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios (ver Fairclough, 1990a), de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos. Uma vez que tenhamos em mente a dependência que o sentido tem da interpretação, podemos usar 'sentido' tanto para os potenciais das formas como para os sentidos atribuídos na interpretação.

A análise textual pode ser organizada em quatro itens: 'vocabulário', 'gramática', 'coesão' e 'estrutura textual'. Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a 'força' dos enunciados, isto é, os tipos

de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a 'coerência' dos textos; e a 'intertextualidade' dos textos. Reunidos, esses sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos.

A unidade principal da gramática é a oração, ou 'oração simples' – por exemplo, a manchete de jornal "Gorbachev reduz o preço do exército vermelho". Os principais elementos das orações geralmente são chamados 'grupos' ou 'sintagmas' – por exemplo, 'o exército vermelho', 'reduz o preço'. As orações se combinam para formar orações complexas. Meus comentários aqui se restringirão a certos aspectos da oração.

Toda oração é multifuncional e, assim, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais (ver o item "Discurso", anteriormente). As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença. Ilustrarei com a manchete de jornal anterior. Em termos do significado ideacional, a oração é transitiva: significa um processo de um indivíduo particular agindo fisicamente (note-se a metáfora) sobre uma entidade. Poderíamos muito bem ver aqui um investimento ideológico diferente de outras formas de significar os mesmos eventos – por exemplo, "A União Soviética reduz as Forças Armadas", ou "O exército soviético desiste das cinco divisões". Em termos do significado interpessoal, a oração é declarativa (oposta à interrogativa, ou imperativa) e contém uma forma verbal do presente do indicativo que é categoricamente autoritário. A relação autor(a)-leitor(a) aqui é entre alguém dizendo o que está acontecendo em termos seguros e alguém que recebe a informação; são essas as duas posições de sujeito estabelecidas na oração. Terceiro, há um aspecto textual: 'Gorbachev' é o tópico ou tema da oração, como geralmente ocorre com a primeira parte da oração: o artigo é sobre ele e seus atos. Por outro lado, se a oração fosse transformada em passiva, 'o preço do exército vermelho' passaria a ser o tema: "O preço do exército vermelho é reduzido (por Gorbachev)". Outra possibilidade oferecida pela passiva é o apagamento do

agente (entre parênteses), porque ele é desconhecido, já conhecido, julgado irrelevante, ou talvez para deixar vaga a agência e, conseqüentemente, a responsabilidade. A abordagem da lingüística crítica é particularmente interessante quanto à gramática (Fowler *et al.*, 1979; Kress e Hodge, 1979). O trabalho de Leech, Deuchar e Hoo-genraad (1982) é uma introdução acessível à gramática, e Halliday (1985) faz uma apresentação mais avançada de uma forma de gramática particularmente útil à análise de discurso.

O 'vocabulário' pode ser investigado de muitas maneiras, e os comentários aqui e no Capítulo 6 são muito seletivos. Um ponto que precisa ser esclarecido é que tem valor limitado conceber uma língua com um vocabulário que é documentado 'no' dicionário, porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Os termos *wording*,¹ 'lexicalização' e 'significação' (sobre isso e outros aspectos do vocabulário, ver Kress e Hodge, 1979; Mey, 1985) captam isso melhor do que 'vocabulário', porque implicam processos de lexicalização (significação) do mundo que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes.

Um foco de análise recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, sobre questões, tais como a 'relexicalização' dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas (é bem conhecido o exemplo de relexicalização de 'terroristas' como 'lutadores pela liberdade' ou vice-versa), ou como certos domínios são mais intensivamente lexicalizados do que outros. Outro foco é o sentido da palavra, particularmente como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas: quero sugerir que as estruturações particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia. Um terceiro foco recai sobre a metáfora, sobre a implicação política e ideológica de metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas.

Ao considerar-se a 'coesão' (ver Halliday e Hasan, 1976; Halliday, 1985), estamos concebendo como as orações são ligadas

¹ O termo *wording* significa a criação de palavras (N. da T.).

em frases e como as frases, por sua vez, são ligadas para formar unidades maiores nos textos. Obtém-se a ligação de várias maneiras: mediante o uso de vocabulário de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos, e assim por diante; mediante uma variedade de mecanismos de referência e substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de palavras repetidas, e assim por diante); mediante o uso de conjunções, tais como 'portanto', 'entretanto', 'e' e 'mas'. Focalizar a coesão é um passo para o que Foucault refere como "vários esquemas retóricos segundo os quais grupos de enunciados podem ser combinados (como são ligadas descrições, deduções, definições, cuja sucessão caracteriza a arquitetura de um texto)" (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de conceitos"). Esses esquemas e seus aspectos particulares, como a estrutura argumentativa dos textos, variam entre os tipos de discurso, e é interessante explorar tais variações como evidências de diferentes modos de racionalidade e modificações nos modos de racionalidade, à medida que mudam as práticas discursivas.

'Estrutura textual' também diz respeito à 'arquitetura' dos textos e especificamente a aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto: por exemplo, as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma reportagem policial no jornal, ou uma entrevista para emprego. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto. Como sugerem esses exemplos, estamos interessados na estrutura do monólogo e do diálogo. O último envolve os sistemas de tomada de turno e as convenções de organização da troca de turnos do falante, como também as convenções para abrir e fechar entrevistas ou conversas.

Prática discursiva

A prática discursiva, como indiquei anteriormente, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a nature-

za desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (freqüentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem (ver van Dijk, 1988, para uma discussão detalhada e mais geralmente sobre processos discursivos).

Há outras maneiras em que o conceito de 'produtor(a) textual' é mais complicado do que pode parecer. É produtivo desconstruir o(a) produtor(a) em um conjunto de posições, que podem ser ocupadas pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes. Goffman (1981: 144) sugere uma distinção entre 'animador(a)', a pessoa que realmente realiza os sons ou as marcas no papel; 'autor(a)', aquele(a) que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e 'principal', aquele(a) cuja posição é representada pelas palavras. Em artigos de jornal, há uma ambigüidade na relação entre essas posições: freqüentemente, o principal é uma 'fonte' fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o principal é o jornal (o(a) editor(a) ou um(a) jornalista); e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como se fossem assinados por um(a) único(a) jornalista (que na melhor das hipóteses seria o(a) animador(a)). (Veja um exemplo em Fairclough, 1988b.)

Os textos também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Isso tem a ver parcialmente com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica (tais como exame minucioso ou atenção dividida com a realização de outras coisas) e com os modos de interpretação disponíveis – por exemplo, geralmente não se lêem receitas como textos estéticos ou artigos acadêmicos como textos retóricos, embora ambos os tipos de leitura sejam possíveis. O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo: compare cartas de amor com registros administrativos.

Alguns textos (entrevistas oficiais, grandes poemas) são registrados, transcritos, preservados, relidos; outros (publicidade não solicitada, conversas casuais) não são registrados, mas transitórios e esquecidos. Alguns textos (discursos políticos, livros-texto) são transformados em outros textos. As instituições possuem rotinas específicas para o 'processamento' de textos: uma consulta médica é transformada em um registro médico que pode ser usado para compilar estatísticas médicas (ver, no Capítulo 4, o item "Intertextualidade e transformações", para uma discussão de tais 'cadeias intertextuais'). Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas.

Alguns textos têm distribuição simples – uma conversa casual pertence apenas ao contexto imediato de situação em que ocorre –, enquanto outros têm distribuição complexa. Textos produzidos por líderes políticos ou textos relativos à negociação internacional de armas são distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos. Por exemplo, os telespectadores recebem uma versão transformada de um discurso pronunciado por Thatcher ou Gorbachev, versão que é consumida segundo hábitos e rotinas particulares de recepção. Produtores em organizações sofisticadas, como departamentos do governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os 'ouvintes' (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato (por exemplo, os oficiais soviéticos² são destinatários em comunicações entre os governos da Organização do Tratado do

Atlântico Norte/OTAN). E cada uma dessas posições pode ser ocupada de forma múltipla.

Como indiquei anteriormente, há dimensões 'sociocognitivas' específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Este é considerado como um conjunto de 'traços' do processo de produção, ou um conjunto de 'pistas' para o processo de interpretação. Tais processos geralmente procedem de maneira não-consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica (veja outros detalhes adiante), embora certos aspectos sejam mais facilmente trazidos à consciência do que outros.

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições, especialmente a segunda – fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte. Dado o foco deste livro na mudança discursiva e social, é este aspecto dos processos discursivos – a determinação dos aspectos dos recursos dos membros a que se recorre e como se recorre – que é de maior interesse. Retornarei a isso, a seguir, na discussão da intertextualidade.

Mas, primeiro, quero falar um pouco em termos mais gerais sobre os aspectos sociocognitivos da produção e da interpretação e introduzir mais duas das sete dimensões de análise: 'força' e 'coerência'. A produção ou a interpretação de um texto (referir-me-ei apenas à interpretação em partes da discussão a seguir) ge-

² Trata-se de oficiais da ex-União Soviética (N. da T.).

ralmente é representada como um processo de níveis múltiplos e como um processo 'ascendente'-'descendente'. Nos níveis inferiores, analisa-se uma seqüência de sons ou marcas gráficas em frases no papel. Os níveis superiores dizem respeito ao significado, à atribuição de significados às frases, a textos completos e a partes ou a 'episódios' de um texto que consistem de frases que podem ser interpretadas como coerentemente conectadas. Os significados das unidades 'superiores' são construídos em parte dos significados das unidades 'inferiores'. Essa é a interpretação 'ascendente'. Entretanto, a interpretação também se caracteriza por predições sobre os significados das unidades de nível superior no início do processo de interpretação com base em evidência limitada, e esses significados preditos moldam a maneira como as unidades de nível inferior são interpretadas. Esse é o processamento 'descendente'. A produção e a interpretação são parcialmente 'descendentes' e parcialmente 'ascendentes'. Além disso, a interpretação ocorre no tempo real: a interpretação a que já se chegou para palavra, ou frase, ou episódio x exclui outras interpretações possíveis para palavra, frase, ou episódio x + 1 (ver Fairclough, 1989a).

Esses aspectos do processamento textual contribuem para explicar como os intérpretes reduzem a ambivalência potencial dos textos, mostrando parte do efeito do contexto na redução da ambivalência, num sentido estreito de 'contexto' como o que precede (ou segue) em um texto. Entretanto, 'contexto' também inclui o que às vezes é chamado o 'contexto de situação': os intérpretes chegam a interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso faz parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. De certo modo, essa é uma elaboração das propriedades 'descendentes' da interpretação.

Uma grande limitação da explicação dos processos sociocognitivos apresentada anteriormente é que geralmente ela é posta em termos universais, como se, por exemplo, o efeito do contexto no sentido e a redução da ambivalência fossem sempre os mesmos. Mas não é assim. A maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro, como Foucault indicou (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de conceitos").

E, nesse sentido, as diferenças entre os tipos de discurso são socialmente interessantes porque apontam assunções e regras de base implícitas que têm freqüentemente caráter ideológico. Vou ilustrar esses pontos com uma discussão de 'força' (ver Leech, 1983; Levinson, 1983; Leech e Thomas, 1989).

A força de parte de um texto (freqüentemente, mas nem sempre, uma parte na extensão de uma frase) é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que 'ato(s) de fala' desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.). Força está em contraste com 'proposição': o componente proposicional, que é parte do significado ideacional, é o processo ou a relação que é predicado das entidades. Assim, no caso de "Prometo pagar ao(à) portador(a) se exigida a soma de 5 libras",³ a força é a de uma promessa, enquanto a proposição poderia ser representada esquematicamente como 'x paga y a z'. As partes dos textos são tipicamente ambivalentes em termos de força, podendo ter 'força potencial' extensiva. Por exemplo, "Você pode carregar a mala?" poderia ser uma pergunta, um pedido ou uma ordem, uma sugestão, uma reclamação, e assim por diante. Algumas análises de atos de fala distinguem força direta e indireta; poderíamos dizer, nesse caso, que temos alguma coisa próxima da força direta de uma pergunta, que poderia também possuir qualquer das outras forças alistadas como sua força indireta. Além disso, não é de forma alguma incomum que as interpretações permaneçam ambivalentes: às vezes, pode não estar claro se temos uma pergunta simples, ou também um pedido velado (e assim, se desafiado, negável).

O 'contexto' nos dois sentidos anteriores é um fator importante na redução da ambivalência da força. A posição seqüencial no texto é um poderoso preditor de força. Na acareação, qualquer coisa que o advogado diga a uma testemunha imediatamente após a resposta da testemunha pode ser interpretada como uma pergunta (o que não impede que seja interpretada simultaneamente como outras coisas, por exemplo, como acusação). Isso ajuda a explicar como é que as formas das palavras podem ter forças que

³ Aproximadamente R\$ 13,00 (treze reais) (N. da T.).

parecem altamente improváveis se as considerarmos fora do contexto. E, naturalmente, o contexto de situação, a natureza geral do contexto social, também reduz a ambivalência. Entretanto, antes que se possa recorrer ao contexto de situação, ou mesmo ao contexto sequencial, para interpretar a força de um enunciado, deve-se ter chegado a uma interpretação sobre qual é o contexto de situação. Isso é análogo à interpretação textual: envolve uma inter-relação entre pistas e recursos dos membros, mas estes, nesse caso, são de fato um mapa mental da ordem social. O mapa mental é necessariamente apenas uma interpretação das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares. Apontar o contexto de situação em termos do mapa mental fornece dois grupos de informações relevantes para determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular; uma leitura da situação que ressalta certos elementos, diminuindo a importância dos outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira, e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes.

Assim, um efeito sobre a interpretação da leitura da situação é ressaltar ou diminuir a importância de aspectos da identidade social dos participantes, de modo que, por exemplo, o gênero, a etnia ou a idade do(a) produtor(a) do texto provavelmente afetam muito menos a interpretação no caso de um livro-texto de botânica do que no caso de uma conversa casual ou de uma entrevista para emprego. Assim, o efeito do contexto de situação sobre a interpretação textual (e produção textual) depende da leitura da situação. Por outro lado, o efeito do contexto sequencial depende do tipo de discurso. Por exemplo, não podemos supor que uma pergunta sempre predisporá da mesma forma a interpretação do enunciado que a segue como resposta; depende do tipo de discurso. No discurso de sala de aula, as perguntas predizem fortemente as respostas; no discurso conversacional dentro de uma família, rotineiramente as perguntas podem deixar de ser respondidas sem qualquer sentido real de infringimento ou necessidade de reparação. Como argumentei no Capítulo 2, a ênfase unilateral no contexto sequencial como determinante da interpretação sem o reconheci-

mento de tais variáveis é um aspecto insatisfatório da análise conversacional. Além disso, as diferenças entre os tipos de discurso dessa ordem são socialmente importantes: onde as perguntas devem ser respondidas, há uma probabilidade de que sejam tomadas como tácitas as assimetrias de *status* entre os papéis de sujeito nitidamente delimitados. Assim, a investigação dos princípios interpretativos que são usados para determinar o sentido permite compreender o investimento político e ideológico de um tipo de discurso.

Passemos agora da força à 'coerência' (ver De Beaugrande e Dressler, 1981, no Capítulo 5; Brown e Yule, 1983, no Capítulo 7). A coerência é tratada frequentemente como propriedade dos textos, mas é mais bem considerada como propriedade das interpretações. Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido, de forma que o texto como um todo 'faça sentido', mesmo que haja relativamente poucos marcadores formais dessas relações de sentido — isto é, relativamente pouca coesão explícita (veja o último item). Entretanto, o ponto em foco é que um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos. Mas o modo particular em que é gerada uma leitura coerente de um texto depende novamente da natureza dos princípios interpretativos a que se recorre. Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discurso particulares, e vale a pena investigar tais ligações devido à luz que jogam sobre as importantes funções ideológicas da coerência na interpelação dos sujeitos. Isto é, os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são 'capazes' de compreendê-los e 'capazes' de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. Por exemplo, o que estabelece a ligação coerente entre as duas frases "Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Está grávida" é o pressuposto de que as mulheres param de trabalhar quando têm filhos. À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo

texto, e essa é uma parte importante do 'trabalho' ideológico dos textos e do discurso na 'interpelação' dos sujeitos (veja o próximo item). Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos.

Agora quero voltar-me para a última das sete dimensões de análise e a que é de maior destaque nas preocupações deste livro: a 'intertextualidade' (ver Bakhtin, 1981, 1986; Kristeva, 1986a). Dedicarei todo o Capítulo 4 à intertextualidade; dessa forma, a discussão aqui pode ser breve. Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às 'cadeias de comunicação verbal' existentes (Bakhtin, 1986: 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo, os discursos políticos freqüentemente se transformam em reportagens). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas 'o texto', nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação.

Farei uma distinção entre 'intertextualidade manifesta', em que, no texto, se recorre explicitamente a outros textos específicos, e 'interdiscursividade' ou 'intertextualidade constitutiva'. A interdiscursividade estende a intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem de discurso que discuti, anteriormente, no item "Discurso". Por um lado, temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos específicos (intertextualidade manifesta); por outro lado, a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade).

O conceito de intertextualidade toma os textos historicamente, transformando o passado – convenções existentes e textos prévios – no presente. Isso pode ocorrer de maneira relativamente convencional e normativa: os tipos de discurso tendem a transformar em rotina formas particulares de recorrer a convenções e a textos e a naturalizá-las. Contudo, pode ocorrer, criativamente, com novas configurações de elementos de ordens de discurso e novos modos de intertextualidade manifesta. São a historicidade inerente a uma concepção intertextual e a maneira como esta acomoda tão prontamente a prática criativa que a tornam tão adequada para minhas preocupações presentes com a mudança discursiva, embora, como argumentarei adiante (item "Hegemonia"), ela precise estar ligada a uma teoria de mudança social e política para a investigação da mudança discursiva dentro de processos mais amplos de mudança cultural e social.

Acredito que a análise da prática discursiva deva envolver uma combinação do que se poderia denominar 'microanálise' e 'macroanálise'. A primeira é o tipo de análise em que os analistas da conversação se distinguem: a explicação do modo preciso como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros. Mas isso deve ser complementado com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens de discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa. Na verdade, não se pode realizar microanálise sem esse conhecimento. E, naturalmente, a microanálise é a melhor maneira de expor tais informações: desse modo, fornece evidências para a macroanálise. Portanto, a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.

Uma implicação da posição que estou adotando nesta seção é que a maneira como as pessoas interpretam os textos em várias circunstâncias sociais é uma questão que requer investigação sepa-

rada. Embora o quadro que apresentei aponte a importância de considerar-se a interpretação em seu próprio mérito, deve-se notar que não foram incluídos neste livro estudos empíricos. (Para uma discussão de pesquisa sobre a interpretação de textos da mídia, ver Morley, 1980, e Thompson, 1990, no Capítulo 6.)

Discurso como prática social: ideologia e hegemonia

Meu objetivo nesta seção é explicar mais claramente aspectos da terceira dimensão de minha teoria tridimensional, discurso como prática social. Mais especificamente, discutirei o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder e situarei o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica. Ao fazer isso, recorro às contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Althusser e Gramsci, que (não obstante a crescente popularidade contemporânea do marxismo) oferecem uma teoria rica para a investigação do discurso como forma de prática social, embora com importantes reservas, especialmente no caso de Althusser.

Ideologia

A teoria de ideologia que tem sido muito influente no recente debate sobre discurso e ideologia é certamente a de Althusser (Althusser, 1971; Larrain, 1979), à qual me referi brevemente ao discutir Pêcheux no Capítulo 1. De fato, pode-se considerar que Althusser forneceu as bases teóricas para o debate, embora Voloshinov (1973) tenha sido uma importante contribuição bem anterior.

As bases teóricas que tenho em mente são três importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia 'interpela os sujeitos', que conduz à concepção de que um dos mais significativos 'efeitos ideológicos' que os lingüistas ignoram no discurso

(segundo Althusser, 1971: 161, n. 16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Se o debate sobre a ideologia e o discurso tem sido fortemente influenciado por essas posições, também tem sido prejudicado pelas limitações amplamente reconhecidas da teoria de Althusser. Particularmente, o trabalho de Althusser contém uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio. Com efeito, é a visão anterior que é predominante, havendo marginalização da luta, da contradição e da transformação.

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas' são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de 'senso comum'; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica.

Afirmo que a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, e que não temos de escolher entre possíveis 'localizações' diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas e nenhuma das quais parece inteiramente satisfatória (ver Fairclough, 1989b, para uma explicação mais detalhada da posição que adoto aqui). A questão-chave é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta é 'ambas'. E o problema-chave é encontrar, como já sugeri na discussão sobre o discurso, uma explicação satisfatória da dialética de estruturas e eventos.

Várias explicações tomam a ideologia como propriedade de estruturas ao localizá-la em alguma forma de convenção subjacente à prática lingüística, seja um 'código', uma 'estrutura' ou uma 'formação'. Isso tem a virtude de mostrar que os eventos são restringidos por convenções sociais, mas tem a desvantagem já referida de pender para uma desfocalização do evento no pressuposto de que os eventos são meras reproduções de estruturas, privilegiando a perspectiva da reprodução ideológica e não a da transformação, numa tendência de representação das convenções mais claramente delimitadas do que realmente são. Um exemplo disso são os primeiros trabalhos de Pêcheux. Outra fraqueza da opção da estrutura é que ela não reconhece a primazia das ordens de discurso sobre as convenções discursivas particulares: precisamos explicar os investimentos ideológicos das (partes das) ordens de discurso, não apenas as convenções individuais, e a possibilidade de investimentos diversos e contraditórios. Uma alternativa à opção da estrutura é localizar a ideologia no evento discursivo, ressaltando a ideologia como processo, transformação e fluidez. Mas isso pode conduzir a uma ilusão de que o discurso corresponde a processos livres de formação, a não ser que haja uma ênfase simultânea nas ordens de discurso.

Há também uma concepção textual da localização da ideologia, que se encontra na lingüística crítica: as ideologias estão nos textos. Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem o carimbo (são traços) dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível 'ler' as ideologias nos textos. Como argumentei no Capítulo 2, isso é porque os sentidos são produzidos por

meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos. Alegações de descoberta dos processos ideológicos unicamente mediante a análise textual têm o problema, agora familiar na sociologia da mídia, de que os 'consumidores' de textos (leitores e telespectadores) parecem às vezes bastante imunes aos efeitos das ideologias que estão supostamente 'nos' textos (Morley, 1980).

Prefiro a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos.

Outra questão importante sobre a ideologia diz respeito aos aspectos ou níveis do texto e do discurso que podem ser investidos ideologicamente. Uma alegação comum é de que são os 'sentidos', e especialmente os sentidos das palavras (algumas vezes especificados como 'conteúdo', em oposição à forma), que são ideológicos (por exemplo, Thompson, 1984). Os sentidos das palavras são importantes, naturalmente, mas também o são outros aspectos semânticos, tais como as pressuposições (ver, no Capítulo 4, o item "Pressuposição"), as metáforas (ver, no Capítulo 6, o item "Metáfora") e a coerência. Já indiquei na seção anterior a importância da coerência na constituição ideológica dos sujeitos.

Uma oposição rígida entre 'conteúdo' ou 'sentido' e 'forma' é equivocada porque os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, e os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente. Por exemplo, a representação de bruscas quedas no valor da moeda (*slumps*) e do desemprego relacionada a desastres naturais pode envolver uma preferência por estruturas oracionais intransitivas e atributivas em oposição a estruturas oracionais transitivas ("A moeda perdeu

o valor, milhões estão desempregados”, em oposição a “Os investidores estão comprando ouro, as firmas sacaram milhões”; ver, no Capítulo 6, o item “Transitividade e tema”, sobre esses termos). Em um nível diferente, o sistema de tomada de turno numa sala de aula ou as convenções de polidez que operam entre secretária e gerente implicam pressupostos ideológicos sobre as identidades sociais e as relações sociais entre professores e alunos, e gerentes e secretárias. Outros exemplos mais detalhados serão dados nos textos analisados nos capítulos de 4 a 6. Mesmo aspectos do ‘estilo’ de um texto podem ser investidos ideologicamente: ver minha análise (Capítulo 4, item “Intertextualidade e transformações”) de como o estilo de um folheto do Departamento de Comércio e Indústria contribui para constituir o ‘eu empresarial’ como um tipo de identidade social. Não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica. Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação lingüística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas (ver Clark *et al.*, 1988; Fairclough, 1992 – a).

Esses comentários sobre a consciência podem ser ligados a questões sobre a interpelação dos sujeitos. O caso ideal na teoria althusseriana é o do sujeito posicionado na ideologia de tal maneira que disfarça a ação e os efeitos desta e dá ao sujeito uma autonomia imaginária. Isso sugere convenções discursivas altamente naturalizadas. Mas as pessoas são realmente subjugadas de formas diferentes e contraditórias; tal consideração começa a lançar dúvidas sobre o caso ideal. Quando a sujeição é contraditória – quando uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em

direções diferentes, por exemplo –, pode ser difícil manter a naturalização. A interpelação contraditória pode manifestar-se experiencialmente em um sentido de confusão ou incerteza e na problematização das convenções (ver o item “Mudança discursiva”, adiante). Essas são as condições em que uma prática consciente e transformadora poderá mais facilmente desenvolver-se.

A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas (ver minhas reservas sobre Foucault a esse respeito no Capítulo 2, item “Foucault e a análise de discurso textualmente orientada”). Aqui também é importante adotar a posição dialética que defendi anteriormente: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

→ Todo discurso é ideológico? Sugeri que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem/ideologia sugerem (Zima, 1981; Pêcheux, 1982). Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. Portanto, não aceito a concepção de Althusser (1971) de ‘ideologia em geral’ como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e sem dúvida de certo modo

concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. Não deve ser muito difícil mostrar que a publicidade em termos amplos é investida com mais vigor do que as ciências físicas.

Hegemonia

O conceito de hegemonia, que é a peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa Ocidental (Gramsci, 1971; Buci-Glucksmann, 1980), harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos. Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Compreende-se a ideologia nesse quadro em termos que antecipam todos os avanços de Althusser (Buci-Glucksmann, 1980: 66), por exemplo, em sua focalização da materialização implícita e inconsciente das ideologias nas práticas (que as contêm como

'premissas' teóricas implícitas), considerando-se a ideologia "uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva" (Gramsci, 1971: 328). Enquanto a interpelação dos sujeitos é uma elaboração althusseriana, há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter 'estranhamente composto' (1971: 324) e uma visão de 'senso comum' tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. No senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas. Além disso, Gramsci concebia "o campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas" (Hall, 1988: 55-56), a que se referiu como 'um complexo ideológico' (Gramsci, 1971: 195). Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados. (Há uma discussão importante de hegemonia e articulação em Laclau e Mouffe (1985) que constitui um precedente para minha aplicação desses conceitos ao discurso, embora sem a análise de textos reais que eu consideraria como essenciais à análise de discurso.)

Tal concepção de luta hegemônica em termos da articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com o que disse anteriormente sobre o discurso: a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centra sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias. Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por

exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes.

Vamos tomar como exemplo o discurso político de Thatcher. Este pode ser interpretado como rearticulação da ordem discursiva política existente, que reuniu os discursos conservador tradicional, neoliberal e populista em uma nova mescla e também constituiu um discurso de poder político sem precedente para uma líder mulher. Tal rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco centrado na burguesia em novas condições econômicas e políticas. O discurso de Thatcher foi descrito nesses termos por Hall (1988) e Fairclough (1989a) e demonstra como essa análise pode ser realizada em termos de uma concepção de discurso semelhante à que foi introduzida anteriormente, de forma que explique os aspectos específicos da linguagem dos textos políticos de Thatcher (o que Hall não faz). Acrescentaria que a ordem de discurso rearticulada é contraditória: elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários (por exemplo, o pronome inclusivo 'nós', que implica uma tentativa de falar para as pessoas comuns, coexiste com o uso de 'você' como pronome indefinido em exemplos como "Você fica doente com a chuva, não") e elementos patriarcais com elementos feministas. Além disso, a rearticulação das ordens de discurso é obtida não apenas na prática discursiva produtiva, mas também na interpretação: a compreensão de sentidos nos textos de Thatcher requer intérpretes que sejam capazes de estabelecer conexões coerentes entre seus elementos heterogêneos, e parte do projeto hegemônico é a constituição de sujeitos intérpretes para quem tais conexões são naturais e automáticas.

Entretanto, a maior parte do discurso se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares (família, escolas, tribunais de justiça, etc.) e não em nível da política nacional; os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens. Em tais casos, a he-

gemonia também fornece tanto um modelo como uma matriz. Fornece um modelo: por exemplo, na educação, os grupos dominantes também parecem exercer poder mediante a constituição de alianças, integrando e não simplesmente dominando os grupos subalternos, ganhando seu consentimento, obtendo um equilíbrio precário que pode ser enfraquecido por outros grupos, e fazem isso em parte por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas locais. Fornece uma matriz: a obtenção de hegemonia em um nível societário requer um grau de integração de instituições locais e semi-autônomas e de relações de poder, de tal modo que as últimas sejam parcialmente moldadas por relações hegemônicas e lutas locais possam ser interpretadas como lutas hegemônicas. Isso dirige a atenção para as ligações entre as instituições e para ligações e movimento entre as ordens discursivas institucionais (ver o Capítulo 7, adiante, para uma análise de mudanças que transcendem as ordens discursivas particulares).

Embora a hegemonia pareça ser a forma organizacional de poder predominante na sociedade contemporânea, não é a única. Há também os resíduos de uma forma anteriormente mais evidente em que se atinge a dominação pela imposição inflexível de regras, normas e convenções. Isso parece corresponder a um modelo 'código' de discurso, que considera o discurso em termos da concretização de códigos com molduras e classificações fortes (Bernstein, 1981), e a uma prática normativa altamente arregimentada. Tal modelo contrasta com o que poderíamos chamar o modelo 'articulação' de discurso descrito anteriormente, que corresponde à forma organizacional hegemônica. Os modelos 'código' são altamente orientados para a instituição, enquanto os modelos 'articulação' são mais orientados para o(a) cliente/público; comparem-se formas tradicionais e formas mais recentes do discurso de sala de aula ou do discurso médico-paciente (discuto exemplos específicos do último no Capítulo 5). Por outro lado, autores do pós-modernismo sugerem uma forma organizacional emergente de poder que é bastante difícil de apontar, mas que representa uma outra mudança na orientação institucional associada a uma descentralização de poder explicitada e parece ligar-se a um modelo 'mosaico' de discurso que caracteriza a prática discursiva como

uma constante rearticulação de elementos minimamente restringidos. A prática discursiva que parece adequar-se a esse modelo foi identificada como 'pós-moderna' (Jameson, 1984), e o exemplo mais claro é a publicidade (ver Fairclough, 1989a: 197-211). Voltarei a esses modelos do discurso no Capítulo 7, em relação a uma discussão de determinadas tendências amplas que afetam as ordens de discurso contemporâneas.

Para resumir, no quadro tridimensional para a análise de discurso introduzido anteriormente, identifiquei como preocupação principal a descrição, para exemplos particulares de discurso, de conexão explanatória entre a natureza das práticas sociais de que fazem parte e a natureza de sua prática discursiva, incluindo os aspectos sociocognitivos de sua produção e interpretação. O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. Isso fortalece o conceito de investimento político das práticas discursivas e, já que as hegemonias têm dimensões ideológicas, é uma forma de avaliar o investimento ideológico das práticas discursivas. A hegemonia também tem a virtude notável, no presente contexto, de facilitar o estabelecimento de um foco sobre a mudança, que é minha preocupação última neste capítulo.

Mudança discursiva

O foco deste livro é a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural; sua justificativa teórica foi apresentada na Introdução em termos do funcionamento do discurso na vida social contemporânea. Esse deve ser um duplo foco, de acordo com a dialética entre as ordens de discurso e a prática discursiva ou o evento discursivo. Por um lado, precisamos entender os processos de mudança como ocorrem nos eventos discursivos. Por outro

lado, precisamos de uma orientação relativa à maneira como os processos de rearticulação afetam as ordens de discurso. Passo agora a discutir essas questões.

As origens e as motivações imediatas da mudança no evento discursivo repousam na problematização das convenções para os produtores ou intérpretes, que pode ocorrer de várias formas. Por exemplo, a problematização das convenções na interação entre mulheres e homens é uma experiência generalizada em várias instituições e domínios. Tais problematizações têm suas bases em contradições – neste caso, contradições entre as posições de sujeito tradicionais, em que muitos de nós fomos socializados, e novas relações de gênero. Num plano bem diferente, pode-se considerar que o discurso político de Thatcher surge da problematização de práticas discursivas tradicionais da direita em que se baseiam as relações sociais, as posições de sujeito e as práticas políticas, em circunstâncias em que se tornam aparentes as contradições entre elas e um mundo em mudança. Quando surgem problematizações, as pessoas se vêem diante do que Billig *et al.* (1988) denominam 'dilemas'. Com frequência, elas tentam resolver esses dilemas ao serem inovadoras ou criativas, ao adaptarem as convenções existentes de novas maneiras e assim contribuir para a mudança discursiva. A intertextualidade e, portanto, a historicidade inerente da produção e interpretação textual (ver o item "Prática discursiva", neste capítulo) constituem a criatividade como opção. A mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem.

Tais contradições, dilemas e entendimentos subjetivos dos problemas em situações concretas têm suas condições sociais em contradições e lutas estruturais nos níveis institucional e societário. Retomando o exemplo das relações de gênero, a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero nas instituições e na sociedade como um todo. Entretanto, o que decisivamente determina a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as lutas que se desenvolvem ao redor das contradições.

Para polarizar as possibilidades que são muito mais complexas, um evento discursivo pode ser uma contribuição para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais de gênero e pode, portanto, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica; dessa forma, tentando resolver os dilemas pela inovação. Os próprios eventos discursivos têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor. Assim, para resumir, os processos sociocognitivos serão ou não inovadores e contribuirão ou não para a mudança discursiva, dependendo da natureza da prática social.

Vamos considerar a dimensão textual do discurso. A mudança deixa traços nos textos na forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes – mesclas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não-técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, formas sintáticas mais tipicamente escritas e mais tipicamente faladas, e assim por diante. À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’. Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso.

Isso conduz a nosso segundo foco, a mudança nas ordens de discurso. À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas. Tais mudanças estruturais podem afetar apenas a ordem de discurso ‘local’ de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a ordem de discurso societária. O foco de atenção na investigação da mudança discursiva deveria manter a alternância entre o evento discursivo e tais mudanças estruturais, porque não é possível avaliar a importância do primeiro para os processos mais amplos de

mudança social sem considerar as últimas, da mesma forma que não é possível avaliar a contribuição do discurso para a mudança social sem considerar o primeiro.

Ilustrarei as questões que poderiam ser investigadas dentro dos estudos de mudança nas ordens de discurso referindo-me a dois tipos relacionados de mudança que afetam atualmente a ordem de discurso societária. (Há uma discussão mais detalhada dessas questões no Capítulo 7, adiante.) Uma é a aparente democratização do discurso, envolvendo a redução de marcadores explícitos de assimetria de poder entre pessoas com poder institucional desigual – professores e alunos, gerentes e trabalhadores, pais e filhos, médicos e pacientes –, que é evidente numa diversidade de domínios institucionais. A outra é o que venho chamando de ‘personalização sintética’ (Fairclough, 1989a), a simulação de discurso privado face a face em discurso público para audiência em massa (imprensa, rádio, televisão). Ambas as tendências podem ser ligadas à influência do discurso conversacional do domínio privado do ‘mundo da vida’ nos domínios institucionais. Essas tendências sociais e discursivas são estabelecidas mediante luta e, além disso, são estabelecidas com estabilidade apenas limitada, com a perspectiva de que seus próprios elementos heterogêneos sejam considerados contraditórios, levando a posterior luta e mudança.

Um aspecto da abertura das ordens de discurso à luta é que os elementos de uma ordem de discurso não têm valores ideológicos ou modos fixos de investimento ideológico. Considere-se, por exemplo, o aconselhamento, o modo de conversar com as pessoas sobre elas mesmas e seus problemas, aparentemente não-diretivo, não-avaliativo, buscando estabelecer empatia, em situação de um para um. O aconselhamento tem suas origens na terapia, mas agora circula como técnica em muitos domínios institucionais, como efeito de uma reestruturação da ordem de discurso. Mas tal desenvolvimento é altamente ambivalente em termos ideológicos e políticos. A maioria dos terapeutas propõe oferecer espaço às pessoas como indivíduos num mundo que os trata cada vez mais como cifras, o que parece tornar o aconselhamento uma prática contra-hegemônica e sua colonização de novas instituições uma mudança liberadora. Entretanto, usa-se o aconselhamento agora de preferên-

cia a práticas de natureza explicitamente disciplinar em várias instituições, o que o faz parecer mais uma técnica hegemônica por trazer sutilmente aspectos das vidas particulares das pessoas para o domínio do poder. Aparentemente, a luta hegemônica ocorre parcialmente mediante o aconselhamento e sua expansão e parcialmente acima deste. Esse ponto está de acordo com a observação de Foucault:

Os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força; pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta (1981: 101).

A exploração de tendências de mudança nas ordens de discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social. Os processos de mercado, a extensão dos modelos de mercado a novas esferas, podem ser investigados, por exemplo, mediante a recente colonização extensiva das ordens de discurso pela publicidade e outros tipos de discurso (ver Fairclough, 1989a, e o Capítulo 7, adiante). Se a democratização do discurso e a personalização sintética podem ser ligadas à democratização substancial da sociedade, também estão ligadas de maneira controvertida aos processos de marquetização e especificamente à aparente mudança no poder dos produtores para os consumidores, que é associada ao consumismo e às novas hegemonias a ele atribuídas. Também poderia haver uma dimensão discursiva-útil nos debates sobre a modernidade e a pós-modernidade. Por exemplo, a democratização, a personalização sintética e o avanço da conversação nos domínios institucionais podem ser considerados aspectos de uma 'dediferenciação' dos domínios públicos e privados (Jameson, 1984) ou de uma fragmentação de práticas profissionais até agora estruturadas? (Ver Capítulo 7 para uma discussão mais completa.)

Conclusão

A abordagem do discurso e da análise de discurso que apresentei neste capítulo tenta integrar uma variedade de perspectivas

teóricas e métodos para o que é, assim espero, um poderoso recurso para estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural. Tentei combinar aspectos de uma concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade: a primeira inclui uma ênfase fundamental nas propriedades socialmente construtivas do discurso, a última enfatiza a 'textura' dos textos (Halliday e Hasan, 1976) e sua composição por meio de fragmentos de outros textos, e ambas apontam para o modo como as ordens de discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas. Também tentei localizar a concepção dinâmica da prática discursiva e de sua relação com a prática social que emerge dessa conjuntura dentro de uma conceituação gramsciana de poder e de luta de poder em termos de hegemonia. Ao mesmo tempo, recorri a outras tradições na lingüística, à análise de discurso baseada no texto e à análise da conversação etnometodológica para a análise textual. Acredito que o quadro resultante nos permite combinar relevância social e especificidade textual ao fazer análise de discurso e explicar a mudança.

Capítulo 4

Intertextualidade*

Introduzi o conceito de intertextualidade no Capítulo 3 (item “Prática discursiva”) e assinali a sua compatibilidade com a prioridade que atribuí à mudança no discurso e à estruturação e reestruturação das ordens de discurso. O conceito de intertextualidade foi também usado no Capítulo 2 como um elemento significativo nas análises de discurso de Foucault. Lembro aqui sua afirmação: “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros” (1972: 98). Meu objetivo neste capítulo é primeiramente tornar o conceito de intertextualidade algo mais concreto, usando-o para analisar textos e, em segundo lugar, apresentar mais sistematicamente o potencial do conceito para a análise de discurso, como parte do desenvolvimento de um quadro analítico.

O termo ‘intertextualidade’ foi cunhado por Kristeva no final dos anos 1960 no contexto de suas influentes apresentações para audiências ocidentais do trabalho de Bakhtin (ver Kristeva, 1986a, na verdade escrito em 1966). Embora o termo não seja de Bakhtin, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual (ou em seus próprios termos ‘translingüística’) para a análise de textos era o tema maior de seu trabalho ao longo de sua carreira acadêmica e estava estreitamente ligado a outras questões importantes incluindo sua teoria do gênero (ver Bakhtin 1986, um artigo que ele escreveu no início dos anos 1950).

Bakhtin destaca a omissão relativa quanto às funções comunicativas da linguagem pelos ramos principais da lingüística e mais

* Tradução de Maria Christina Diniz Leal.

especificamente a omissão do modo como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão 'respondendo' e por textos subsequentes que eles 'antecipam'. Para Bakhtin, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve turno numa conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Desse modo, "cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação". Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos:

nossa fala...é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, retrabalhamos e reacentuamos (Bakhtin, 1986: 89).

Isto é, enunciados – 'textos' em meus termos – são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos. Foucault acrescenta o refinamento de distinguir dentro da aura intertextual de um texto diferentes 'campos' de 'presença', 'concomitância' e 'memória' (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de conceitos").

Indiquei no Capítulo 3 que a relevância do conceito de intertextualidade na teoria que estou desenvolvendo está de acordo com meu foco sobre o discurso na mudança social. Kristeva observa que intertextualidade implica "a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história" (1986a: 39). Por "a inserção da história em um texto", ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história). Por "a inserção do texto na história", ela quer dizer que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para

processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes. Essa historicidade inerente aos textos permite-lhes desempenhar os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural (ver a discussão nos capítulos 3 e 7). A rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser um foco principal na análise de discurso.

* A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder. A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais. A combinação da teoria da hegemonia (descrita, anteriormente, no Capítulo 3, item "Hegemonia") com a intertextualidade é particularmente produtiva. Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo.

Bakhtin distingue o que Kristeva chama dimensões 'horizontal' e 'vertical' da intertextualidade (ou relações no 'espaço' intertextual: ver Kristeva, 1986a: 36). Por um lado, há relações intertextuais 'horizontais' de um tipo 'dialógico' (embora o que normalmente é considerado como monólogo seja, em meu ponto de vista, dialógico nesse sentido) entre um texto e aqueles que o precedem e seguem

na cadeia de textos. O caso mais óbvio é como turnos de fala em uma conversa incorporam e respondem a turnos que os precedem e antecipam aqueles que seguem; mas uma carta é também relacionada intertextualmente a cartas anteriores e subseqüentes na correspondência. Por outro lado, há relações intertextuais 'verticais' entre um texto e outros textos que constituem seus contextos mais ou menos imediatos ou distantes: textos com os quais está historicamente ligado em várias escalas temporais e por vários parâmetros, até mesmo textos que são mais ou menos contemporâneos a ele.

Além de incorporar ou, por outro lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que tem com as convenções (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades – veja a seguir) que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso. Bakhtin, discutindo gênero, observa que os textos podem não só recorrer a essas convenções de um modo relativamente direto, mas podem também 'reacentuá-las', por exemplo, usando-as ironicamente, reverentemente, parodiando-as, ou podem 'mesclá-las' de vários modos (1986: 79-80). A distinção entre as relações intertextuais de textos com outros textos específicos e as relações intertextuais de textos com as convenções está relacionada com uma outra distinção usada pelos analistas de discurso franceses: a intertextualidade 'manifesta' oposta à 'constitutiva' (Authier-Révuz, 1982; Maingueneau, 1987). Na intertextualidade manifesta, outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise: eles estão 'manifestamente' marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, como as aspas. Observe, entretanto, que um texto pode 'incorporar' outro texto sem que o último esteja explicitamente sugerido: pode-se responder a outro texto na forma como se expressa o próprio texto, por exemplo. A intertextualidade constitutiva de um texto, entretanto, é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção. A prioridade que dei às ordens de discurso ressalta a intertextualidade constitutiva (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso"). Usarei a intertextualidade como um termo geral tanto para a intertextualidade manifesta quanto

para a constitutiva quando a distinção não estiver em questão, mas introduzirei o novo termo 'interdiscursividade' preferivelmente a intertextualidade constitutiva quando a distinção for necessária, para enfatizar que o foco está nas convenções discursivas e não em outros textos.

A intertextualidade implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e freqüentemente contraditórios que contribuem para compor um texto. Tendo dito isso, os textos variam muito em seus níveis de heterogeneidade, dependendo se suas relações intertextuais são complexas ou simples. Os textos também diferem na medida em que seus elementos heterogêneos são integrados, e também na medida em que sua heterogeneidade é evidente na superfície do texto. Por exemplo, o texto de um outro pode estar claramente separado do resto do texto por aspas e verbo *dicendi*, ou pode não estar marcado e estar integrado estrutural e estilisticamente, talvez por meio de nova formulação do original, no texto em sua volta (ver a discussão adiante no item "Representação de discurso"). Novamente, os textos podem ou não ser 'reacentuados'; eles podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominante (irônico ou sentimental) do texto circundante. Ou novamente, os textos de outros podem ou não ser fundidos com suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição (ver a seguir, para uma discussão da pressuposição). Desse modo, textos heterogêneos podem ter uma superfície textual desigual e 'acidentada', ou relativamente regular.

A intertextualidade é a fonte de muita da ambivalência dos textos. Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários outros textos que entram em sua composição, então os elementos dessa superfície textual não podem ser claramente colocados em relação à rede intertextual do texto, e seu sentido pode ser ambivalente; diferentes sentidos podem coexistir, e pode não ser possível determinar 'o' sentido. A fala do outro pode ser representada no que é tradicionalmente chamado 'discurso indireto' (por exemplo, "Os estudantes disseram o quanto eles

gostam da flexibilidade e da variedade de escolha de curso”); nesse caso, há sempre uma ambivalência sobre se as palavras reais são atribuíveis à pessoa cuja fala é representada ou ao autor do texto principal. Há aqui a reivindicação de que os estudantes realmente disseram, “Eu gosto da flexibilidade e da variedade de escolha de curso”, ou palavras para produzir esse efeito? De quem é essa ‘voz’, a dos estudantes ou a da administração universitária? E, como eu observei anteriormente (Capítulo 3, item “Prática discursiva”), os elementos do texto podem ser planejados para ser interpretados de diferentes modos, por diferentes leitores ou ouvintes, o que é uma outra fonte de ambivalência antecipatória, intertextual.

Na parte restante deste capítulo, eu vou analisar dois exemplos de textos para ilustrar um pouco do potencial analítico do conceito de intertextualidade; com base nesses exemplos, eu vou discutir aquelas dimensões da intertextualidade que são importantes para construir um quadro teórico para a análise de discurso – intertextualidade manifesta, interdiscursividade, ‘transformações’ textuais, e como textos constituem as identidades sociais.

Exemplo 1: Reportagem de jornal

O primeiro exemplo é uma reportagem que apareceu em um jornal britânico nacional, *The Sun*, em 1985 (ver Fairclough, 1988b, para uma análise mais detalhada). É uma reportagem sobre um documento oficial produzido pelo comitê da Casa dos Comuns, intitulado *Abuso de droga pesada: prevenção e controle*.

Eu vou focalizar a ‘reportagem’ ou ‘representação’ do discurso no artigo (para uma boa discussão do assunto, ver Leech e Short, 1981). Eu vou de fato usar um termo diferente, por razões que comentarei depois: ‘representação do discurso’. A representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como

GRÃ-BRETANHA enfrenta uma guerra para deter os traficantes, alertam os Membros do Parlamento

Convoquem as forças armadas na batalha contra as drogas!

por David Kemp

As forças armadas deverão ser chamadas para repelir uma invasão maciça dos vendedores de drogas, exigiram os Membros do Parlamento.

Traficantes de cocaína são a maior ameaça já enfrentada pela Grã-Bretanha em tempo de paz – e poderão destruir o modo de vida do país, eles disseram.

Os Membros do Parlamento querem que os Ministros considerem a possibilidade de ordenar que a Marinha e a RAF/Força Aérea Real localizem navios suspeitos de transportar drogas que se aproximam de nossas costas.

Em terra deveriam ser intensificadas sanções legais pela alfândega, polícia e serviços de segurança.

Lucros

O Comitê de Assuntos Interiores de todos os partidos visitou a América e ficou profundamente chocado com o que viu.

Em um dos relatórios de maior impacto dos Comuns em muitos anos, o comitê – presidido pelo advogado dos Conservadores MP Sir Edward Gardner – alertou gravemente:

“A sociedade ocidental enfrenta uma ameaça semelhante à guerra pela indústria de drogas pesadas.

Os traficantes acumulam quantias magníficas por meio da exploração da fraqueza humana, do tédio e da miséria.

É preciso que percam tudo – suas casas, seu dinheiro, e tudo o que possuem que possa ser atribuído a lucros com a venda de drogas.”

Sir Edward disse ontem: “Nós acreditamos que o tráfico de drogas é igual a matar e a punição deveria refletir isso.”

Espera-se que o Governo implemente severas leis no outono.

tal, com recursos, como aspas e orações relatadas (por exemplo, "ela disse" ou "Maria afirmou"). A representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia. Mas também é extremamente importante em outros tipos de discurso, por exemplo, como evidência em tribunais, na retórica política e na conversação diária, nas quais as pessoas infundavelmente relatam o que outros disseram. De fato, não tem sido geralmente avaliado o quanto é importante a representação do discurso, não só como um elemento da linguagem de textos, mas também como uma dimensão da prática social.

Eu escolhi esse artigo em particular porque nós temos informações disponíveis que usualmente os leitores não têm: o documento que está sendo relatado (*HMSO*, 1985); podemos, portanto, comparar a reportagem e o original e observar como o discurso está sendo representado.

Os estudos usualmente traçam uma distinção básica entre representação do discurso 'direto' e 'indireto'. "Sra. Thatcher avisou os colegas de Gabinete: 'Eu não vou ser responsável por nenhuma deserção agora'" é um exemplo de discurso direto, e "Sra. Thatcher avisou aos colegas de Gabinete que ela não seria responsável por nenhuma deserção então" é um exemplo de discurso indireto. Ambos consistem em uma oração relatada ("Sra. Thatcher avisou aos colegas de Gabinete") seguida por uma representação de discurso. No caso do discurso direto, as palavras representadas estão com aspas, e o tempo e os dêiticos – palavras relacionadas com o tempo e o lugar do enunciado, tal como 'agora' nesse exemplo – são os do 'original'. Há um limite explícito entre a 'voz' da pessoa que é relatada e a 'voz' de quem relata e diz-se freqüentemente que o discurso direto usa as palavras exatas da pessoa quando as relata. No discurso indireto, as aspas desaparecem e o discurso representado toma a forma de uma oração gramaticalmente subordinada à oração que relata, uma relação marcada pela conjunção 'que'. O tempo e os dêiticos são mudados para incorporar a perspectiva

de quem relata – por exemplo, 'agora' se torna 'então'. As vozes do(a) relator(a) e do(a) relatado(a) são menos claramente demarcadas, e as palavras usadas para representar o discurso no último caso podem ser as do(a) relator(a) e não as do(a) relatado(a).

Tais explicações da gramática padrão tipicamente diminuem a complexidade do que realmente acontece nos textos. Vamos focalizar as manchetes. A manchete principal ("Convoquem as Forças Armadas na batalha contra as drogas!") não tem nenhuma das marcas formais da representação do discurso – nenhuma oração relatora e nem aspas –, mas é uma oração imperativa em sua forma gramatical, e o ponto de exclamação indica que ela deve ser tomada como uma reivindicação. Mas quem está reivindicando? Não há nada formalmente para marcar isso como uma outra 'voz' que não a do próprio *The Sun*, mas os artigos de jornal tradicionalmente relatam as reivindicações de outros, em vez de fazerem as suas próprias reivindicações (exceto nos editoriais), o que sugere que talvez isso seja afinal uma forma peculiar de representação do discurso. Por outro lado, a distinção entre 'reportagem' e 'opinião' na imprensa sensacionalista é menos clara do que a análise sugere, assim talvez essa seja a voz do *The Sun*. Mas, no parágrafo de abertura da reportagem, a reivindicação na manchete é atribuída aos 'Membros do Parlamento'. Estamos diante de uma ambivalência de voz, uma manchete cuja forma lingüística ambígua a torna com 'dupla voz' (Bakhtin, 1981). *The Sun* parece estar mesclando a voz do documento *HMSO* com sua própria voz. Essa conclusão é sustentada pelo subtítulo precedente ("Grã-Bretanha enfrenta uma guerra para deter os traficantes, alertam os Membros do Parlamento"). Nesse caso, há uma oração relatora, mas ela é posta num segundo plano, ao ser colocada depois do discurso relatado, e faltam também as aspas, ainda que seja discurso direto. Essas propriedades formais novamente contribuem para uma ambivalência de voz.

A seguir, compare essas manchetes e o parágrafo de abertura com o seu original no documento *HMSO*:

O Governo deveria considerar o uso da Marinha Real e da Força Aérea Real para missões de radar e de vigilância aérea ou marítima. Recomendamos, portanto, que devem ser intensificadas sanções legais contra traficantes de drogas pela Alfândega de Sua Majestade, polícia, serviços de segurança e possivelmente pelas Forças Armadas.

Ao mesclar a voz do documento com sua própria voz, *The Sun* está também traduzindo a primeira nos termos da última. Isso é parcialmente uma questão de vocabulário: 'convoquem', 'batalha', 'repelir', 'maciça', 'invasão', 'vendedores de drogas' e 'traficantes' não são usados no documento *HMSO*. É também uma questão de metáfora: *The Sun* está usando uma metáfora – tratando de traficantes de drogas como se estivesse travando uma guerra –, o que de fato é usado em um ponto do documento *HMSO*, e está transpondo a voz do documento para sua moldura. A manchete contém uma elaboração dessa metáfora totalmente ausente no documento *HMSO* – mobilização ('convoquem') das Forças Armadas –, e o mesmo é verdadeiro para a representação do tráfico de drogas como uma 'invasão'. Finalmente, é também uma questão de traduzir as recomendações cautelosas da reportagem em um conjunto de 'reivindicações'.

O que achamos na representação de discurso do *The Sun*, então, é (i) ambigüidade da forma lingüística, o que significa que é freqüentemente pouco claro se alguma coisa é discurso representado ou não (outros exemplos são os dois parágrafos imediatamente antes e depois do subtítulo 'Lucros'); e (ii) fusão da voz do *The Sun* com a voz do documento *HMSO*, o que implica *The Sun* representando as recomendações do documento como se elas fossem suas próprias recomendações, mas, ao mesmo tempo, traduzindo o documento para sua própria linguagem.

Entretanto, é simplesmente 'sua própria linguagem'? O processo de tradução envolve mudanças que se afastam da terminologia legítima da linguagem escrita, para um vocabulário da linguagem

falada ('traficantes' se tornam 'vendedores', 'forças' ocorre sem 'armadas' como modificador), do monólogo escrito para o diálogo conversacional (a reivindicação na manchete é implicitamente dialógica), recorrendo a uma metáfora (mobilização para a guerra) que tem ressonâncias na experiência e na mitologia popular. A mudança, em resumo, é de um documento oficial para a fala popular, ou melhor, para "a própria versão do jornal da linguagem do público para quem ele se dirige principalmente" (Hall *et al.*, 1978: 61). Isso é associado com uma tendência dos fornecedores de notícias para agirem como 'mediadores', figuras que cultivam "características que são consideradas típicas da audiência alvo" e uma relação de solidariedade com essa audiência suposta, e que podem mediar os eventos dignos de serem notícias para a audiência nos termos de seu próprio 'senso comum' ou numa versão estereotipada disso (Hartley, 1982: 87).

A mídia de notícias tem mudado largamente nessa direção e é preciso se considerar por quê. Em um nível, isso reflete o que tem sido identificado como uma importante dimensão do consumismo: uma mudança, ou mudança aparente, no poder dos produtores para os consumidores. A mídia de notícias está no negócio competitivo de 'recrutar' leitores, telespectadores e ouvintes em um contexto de mercado no qual suas vendas ou seus índices são decisivos para a sobrevivência. As tendências lingüísticas que eu notei podem ser interpretadas como uma realização de uma tendência mais ampla para os produtores comercializarem suas mercadorias em formas que maximizem sua adaptação aos estilos de vida e às aspirações de estilos de vida dos consumidores (embora eu acrescento que eles estão buscando construir as pessoas como consumidores e os estilos de vida a que elas aspiram). Entretanto, o processo é mais complexo que isso. Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia,

essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas, um ponto a que eu retorno a seguir. Quando, entretanto, elas são traduzidas na versão do jornal da linguagem popular, como nesse caso, há um grau de mistificação a respeito de quem são as vozes e as posições que estão sendo representadas. Se as vozes de pessoas e grupos poderosos na política, na indústria, etc. são representadas em uma versão da fala cotidiana (mesmo simulada e parcialmente irreal), então as identidades, as relações e as distâncias sociais entram em colapso. Os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado, o que torna muito mais fácil de adotar os seus sentidos. Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.

Traduzir a linguagem de documentos oficiais escritos em uma versão de fala popular é uma instância de uma tradução mais geral da linguagem pública – seja ela escrita ou falada – na linguagem privada: uma mudança lingüística que é ela própria parte da rearticulação da relação entre o domínio público dos eventos políticos (econômicos, religiosos) e agentes sociais, e o domínio privado, o domínio do ‘mundo da vida cotidiana’, da experiência comum. Tem havido uma tendência de eventos ‘privados’ e de indivíduos (por exemplo, a tristeza de parentes de vítimas de acidentes) se tornarem notícia em, pelo menos, alguns dos meios, e essa tendência está começando a mudar da imprensa sensacionalista para, por exemplo, jornais da televisão. Inversamente, as pessoas e os eventos no domínio público passaram a ser representados em termos privados. Aqui está um exemplo da imprensa britânica (*Sunday Mirror*, 28 de março de 1980):

O mordomo de Di deixa o emprego... de tênis!

mordomo do PRÍNCIPE CHARLES está deixando o emprego.

Ele ontem ele revelou que algumas vezes ele cumpriu seus deveres reais de *tênis*.

O Sr. Alan Fisher costumeiramente usava a tradicional jaqueta escura estilo ‘Jeeves’ e calças listradas na casa de Charles e Diana no Palácio de Kensington.

Os tênis usados, ele admitiu, foram um legado de seu trabalho com Bing Crosby.

O Sr. Fisher, que sai em seis semanas, diz que o casal real “são as pessoas mais charmosas, agradáveis e simples. A Princesa é extraordinariamente simples e natural”.

O mordomo de 54 anos, que também trabalhou para o Duque e a Duquesa de Windsor em Paris, não tem emprego em vista, mas espera retornar à América.

“Havia alguma coisa sobre a informalidade da vida lá que me faz sentir saudade,” disse ele.

“Há uma certa formalidade no trabalho em um palácio real, mas eu sou um grande admirador da Família Real.”

Estaria ele escrevendo suas memórias sobre o casal real?

“Se você não gosta das pessoas para as quais você trabalha, talvez”, ele disse. “Mas eu realmente gostei de ter trabalhado lá.”

Um porta-voz do Palácio de Buckingham disse ontem à noite que o Príncipe e a Princesa receberam o pedido de demissão do Sr. Fisher “com pesar.”

(*Daily Mirror*, 17 de maio de 1984)

Um mordomo em um palácio real seria tradicionalmente visto como uma figura pública, ainda que secundária, em termos de papel e função e não como indivíduo. A voz do mordomo real, nesse caso, entretanto, é uma voz popular, não só na representação do discurso direto no fim do artigo, como também no uso atribuído a 'tênis'. Essa tradução para o domínio privado das vidas comuns está salientada pelo mordomo 'deixando seu emprego' em vez de, por exemplo, renunciando a seu posto. Ao mesmo tempo, a mais significativa mudança dos próprios membros da família real para o domínio privado é evidente: Diana é chamada universalmente na imprensa sensacionalista pela forma reduzida de seu primeiro nome ('Di'), geralmente usado na experiência diária somente entre familiares e amigos, o que implica que a família real é como o resto de nós ao usar tais formas reduzidas, e que 'nós' (jornalistas, leitores) podemos nos referir a Diana como 'Di' como se nós estivéssemos em relações íntimas semelhantes com ela. O que está implícito nesse uso universal de 'Di' é tornado explícito nessa reportagem nas palavras atribuídas ao mordomo: ela é 'agradável', 'como uma pessoa comum', 'simples' e 'natural'.

Kress (1986) observa uma reestruturação semelhante da fronteira do limite entre o público e o privado na imprensa australiana. Ele contrasta a cobertura, em dois jornais australianos, da extinção do registro da Federação dos Trabalhadores da Construção/FTC, isto é, a perda de suas imunidades sindicais. Um jornal trata o evento em termos públicos, focalizando o processo legal, enquanto o outro trata-o em termos privados, focalizando a pessoa e a personalidade do líder da FTC, Norm Gallagher. O contraste é claro nos parágrafos iniciais dos dois artigos:

O tribunal pleno anuncia a decisão sobre a FTC hoje

O TRIBUNAL PLENO da Comissão de Arbitragem irá esta manhã tomar uma decisão sobre o caso da perda de registro contra a Federação dos Trabalhadores da Construção.

(*Sydney Morning Herald*, 4 de abril de 1986)

Muito ocupado para o tribunal, diz Norm

Norm Gallagher não vai comparecer à sessão da Comissão de Arbitragem hoje para ouvir a sua decisão sobre o caso de extinção do registro contra seu sindicato. "Eu tenho trabalho para fazer", o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção disse ontem à noite.

(*Daily Telegraph*, 4 de abril de 1986)

Novamente, a reestruturação do limite público/privado envolve o estilo, assim como o conteúdo, por exemplo, o uso do primeiro nome e do presente na manchete, e o áspero comentário de Gallagher citado.

A mídia tem um importante papel hegemônico não só em reproduzir mas também em reestruturar a relação entre os domínios público e privado, e a tendência que eu identifiquei aqui envolve a fragmentação da distinção, de modo que a vida pública e a privada são reduzidas a um modelo de ação e motivação individual, e de relações baseadas em presumida experiência popular da vida privada. Isto é realizado largamente pela reestruturação dentro da ordem de discurso de relações entre a 'fala popular' e vários outros tipos de discurso público.

Comecei esta discussão focalizando a representação do discurso como um modo de intertextualidade – como um texto incorpora partes de outros textos –, mas ela agora se ampliou para a questão de como o discurso da mídia de jornais como *The Sun* é constituído por meio da articulação particular de tipos de discurso e processos particulares de tradução entre eles: o que podemos chamar 'interdiscursividade' ou 'intertextualidade constitutiva' do discurso da mídia (veja, a seguir, "Interdiscursividade"). No texto sobre o abuso de drogas, as traduções para a fala popular coexistem com citações diretas do documento *HMSO*, embora o primeiro esteja em primeiro plano nas manchetes e no parágrafo inicial. Embora a mídia seja diversificada e inclua várias práticas de representação de discurso e vários padrões de interdiscursividade, a tendência dominante é combinar os tipos de discurso público e privado desse modo.

Exemplo 2: Um guia para os portadores de cartão do banco Barclay

O segundo exemplo tomado de Fairclough (1988a) é o conteúdo da linguagem do "Guia para os portadores de cartão do banco Barclay". O texto ocupa o terço superior de uma página dupla, o resto é tomado por uma fotografia de uma sorridente recepcionista japonesa oferecendo a um cliente (não-representado) uma caneta, presumivelmente para assinar o recibo a que se refere o texto (o número das frases foi acrescentado por mim).

Usá-lo é simples você não tem sequer de falar a língua

Onde quer que você veja um sinal Visa, você pode apresentar o seu cartão Barclay, quando você desejar pagar [1]. O vendedor irá colocar o seu cartão e o recibo em uma impressora para gravar seu nome e o número de conta [2].

Ele irá então completar o recibo e depois de estar certo de que os detalhes estão corretos, você apenas assina [3].

Você vai receber uma cópia do recibo, que você deverá guardar para conferir com o seu extrato, e as mercadorias são suas [4].

É só isso [5].

Você pode usar o seu cartão Barclay o quanto você desejar, desde que seus pagamentos estejam em dia e você se mantenha dentro do limite de crédito disponível (isso está impresso no *folder* que contém o seu cartão Barclay) [6].

Ocasionalmente, a loja pode precisar dar um telefonema para o cartão Barclay, a fim de obter uma autorização para a transação [7]. Essa é uma exigência de rotina de nosso procedimento, e nós apenas nos certificamos de que tudo está em ordem antes de dar um vá em frente [8].

Em um esforço para tratar com mais rapidez esses telefonemas, o cartão Barclay está introduzindo um novo sistema automatizado [9].

Isso vai economizar tempo para você, mas, *por favor, observe que qualquer transação que possa levar a conta do cartão Barclay para além de seu limite de crédito pode muito bem ser rejeitada* [10].

É importante garantir que seu limite de crédito seja suficiente para cobrir todas as suas compras e saques em dinheiro [11].

Quando você quiser tirar vantagens de uma oferta de reembolso postal, é muito mais fácil dar o número do seu cartão Barclay, em vez de enviar cheques ou vales postais [12].

Apenas escreva seu número de cartão no espaço destinado no formulário, assine-o e envie-o [13].

Ou se você quer reservar entradas para o teatro, fazer reservas de viagem ou mesmo fazer uma compra por telefone, apenas diga seu número do cartão, e o custo pode ser pago por seu cartão Barclay [14].

Você vai achar que o cartão Barclay pode tornar a vida muito mais fácil [15].

Meu foco para esse exemplo é sobre a interdiscursividade (intertextualidade constitutiva) dentro do quadro da luta e da transformação hegemônica, sobre as condições e os mecanismos sociais para a emergência de um novo tipo de discurso que é constituído por meio de uma nova configuração dos tipos existentes, e, especificamente, a emergência de um discurso híbrido de informação-e-publicidade (ou de 'falar-e-vender'). A mescla particular nesse exemplo é de regulamentação financeira e publicidade: o texto apresenta as condições de uso do serviço do cartão Barclay e, ao mesmo tempo, tenta 'vendê-lo'. Os produtores do texto estão funcionando em duas situações e em dois conjuntos de posições de sujeito ao mesmo tempo, e também posicionando os leitores de modo contraditório. A contradição central é a relação de autoridade entre banco e público: o banco é, por um lado, o 'autorizador' comunicando regulamentos a um(a) 'autorizado(a)' e, por outro lado, um produtor (autorizado) tentando vender a um(a) consumidor(a) (autorizador(a)). Também estão em questão significados interpessoais no sentido de Halliday (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso").

O texto apresenta um padrão de alternância no nível da frase entre tipos de discurso de regulamentação financeira e de publicidade, de tal modo que certas frases são muito claramente atribuíveis a um tipo de discurso ou a outro. Por exemplo, a manchete parece um anúncio, e a frase (6) parece regulamentação financeira. Outras, como (12) e (14), são mais ambivalentes. Mas mesmo as frases que geralmente pertencem a um tipo de discurso frequentemente contêm algum traço do outro. Por exemplo, na frase (6) e ao longo do texto, o(a) leitor(a) é diretamente referido (como 'você?'). A referência direta é usada convencionalmente como marcador de informalidade na publicidade moderna. Há uma página no guia, intitulada "Condições de uso", que faz uma comparação interessante. Ela lista 13 condições em tipo muito pequeno. Não há mescla de tipos de discurso e nem referência direta. Aqui está uma das condições:

2. O cartão precisa ser assinado pelo possuidor do cartão e somente pode ser usado (i) pelo possuidor, (ii) sujeito aos termos

das Condições de Uso do Barclay que estiverem em vigor no momento de uso, (iii) dentro do limite de crédito, de tempos em tempos notificado ao principal possuidor do cartão pelo banco, e (iv) para obter os serviços oferecidos, de tempos em tempos, pelo banco com respeito ao cartão.

A palavra 'apenas', como é usada no texto (frases (3), (8), (13) e (14)), pertence à publicidade. Ela *minimiza* as imposições sobre o(a) cliente e, assim, *atenua a autoridade* do produtor do texto com uma mudança em direção ao significado de autoridade do consumidor. Ela comunica o significado de simplicidade, central na propaganda: 'é fácil'. Um caso bem diferente é evitar significados que poderiam ser problemáticos nessa mescla do falar-e-vender. Por exemplo, esperaríamos que, nas regulamentações financeiras, o que for exigido do cliente seja tornado explícito, como está no extrato das 'Condições de Uso' citado anteriormente. Mas, embora o texto se refira a dez ações exigidas do cliente, a obrigação está expressa explicitamente em somente um caso ("que você deverá guardar para conferir") e, mesmo aqui, o significado é de obrigação fraca ('você deverá' em vez de 'você deve'). (Veja a discussão sobre 'modalidade' no Capítulo 5, item "Modalidade".)

A parte do texto em itálico – frases (10) e (11) – é a mais claramente regulamentadora, mas, mesmo aqui, há uma atenuação de tom. O significado expresso em (10) é potencialmente ofensivo ao cliente, mas tem o tom atenuado pelo significado hipotético ('possa levar', 'pode ser rejeitada'), a modalidade de 'poder ser rejeitada' com 'muito bem', e o uso aqui da passiva sem um agente, que deixa sem especificar quem poderia 'rejeitar' – é fácil de ser inferido do resto do texto que é o banco, mas o texto não põe isso em primeiro plano. Em (11), a obrigação do possuidor do cartão é apresentada em termos impessoais ('é importante garantir' em vez de 'você deve garantir') e estranhamente transformada em uma exigência para controlar o limite de crédito, que o banco de fato controla, em vez de ficar no limite.

A mescla de informações sobre regulamentações financeiras e publicidade pode ser interpretada como um modo de reagir ao dilema que instituições como bancos enfrentam no mercado mo-

dermo. Setores da economia fora da produção de bens de consumo estão, de modo crescente, sendo arrastados para o modelo dos bens de consumo e para a matriz do consumismo, e estão sob pressão para 'empacotar' suas atividades como bens de consumo e 'vendê-las' aos 'consumidores'. Isso cria uma dificuldade particular para os bancos: para competir com os bens de consumo, seus serviços precisam se curvar ao poder dos consumidores e se tornar atrativos, simples e sem quaisquer restrições; mas a natureza particular dos 'bens' em oferta torna imperativo que o acesso dos consumidores a eles seja controlado por regras e salvaguardas. Esse dilema não é unicamente dos bancos. Ele surge sob formas bastante diferentes na educação, onde a pressão para 'vender o produto' é compensada pela pressão para protegê-la dos efeitos adulteradores do mercado. O dilema se manifesta no 'modo' da relação intertextual entre a informação financeira e os elementos publicitários do texto, e especificamente o fato mencionado anteriormente de que o texto alterna entre orações que são primariamente uma coisa e não outra. Isso dá o sentido de que os dois tipos de discurso tentam com dificuldade coexistir no texto, em vez de estarem plenamente integrados. (Sobre os modos de relações intertextuais, veja o começo da próxima seção.)

Textos do tipo informação-e-publicidade ou falar-e-vender são comuns em várias ordens de discurso institucionais na sociedade contemporânea. Eles testemunham um movimento colonizador da publicidade do domínio do mercado de bens de consumo, num sentido estrito, para uma variedade de outros domínios. Pode-se relacionar isso com uma tendência atual (associada, na Grã-Bretanha, com a 'cultura empresarial'), no processo de longo prazo de comodificação, de incorporação de novos domínios no mercado, e de ampliação do consumismo. Tem-se considerado que o consumismo causa uma mudança no poder relativo de produtores e consumidores em favor dos últimos, embora seja questionável em que medida essa mudança de poder é real ou cosmética.

A comodificação, a expansão do consumismo e a marquetização têm efeitos generalizados sobre as ordens de discurso, variando de uma reestruturação penetrante de ordens de discurso institucionais, sob o impacto do movimento colonizador do discurso da publici-

dade, do mercado e da administração, até a ubíqua 'relexicalização' (ver Capítulo 6, item "Criação de palavras") de público, clientes, estudantes e assim por diante como 'consumidores' ou 'fregueses'. Essas tendências provocam uma resistência, uma luta hegemônica para a estruturação das ordens de discurso, e dilemas para os produtores e intérpretes de textos que tentam desenvolver formas de acomodar, conter ou subverter a colonização (ver Capítulo 7).

Intertextualidade manifesta

A seguir, eu vou elaborar a distinção à qual já fiz alusão anteriormente entre 'intertextualidade manifesta' e 'interdiscursividade' ('intertextualidade constitutiva'). A intertextualidade manifesta é o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto, enquanto interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso. O princípio da interdiscursividade, embora não o termo, foi discutido em conexão com as ordens de discurso no Capítulo 3. Também é útil ter em mente distinções tipológicas entre diferentes 'modos' de relações intertextuais que já apareceram na minha discussão sobre os exemplos. Pode-se distinguir entre:

intertextualidade 'seqüencial', em que diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um texto, como é parcialmente o caso no exemplo 2;

'intertextualidade encaixada', em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de um outro. Essa é a relação entre os 'estilos' distinguidos por Labov e Fanshel para o discurso terapêutico (ver discussão no Capítulo 2);

'intertextualidade mista', em que textos ou tipos de discurso estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável.

Discutirei a intertextualidade manifesta em relação a: representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia. (Encontrei em Maingueneau (1987) uma fonte particularmente útil para esta discussão.)

Representação de discurso

Uso o termo 'representação de discurso' em lugar do termo tradicional 'discurso relatado' porque (1) ele capta melhor a idéia de que, quando se 'relata' o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e (2) o que está representado não é apenas a fala, mas também a escrita, e não somente seus aspectos gramaticais, mas também sua organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo — suas circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas, etc. (Ver Fairclough (1988b) para maiores detalhes.)

Os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador. Desse modo, há diferenças no que é citado, quando, como e por quê, entre sermões, ensaios científicos e conversação. Uma variável principal a respeito de como o discurso é representado é se a representação vai além do ideacional ou conteúdo da 'mensagem' para incluir aspectos do estilo e do contexto dos enunciados representados. Voloshinov (1973: 119-120) sugere que algumas culturas são orientadas mais exclusivamente para a mensagem do que outras, e o mesmo é verdade para algumas práticas discursivas dentro de qualquer cultura particular e dentro de nossa cultura.

Voloshinov (talvez um pseudônimo usado por Bakhtin) acentua a relação dinâmica entre as 'vozes' do discurso representado e representador. O exemplo 1 ilustrou como as vozes podem ser fundidas. Novamente, há uma considerável variação entre os tipos de discurso, o que pode ser explicado em termos de duas escalas que se sobrepõem: (1) em que extensão os limites entre o discurso representador e representado estão explícita e claramente marca-

dos; e (2) em que extensão o discurso representado é traduzido na voz do discurso representador.

O grau de 'manutenção de limite' é parcialmente uma questão de escolha entre representação direta ou indireta de discurso. A primeira pretende, pelo menos, reproduzir as palavras exatas usadas no discurso representado, embora, como o exemplo 1 mostrou, isso não aconteça sempre. O discurso indireto, ao contrário, é ambivalente: não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não. Muitos trabalhos (ver, por exemplo, Leech e Short, 1981) também distinguem uma categoria de 'discurso indireto livre', que deixa de apresentar uma oração relatadora e tem 'dupla voz', mesclando as vozes do discurso representador e representado, por exemplo a manchete no exemplo 1 ("Convoquem as Forças Armadas na batalha contra as drogas!").

Uma outra afirmação no trabalho de Voloshinov é que o significado do discurso representado não pode ser determinado sem referência a como ele funciona e é contextualizado no discurso representador. Um bom exemplo disso é o uso de aspas simples – colocando palavras isoladas ou pequenas expressões entre aspas –, como os exemplos jornalísticos "investigar o enredo de espionagem sobre escândalo com 'mulheres'", "uma oferta 'final' de pagamento". As expressões entre aspas simples são simultaneamente usadas e referidas: as aspas simples as estabelecem como pertencendo a uma voz externa. Além disso, elas podem ter várias funções mais específicas, como distanciar a si próprio da voz externa, usar sua autoridade para sustentar a própria posição, mostrar um uso para inovar, ou introduzir uma palavra nova. De forma semelhante, pode-se usar o discurso direto para construir ou mostrar o discurso representado.

A contextualização do discurso representado toma várias formas. Isto é do exemplo 1: "Em um dos relatórios de maior impacto dos Comuns¹ em muitos anos, o comitê – presidido pelo advogado do Partido Conservador e Membro do Parlamento, Sir Edward Gardner – alertou gravemente: 'A sociedade ocidental enfrenta...'"

¹ O Parlamento Britânico possui duas câmaras: a dos 'Comuns' e a dos 'Lords' (N. da T.).

A especificação do contexto do discurso representado, do *status* de prestígio de seu presidente, e de seu tom 'grave', tudo ressalta o peso e a importância dele. Note também 'alertou' (selecionado em vez de 'disse', 'emitiu', ou 'assinalou'). A escolha do verbo representador, ou verbo do 'ato da fala', é sempre significativa. Como nesse caso, ela freqüentemente marca a força ilocucionária do discurso representado (a natureza da ação realizada na enunciação de uma forma particular de palavras), o que é uma questão de impor uma interpretação para o discurso representado.

Pressuposição

Pressuposições são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou 'dadas' (embora haja a questão sobre para quem elas são dadas, como argumentarei a seguir), e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso. Por exemplo, a proposição em uma oração introduzida pela conjunção 'que' pressupostamente segue verbos como 'esquecer', 'lamentar' e 'perceber' (por exemplo, "Eu esqueci que sua mãe tinha casado novamente"); e os artigos definidos indicam proposições que têm significados 'existenciais' (por exemplo, 'a ameaça soviética' pressupõe que há uma ameaça soviética; 'a chuva', que está/estava chovendo).

Alguns estudos sobre pressuposições (ver Levinson, 1983, Capítulo 4, para uma visão geral) tratam das mesmas de forma não-intertextual, como meramente proposições que são dadas e tomadas como tácitas pelos produtores do texto. Mas há problemas nessa posição: ela poderia implicar que, por exemplo, a frase "a ameaça soviética é um mito" seja semanticamente contraditória, porque o(a) produtor(a) do texto estaria simultaneamente tomando como tácito que há uma ameaça soviética e afirmando que não há tal ameaça. Se, por outro lado, temos uma visão intertextual da pressuposição e assumimos que as proposições pressupostas são uma forma de incorporar os textos de outros, não há contradição neste caso: a expressão 'a ameaça soviética' e a pressuposição que ela sugere vêm de um outro ('alheio', como Bakhtin denomina)

texto que é aqui contestado. Deveria ser acrescentado que, em muitos casos de pressuposição, o 'outro texto' não é um outro texto especificado ou identificável, mas um 'texto' mais nebuloso correspondendo à opinião geral (o que as pessoas tendem a dizer, experiência textual acumulada). A expressão 'a ameaça soviética', nesse caso, pode ser reconhecida por todos nós como uma fórmula amplamente usada, nos termos de Pêcheux, uma expressão 'pré-construída' que circula em uma forma já pronta.

Dentro de uma perspectiva intertextual da pressuposição, o caso em que a proposição pressuposta constitui realmente algo tomado como tácito pelo(a) produtor(a) do texto pode ser interpretado em termos de relações intertextuais com textos prévios do(a) produtor(a) do texto. Um caso especial é quando uma proposição é afirmada e estabelecida em uma parte do texto e então pressuposta na outra parte do mesmo.

Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do(a) produtor(a) do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras. Isto é, o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intuição manipulativa. As pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. Um entrevistado, em uma entrevista da mídia, que desafia uma pressuposição em uma pergunta do(a) entrevistador(a), pode aparecer facilmente como quem está se esquivando do problema. As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos.

Negação

As frases negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas. Por exemplo, uma manchete de jornal no *The Sun* diz: "Eu não matei o informante! O réu Robbey se defende". Essa primeira oração negativa pressupõe a proposição, em algum outro

texto, de que a pessoa citada aqui realmente matou um 'informante' (da polícia). Portanto, as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los (veja o estudo de frases negativas em Leech, 1983). (Observe que "a ameaça soviética é um mito" funciona do mesmo modo: embora a frase não seja gramaticalmente negativa, é semanticamente negativa, como é mostrado por uma paráfrase como "a ameaça soviética não é uma realidade".)

Metadiscurso

O metadiscurso é uma forma peculiar de intertextualidade manifesta em que o(a) produtor(a) do texto distingue níveis diferentes dentro de seu próprio texto e distancia a si próprio(a) de alguns níveis do texto, tratando o nível distanciado como se fosse um outro texto, externo (ver Maingueneau, 1987: 66-69). Há várias maneiras de conseguir isso. Uma é o uso de expressões 'evasivas' (Brown e Levinson, 1978) com expressões como 'espécie de', 'tipo de', para marcar alguma expressão como possivelmente não muito adequada (por exemplo, "ele era uma espécie de paternalista"). Ou uma expressão pode ser marcada como pertencendo a um outro texto ou convenção particular ('como x poderia ter dito isso', 'em termos científicos'), ou como metafórica ('falando metaforicamente'). Uma outra possibilidade é parafrasear ou reformular uma expressão (sobre reformulação, ver, no Capítulo 5, o item "Formulação"); por exemplo, um ministro do governo pode oferecer paráfrases do termo-chave 'empreendimento' no decorrer de um discurso tratando de 'cultura empresarial': "Cedo na vida temos muito empreendimento, iniciativa, a habilidade de identificar uma oportunidade e tirar rápida vantagem dela".

O metadiscurso implica que o(a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Isso tem implicações interessantes para a relação entre discurso e identidade (subjatividade): parece ir contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão de

como ela está posicionada em tipos particulares de discurso. Há dois lados nessa questão. Por um lado, a possibilidade de uma distância metadiscursiva de seu próprio discurso pode dar a ilusão de que a pessoa está sempre plenamente no controle dele, de que o discurso é um efeito da subjetividade mais do que vice-versa. É interessante a esse respeito que o metadiscorso parece ser comum em tipos de discurso em que é valorizada a apresentação do 'eu' em posição de controle, como a crítica literária ou outras formas de análise acadêmica nas humanidades. Por outro lado, eu enfatizei uma visão dialética da relação entre discurso e subjetividade: os sujeitos são em parte posicionados e constituídos no discurso, mas eles também se envolvem na prática que contesta e reestrutura as estruturas discursivas (ordens de discurso) que os posicionam. Isso inclui reestruturações que são motivadas por considerações polêmicas e objetivos manipulativos: as paráfrases oferecidas anteriormente pelo ministro do governo constituem "uma engenharia semântica" (Leech, 1981: 48-52). O que pode aparecer como uma inocente clarificação do significado de 'empreendimento' pode ser interpretado mais propriamente como uma definição política e ideologicamente motivada (para discussões adicionais, ver Fairclough, 1990a, e, no Capítulo 6, o item "Significado das palavras").

Ironia

Os estudos tradicionais sobre ironia a descrevem em termos de "dizer uma coisa e significar outra". Tal explicação é de utilidade limitada, porque o que falta é a natureza intertextual da ironia: o fato de que um enunciado irônico 'ecoa' o enunciado de um outro (Sperber e Wilson, 1986: 237-243). Por exemplo, suponha que você diga: "Está um lindo dia para um piquenique". Nós vamos para um piquenique, chove, e eu digo então: "Está um lindo dia para um piquenique". Meu enunciado seria irônico: ele ecoa seu enunciado, mas há uma disparidade entre o significado a que eu estou dando voz, para assim dizer, ao ecoar seu enunciado, e a função real de meu enunciado, que é expressar algum tipo de ati-

tude negativa sobre seu enunciado, ou de fato sobre você – seja ela de raiva, sarcasmo ou o que quer que seja. Observe que a ironia depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto. Esse reconhecimento pode ser baseado em vários fatores: uma evidente falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional (no exemplo anterior, chuva); indicações no tom de voz do(a) falante ou no texto escrito (por exemplo, pôr palavras entre aspas simples); ou pressupostos dos intérpretes sobre as crenças ou os valores do(a) produtor(a) do texto ("nós estamos todos inteiramente conscientes das realizações econômicas do comunismo" será facilmente reconhecido como irônico por leitores regulares do jornal *The Daily Telegraph* na Grã-Bretanha, ou em um discurso do presidente dos Estados Unidos da América).

Interdiscursividade

No Capítulo 3 (item "Discurso") afirmei, em termos diferentes, o princípio da interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva), sugerindo que as ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso e que os últimos são constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso. Também sugeri que o princípio da interdiscursividade se aplica a vários níveis: a ordem de discurso societária, a ordem de discurso institucional, o tipo de discurso, e mesmo os elementos que constituem os tipos de discurso. Além disso, a adoção de um modelo hegemônico aponta para a mesma direção, levando a uma visão das ordens de discurso como equilíbrio instável, consistindo de elementos que são internamente heterogêneos – ou intertextuais em sua constituição. Os limites entre os elementos estão constantemente abertos para serem redesenhados à medida que as ordens de discurso são desarticuladas e rearticuladas no curso da luta hegemônica.

Nesta seção, quero levantar a questão sobre que tipo de elemento é combinado na constituição dos tipos de discurso. Na discussão anterior, enfatizei a sua diversidade e a variabilidade de

sua escala: eles se estendem dos sistemas de tomada de turno aos vocabulários, aos roteiros para gêneros, tais como relatos de crime, conjuntos de convenções de polidez, e assim por diante. Mas é possível classificar os elementos que compõem as ordens de discurso, e que são abertos à articulação nos tipos de discurso, em termos de um pequeno número de tipos principais, cujas propriedades são vocabulários particulares, sistemas de tomada de turno, e assim por diante. Termos amplamente usados para esses tipos incluem 'gênero', 'estilo', 'registro' e 'discurso'. Portanto, pode-se falar de 'gênero de entrevista', 'estilo de conversação', 'registro de livros de culinária' ou 'discurso médico-científico'.

A vantagem de usar tais termos é que eles nos permitem selecionar em nossa análise diferenças principais de tipo entre os elementos de ordens de discurso que, de outra maneira, poderíamos perder de vista e, fazendo assim, tornam claro o sentido de que a prática discursiva é limitada por convenções. Também é mais fácil usar um quadro analítico com um pequeno número de categorias razoavelmente bem diferenciadas, e alguns dos termos são amplamente usados por cientistas sociais, por exemplo, na análise da cultura popular (Bennett e Woollacott, 1987); usá-los na análise de discurso ajuda a tornar o seu valor como método mais imediatamente óbvio para os cientistas sociais. Isso é verdade com relação a 'gênero' e a 'discurso', usados para referir a um tipo particular de convenção ('um discurso', 'esses discursos'), preferivelmente, de um modo geral, ao uso de linguagem como modo de prática social (como o usei principalmente até agora: lembre a discussão sobre 'discurso' na Introdução). Mas há desvantagens. Os elementos das ordens de discurso são extremamente diversos, e não é de modo algum sempre fácil decidir se estamos tratando de gêneros, estilos, discursos, ou o que for. Um quadro analítico muito rígido pode nos levar a perder de vista as complexidades do discurso. Portanto, devemos usar esses termos cautelosamente, reconhecendo que cada um certamente cobre um domínio diverso e heterogêneo, que vai ser difícil, algumas vezes, usá-los de forma bem motivada, e que podemos ter de recorrer a termos mais vagos como 'tipo de discurso' (que eu usei até aqui para qualquer tipo de convenção). Deveríamos também reconhecer que não há, e não

poderia haver, uma lista determinada de gêneros, estilos ou discursos, e que estamos constantemente encontrando o que frequentemente parecem ser decisões bastante arbitrárias (influenciadas pelo ponto de partida de nossa análise) sobre se alguma coisa é ou não um exemplo separado de um desses tipos.

Com essas considerações em mente, passemos à discussão dos tipos. Os termos que eu usarei são 'gênero', 'tipo de atividade', 'estilo' e 'discurso'. Embora esses diferentes tipos de elementos tenham uma certa autonomia com respeito um ao outro, eles não são estritamente iguais. Em particular, o gênero inclui os outros tipos, no sentido de que os gêneros correspondem muito estreitamente aos tipos de prática social (ver a seguir), e o sistema de gêneros que é adotado em uma sociedade particular, em um tempo particular determina em que combinações e configurações os outros tipos ocorrem. Além disso, os outros elementos diferem em seu grau de autonomia em relação ao gênero, isto é, na extensão em que eles são livremente combináveis com uma variedade de gêneros e com outros tipos de elemento. Eles se posicionam em uma escala do menos autônomo ao mais autônomo: tipo de atividade, estilo, discurso. Da perspectiva deste livro, é de particular interesse a mudança no sistema de gêneros e seus efeitos sobre as configurações de outros elementos. Entretanto, uma vantagem da visão (essencialmente bakhtiniana) de gênero que eu estou adotando aqui é que ele nos permite dar o devido peso não só ao modo como a prática social é limitada pelas convenções, como também à potencialidade para mudança e criatividade.

Eu vou usar o termo 'gênero' para um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado, como a conversa informal, comprar produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico. Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos. Por exemplo, os artigos de jornal e os poemas não são apenas tipos de textos tipicamente bem diferentes, mas eles também são produzidos de formas bem diferentes (por exemplo, um é um produto coletivo, outro é um produto individual);

têm distribuição bastante diferente e são consumidos bem diferentemente – os últimos incluindo protocolos muito diferentes para sua leitura e interpretação. Assim, o gênero atravessa a distinção entre ‘descrição’ e ‘interpretação’ que introduzi no Capítulo 3.

De acordo com Bakhtin (1986: 65), os gêneros são “os cintos de segurança da história da sociedade para a história da linguagem”. As mudanças na prática social são manifestadas não só no plano da linguagem, nas mudanças no sistema de gêneros, mas também em parte provocadas por tais mudanças. Ao me referir ao sistema de gêneros, estou aplicando aqui o princípio da primazia das ordens de discurso, introduzido no Capítulo 3: uma sociedade – ou uma instituição particular ou domínio dentro dela – tem uma configuração particular de gêneros em relações particulares uns com os outros, constituindo um sistema. E, é claro, a configuração e o sistema estão abertos à mudança.

Focalizando o gênero como um tipo de texto, um gênero particular é associado com uma ‘estrutura composicional’ particular, como Bakhtin a chama (1986: 60), ou, na terminologia que eu estou usando, um ‘tipo de atividade’ particular (uma categoria que estou adaptando de Levinson, 1979). Um tipo de atividade pode ser especificado em termos de uma seqüência estruturada de ações das quais ele é composto, e em termos dos participantes envolvidos na atividade – isto é, o conjunto de posições de sujeito que são socialmente constituídas e reconhecidas em conexão com o tipo de atividade. Por exemplo, a atividade de comprar produtos em uma mercearia envolve o(a) ‘freguês(a)’ e o(a) ‘vendedor(a)’ como tipos de sujeito designados, e uma seqüência de ações, algumas das quais podem ser opcionais ou repetidas, conforme se segue: o(a) freguês(a) entra na loja e aguarda a vez; o(a) vendedor(a) cumprimenta o(a) freguês(a) (o(a) freguês(a) retribui o cumprimento, eles trocam amabilidades) e solicita o pedido de compra; o(a) freguês(a) faz o pedido de compra (possivelmente precedido por uma seqüência pré-pedido como: “Como estão as maçãs esta semana?” – “Bem, as ‘Coxes’ estão boas”); o(a) vendedor(a) apanha as mercadorias (pesa, empacota, etc.) e as entrega ao(à) freguês(a) (o(a) freguês(a) e o(a) vendedor(a) possivelmente conversam sobre se as mercadorias são aceitáveis, se as variações no

peso solicitado são aceitáveis, etc.); o(a) freguês(a) agradece ao(à) vendedor(a); o(a) vendedor(a) informa o(à) freguês(a) sobre o custo; o(a) freguês(a) paga; o(a) vendedor(a) dá o troco e agradece ao(à) freguês(a); o(a) freguês(a) agradece ao(à) vendedor(a) e faz uma saudação de despedida; o vendedor retribui a saudação de despedida. Como o exemplo mostra, um tipo de atividade frequentemente delimita um conjunto de opções em vez de especificar um só padrão rígido. Veja as contribuições de Hasan, em Halliday e Hasan (1985), para uma visão de gênero que enfatiza tais propriedades de estrutura composicional.

Um gênero tende a ser associado com um estilo particular, embora os gêneros frequentemente possam ser compatíveis com estilos alternativos – por exemplo, as entrevistas podem ser ‘formais’ e ‘informais’. O estilo, como os outros termos que estou usando, é difícil de ser identificado e tem sido usado de vários modos. Podemos pensar que os estilos variam ao longo de três parâmetros principais, de acordo com o ‘tenor’, o ‘modo’ e o ‘modo retórico’ do texto, para usar a terminologia da lingüística sistêmica (Halliday, 1978). Primeiramente, o estilo varia de acordo com o tenor, isto é, de acordo com o tipo de relação que existe entre os participantes na interação. Assim, podemos classificar os estilos com termos como ‘formal’, ‘informal’, ‘oficial’, ‘íntimo’, ‘casual’, e assim por diante. Em segundo lugar, os estilos variam de acordo com o modo, isto é, se os textos são escritos ou falados ou uma combinação dos dois (por exemplo, escrito-para-ser-falado – escrito-come-se-falado, falado-come-se-escrito). Portanto, podemos classificar os estilos como falado, escrito, falado-come-se-escrito, e assim por diante. Podemos também usar termos que em parte refletem o modo, mas em parte refletem o tenor, o gênero ou o discurso, como ‘conversacional’, ‘escrito formal’, ‘escrito informal’, ‘acadêmico’, ‘jornalístico’, e assim por diante. Em terceiro lugar, os estilos variam de acordo com o modo retórico e podem ser classificados em termos como ‘argumentativo’, ‘descritivo’ e ‘expositivo’.

O mais autônomo dos tipos de elemento (além do gênero) é o ‘discurso’ (ver Kress (1988); Kress e Threadgold (1988), sobre a relação entre ‘gênero’ e ‘discurso’). Os discursos correspondem aproximadamente às dimensões dos textos, que têm sido discutidas

tradicionalmente em termos de 'conteúdo', 'significados ideacionais', 'tópico', 'assunto', e assim por diante. Há uma boa razão para usar 'discurso' em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos. É útil, nesse sentido, escolher termos para discursos particulares que designam não só a área relevante de conhecimento, mas também o modo particular como ela é constituída – por exemplo, o 'discurso médico técnico-científico' (isto é, a medicina como uma área de conhecimento construída de uma perspectiva tecnológica e científica, em contraste com os discursos associados às várias medicinas 'alternativas') – ou os 'discursos feministas sobre a sexualidade' (isto é, a sexualidade como uma área de conhecimento construída de um ponto de vista feminista). Os discursos, nesse sentido, são uma preocupação principal de Foucault (ver Capítulo 2). Como eu indiquei anteriormente, os discursos são mais autônomos que outros tipos de elementos. Isto é, embora haja ainda importantes limitações e regras de compatibilidade entre gêneros particulares e discursos particulares, um discurso, como o discurso técnico-científico médico, é comumente associado com uma variedade de gêneros (artigos científicos, conferências, consultas, e assim por diante) e pode aparecer em todos os tipos de outros gêneros (conversação, *shows* de entrevistas informais na televisão, ou mesmo poemas).

Gêneros particulares são associados com 'modos de intertextualidade' (manifesta) particulares. Por exemplo, a frequência, os modos e as funções de representação do discurso são bastante diferentes em uma reportagem do noticiário, em uma conversa ou em um artigo científico. Os modos e as práticas contrastantes de representação do discurso desenvolvem-se em conexão com os diferentes tipos de atividade social, de acordo com as diferentes significações e com os valores que o discurso de outros venha a ter. Por exemplo, não se espera que um relato literal de uma conversa ou mesmo de um tribunal seja necessariamente perfeito em palavras, enquanto uma citação de um artigo científico em um outro deveria ser. Ou ainda, enquanto as representações da fala de

outros numa conversa frequentemente tentam capturar aspectos do estilo, no qual as coisas foram ditas, isso é raramente assim nas reportagens do noticiário. Em termos mais gerais, a extensão em que outros textos figuram em um texto depende do gênero, assim como ocorre com as formas de intertextualidade manifesta que são usadas e com os modos nos quais outros textos funcionam dentro de um texto.

Deixe-me agora tentar ilustrar esse conjunto de tipos de elementos com referência ao exemplo 1 anteriormente citado. O gênero é reportagem de jornal, e talvez um subgênero de reportagem de tablóide que envolve uma configuração com diferentes estilos de outros subgêneros (veja a seguir). O tipo de atividade estabelece as posições de sujeito para fornecedor(a) de notícias (um indivíduo fictício autor(a) da reportagem, dado que essas reportagens são produzidas coletivamente) e para receptor(a) do jornal (leitor(a)). Isso envolve a seguinte estrutura seqüencial: manchetes (duas nesse caso), que dão a idéia principal da matéria; resumo (dois parágrafos iniciais), que dão uma versão ligeiramente mais completa da idéia principal; elaboração (dois parágrafos além desses); desenvolvimento (tudo exceto o parágrafo final sob o subtítulo 'Lucros'), que dá mais detalhes da matéria; resultado (o parágrafo final), que indica que ação deve ser seguida. (Sobre a estrutura de artigos de jornal, ver van Dijk, 1988.) Também cabe notar que a reportagem tem uma estrutura de crise-resolução: a manchete e muito do corpo da reportagem apresentam a crise, enquanto o pequeno parágrafo final apresenta a resolução.

A reportagem é bastante complexa em termos de estilo. Começamos com o modo retórico, que é dar informação. Mais precisamente, o(a) fornecedor(a) de notícias é aqui construído(a) como a fonte de conhecimento e informação, o(a) leitor(a) como um(a) recipiente passivo(a) da mesma, e a reportagem consiste em asserções categóricas autoritárias que os jornais tipicamente fazem sobre os eventos, apesar do fato de que tais eventos são usualmente de um caráter incerto e abertos a várias interpretações. O que é interessante nesse caso é como o modo retórico combina com dimensões de estilo baseadas-no-tenor e baseadas-no-modo. O estilo é vernacular no tenor: como eu sugeri anteriormente, os escritores simulam a

fala popular, como se a relação entre fornecedores de notícias e leitores fosse simétrica e do 'mundo da vida' (no sentido de Habermas, 1984). E o estilo é do modo falado e conversacional. Essa configuração estilística parece ser contraditória, porque o modo retórico estabelece posições de sujeito assimétricas e implica formalidade escrita de instituições públicas, que estão em desacordo com os elementos do estilo informal, conversacional do mundo da vida. Há um discurso cuja presença na reportagem é particularmente surpreendente: o que poderíamos chamar um discurso militarizado da criminalidade, construído por meio da metáfora de criminosos 'em guerra' com a sociedade, e da sociedade tendo de 'mobilizar suas forças armadas' para 'combate-los'. Nessa reportagem, entretanto, o discurso e a metáfora são articulados com um apelo à mobilização no sentido literal, para que as forças armadas sejam usadas contra os traficantes de droga, o que leva a uma certa ambivalência na frase inicial: está o *The Sun* projetando algum tipo de batalha real aqui?

Intertextualidade e transformações

Práticas particulares dentro e por meio de instituições têm associado a elas 'cadeias intertextuais' particulares, séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível. (Sobre transformação, ver Kristeva, 1986a; Hodge e Kress, 1988; e a discussão sobre lingüística crítica no Capítulo 1). Essas cadeias são seqüenciais ou sintagmáticas, em contraste com as relações intertextuais paradigmáticas, discutidas na seção anterior, sob o título de interdiscursividade. Especificar as cadeias intertextuais nas quais entra um tipo particular de discurso é um modo de especificar sua 'distribuição': lembre a discussão anterior (Capítulo 3, item "Prática discursiva") sobre a produção, a distribuição e o consumo de textos. Um simples exemplo seria a cadeia que liga as consultas médicas com registros médicos: os médicos rotineiramente transformam as primeiras nos últimos. Dados o considerável número e a

variedade de diferentes tipos de textos, poderia haver, em princípio, um imenso e de fato indeterminável número de cadeias intertextuais entre eles. Entretanto, o número das cadeias reais é provavelmente bastante limitado: as instituições e as práticas sociais são articuladas de modos particulares, e esse aspecto da estruturação social limita o desenvolvimento de cadeias intertextuais. (Na verdade, o estudo das cadeias intertextuais reais é uma forma de se ter uma compreensão dessa dimensão da estruturação social.)

As cadeias intertextuais podem ser muito complexas – por exemplo, aquelas em que entram textos de diplomacia e negociação internacional de armas. Um discurso importante do presidente Gorbachev será transformado em textos da mídia de vários tipos em cada país do mundo, em reportagens, análises e comentários por diplomatas, em livros e artigos acadêmicos, em outros discursos que o parafraseiam, o elaboram, respondem a ele, e assim por diante. Por outro lado, uma contribuição a uma conversa informal provavelmente será transformada somente em formulações pelos co-participantes, e talvez em relatos da mesma por outros. Assim, os diferentes tipos de textos variam radicalmente quanto ao tipo de redes de distribuição e cadeias intertextuais em que eles entram, e, portanto, quanto aos tipos de transformação que eles sofrem. Embora aqueles que elaboram um discurso para Gorbachev não possam de modo algum antecipar em detalhe os muitos circuitos de produção e consumo de texto em que ele vai entrar, eles provavelmente tentarão elaborá-lo de um modo que antecipe as respostas dos tipos principais de audiência. Tal antecipação complexa é, como eu já sugeri, uma fonte de heterogeneidade e ambivalência, e pode bem ser que os textos com cadeias intertextuais complexas sejam mais propensos a essas propriedades do que outros.

As transformações entre tipos de texto em uma cadeia intertextual podem ser de diversos tipos. Elas podem envolver formas de intertextualidade manifesta, como a representação de discurso. Por outro lado, elas podem ter um caráter mais difuso. O que pode ser interpretado como elementos comuns partilhados por diferentes tipos de texto pode ser manifestado em diferentes níveis e de formas radicalmente diferentes – no vocabulário em um caso, em narrativas ou metáforas em outro, ou na seleção entre opções gra-

maticais, ou na forma como o diálogo é organizado. Por exemplo, uma explicação teórica sobre a prática de sala de aula colaborativa, não-hierárquica em um livro sobre teoria educacional, pode moldar principalmente o vocabulário do livro, enquanto a 'mesma' teoria pode apresentar-se na prática real de sala de aula na forma como o diálogo entre professor(a) e aprendizes é organizado, e na sala dos professores (ou em entrevistas de pesquisa) em metáforas que o(a) professor(a) usa para falar sobre suas turmas e sua relação com os aprendizes (por exemplo, os aprendizes trabalham em 'grupos', 'times', ou mesmo em 'forças-tarefa?').

Vamos considerar um exemplo real tomado de Fairclough (1990a). Os discursos de Lord Young como secretário de Estado Britânico do Comércio e Indústria entre 1985 e 1988 foram um elemento principal no desenvolvimento do conceito, das práticas e das políticas da 'cultura empresarial'. Foi Lord Young que renomeou seu departamento em "o Departamento da Empresa". Em seus discursos, a palavra 'empresa' é submetida a um processo de engenharia semântica (discutida em maior detalhe, adiante, no Capítulo 6, item "Significado das palavras"), que envolve articular em volta da palavra um conjunto de qualidades associadas com a capacidade empresarial, como é entendida pelos proponentes da cultura empresarial, incluindo a autoconfiança e a auto-ajuda. Parece haver uma relação entre a construção teórica nesses discursos de sujeitos empreendedores, 'o eu empreendedor' e a publicidade exibida pelo Departamento de Comércio e Indústria (DTI) sobre a 'iniciativa empresarial' de Young. O que está contido no vocabulário dos discursos é transformado aqui em um estilo comunicativo particular.

Uma brochura do DTI sobre a iniciativa empresarial contém um artigo tratando especificamente da 'iniciativa de *marketing*', que ele resume nestes termos:

A essência do bom *marketing* é prover os seus clientes com aquilo que eles querem. Não gastar tempo e dinheiro tentando persuadi-los a levar aquilo que você tem. Assim, se você está vendendo em casa ou no exterior, é importante entender o mercado e seus competidores.

Esse resumo vem na seção de orientação no início do artigo e, como outras seções de orientação na brochura, consiste em asserções explícitas, categóricas, sobre a prática de negócios que, como a primeira frase nesse exemplo, deve ser um truísmo para a audiência de negócios para a qual a brochura é dirigida ou, como a segunda frase, pode ser ameaçadora para alguns negócios. Observe que é uma frase negativa que pressupõe que algumas firmas realmente gastam tempo e dinheiro tentando persuadir as pessoas a levar o que eles têm para vender. Portanto, pode-se esperar que os leitores negociantes achem tais orientações irritantes e/ou insultantes. Mas eu suspeito que elas serão lidas de forma diferente. Uma pessoa empreendedora, no sentido de Young, pode falar sem rodeios e podem falar com ela do mesmo modo; o que essas orientações estão talvez buscando fazer é, ao mesmo tempo, dar ao DTI uma identidade empresarial e oferecer um modelo de pessoa empreendedora e de um comportamento empreendedor para os negócios. A natureza do 'eu empreendedor' figura não somente no vocabulário dos discursos, mas também no estilo de escrever (implicando um estilo de falar) da brochura.

As cadeias intertextuais podem constituir relações transformacionais relativamente estabelecidas entre tipos de texto (como na relação entre consulta médica e registros médicos, ou as rotinas para transformar reportagens em artigos de jornal). Mas elas frequentemente se tornam linhas de tensão e mudança, os canais pelos quais os tipos de textos são colonizados e investidos, e ao longo dos quais as relações entre tipos de texto são contestadas. Este é o modo de interpretar as cadeias intertextuais associadas com a 'cultura empresarial': textos sobre a prevenção da saúde, a educação, os serviços sociais e a mídia, assim como os textos sobre a publicidade oficial, como a brochura do DTI, estão sendo colonizados com significados associados à cultura empresarial de centros, como os discursos de Young, e investidos com ideologias da empresa e com estratégias políticas da Nova Direita. As linhas e os canais existentes nas cadeias intertextuais estão sendo usados com propósitos estratégicos.

Intertextualidade, coerência e sujeitos

A intertextualidade tem importantes implicações para uma questão de interesse central neste livro: a constituição de sujeitos nos textos e a contribuição de práticas discursivas em processo de transformação para mudanças na identidade social (ver Kristeva, 1986b; Threadgold, 1988, e Talbot, 1992). A intertextualidade complica substancialmente os processos de interpretação textual discutidos anteriormente (Capítulo 3, item "Prática discursiva"), pois, para que os textos façam sentido, os intérpretes têm de achar modos de combinar os diversos elementos do texto em um todo coerente, embora não necessariamente unitário, determinado ou não ambivalente. É fácil ver isto como simplesmente uma realização dos intérpretes, que implicitamente posiciona os intérpretes como sujeitos do discurso acima e fora da intertextualidade, como capazes de controlar os processos discursivos que são exteriores a eles. Tal visão implica sujeitos sociais e discursivos que misteriosamente preexistem às práticas sociais e discursivas e omite a contribuição dessas práticas para a constituição dos sujeitos e para sua transformação através do tempo. A posição que eu vou adotar aqui é que a intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito. Isso é assim em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades.

Kress (1987) oferece um exemplo que sublinha a significância social de tais processos discursivos. Ele analisa exemplos de textos educacionais de vários tipos e sugere que sua constituição intertextual incorpora elementos partilhados com o discurso da propaganda. Por exemplo, anúncios de firmas de limpeza de casa partilham com livros didáticos para aulas de economia doméstica a propriedade de distribuir a agência nos processos de limpeza entre o agente humano – por implicação o(a) leitor(a) do anúncio ou do livro – e o produto (por exemplo, "Ajax limpa sem enxaguar", "finos pós podem absorver líquidos"), que sugerem, em ambos os casos, que o agente humano 'precisa' do produto. Os livros didáticos e outras formas de discurso educacional, desse modo, contribuem para a constitui-

ção dos sujeitos como consumidores, e o processo educacional parece, entre outras coisas, estar educando os(as) leitores(as) a lerem anúncios. Como sugerido anteriormente, exemplos desse tipo são relevantes para a constituição dos grupos sociais e das comunidades, assim como para a socialização dos indivíduos; tais práticas discursivas simultaneamente geram uma visão (consumista) do mundo e uma comunidade (de consumidores) associada com tal visão. Isso está de acordo com uma visão do trabalho ideológico do discurso, simultaneamente gerando representações e organizando as pessoas em comunidades (ver Debray, 1981; Maingueneau, 1987: 42).

O conceito de 'coerência' é o centro de muitas explicações sobre a interpretação. Como já indiquei, a coerência não é uma propriedade dos textos, mas uma propriedade que os intérpretes impõem aos textos, e diferentes intérpretes (incluindo o(a) produtor(a) do texto) possivelmente geram diferentes leituras coerentes do mesmo texto. Também a coerência não deveria ser entendida em um sentido absoluto, lógico: um texto coerente está ligado suficientemente bem para propósitos presentes no que concerne aos intérpretes, o que não evita indeterminações e ambivalência.

No Capítulo 3, usei um exemplo para ilustrar a dependência da coerência de suposições que os intérpretes trazem para o processo de interpretação, incluindo suposições de natureza ideológica. "Ela está deixando o emprego na próxima quarta-feira. Ela está grávida", por exemplo, faz sentido com a suposição de que as mulheres cessam de trabalhar quando têm (ou estão esperando) filhos. Sugeri também que os produtores interpelam os sujeitos intérpretes que são 'capazes' de desenvolver relevantes suposições e de fazer as conexões que produzem leituras coerentes. Essa visão da coerência e de seu papel na interpelação ideológica pode ser estendida para tomar em consideração a intertextualidade. Os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles que são 'capazes' de usar suposições de sua experiência anterior, para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes. Não se deve entender com isso que os intérpretes sempre resolvem plenamente as contradições dos textos; os intérpretes podem gerar interpretações resistentes (veja adiante), e é possível,

para os intérpretes, chegar a uma reconciliação parcial ou a uma resolução das contradições que seja adequada para seus propósitos imediatos. Mas, na medida em que os intérpretes resolvem as contradições interpretativamente, eles estão, eles próprios, também sendo posicionados (ou tendo posições existentes reforçadas) pelos textos como sujeitos complexos.

As interpretações coerentes dos diversos elementos intertextuais de um texto são geradas simultaneamente por suas várias dimensões de significado, ideacional e interpessoal (o último desmembrando-se nos significados relacional e identitário: ver Capítulo 3, item "Discurso"). Por exemplo, tanto o exemplo 1 como o exemplo 2 têm complexos significados relacionais associados com os modos pelos quais eles mesclam estilos e gêneros heterogêneos. São os intérpretes que encontram formas aceitáveis de unir esses diversos significados relacionais. No caso do exemplo 1, unir significados relacionais é uma questão de tornar compatível, de um lado, a relação entre a fonte e o provedor de informação e um recipiente passivo da informação, e, de outro lado, a relação entre membros do mundo da vida comum. No caso do exemplo 2, é a relação anunciador(a) – consumidor(a) e a relação entre instituição, como fornecedora de regra, e membro do público, como sujeito (por exemplo, banco e cliente), que precisam ser unidas. Um exemplo de texto com significados idênticos complexos é a entrevista de rádio com Margaret Thatcher que eu analisei em Fairclough (1989a). Uma posição de sujeito complexa para o(a) leitor(a) é constituída por meio de uma grande variedade de elementos (incluindo os patriotas britânicos, a dona de casa cuidadosa, os pais preocupados, os empresários), e cabe novamente aos intérpretes unir essas identidades contraditórias em um conjunto coerente. Hall (1988) fornece uma explicação sobre o discurso de Thatcher em termos similares, o conceito de 'condensação' em Laclau (1977) trata do processo de unir interpretativamente os elementos em termos de seus efeitos ideológicos, e ambos encaixam essas questões em uma teoria de hegemonia. O que está faltando em suas explicações, entretanto, é a especificidade dos textos reais.

O que eu disse até agora implica intérpretes que são submissos, no sentido de se ajustarem às posições que são estabelecidas

para eles nos textos. Mas nem todos os intérpretes são submissos: alguns são resistentes em uma extensão maior ou menor, e mais ou menos explicitamente. Os intérpretes são, é claro, mais do que sujeitos do discurso em processos de discurso particulares; eles são também sujeitos sociais, com experiências sociais particulares acumuladas e com recursos orientados variavelmente para múltiplas dimensões da vida social, e essas variáveis afetam os modos como vão interpretar textos particulares. Outras variáveis são os protocolos interpretativos particulares que estão disponíveis e aos quais eles recorrem, no domínio particular da prática discursiva: a capacidade para leitura crítica, por exemplo, não é distribuída igualmente entre todos os intérpretes em todos os contextos interpretativos.

Leituras resistentes podem desarticular, em diferentes graus, a articulação intertextual de um texto. Por exemplo, um(a) intérprete pode reagir contra os elementos do anúncio no exemplo 2, lendo-os em termos do cartão Barclay "tentando me vender alguma coisa". Como parte desse processo, o(a) intérprete acrescenta mais uma dimensão de intertextualidade ao texto, ao trazer outros textos para sustentar sua interpretação – nesse caso, análises sociológicas ou críticas políticas do consumismo. As interpretações resistentes são um modo de luta hegemônica quanto à articulação dos elementos intertextuais. Embora elas tipicamente levem a processos de produção textual que projetam a luta hegemônica em formas mais explícitas, isso nem sempre ocorre, e é importante levar em consideração as formas pelas quais os intérpretes interpretam os textos, para que se possa avaliar adequadamente sua eficácia política e ideológica. (Relembre minha crítica à lingüística crítica em termos semelhantes no Capítulo 1, mas veja o uso do conceito de 'leituras/leituras resistentes' em Kress (1988).)

Capítulo 5

Análise textual: a construção das relações sociais e do 'eu'

Os capítulos 5 e 6 focalizam a análise textual e 'microaspectos' associados da prática discursiva, desenvolvendo muito seletivamente as categorias analíticas introduzidas no Capítulo 3 (com exceção da intertextualidade, da qual trata o Capítulo 4): vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, força e coerência. A diferença entre os capítulos 5 e 6 é de ênfase. O Capítulo 5 concentra-se principalmente nas propriedades analíticas de textos que são ligadas particularmente à função interpessoal da linguagem e aos significados interpessoais, enquanto o Capítulo 6 trata principalmente de aspectos da análise textual que são ligados particularmente à função ideacional e aos significados ideacionais.

Sugeri, no Capítulo 3, que a função interpessoal podia ser dividida em duas funções componentes, as quais chamei funções 'relacional' e de 'identidade'. Estas estão ligadas às formas como as relações sociais são exercidas e as identidades sociais são manifestadas no discurso, mas também, naturalmente, a como as relações sociais e as identidades são construídas (reproduzidas, contestadas e reestruturadas) no discurso. Quero focalizar, neste capítulo, a construção de identidades sociais, ou a construção do 'eu' no discurso, e, mais particularmente, as formas em que o discurso contribui para processos de mudança cultural, em que as identidades sociais ou os 'eus' associados a domínios e a instituições específi-

* Tradução de Izabel Magalhães, Josênia Vieira, Carla Rosane Zório e Janáina Saraiva de Aquino.

- P:o quê que – Que tipo de bebida?.....Eu [(...) –
 VIII Ah vodca
 D: VIII ..é vodca e ginger ale.¹
- P: IXHá quanto tempo você tem bebido tanto assim?
 D: IXDesde que eu me casei.
- P: IXHá quanto tempo?
 D: IX (riso..) Quatro anos. (riso)

Começarei focalizando um leque do que chamarei ‘características de controle interacional’, que, em linhas gerais, estão ligados à garantia de que a interação funcione regularmente num nível organizacional: que os turnos na conversação sejam distribuídos regularmente, que os tópicos sejam escolhidos e mudados, perguntas sejam respondidas, e assim por diante.

Um ponto de partida óbvio é a forma como a interação é organizada em torno de perguntas do médico, que são respondidas pela paciente. A transcrição incorpora a análise de Mishler dos dados em nove ciclos, cada um iniciado por uma pergunta do médico. A divisão dos ciclos V, VII e IX (o último dos quais eu reduzi) em subciclos mostra que eles envolvem também perguntas ‘seqüenciais’ do médico e solicitam uma elaboração das respostas da paciente. Em alguns casos (linhas 10, 13 e 27), a pergunta do médico é precedida por um elemento que reconhece explicitamente ou aceita a resposta anterior da paciente. Vou chamá-la de aceitação. Mesmo quando ela está ausente, o fato de que o médico procede à pergunta seguinte, em vez de fazer uma pergunta seqüencial, pode ser tomado como aceitação implícita da resposta anterior da paciente. Eis a razão para as perguntas do médico serem mostradas entre os ciclos: elas terminam um ciclo, aceitando implicitamente as respostas da paciente, bem como iniciando o próximo. Podemos dizer, portanto, de acordo com Mishler, que esses ciclos têm uma estrutura básica em três partes: uma pergunta do médico, uma resposta da paciente e uma aceitação implícita ou explícita da resposta por parte do médico.

¹ *Ginger ale* é uma bebida não-alcoólica, condimentada com gengibre (N. da T.).

O médico, então, controla firmemente a organização básica da interação, abrindo e fechando cada ciclo e aceitando/reconhecendo as respostas da paciente. Um corolário disso é que o médico esteja controlando o sistema de turnos conversacionais, a forma como os turnos são distribuídos entre os participantes na interação (sobre tomada de turno, ver Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974; Schenkein, 1978). A paciente apenas toma o turno quando esta possibilidade lhe é oferecida pelo médico, ou seja, quando o médico lhe dirige uma pergunta. O médico, por outro lado, não recebe a oferta de turnos, antes os toma, assim que a paciente tenha concluído sua resposta, ou quando ele decide que a paciente já disse o bastante para os seus propósitos (ver a seguir).

Um outro corolário dessa organização básica está relacionado ao ‘controle de tópicos’. É principalmente o médico que introduz novos tópicos por meio de suas perguntas, por exemplo, quando muda nas linhas 1–13, do que se entende por ‘queimação’ para onde ‘arde’, para saber se a dor ‘vai até as costas’, para quando a paciente sente a dor. Note-se, entretanto, que a paciente introduz um tópico nas linhas 21–22 – bebida – que o médico retoma na linha 24. Voltarei a essa exceção mais a seguir.

A forma seletiva como o médico considera as respostas da paciente para perguntas anteriores é um outro aspecto de seu controle de tópicos. Por exemplo, na seqüência nas linhas 21–24, à qual acabo de me referir, a paciente reconhece ter agido errado ao beber, mas o médico não explora essa admissão. Ele parece preocupado apenas com o efeito do álcool sobre a condição médica da paciente. Da mesma forma, as respostas da paciente nas linhas 29–30 e 42 sinalizam problemas da parte da paciente que o médico ignora em favor da minuciosa detalhação médica. Tem-se a sensação de que o médico muda e restringe o tópico, de acordo com uma agenda preestabelecida que não é permitido à paciente perturbar.

Um outro aspecto do controle do médico é a natureza das perguntas que ele faz. As perguntas não são abertas, dando o ‘piso’ à paciente (como seria “Diga-me como você está”), mas perguntas mais ou menos fechadas que estabelecem limites relativamente estreitos para o conteúdo das respostas da paciente. Algumas são perguntas de tipo ‘sim/não’ que requerem um ‘sim’ ou um ‘não’,

confirmando ou negando uma proposição (por exemplo, "Arde aqui?"). Outras são perguntas que começam com 'o que', 'quando?' e 'como?', que extraem detalhes específicos relativos ao momento, à quantidade e ao tipo de bebida.

É também instrutivo observar de perto a relação entre as perguntas do médico e as respostas da paciente. Na linha 4, o médico inicia a pergunta antes mesmo que a paciente tenha terminado de falar, e há aí uma superposição. Da mesma forma, nas linhas 20 e 34, embora nesses casos haja uma pausa no turno da paciente que o médico talvez interprete como um indicador de completude. Em outros casos, o turno do médico segue imediatamente ao da paciente sem pausa, seja com uma avaliação seguida imediatamente por uma pergunta (linhas 10 e 13), seja apenas com uma pergunta (linha 16). O modelo é diferente na linha 23 por razões sugeridas a seguir. Isso reforça a impressão de que o médico está trabalhando com uma agenda ou rotina preestabelecida, mudando de um estágio a outro, tão logo tenha o que considera como informação suficiente, mesmo que isso signifique um corte no turno da paciente. Observada do ponto de vista da paciente, essa rotina pode se configurar numa série de perguntas imprevisíveis e desconexas, que talvez seja a razão pela qual as respostas da paciente, em contraste com as perguntas do médico na primeira parte do extrato, são precedidas de hesitações (linhas 15, 18, 29 e 42).

O quadro geral, então, no que se refere às características de controle interacional, é que, por meio dos ciclos pergunta-resposta-avaliação, o médico segue uma 'agenda' preestabelecida, de acordo com a qual ele controla a tomada, o conteúdo e a duração dos turnos da paciente e a introdução e a mudança dos tópicos. Acrescentarei, agora, breves comentários sobre três outros aspectos do exemplo que serão tratados com mais detalhes neste capítulo: modalidade, polidez e *ethos*.

A modalidade trata da relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou, inversamente, do distanciamento entre produtores e proposições: seu grau de 'afinidade' com elas, como Hodge e Kress (1988) denominam. Como Hodge e Kress ressaltam, entretanto, a afinidade que um(a) produtor(a) demonstra em relação a uma representação de mundo é inseparável do relacio-

namento (e 'afinidade') entre a o(a) produtor(a) e outros participantes do discurso. Nas linhas 2-3, por exemplo, a paciente define um 'estômago azedo' como "uma queimação como uma queimação ou uma coisa assim". A paciente primeiro o define como um termo da medicina popular e depois se distancia da definição, rebaixando-a a uma símile ('como' uma queimação) e, em seguida, distancia-se ainda mais, modalizando-a (Brown e Levinson, 1978) com "ou uma coisa assim". Esta é uma modalidade de baixa afinidade. Mas é difícil desembaraçar fatores de verdade proposicional e de relações sociais na motivação da paciente: ela escolhe a modalidade baixa porque não tem certeza da acuidade da definição, ou porque reluta em reivindicar qualquer coisa parecida com o conhecimento médico, em uma interação com um especialista legitimado na área médica? Verdade proposicional e relações sociais, conhecimento e poder parecem estar intrinsecamente ligados em tais casos.

Vamos tratar agora da polidez. A paciente introduz o presumivelmente difícil e potencialmente embaraçoso assunto da bebida nas linhas 21-22, como um acréscimo à resposta a uma das perguntas do médico. Segundo Mishler (1984: 86), neste momento ela faz sua revelação em um tom 'provocante', 'coquete' ou 'infantil', que pode ser interpretado como uma forma de mitigar a ameaça a sua auto-estima, a sua 'face' (ver Brown e Levinson, 1978, e a seção sobre polidez no final deste capítulo). Em contraste, as perguntas do médico em relação à bebida da paciente são sem mitigação, diretas e até cruéis (linha 41): ele 'formula' a situação da paciente como consumidora de 'bebidas fortes' sem diplomacia ou mitigação (ver o item "Formulação" neste capítulo). As perguntas do médico são fracas em polidez, usando o termo no sentido amplo em que é usado na literatura pragmática (por exemplo, Leech, 1983; Brown e Levinson, 1978), para orientação e sensibilidade em relação à 'face' dos participantes, a sua auto-estima, privacidade e autonomia.

A ausência de polidez pode ser associada ao conceito mais geral de *ethos* - como o comportamento total de um(a) participante, do qual seu estilo verbal (falado e escrito) e tom de voz fazem parte, expressa o tipo de pessoa que ele(a) é e sinaliza sua identi-

dade social, bem como sua subjetividade (Maingueneau, 1987: 31-35). Os médicos na prática médica padrão manifestam o que se poderia chamar um *ethos* científico (a medicina moderna se orgulha de ser 'ciência médica'), o que é realizado variavelmente na forma como tocam e olham os pacientes ao examiná-los, na maneira como filtram as contribuições dos pacientes em termos de tópicos e na ausência de gentilezas de significado interpessoal, como a polidez, o que sugeriria uma orientação para os pacientes como pessoas, ao contrário de uma orientação científica para os pacientes como casos (ver Emerson (1970) para um estudo de exames ginecológicos seguindo essas linhas, e Fairclough (1989a: 59-62) para discussão do estudo).

A análise do exemplo 1 tem sido até aqui unilateral em seu foco sobre o controle da interação do médico. Mishler observa que há formas de se analisar a entrevista que são mais orientadas para a perspectiva do paciente. Tais formas de análise mostram-se também mais interessantes em termos da intertextualidade. Já me referi à evidência de um desencontro entre a perspectiva do médico e a perspectiva da experiência comum na maneira como o médico filtra partes dos turnos da paciente que, para ele, saem do tópico. Enquanto o médico consistentemente manifesta a voz da medicina, as contribuições da paciente mesclam a voz da medicina com a voz do 'mundo da vida' ou da experiência comum (esses termos são de Mishler, seguindo Habermas). A análise alternativa sugerida por Mishler enfoca a dialética, o conflito e a luta na interação entre essas duas vozes. Isso sugere uma forma de estender o que eu disse até agora sobre intertextualidade, para permitir a possibilidade, no diálogo explícito, de uma relação intertextual entre diferentes vozes, trazidas à interação por diferentes participantes.

Tomada nesses termos, a interação se mostra bem mais fragmentada e muito menos ordenada do que se a considerarmos como uma manifestação do controle do médico. As vozes da medicina (M) e do mundo da vida (V) interrompem-se mutuamente repetidas vezes: V interrompe M na linha 21 (em "fiz bobagem"), M interrompe V na linha 24 ("A bebida faz piorar?"), V interrompe M na linha 29 ("O suficiente para me fazer dormir") e vice-versa na linha 31 ("uma ou duas doses por dia?"), V interrompe M na linha

42 ("Desde que eu me casei") e vice-versa em 44 ("Há quanto tempo?"). A paciente continua o turno iniciado na linha 45 com uma longa explicação de por que ela precisa de álcool e por que usa álcool, em vez de apenas pílulas, o que é novamente seguido por uma pergunta do médico ("Quando você as toma?", isto é, as pílulas?). Nessa parte da entrevista, M e V estão em contestação. O médico usa repetidamente o seu controle de perguntas para reafirmar M. Todavia, as repetidas incursões de V parecem perturbar a agenda do médico: notem-se as hesitações que começam a aparecer antes das perguntas do médico (linhas 23-24, 27, 37, 41 e 44). Enquanto o médico raramente recorre a V, a paciente usa M extensivamente, acomodando-se mais ao médico nesse sentido do que vice-versa. As vozes, evidentemente, contrastam em seu conteúdo: M corporifica a racionalidade tecnológica que trata a doença em termos de grupos de sintomas físicos livres de contexto, enquanto V corporifica a racionalidade de 'senso comum' que situa a doença no contexto de outros aspectos da vida da paciente. Mishler assinala (1984: 122) que o contraste parece corresponder à distinção feita por Schutz (1962) entre a 'atitude científica' e a 'atitude natural'.

Tanto a análise em termos do controle da interação pelo médico quanto a análise feita em termos de uma dialética de vozes são formas de adquirir-se percepção sobre a prática médica padrão em um nível microanalítico e sobre a medicina como um modo de profissionalismo. Entretanto, a medicina, assim como outras profissões, tem sofrido dramáticas mudanças na sociedade contemporânea. Talvez a maior contribuição que a análise de discurso possa dar seja fornecer um meio para investigar-se o peso dessas mudanças, na prática, na maneira como médicos e pacientes realmente interagem.

Exemplo 2: Entrevista médica alternativa

Meu segundo exemplo pretende abordar tais tendências de mudança na prática médica. É também uma entrevista médica, embora de tipo radicalmente diferente. Pequenas pausas são marcadas com pontos; pausas longas com travessões; colchetes mostram superposição; e material obscuro vem entre parênteses.

* Essa parte não foi incluída no exemplo. (N. da T.)

- Paciente: mas ela realmente tem sido muito injusta comigo. [não tem
Doutor: hum
- P: respeito por mim [e eu acho que uma das razões
D: hum
- 5 P: pelas quais [eu bebia [tanto sabe – e [ahn
D: hum [hum hum [hum você
voltou você voltou você voltou a beber
[novamente
P: não
- 10 D: ah você não voltou (o tio [...])
P: [não, mas ah uma coisa que a
senhora me disse na terça-feira foi que. Se minha mãe
me mandasse embora de [casa o que ela acha que
D: sim hum
- 15 P: pode acontecer, que, ela não gosta do jeito que tenho me
comportado ela já me [expulsou [antes e ah. Ela disse que,
D: hum hum
P: ela achava que eu podia que seria possível eu ir para
[um apartamento² da prefeitura
20 D: certo, sim [sim
P: [mas ela disse que é muito ah
que não estava [forçando porque, minha
D: hum
- P: mãe tem de assinar um monte [de [coisas e
25 D: hum hum
P: é, ela disse que é difícil [e ah, não tem
D: hum
P: pressa, eu não sei se, quer dizer uma coisa que eles dizem
em AA³ é que você não devia mudar nada, durante um ano
30 D: hum
D: hum sim acho acho que é sensato, acho que é sensato
(pausa de 5 segundos) bem olhe eu gostaria de continuar
sabe me encontrando com você continuar, sabe ouvindo
como as coisas vão indo de vez em quando se for possível

O médico, neste caso, pertence a um grupo minoritário do Serviço Nacional de Saúde Britânico, que é aberto à medicina 'alternativa' (como homeopatia), e a um tratamento 'holístico' da pessoa, o que combina com o uso de técnicas de aconselhamento. Este exemplo carece das estruturas explícitas de controle do médi-

co encontradas no exemplo 1, bem como da discrepância manifesta e do conflito entre vozes diferentes.

A diferença mais marcante entre os dois exemplos em termos de características de controle interacional é que o ciclo pergunta-resposta-avaliação está ausente no exemplo 2, que se estrutura em torno de um prolongado relato da paciente, com freqüentes manifestações de atenção do médico na forma de respostas mínimas ('hum', 'não', 'sim', 'certo'), fazendo uma pergunta que está ligada topicamente com o relato da paciente (linhas 6-7), fazendo uma avaliação não das respostas da paciente às perguntas, como no exemplo 1, mas de um modo de proceder recomendado por um terceiro participante (linha 31), e sugerindo outra entrevista (linhas 32-33).

A seqüência de turnos é organizada de maneira colaborativa, em vez de ser assimetricamente controlada pelo médico. Há evidências da natureza negociada da distribuição de turnos na pergunta do médico (linhas 6-7), que é articulada de forma rápida e suave como um aparte, mostrando a sensibilidade do médico à maneira como ele se 'intromete' no 'piso' da paciente. A pergunta é tratada assim pela paciente, que a responde de forma breve e imediatamente retoma seu relato. Há mais evidência na longa pausa do médico na linha 30, depois de sua avaliação, que parece estar tornando o 'piso' novamente disponível para que a paciente continue seu relato se desejar, antes que o médico prossiga para o fim da entrevista.

O controle sobre a introdução e a mudança de tópicos, que foi exercido principalmente pelo médico no exemplo 1, é aqui exercido pela paciente. O modo de desenvolvimento do tópico é o de conversação e do mundo da vida: a paciente 'conversa topicamente' sem se prender a um tópico único, mas percorrendo uma série de tópicos interligados – a injustiça de sua mãe, seu hábito de beber, alternativas possíveis a viver com a mãe, e assim por diante. Dessa forma, ela elabora a fala de forma bastante relevante pelos padrões conversacionais, mas provavelmente irrelevante para os padrões médicos na perspectiva da medicina convencional. Durante todo o exemplo, as manifestações de atenção do médico implicam aceitação desse modo conversacional de desenvolvimento do tópico.

² Moradia popular administrada pela prefeitura local (N. da T.).

³ Alcoólicos Anônimos.

Porém, não se pode simplesmente concluir que o médico está concedendo todo o controle interacional à paciente. Note-se que a iniciativa de ceder uma parte do controle aos pacientes em entrevistas médicas desse tipo vem invariavelmente dos médicos, o que sugere que eles ainda exercem controle, em certos níveis, mesmo que nessa forma paradoxal de concessão de controle. De fato, características manifestas de controle permanecem mesmo aqui: o fato de o médico fazer a pergunta importante do ponto de vista médico sobre o hábito de beber da paciente, de oferecer uma avaliação e de controlar o início, o término da entrevista (não evidente neste exemplo) e ações futuras.

Ele o faz, entretanto, com uma reticência que não é característica da prática médica e da relação médico-paciente tradicionais, o que nos remete à modalidade, à polidez e ao *ethos*. A avaliação na linha 31 tem um marcador explícito de modalidade 'subjativa' (acho) que deixa claro que a avaliação é apenas a opinião do médico e atenua sua autoridade (veja a seção sobre modalidade a seguir): "é sensato" por si só implicaria acesso da parte do médico a fontes de julgamento profissional implícitas e mistificadas. A única pergunta é, como já salientei, produzida como um aparte, e isso consiste de uma vaga e hesitante formulação inicial ("você voltou você voltou?"), seguida de uma formulação mais explícita ("você voltou a beber?"). Essas características da pergunta minimizam seu potencial ameaçador à face e dessa forma aumentam a polidez. Nesse sentido, a sugestão de outras entrevistas é também polida. Ela é muito indireta: presumivelmente, o médico está pedindo à paciente para marcar outras consultas, mas o que ele realmente diz, como tentativa ("eu gostaria... se for possível"), é que ele quer vê-la outra vez. Ele também formula o propósito de outras entrevistas como se elas fossem visitas sociais ("ver como as coisas vão indo"). E modaliza sua sugestão duas vezes com "sabe" e hesita ("continuar, sabe ouvindo"), dando mais uma vez uma impressão de hesitação.

Esses comentários podem ser relacionados à noção de *ethos*. Enquanto, no exemplo 1, o estilo de fala do médico está de acordo com o *ethos* científico, nesse exemplo a reticência, a tentativa e a aparente hesitação do médico se coadunam com um *ethos* do mundo

da vida: os médicos, nesse tipo de entrevista médica, parecem rejeitar o elitismo, a formalidade e a distância da figura do cientista médico em favor de uma (freqüentemente simulada) pessoa amável e comum, um 'bom ouvinte'. Isso está de acordo com as mudanças gerais nos valores culturais dominantes em nossa sociedade, que desvalorizam o elitismo profissional e estabelecem um alto valor para a informalidade, para a naturalidade e para a normalidade.

O exemplo 2 difere do 1 também em termos de sua intertextualidade. Nada há de análogo à dialética das vozes da medicina e do mundo da vida que percebi no primeiro. Ao contrário, o médico parece estar ele mesmo recorrendo à voz do mundo da vida – por exemplo, retratando futuras entrevistas em termos de "ouvir como as coisas vão indo" e endossando o recurso da paciente a essa voz, ao dar-lhe espaço para que ela conte sua história com suas próprias palavras e encorajando-a com extensas manifestações de atenção.

Todavia, o médico exerce o controle, mesmo de uma maneira não característica. Podemos notar esse fato em termos da interdiscursividade (intertextualidade constitutiva), pressupondo uma convergência do gênero padrão de entrevistas médicas com outros gêneros, de forma que algumas características de controle interacional do primeiro sejam mantidas, porém realizadas de uma forma indireta e mitigada sob a influência dos últimos. Os próprios atos emanam de um gênero, suas realizações de outros. Quais são esses outros gêneros? Já me referi à conversação, mas a conversação está presente aqui como um elemento constitutivo de outro gênero, o aconselhamento. A relação interdiscursiva primária nesse tipo de entrevista médica parece estar entre o gênero padrão de entrevista médica e o aconselhamento, ou o que Have (1989) – ver também Jefferson e Lee (1981) –, seguindo a mesma linha de análise, denomina 'conversa terapêutica'. O aconselhamento enfatiza a concessão aos pacientes (ou clientes) do espaço para falar, mostrando empatia em relação a seus relatos (com o conselheiro sempre ecoando ou formulando esses relatos na voz do(a) paciente) sem ser diretivo. A procura por modelos para aconselhamento, não surpreendentemente, conduziu para fora do discurso institucional, em direção ao discurso conversacional, no qual tais valores (manifestos aqui na reticência e na mitigação do médico) são largamente

reconhecidos, por exemplo, na figura do 'bom ouvinte' do mundo da vida.

Diferentes variedades de entrevista médica não coexistem simplesmente: elas entram em relações de contestação e luta, como parte da luta mais geral em torno da natureza da prática médica. Entrevistas médicas como a do exemplo 2 são transparentemente ligadas a valores, tais como tratar o(a) paciente como pessoa e não apenas um caso; encorajar o(a) paciente a assumir alguma responsabilidade pelo tratamento, e assim por diante. Na luta entre as variedades de entrevista médica, são as fronteiras nas ordens de discurso, tais como a fronteira entre o aconselhamento e a entrevista médica e a articulação interdiscursiva dos elementos nas ordens de discurso, que estão em debate.

A direção principal de mudança na medicina contemporânea parece aproximar-se de entrevistas como a do exemplo 2. Essa é uma manifestação particular de mudanças nos valores culturais e nas relações sociais às quais eu já me referi — mudanças na construção do 'eu médico' distante da autoridade e da competência explícitas, mudanças no poder, distanciando-o dos produtores de bens e serviços e aproximando-o dos consumidores ou clientes, saindo da formalidade em direção à informalidade, e assim por diante. A mudança, entretanto, não é suave. Primeiro, há tendências divergentes e contraditórias em ação. Em segundo lugar, as tendências na mudança cultural podem harmonizar-se com tendências em outros níveis, ou entrar em conflito com elas. Por exemplo, a transformação da prática médica na direção do exemplo 2 é economicamente dispendiosa. Os médicos podem 'processar' os pacientes com muito mais 'eficiência' e rapidez por meio de uma rotina preestabelecida, como a do exemplo 1, do que com técnicas que concedem aos pacientes o tempo de que eles precisam para falar. Há, hoje em dia, na Grã-Bretanha e em outros lugares, grandes pressões sobre os médicos e outros profissionais para que aumentem sua 'eficiência', e essas pressões entram em conflito com as tendências dominantes no nível cultural. (Para discussão mais detalhada sobre as tendências contemporâneas na mudança discursiva, ver Capítulo 7, a seguir.)

Exemplo 3: Narrativa conversacional

O terceiro exemplo ilustra outra dimensão da intertextualidade. Trata-se de um excerto de um relato feito por um casal a outro casal sobre um encontro com a alfândega na volta de umas férias no exterior. A transcrição está organizada em 'estrofes' de quatro linhas, com uma linha para cada participante; após a primeira, as estrofes contêm linhas somente para os participantes que falam. As sobreposições são mostradas como fala simultânea em duas linhas ou mais; as pausas são representadas por pontos finais; um sinal de igualdade mostra um enunciado seguido imediatamente de outro, e as letras maiúsculas mostram fala em voz alta.

Marido 1: Silvie tinha algumas plantas embaixo do assento que eram trazidas ilegalmente

Marido 2:

Esposa 1: ah não ih

Esposa 2:

M1: de qualquer forma dorifora
M2: plantas minha nossa
E1: realmente ilegal. Plantas é sim é e raiva

M1: um um —
M2: raiva
E1: é porque se um animal que tem raiva cospe nas
M2: minha
E1: folhas que estão no chão outro animal pode contrai-la

M1: e hum. a mãe de Silvie
M2: nossa
E1: então hé hé plantas são realmente proibidas hé
E2: hé hé

M1: tinha me comprado esse telescópio como presente de aniversário é bem era

M2: ah sim

M1: presente combinado de aniversário e de natal
E1: não presente
combinado

M1: e isso também devia ter sido declarado = bem
M2: porque =

- E1: de aniversário e de natal
- M1: eles são mais baratos por lá do que é como quando
você compra relógios ou
- M1: instrumentos óticos você tem de declarar porque você paga
- M2: minha nossa
- M1: imposto. É então n nós tínhamos tínhamos um monte
de aparelhos era
- M2: hum
- M1: tudo coisa pequena mas ac acumulada e
- M2: hum é hé
- M1: meu ar de inocência teria aumentado sua credu credulidade
eu tinha é
- M2: hum
- M1: .comprado é. um pacote de 250 gramas de fumo sabe.
para você e
- M1: Martin, e Mary claro sabe hé e hum - é
- M2: hé isso era excesso também
- M1: bem-, não isso era dentro do limite. mas eu esqueci. que também
- E1: não isso -
- M1: tinha comprado alguns pacotes de Gitanes que eu próprio tinha fumado =
- M1: com exceção de um pacote EU QUERIA QUE VOCÊ PARASSE DE
ME INTERROMPER
- E1: = sim mas eles estavam abertos
- M1: havia um pacote que é não tinha sido aberto (a fita continua)
- M2: hum hum

Na penúltima estrofe, M1 pede a E1 para parar de interrompê-lo. Considerar o que E1 faz durante o relato como uma 'interrupção a M1' ou não depende de nossas próprias suposições sobre a natureza precisa da atividade aqui. Há vários subgêneros de narrativa ou do ato de contar histórias, e uma maneira importante em que eles diferem é se têm narradores únicos ou múltiplos. As narrativas desenvolvidas conjuntamente por parte de duas ou até mais pessoas 'a quem a história pertence' não são incomuns nas narrativas conversacionais. Talvez, nesse caso, M1 esteja narrando com a supo-

sição de que esteja produzindo uma história de narrador único, enquanto E1 (assim como M2) pressupõe que eles estão produzindo uma história de forma conjugada, embora ela possa encarar o seu papel como 'secundário'. E1 e M2 também parecem narrar com base em um modelo por meio de narrativa produzida interativamente, com o sentido adicional de uma narrativa produzida parcialmente por meio do diálogo entre narradores e audiência. Essa situação em que diferentes participantes funcionam com modelos genéricos diferentes pode ser considerada como um outro modo de intertextualidade, como na situação do exemplo 1, em que os diferentes participantes são orientados para diferentes vozes (recorde a diferenciação nos modos de intertextualidade no começo do Capítulo 4).

Os dois subgêneros de narrativa que estou postulando diferirão, naturalmente, em seus sistemas de tomada de turno e de controle de tópico. A narrativa de um único narrador atribui direitos ao 'piso' para a duração da história ao narrador, o que implica que outros participantes não têm o direito de tomar turnos substanciais, embora ainda se espere que eles dêem retorno na forma de respostas mínimas e, conseqüentemente, não tenham o direito de controlar o tópico. A história conjuntamente produzida, entretanto, implica um piso compartilhado, e direitos compartilhados de tomada de turno, introdução e mudança de tópico. A tentativa de M1 de 'policar' seu direito ao piso parece desastrosa, por causa de sua insensibilidade à orientação de E1 e M2 para a narrativa desenvolvida conjuntamente.

Até que ponto a questão do gênero é relevante aqui? O fato de M2 partilhar com E1 uma orientação para a narrativa produzida conjuntamente é em si mesmo evidência contra qualquer equação direta desse tipo de narrativa com mulheres e do gênero de narrador único com homens, mesmo se isso não fosse implausível em outras bases. Todavia, esse exemplo aproxima-se do que minha experiência me diz ser um padrão generalizado de narrativas de casais: o marido conta a história (e rouba a cena), enquanto a esposa atua em um papel secundário interpellando comentários que apóiam o relato do marido e o elaboram de forma minuciosa, sem tentar dividir o controle do tópico. Em termos desse padrão, E1 ultrapassou

essa limitação ao introduzir tópicos e ao engajar-se no diálogo com M2. Note-se a similaridade dessa segunda análise orientada pelo marido com a análise do exemplo 1 em termos de controle do médico.

Passo agora dos exemplos de discurso para uma discussão mais sistemática dos tipos de análise que eles suscitam.

Características de controle interacional

As características de controle interacional asseguram uma boa organização interacional – a distribuição de turnos, a seleção e mudança de tópicos, a abertura e o fechamento das interações, e assim por diante. O controle interacional é sempre exercido, até certo ponto, de maneira colaborativa pelos participantes, mas pode haver assimetria entre os participantes quanto ao grau de controle. As convenções de controle interacional de um gênero corporificam exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes. A investigação do controle interacional é, portanto, um meio de explicar a realização e a negociação concretas das relações sociais na prática social.

Tomada de turno

Os gêneros diferem no que se refere a seus sistemas de tomada de turno. A análise etnometodológica da conversação (ver Sacks, Schegloff e Jefferson (1974); Schenkein (1978); e minha discussão de análise conversacional no Capítulo 1) produziu explicações influentes da tomada de turno na conversação como uma realização organizacional colaborativa dos participantes, baseada num conjunto simples de regras ordenadas: (1) a falante atual pode escolher a próxima falante, dirigindo-se a ela, nomeando-a, etc.; (2) se isso não acontece, qualquer participante pode 'escolher a si mesma' como próxima falante; e (3) se isso não ocorre, a falante atual pode continuar. Essas opções ordenadas estão igualmente disponí-

veis a todos os participantes. Elas se aplicam a possíveis pontos de completude no turno da falante atual – por exemplo, quando ela chega ao fim de uma unidade gramatical (uma frase, uma oração, um sintagma ou até uma palavra) com um padrão de entonação final.

Como o exemplo 1 demonstrou, no entanto, os sistemas de tomada de turno nem sempre são construídos em torno de direitos e obrigações iguais para todos os participantes. O sistema de tomada de turno do exemplo 1 é típico de sistemas que encontramos numa variedade de instituições em que profissionais, gente 'de dentro', 'porteiros' interagem com o 'público', 'clientes', 'gente de fora' ou aprendizes. Nesses casos, o seguinte tipo de distribuição de direitos e obrigações entre poderosos (P) e não-poderosos (N-P) é comum: (1) P pode escolher N-P, mas o inverso não é possível; (2) P pode escolher a si mesmo(a), mas N-P não pode; (3) e o turno de P pode ser estendido a qualquer número de pontos de completude possível.

A análise da conversação se propõe a explicar a notável fluência da conversação comum, o fato de as pessoas geralmente conseguirem falar sem superposição extensiva e sem grandes lacunas no fluxo da fala. Outra característica dos sistemas assimétricos de tomada de turno é que tanto as superposições quanto as lacunas podem estar disponíveis como mecanismos para P: P que pode ter o direito de interromper N-P, quando esse último se torna 'irrelevante', segundo os critérios de relevância controlados por P, e P, mas não N-P, que pode ter o direito de 'manter o piso' sem realmente falar – por exemplo, ficar em silêncio como forma de reafirmar o próprio controle, ou como forma de criticar os outros implicitamente.

Estruturas de troca

Os ciclos pergunta-resposta-avaliação identificados no exemplo 1 manifestam um tipo de troca, no sentido de uma padronização recorrente dos turnos dos diferentes participantes. No Capítulo 1, referi-me ao trabalho pioneiro de Sinclair e Coulthard (1975) sobre trocas no discurso de sala de aula: eles isolaram uma estrutura

'iniciação-resposta-avaliação', que é semelhante à estrutura de troca do exemplo 1. Podemos também incluir aqui o tipo de estrutura menos elaborado e menos específico que os analistas da conversação chamam de 'pares adjacentes' (Schegloff e Sacks, 1973). Pares adjacentes são tipos gerais de estrutura e não um tipo particular de troca. Eles envolvem duas categorias ordenadas de ato de fala, de modo que a ocorrência da primeira prevê a ocorrência da segunda, mas os emparelhamentos particulares são bastante diversificados: pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento, reclamação-pedido de desculpa, convite-aceitação, convite-recusa, e assim por diante. E, como indicam os dois últimos exemplos, não há sempre uma relação de um para um entre a primeira e a segunda parte dos pares adjacentes: um convite pode ser seguido por uma aceitação ou por uma recusa, embora haja várias maneiras pelas quais essa última possa ser marcada como opção 'não-preferida' (Schegloff, Jefferson e Sacks (1977); Pomerantz (1978); Levinson (1983: 332-345). O par adjacente pergunta-resposta é central para muitos tipos de trocas. Em alguns gêneros, encontram-se seqüências de trocas pergunta-resposta que constituem estruturas de níveis mais altos, que podemos chamar (segundo Sinclair e Coulthard, 1975) 'transações' ou 'episódios'. Isso ocorre em sala de aula, na qual partes das aulas podem ser constituídas como seqüências de pergunta-resposta sobre tópicos específicos, normalmente com o professor abrindo e fechando a transação; também se aplica, mas de modo diferente, ao interrogatório jurídico, no qual o advogado pode usar tais seqüências para formar um caso contra uma testemunha (Atkinson e Drew, 1979).

A natureza do sistema de trocas é relevante não só para a tomada de turnos, mas também para o tipo de coisas que as pessoas podem dizer. Por exemplo, ao iniciar uma troca, os professores podem dar aos alunos informações, fazer-lhes perguntas, planejar agendas para a aula, ou controlar o comportamento dos alunos. Os alunos, por outro lado, são muito mais limitados no que podem dizer ou fazer: principalmente respondem perguntas e desempenham certas tarefas em resposta a pedidos, com a exigência de que o façam dentro dos limites do que é julgado relevante. Muitas perguntas na sala de aula são 'fechadas', exigindo respostas do tipo 'sim' ou 'não', ou com elaboração mínima.

Controle de tópicos

Harvey Sacks (1968) nota que "conversar seguindo o 'tópico' não consiste em blocos de conversa sobre 'um tópico'". E quando se apresenta um tópico, exceto em circunstâncias bastante especiais, pode-se ter certeza de que os outros tentarão falar seguindo o tópico sobre o qual se falou, mas não se pode ter certeza de que o tópico que você pretendia será o tópico sobre o qual eles falarão.

Há sempre muitos tópicos diversos que se podem considerar relevantes para o desenvolvimento de qualquer tópico que foi introduzido, e Sacks sublinha que não se pode prever, na conversação, por qual tópico se optará. Os tópicos de conversação e as formas pelas quais as pessoas de fato conectam tópicos, ao conversarem seguindo um tópico, permitem aprofundar a percepção sobre as preocupações da vida comum e a estruturação de senso comum do mundo da vida. Também são interessantes os mecanismos por meio dos quais os tópicos conversacionais são estabelecidos (Button e Casey, 1984): tipicamente, os tópicos são oferecidos por um(a) participante, aceitos (ou rejeitados) por outro(a) e então elaborados pelo(a) primeiro(a) participante. Por exemplo (Button e Casey, 1984: 167):

A: O que você sabe

B: Só cheguei ontem à noite

A: Ah *sim*?

B oferece o tópico, A o aceita e B continua (mais tarde) a desenvolvê-lo. Pesquisas sobre a interação doméstica entre parceiros masculinos e femininos mostram, por exemplo, uma assimetria na tomada de tópicos: as mulheres oferecem mais tópicos do que os homens, mas os tópicos dos homens são aceitos mais frequentemente pelas mulheres do que vice-versa (Fishman, 1983).

A pesquisa etnometodológica sobre tópicos é, entretanto, baseada na conversação e pressupõe direitos e obrigações iguais entre participantes. A explicação de Sacks sobre o conversar seguindo um tópico e sobre a imprevisibilidade de como outros participantes desenvolverão nossos tópicos é pouco relevante para a conversa de pacientes em uma consulta médica padrão ou de alu-

nos em sala de aula. Em tais interações, como sugeri na análise do exemplo 1, os tópicos serão introduzidos e mudados apenas pelo(a) participante dominante, freqüentemente de acordo com uma agenda ou rotina preestabelecida, que pode ou não ser explícita no discurso.

Determinação e policiamento de agendas

Determinar e policiar agendas é um elemento importante no controle interacional. As agendas são freqüentemente estabelecidas por P de modo explícito no começo de uma interação. Os professores o fazem no começo de aulas, ou de transações nas aulas, e uma entrevista disciplinar freqüentemente começa com o(a) entrevistador(a) explicitando para o(a) entrevistado(a) "porque você está aqui" (ver Thomas, 1988, para um exemplo). Estabelecer agendas é um aspecto do controle geral de P sobre o início e o término de uma interação e sua estruturação em transações ou episódios.

Agendas explícitas e implícitas também são 'policiadas', no sentido de que P mantém outros participantes, de várias formas, em suas agendas durante uma interação. O exemplo 1 continha uma instância de policiamento: o médico interrompia os turnos da paciente, quando ele aparentemente decidia que a paciente tinha fornecido a informação relevante para aquele estágio da agenda. Outra manifestação é ilustrada por este extrato de uma aula (transcrito de Barnes, 1976), no qual a professora está tentando fazer com que seus alunos falem sobre problemas de excesso de população urbana:

- | | |
|-------------|----------------------------------------------------------------------|
| Aluno: | a fumaça dos canos de escape causará poluição |
| Professora: | poluição boa palavra Maurice mais alguma coisa sobre o trânsito |
| A: | as calçadas ficariam (ininteligível) |
| P: | não estou pensando |
| | em um meio diferente de transporte alguém pode responder. Philip |
| A: | hum (ininteligível) |
| P: | estou falando sobre o trânsito. estou falando sobre o trânsito David |
| A: | os trens (ininteligível) |
| P: | trens sim |

O turno do segundo aluno é rejeitado por P a despeito de ser perfeitamente relevante para o tópico geral, aparentemente por não se ajustar à ordem de desenvolvimento do tópico especificado na agenda que a professora está seguindo implicitamente: ela está tentando trazer à tona o nome de outro meio de transporte. A rejeição se realiza quando a professora especifica 'onde ela está' na agenda, mas note que ela também parece interromper o aluno antes que ele termine seu enunciado. Como os dois primeiros turnos sugerem, a agenda foi planejada para conseguir não só informação específica dos alunos, mas também palavras-chave, como 'poluição'.

Um aspecto notável da interação entre professores e alunos é que os primeiros tipicamente avaliam os enunciados dos últimos. Nesse caso, por exemplo, a professora, em seu primeiro turno, avalia positivamente o uso da palavra 'poluição' por Maurice. A estrutura de trocas 'iniciação-resposta-comentário' sugerida para o discurso de sala de aula por Sinclair e Coulthard (1975) incorpora esse elemento de avaliação no 'comentário'. Essa avaliação sistemática dos enunciados dos outros é uma forma poderosa de policiar agendas. Seu uso em sala de aula não só sublinha o poder dos professores sobre os alunos, como também demonstra até que ponto a prática rotineira de sala de aula coloca os alunos em uma situação de teste ou exame: nessa forma de discurso de sala de aula, virtualmente tudo o que eles dizem é verbalmente 'marcado'.

Há várias outras maneiras pelas quais um participante em uma interação pode policiar as contribuições de outros. Uma forma que Thomas (1988) descreve é forçar uma explicitação. Ser ambivalente e/ou calar-se são mecanismos de defesa clássicos da parte de N-P em encontros desiguais, que podem ser combatidos por formulações de P com o intuito de forçar N-P a ser explícito(a); ou insistência, por parte de P, que N-P reconheça o que foi dito (por exemplo: "Você entende isso, não?").

Formulação

A formulação é outro aspecto do controle interacional que tem recebido muita atenção dos analistas da conversação (ver Heritage e Watson, 1979). Sacks descreve a formulação assim:

Um membro pode tratar uma parte da conversação como uma ocasião para descrever aquela conversação, para explicá-la, para caracterizá-la, para esclarecer, traduzir, resumir, fornecer seu sentido, ou observar que está de acordo com as regras, ou comentar o seu afastamento das regras (1972: 338).

Exceto pelas duas últimas orações que se associam com os mecanismos de policiamento da formulação como os tipos descritos na seção anterior, a formulação, segundo Sacks, se parece com uma forma particular de representação do discurso, na qual ele é parte de uma interação corrente, e não de uma anterior. De qualquer modo, o limite entre interações correntes e anteriores não é tão claro quanto se pensa; a conversação que tivemos antes da interrupção por uma chamada telefônica, ou antes do almoço, ou na semana passada, é parte de nossa conversação corrente ou é uma conversação diferente? Não há uma resposta simples.

Como as duas orações finais de Sacks podem implicar, formular é freqüentemente uma forma de policiamento. Uma maneira eficiente de forçar o(a) interlocutor(a) a sair da ambivalência é oferecer uma formulação do que ele(a) está dizendo. Eis aqui um exemplo, tirado de uma entrevista disciplinar entre um policial (P) e um oficial de polícia (O) (Thomas, 1988).

O: você diz que você está trabalhando de acordo com é é os padrões adequados certo

P: bem nunca tive comentários diferentes desse

O: você está dizendo que ninguém observou suas falhas

Ambos os turnos de O formulam as contribuições de P, e ambos (como fica claro no segundo caso do extrato anterior) mudam substancialmente as palavras que P realmente disse e têm o objetivo claro de fazer com que P torne mais explícito o que 'está dizendo'.

Mesmo quando o ato de formular não está especificamente ligado a policiamento, freqüentemente ele ainda tem uma função importante de controle interacional, nas tentativas de alguns participantes de ganhar a aceitação de outros para suas versões do que foi dito ou sugerido em uma interação, o que pode então restringir as opções dos últimos de forma vantajosa para os primeiros. Encontramos formulações funcionando desse modo, não apenas em entrevistas e inquéritos policiais, mas também em entrevistas de rádio (Heritage, 1985).

Modalidade

Dada uma proposição sobre o mundo, como "a terra é plana", pode-se categoricamente afirmá-la ("a terra é plana") ou negá-la ("a terra não é plana"), mas também estão disponíveis vários graus de comprometimento menos categóricos e menos determinados a favor ou contra: "a terra pode ser/ provavelmente é/ possivelmente é/ é mais ou menos plana", por exemplo. Essa é a esfera da modalidade, a dimensão da gramática da oração que corresponde à função 'interpessoal' da linguagem (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso"). Em qualquer enunciado proposicional, o produtor deve indicar o que Hodge e Kress (1988: 123) chamam de um grau de 'afinidade' com a proposição; portanto, qualquer enunciado desse tipo tem a propriedade da modalidade, ou é 'modalizada'.

A modalidade na gramática era tradicionalmente associada com os 'verbos auxiliares modais' ('dever' – obrigação moral; 'poder' – permissão, possibilidade; 'poder' – capacidade, 'dever', etc.), que são um meio importante de realizar a modalidade. Entretanto, a abordagem 'sistêmica' à gramática a que Hodge e Kress (1988) recorrem enfatiza que os auxiliares modais são apenas um aspecto da modalidade entre muitos (ver Halliday, 1985: 85-89). O tempo verbal é outro: como demonstra o exemplo do último parágrafo, o presente do indicativo ('é') realiza uma modalidade categórica. Outro aspecto é o conjunto de advérbios modais, como 'provavelmente', 'possivelmente', 'obviamente' e 'definitivamente', com seus adjetivos equivalentes (por exemplo, "é provável/possível

que a terra seja plana”). Além dessas possibilidades, existe ainda uma gama um tanto difusa de formas de manifestação de vários graus de afinidade: indeterminações como ‘uma espécie de’, ‘um pouco’, ‘ou uma coisa assim’, padrões de entonação, fala hesitante, e assim por diante. Havia um caso de indeterminação no exemplo 1, quando a paciente glossou “estômago azedo” como “queimação como uma queimação ou uma coisa assim”.

A modalidade pode ser ‘subjativa’, no sentido de que a base subjativa para o grau de afinidade selecionado com uma proposição pode ser explicitado: “penso/suspeito/duvido que a terra seja plana” (lembrem-se também de “acho que é sensato”, no exemplo 2). Ou a modalidade pode ser ‘objetiva’, em que essa base subjativa está implícita: “a terra pode ser/é provavelmente plana”. No caso da modalidade subjativa, está claro que o grau de afinidade do(a) próprio(a) falante com uma proposição está expresso, enquanto no caso da modalidade objetiva pode não ser claro qual ponto de vista é representado – por exemplo, o(a) falante está projetando seu próprio ponto de vista como universal, ou agindo como um veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo. O uso da modalidade objetiva frequentemente implica alguma forma de poder.

É comum que a modalidade se realize em múltiplos aspectos de um enunciado ou frase simples. Por exemplo, em “penso que ela estava um pouco bêbada, não estava?”, a baixa afinidade é expressa no marcador de modalidade subjativa (‘penso’), na indeterminação (‘um pouco’) e na adição de uma pergunta final à asserção (‘não estava?’).

Porém, na modalidade há mais do que o comprometimento do(a) falante ou do(a) escritor(a) com suas proposições. Os produtores indicam comprometimento com as proposições no curso das interações com outras pessoas, e a afinidade que expressam com as proposições é frequentemente difícil de separar de seu sentido de afinidade ou solidariedade com os interagentes. Por exemplo, “ela não é bonita!” ou “ela é bonita, não é!” são formas de expressar alta afinidade com a proposição “ela é bonita”, mas também formas de expressar solidariedade com a pessoa com quem se fala. Perguntas desse tipo (uma pergunta negativa e uma asserção positiva com uma pergunta final negativa que antecipam ambas

uma resposta positiva) pressupõem que a alta afinidade com a proposição é compartilhada entre falante e receptor(a) e (dado que as respostas do(a) último(a) sejam previamente conhecidas) tais perguntas são feitas para demonstrar essa afinidade e solidariedade e não para obter informações. Assim, expressar alta afinidade pode ter pouca relação com o comprometimento de alguém com uma proposição, mas muita relação com um desejo de demonstrar solidariedade (Hodge e Kress, 1988: 123). Inversamente, o exemplo 1 a que aludí (“queimação como uma queimação ou coisa assim”) demonstra que a baixa afinidade com uma proposição pode expressar falta de poder, e não falta de convicção ou conhecimento, e aquilo que pode ser reivindicado como conhecimento (e, portanto, a expressão de alta afinidade com uma proposição) depende de relações de poder. A modalidade é, então, um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais – ou, nos termos da lingüística sistêmica, entre as funções ideacional e interpessoal da linguagem.

A modalidade é uma importante dimensão do discurso e mais central e difundida do que tradicionalmente se tem considerado. Uma medida da sua importância social é a extensão com que a modalidade das proposições é contestada e aberta à luta e à transformação. Transformações da modalidade são, por exemplo, generalizadas em reportagens da mídia. Hodge e Kress (1988: 148-149) dão o exemplo de uma declaração altamente modalizada de baixa afinidade feita por Michael Foot como líder do Partido Trabalhista Britânico (“em geral creio que um fator que influenciou as eleições foram alguns dos acontecimentos que ocorreram na Prefeitura da Grande Londres”), que se transforma na manchete de jornal categórica “Foot dinamita Ken o Vermelho pela surra nas urnas”. (Ken o Vermelho é Ken Livingstone, líder de uma controversa administração Trabalhista em Londres no início dos anos 1980.)

Além dos exemplos específicos, há mais propriedades gerais associadas com a modalidade nas práticas da mídia. A mídia geralmente pretende tratar de fatos, da verdade e de questões de conhecimento. Ela sistematicamente transforma em ‘fatos’ o que frequentemente não passa de interpretações de conjuntos de eventos complexos e confusos. Em termos da modalidade, isso envolve

uma predileção por modalidades categóricas, asserções positivas e negativas, como ilustra o exemplo no último parágrafo, e, portanto, pouco uso de elementos modalizantes (verbos modais, advérbios, adjetivos, indeterminações, e assim por diante). Trata-se também de uma predileção por modalidades objetivas que permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas.

Vamos tomar um exemplo específico. A conferência de cúpula da OTAN em 30 de maio de 1989 tratava da questão litigiosa de qual posição a OTAN deveria adotar sobre a negociação de uma redução nos mísseis nucleares de curto alcance situados na Europa. Foi-lhe atribuída tanto a solução quanto o ocultamento de desacordos e foi em alguns casos interpretada como uma vitória da posição de linha dura da Grã-Bretanha (de Thatcher). Eis algumas das manchetes: "Cúpula da OTAN termina em acordo incômodo" (*Guardian*), "Vitória nuclear de Maggie na Batalha de Bruxelas" (*Mail*), "Bush saúda unidade da OTAN na resolução da disputa dos mísseis" (*Daily Telegraph*). Cada uma fornece uma leitura diferente da conferência de cúpula, mas cada uma usa a modalidade categórica. Note-se que a manchete do *Mail* na verdade 'pressupõe' (ver Capítulo 4, "Pressuposição") que 'Maggie' obteve uma vitória nuclear na Batalha de Bruxelas, em vez de afirmá-lo: poderíamos considerar que a pressuposição leva a modalidade categórica um estágio adiante ao tomar a fatualidade como tácita. Poderíamos fazer uma objeção a esses exemplos, com base em que a modalidade categórica é imposta pela natureza abreviadora e resumidora das manchetes, não pelo discurso da mídia *per se*. Certamente, porém, as manchetes são meramente um exemplo particularmente óbvio de uma tendência geral no discurso da mídia. Os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas (embora frequentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente e que perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia, que oferece imagens e categorias para a realidade; posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social.

O que o exemplo do discurso da mídia indica é que a modalidade não é simplesmente um conjunto de escolhas disponíveis para falantes ou escritores para registrar graus de afinidade. O que uma tal perspectiva orientada para a escolha perde, isoladamente, é a variabilidade das práticas de modalidade como entre tipos de discurso, a extensão em que as práticas particulares de modalidade são impostas às pessoas que recorrem a tipos de discurso particulares. Outro exemplo é a escrita acadêmica: em uma tradição de escrita acadêmica familiar e ainda influente (embora largamente criticada), evitar a modalidade categórica é um princípio fundamental. Argumenta-se que isso se daria por questões retóricas, motivadas pela projeção de uma subjetividade e um *ethos* cautelosos e circunspectos aprovados para 'acadêmicos' e não por baixa afinidade com as proposições. (Sobre a retórica da escrita acadêmica e especialmente científica, ver *Economy and Society*, 1989.)

Polidez

A polidez na linguagem tem sido uma das grandes preocupações da pragmática anglo-americana dos anos 1970 e 1980 (Brown e Levinson, 1978; Leech, 1983; Leech e Thomas, 1989). A teoria mais influente é a de Brown e Levinson. Eles pressupõem um conjunto universal de 'desejos de face' humanos: as pessoas têm 'face positiva' – querem ser amadas, compreendidas, admiradas, etc. – e 'face negativa' – não querem ser controladas ou impedidas pelos outros. Geralmente é do interesse de todos que a face seja protegida. Eles vêem a polidez em termos de conjuntos de estratégias da parte dos participantes do discurso para mitigar os atos de fala que são potencialmente ameaçadores para sua própria 'face' ou para a dos interlocutores. Essa explicação é típica da pragmática ao considerar o uso da linguagem moldado pelas intenções de indivíduos.

O que está faltando é um sentido da variabilidade das práticas de polidez nos diferentes tipos de discurso dentro de uma cultura, das ligações entre as práticas de polidez variáveis e as relações sociais variáveis ou das restrições aos produtores pelas práticas de polidez. Bourdieu (1977: 95, 218) sugere uma visão da polidez que é muito diferente daquela de Brown e Levinson, alegando que "as

concessões da polidez são sempre concessões políticas". Ele a elabora da seguinte maneira:

o domínio prático do que chamamos regras de polidez e, particularmente, a arte de ajustar cada uma das fórmulas disponíveis ... às diferentes classes de receptores possíveis pressupõem o domínio implícito, logo o reconhecimento, de um conjunto de oposições que constituem a axiomática implícita de uma ordem política determinada.

Em outras palavras, as convenções de polidez particulares incorporam, e seu uso implicitamente reconhece relações sociais e de poder particulares (ver Kress e Hodge, 1979), e, na medida em que se recorre a elas, devem contribuir para reproduzir essas relações. Um corolário é que investigar as convenções de polidez de um dado gênero ou tipo de discurso é um modo de obter percepção das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais, aos quais esse gênero está associado. Isso não significa trocar a explicação voluntarista de Brown e Levinson (1978) das estratégias de polidez por uma explicação estruturalista das convenções de polidez: minha posição é dialética, reconhecendo as restrições das convenções, mas também a possibilidade de, sob certas condições, rearticulá-las criativamente e, assim, transformá-las (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso").

O trabalho de Brown e Levinson, porém, incorpora realmente uma excelente explicação dos fenômenos de polidez, e pode ser apropriado dentro de um quadro teórico diferente. A Figura 5.1 resume as partes principais de sua teoria, em que eles diferenciam cinco estratégias gerais para realizar 'atos ameaçadores da face' – AAFs (FTAs, Brown e Levinson, 1987: 60).

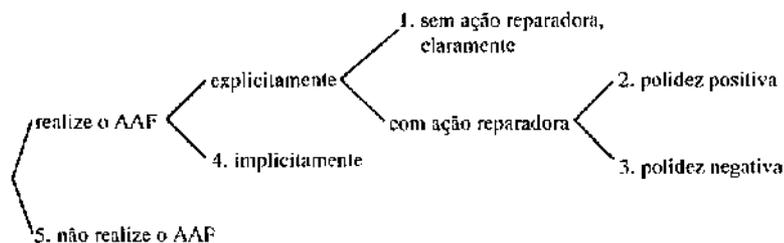


FIGURA 5.1 – Estratégias para a realização de 'atos ameaçadores da face'.

Vamos considerar pedir ajuda com um pneu furado como exemplo. Um pedido é potencialmente danoso para a face negativa de um(a) receptor(a) (A) – assim como para a face do(a) falante – na medida em que pressiona A para agir de determinada maneira. O pedido pode ser feito 'claramente' (estratégia 1) sem a tentativa de mitigá-lo, isto é, sem 'ação reparadora' ("Ajude-me a trocar esse pneu"); pode ser feito com 'polidez positiva' (estratégia 2), em cujo caso é mitigado ou reparado – por exemplo, demonstrando afeição, simpatia ou solidariedade com A ("Dê uma ajuda para trocar esse pneu, amigo"); pode ser feito com 'polidez negativa' (estratégia 3), em cujo caso é mitigado ao mostrar respeito pela privacidade de A, ou por seu desejo de não ser perturbado(a) ou controlado(a), etc. ("Desculpe incomodar, mas poderia ajudar com esse pneu?"); pode ser feito 'implicitamente' (estratégia 4), de modo que tenha de ser inferido, e o que é dito está aberto para interpretações alternativas ("Agora, como diabo vou trocar isso?", ou sugerindo: "Você notou que estou com um pneu furado?"). Note-se que o exemplo de polidez negativa usa a forma verbal '(você) poderia ajudar' em vez de simplesmente 'ajude'. Esse é um modo indireto de se fazer um pedido – aparentemente indaga sobre a hipotética habilidade de A para ajudar – e compartilha a propriedade de indiretividade da estratégia 'implícita'. Dizer coisas indiretamente – usar os 'atos de fala indiretos' – é uma parte importante da polidez. Porém, enquanto a indiretividade dos exemplos implícitos pode exigir que A interprete o seu significado, a indiretividade de '(você) poderia ajudar' tornou-se convencional e não apresenta problema interpretativo algum.

Uma dimensão da mudança que, como sugeri, está ocorrendo na natureza das entrevistas médicas parece ser uma mudança nas convenções de polidez; alguns indícios disso estão presentes nos exemplos 1 e 2. A modalidade de baixa afinidade, obtida por meio da indeterminação, da glosa da paciente sobre 'estômago azedo' ("uma queimação como uma queimação ou uma coisa assim"), pode ser explicável, como sugeri antes, por uma relutância em parecer muito segura, dados o poder e a 'perícia' do médico. Essa característica da modalidade é também uma característica da polidez negativa: evita infringir o domínio de autoridade do médico.

As mudanças da paciente para a voz do mundo da vida no exemplo 1, linhas 21-22, 29-30 e 42, também podem ser consideradas em termos da *polidez*. Elas podem ser consideradas pistas implícitas para o médico acerca de um conjunto de problemas adicionais e subjacentes ao problema em foco. Como são implícitas, protegem a face positiva da paciente, o que dá a impressão de que ela é reticente a respeito de levantar o que é frequentemente descartado como problemas 'pessoais'. São talvez igualmente orientadas para a face negativa do médico: em entrevistas médicas convencionais, os problemas 'não-médicos' são muitas vezes considerados como não sendo estritamente assuntos dos médicos, e levá-los pode ser, portanto, interpretado como impor a eles questões além do seu dever normal.

O médico do exemplo 1 não é nem negativa nem positivamente polido. Perguntar é um ato potencialmente ameaçador para a face negativa do(a) receptor(a), e algumas das perguntas do médico são também potencialmente ameaçadoras para a face positiva da paciente, por serem possivelmente embaraçosas ou humilhantes (especialmente "Há quanto tempo você tem bebido tanto assim?"). Porém, o médico não mitiga essas perguntas e é consistentemente claro e explícito.

No exemplo 2, as convenções de *polidez* parecem estar invertidas: é o médico que demonstra *polidez* positiva e negativa à paciente. Ele demonstra *polidez* positiva ao adotar ele mesmo a voz do mundo da vida, tanto produtivamente (consultas futuras são para "saber como as coisas vão indo") quanto receptivamente (em seu comentário sobre o relato do mundo da vida da paciente). Ele demonstra *polidez* negativa nas formas reticentes e mitigadas de sua pergunta, avaliação e sugestão de visitas posteriores. A paciente não demonstra *polidez* negativa; na verdade, ela interrompe claramente o lance do médico em direção a um fechamento (da consulta) com uma retomada do seu relato (isso não está incluído no meu exemplo). Ela demonstra, entretanto, *polidez* positiva no simples fato de falar com o médico na voz do mundo da vida, o que implicitamente reivindica terreno comum com o médico.

Em suma, o exemplo 1 demonstra *polidez* negativa para a paciente, mas nem *polidez* negativa nem positiva para o médico, en-

quanto o exemplo 2 demonstra *polidez* positiva e negativa para o médico e *polidez* positiva para a paciente. Essas diferenças estão de acordo com as relações sociais contrastantes entre a prática médica padrão e a 'alternativa'. Na prática médica padrão há uma assimetria marcada de conhecimento e autoridade entre médicos e pacientes, o que implica deferência e *polidez* negativa de pacientes em relação a médicos. O relacionamento entre médicos e pacientes é formal e socialmente distanciado, o que é antagônico à *polidez* positiva. E os pacientes não são tratados como pessoas, mas como portadores de problemas: isso justifica a ausência de *polidez* negativa da parte dos médicos, que é frequentemente criticada precisamente como insensibilidade aos pacientes como pessoas. Na prática médica alternativa, o(a) médico(a) simula simetria, informalidade e proximidade social, que combatem a *polidez* negativa da parte do(a) paciente e favorecem a *polidez* positiva mútua. Os pacientes são tratados como pessoas, o que significa que atos potencialmente ameaçadores à face, que são inseparáveis do tratamento dado pelos médicos aos pacientes, tenderão a ser mitigados pela *polidez* negativa.

Ethos

Referi-me, ao discutir os dois exemplos médicos, a diferenças no *ethos*, nos tipos de identidade social que os médicos sinalizam implicitamente por meio de seu comportamento verbal e não-verbal. A questão do *ethos* é intertextual: que modelos de outros gêneros e tipos de discurso são empregados para constituir a subjetividade (identidade social, 'eu') dos participantes de interações? No caso do exemplo 1, os modelos foram tirados do discurso científico; no caso do exemplo 2, de discursos do mundo da vida.

Entretanto, o *ethos* pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de 'modelagem' em que o lugar e o tempo de uma interação e seu conjunto de participantes, bem como o *ethos* dos participantes, são constituídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras. Main-gueneau (1987: 31-35) dá o exemplo do discurso (discursos políti-

cos, por exemplo) da Revolução Francesa, que foi modelado sobre o discurso republicano de Roma antiga em termos de lugar, tempo e 'cena' (no sentido de circunstâncias gerais do discurso), assim como dos participantes e do *ethos* dos participantes.

O exemplo 2 é um caso historicamente menos antigo. A medicina 'alternativa' desse tipo constitui o discurso da prática médica baseado no modelo do mundo da vida: 'conversa sobre problemas' (Jefferson e Lee, 1981; Ten Have, 1989), entre uma pessoa com um problema e um(a) ouvinte solidário(a). Faz sentido pressupor que esse modelo se torne disponível para o discurso médico via discurso de aconselhamento, que é ele mesmo construído sobre aquele. Os participantes são construídos em uma relação de solidariedade e de experiência comum, se não de amizade, e a cena é construída no sentido de as pessoas se aliviarem de seus problemas. Enquanto o lugar é ainda claramente médico – o consultório de um médico –, é comum que os médicos dentro da medicina alternativa (bem como professores e outros profissionais que adotem posições semelhantes) se preocupem com questões como a posição da mobília ou a decoração, procurando mudar os locais institucionais para fazer as pessoas se sentirem à vontade ou 'em casa'. E o *ethos* sinalizado pela fala do(a) médico(a) e, em termos mais gerais, pelo modo como os médicos se comportam nesse tipo de entrevista, é o do(a) amigo(a) interessado(a) e solidário(a), o 'bom ouvinte'.

O *ethos* é, então, manifestado pelo corpo inteiro, não só pela voz. Bourdieu (1984: Capítulo 3) sugere que a linguagem seja considerada como uma "dimensão da *hêxis* corporal na qual a relação global da pessoa com o mundo social é expressa". Por exemplo, o "estilo articulatório das classes populares" é "inseparável de uma relação geral da pessoa com o próprio corpo, dominada pela rejeição de 'maneirismos' ou 'fricotes' e a valorização da virilidade". Não é apenas o modo como os médicos falam que sinaliza o *ethos*; é o efeito cumulativo de sua disposição corporal total – o modo como se sentam, sua expressão facial, seus movimentos, seus modos de responder fisicamente ao que é dito, seu comportamento proxêmico (se chegam perto dos pacientes ou mesmo os tocam ou mantêm distância).

Conclusão

O conceito de *ethos* constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma versão particular do 'eu'. Dentro dessa configuração, os aspectos da análise textual nos quais me concentrei neste capítulo – controle interacional, modalidade e polidez – todos têm um papel. Com efeito, a maior parte, se não a totalidade das dimensões analiticamente separáveis do discurso e do texto, tem algumas implicações, diretas ou indiretas, para a construção do 'eu'.

Porém, como eu afirmei no início deste capítulo, essa é uma questão negligenciada nos estudos de linguagem e análise de discurso. A maior parte da atenção que é normalmente dada ao 'eu' no discurso focaliza o conceito de 'expressão': é comum distinguir uma função emotiva ou expressiva da linguagem, que está ligada ao modo como as pessoas expressam as coisas, de maneira a mostrar seus sentimentos sobre elas, ou atitudes em relação a elas, e há um conceito amplamente utilizado de 'significado emotivo' para aspectos 'expressivos' do significado das palavras. O influente estudo de Jakobson sobre funções da linguagem, por exemplo, distingue como 'emotiva' ou 'expressiva' uma função que "visa à expressão direta da atitude do falante em relação àquilo que ele está falando" (1961: 354). O que isso deixa de fora é a perspectiva crucial da construção: o papel do discurso na constituição ou construção do 'eu'. Quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas. Focalizar a expressão, por outro lado, marginalizou completamente a função de identidade como aspecto menor da função interpessoal. Esta é a razão pela qual distingo a função de identidade em minha modificação da teoria de Halliday (1978) das funções da linguagem (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso"). Não obstante, uma discussão mais técnica e detalhada ainda está faltan-

do para distinguir-se uma função de identidade separada: segundo Halliday, para identificar uma função separada seria preciso demonstrar que há uma área relativamente discreta da organização gramatical correspondente a ela.

Capítulo 6

Análise textual: a construção da realidade social*

O foco principal neste capítulo está voltado para aqueles aspectos da análise de texto que se relacionam com a função ideacional da linguagem e com os sentidos ideacionais – ou com a ‘construção da realidade social’, como pus no título. A ênfase, portanto, está no papel do discurso na significação e na referência (ver, no Capítulo 2, o item “Foucault e a análise de discurso textualmente orientada”), onde o primeiro compreende o papel do discurso em constituir, reproduzir, desafiar e reestruturar os sistemas de conhecimento e crença. Mas não é mais do que uma questão de ênfase: inevitavelmente haverá coincidência com as funções de relação e de identidade que foram a minha preocupação no Capítulo 5.

Os dois exemplos principais de discurso que discuto são um extrato sobre cuidados pré-natais de um livreto para futuros pais e o conjunto de discursos aos quais já aludi brevemente, feitos por um ministro do gabinete britânico, Lord Young, sobre ‘cultura empresarial’. Os tópicos analíticos específicos que analiso são: conectivos e argumentação, transitividade e tema, significado de palavra, criação de palavras¹ e metáfora. Em termos das categorias analíticas do Capítulo 3, os últimos três tópicos alinham-se sob o título geral de vocabulário, enquanto o primeiro pertence à coesão e o segundo à gramática.

* Tradução de Célia Maria Ladeira Mota.

¹ Palavras (*wording*), de acordo com o *Concise Oxford Dictionary*, é a forma pela qual se expressa alguma coisa. O termo é usado pelo autor para significar a criação de novas palavras de acordo com um determinado contexto. Na tradução, optou-se pelo termo ‘criação de palavras’ ou lexicalização. (N. da T.)

Conectivos e argumentação

O seguinte exemplo é parte de uma seção sobre cuidados pré-natais de *O livro do bebê* (Morris, 1986), um livreto dirigido a futuros pais pelos hospitais. Durante a análise, introduzirei também extratos contrastantes do *Livro da gravidez* (Conselho de Educação da Saúde, 1984), uma publicação semelhante produzida pelo Conselho de Educação da Saúde britânico. (Omiti a subseção intitulada "Duração da gravidez", que está no original antes da subseção intitulada "Exame".)

Assistência pré-natal

O objetivo essencial da assistência pré-natal é garantir que você atravesse a gravidez e o trabalho de parto nas melhores condições. Inevitavelmente, portanto, isso envolve uma série de exames e testes durante todo o curso da sua gravidez. Como mencionado anteriormente, a assistência pré-natal é fornecida por seu hospital local ou por seu clínico geral, frequentemente trabalhando em cooperação com o hospital.

É importante comparecer ao seu primeiro exame tão cedo quanto possível, já que podem ocorrer distúrbios menores que o médico pode corrigir, o que beneficiará o resto da sua gravidez. Mais especificamente, tendo visto seu médico e reservado um leito no hospital local, você receberá de uma maneira geral a garantia de que tudo está se desenvolvendo normalmente.

A primeira visita

Sua primeira visita envolve uma revisão abrangente de sua saúde desde a infância até o momento em que você ficou grávida. Ocasionalmente, as mulheres podem sofrer de certos distúrbios médicos dos quais elas não têm conhecimento – tais como pressão sanguínea elevada, diabetes e doença dos rins. É importante que esses problemas sejam identificados no estágio inicial, já que podem influenciar seriamente o curso da gravidez.

O médico e a parteira² também desejarão saber sobre todos os seus problemas de saúde anteriores, assim como discutir suas circunstâncias sociais. Nós sabemos que as condições sociais podem influenciar o resultado da gravidez. Por essa razão, eles lhe perguntarão detalhes sobre sua moradia, assim como seu emprego atual. Além disso, eles precisarão saber se você fuma, bebe álcool, ou está tomando algum tipo de medicamento que tenha sido prescrito por seu médico ou por farmacêuticos. Todas essas substâncias às vezes podem afetar o desenvolvimento de um bebê.

Exame

Você será pesada, de forma que o seu ganho de peso subsequente possa ser avaliado. Sua altura será medida, já que as mulheres pequenas em geral têm a pélvis ligeiramente menor do que as mulheres altas – o que não é surpreendente. Um exame físico completo será então realizado e incluirá a observação de seus seios, do coração, dos pulmões, da pressão sanguínea, do abdome e da pélvis.

O propósito desse exame é identificar quaisquer anormalidades que possam estar presentes, mesmo que nunca lhe tenham causado quaisquer problemas. Um exame vaginal permitirá que a pélvis seja avaliada, a fim de verificar as condições do útero, da cérvix e da vagina. Uma lâmina cervical é também frequentemente colhida nesse momento para excluir qualquer mudança pré-cancerígena inicial que, embora rara, possa estar presente.

Começaremos analisando certos aspectos da coesão textual e da estrutura frasal nesse exemplo; este procedimento nos fornecerá um meio de olhar para a espécie de argumentação que é usada e a espécie de padrões de racionalidade que ela pressupõe; isso, por sua vez, nos dará alguma percepção dos tipos de identidade social que são construídos no texto, em particular, a voz médico-científica e o *ethos* que ela contém.

² Na Inglaterra, as parteiras são reconhecidas e integradas ao Sistema Nacional de Saúde. (N. da T.)

Vamos começar com a maneira em que os períodos são construídos na seção intitulada "Exame", que consiste em dois parágrafos, cada um com três períodos. Com exceção do último período do primeiro parágrafo e do primeiro período do segundo parágrafo, cada período consiste em duas orações (isto é, são orações simples: ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como texto") ligadas por uma conjunção que indica propósito ou razão. Esquemáticamente,

oração 1 para que/desde que/a fim de que/para oração 2

Mesmo as duas exceções se adequam parcialmente a esse padrão, porque a conexão entre elas é a de propósito: o primeiro período do segundo parágrafo começa com "O propósito disso é", sendo que 'disso' se refere acima ao último período do primeiro parágrafo. De fato, o padrão de períodos ligados em termos de propósito ou razão, tanto quanto as orações nos períodos, é repetido em todo o exemplo. A mensagem que é transmitida é de segurança: tudo o que acontece durante a assistência pré-natal acontece por uma boa razão. Fica claro quem recebe essa segurança, mas o que não é muito claro é precisamente quem está fornecendo a segurança.

Vamos tentar estabelecer isso examinando os participantes: aqueles que estão participando nesse texto como parte de uma prática discursiva, e aqueles que participam dos processos de assistência pré-natal que estão sendo descritos. Os primeiros são (1) leitores do texto, na maioria dos casos sujeitos à assistência pré-natal (como as mulheres grávidas) ou participantes envolvidos diretamente (como parceiros); e (2) os produtores do texto: nenhum autor é identificado, mas um organizador (um professor de obstetria e ginecologia) e uma equipe editorial são citados. Os participantes na assistência pré-natal são (1) as mulheres grávidas, e (2) o corpo médico. A relação entre os leitores como participantes do discurso e as mulheres como participantes da assistência pré-natal é óbvia: a maioria dos primeiros são os que provavelmente estarão no segundo grupo. A relação entre os produtores do texto e os participantes da assistência pré-natal é bem menos óbvia: em princípio, os produtores do texto poderiam adotar tanto a perspectiva das mulheres grávidas como a do corpo médico, ou nem uma nem outra.

Nesse caso, os produtores do texto estão claramente identificados com o corpo médico. A evidência mais explícita disso está no segundo parágrafo da seção intitulada "A primeira visita". O primeiro e o terceiro períodos desse parágrafo prevêm que o corpo médico 'desejará saber' e 'perguntar'. O segundo período é uma explicação sobre o porquê das perguntas, mas o conhecimento científico no qual o corpo médico baseia suas práticas é significativamente traduzido por palavras como o que 'nós' sabemos: esse 'nós' marca a ligação entre os produtores do texto como participantes no processo discursivo e o corpo médico como participante do processo de assistência pré-natal.

Há, no entanto, um exemplo de distanciamento entre os dois, no segundo período do primeiro parágrafo sob o título "Exame": o comentário acrescentado "o que não é surpreendente" surge como a voz do mundo da vida do futuro paciente, ou mesmo do corpo médico em sua condição não-profissional (relembre a discussão de Mishler sobre vozes do mundo da vida em sua análise do exemplo do discurso médico analisado anteriormente – ver, no Capítulo 5, o item "Exemplo 1: Entrevista médica 'padrão'"). Mas note o contraste nas vozes entre o comentário e a segunda oração do período ("já que as mulheres pequenas em geral têm a pélvis ligeiramente menor do que as mulheres altas"), o que é uma oração explicativa. A oração está na voz médica: 'pélvis' é um termo médico, a oração consiste em uma afirmação com autoridade, que nós consideramos estar baseada na evidência médico-científica. Ela é também de longe a mais típica do exemplo como um todo: a maioria das orações explicativas está na voz médica. O abrandamento da afirmação ("em geral") é interessante: de um lado, sua indeterminação sugere uma mudança para a voz do mundo da vida, enquanto por outro lado marca o *ethos* cuidadoso e circunspecto que nós associamos com a medicina científica.

Claramente, quem dá segurança é o corpo médico. As orações explicativas ou de propósito, consistentemente apresentadas na voz da medicina, dão a espécie de racionalização e argumentação que se pode esperar do corpo médico, o que contribui para a construção do *ethos* médico-científico (ver, no Capítulo 5, o item "Exemplo 1:

Entrevista médica 'padrão') no extrato. Compare o seguinte extrato de *O livro da gravidez*:

Durante toda a sua gravidez você terá exames regulares. Isso é para ter certeza de que tanto você como o bebê estão bem e com saúde, para verificar se o bebê está se desenvolvendo apropriadamente e, tanto quanto possível, prevenir alguma coisa de errado... (o *itálico* é meu)

As expressões em *itálico* são evidentemente mais próximas da voz do mundo da vida do que as equivalentes em *O livro do bebê*, mas considero, no entanto, que há uma ambivalência de voz em *O livro da gravidez*. A razão é que o corpo médico frequentemente muda parcialmente para uma voz do mundo da vida quando fala com os pacientes (lembre do exemplo 2 anterior, Capítulo 5, "Exemplo 2: Entrevista médica 'alternativa'"), e o trecho em *itálico* poderia ter sido usado pelo corpo médico. Portanto, permanece pouco claro se o(a) produtor(a) de *O livro da gravidez* está escrevendo da perspectiva da paciente ou da perspectiva (de uma posição 'modernizante') do corpo médico.

Outras evidências de uma fusão dos produtores do texto com o corpo médico no extrato de *O livro do bebê* estão na sua modalidade (ver, no Capítulo 5, o item "Modalidade"). No primeiro parágrafo da seção intitulada "Exame", todos os três períodos são modalizados com o futuro simples (*will* em inglês), o que constrói um sentido de predição categórica – "isso é o que acontecerá" (*will happen*) – e sugere que o produtor do texto está escrevendo de uma posição com conhecimento interno. Da mesma forma, com o verbo poder (*can* em inglês, uma possibilidade mais categórica), isto é, "essas substâncias às vezes podem afetar...", ou com uma forma mais abrandada para o verbo poder (em inglês *may*, que sugere apenas uma possibilidade), "qualquer mudança pré-cancerígena inicial, embora rara, possa estar presente", nas quais o produtor do texto faz afirmações especializadas sobre possibilidades médicas. Os advérbios de frequência ('algumas vezes', 'raramente') reforçam a idéia de autoridade dessas afirmações. Note também "é importante para" (período de abertura do segundo parágrafo) e 'inevitavel-

mente' (segundo período do primeiro parágrafo). O uso de vocabulário técnico médico (por exemplo, 'pré-cancerígena') reforça o efeito de conhecimento prévio.

Em suma, uma análise da coesão nesse exemplo permite que se observe o seu modo de argumentação e de racionalidade e, assim, permite a observação de como a voz e o *ethos* médico-científico estão construídos no texto. Generalizando com base nesse exemplo, os tipos de texto diferem nas formas de relação que são estabelecidas entre suas orações e nas formas de coesão que essas relações favorecem, e essas diferenças podem ter significação cultural ou ideológica. Essas diferenças de coesão combinam-se com outras para marcar as diferenças na textura geral dos tipos de texto (Halliday, 1985: 313-318), no modo geral de estruturar as orações em um texto. Outras dimensões de variação incluem o tema, discutido na próxima seção, os meios pelos quais a informação dada (apresentada pelo(a) produtor(a) do texto como já conhecida ou estabelecida) se distingue da informação nova (Halliday, 1985: 271-286; Quirk *et al.*, 1972: 237-243), e os meios de pôr em primeiro plano ou em plano de fundo partes específicas do texto (Hoey, 1983). Um aspecto da mudança discursiva que é talvez menos óbvio do que os outros, mas que pode valer à pena investigar, é a mudança na textura e na coesão: será o caso, por exemplo, de investigar que tipos de informação pública colonizada pela propaganda (um exemplo é a publicidade governamental em questões como a Aids) manifestam mudanças nesses aspectos, e, se assim for, como essas mudanças poderiam ser ligadas a outras que ocorrem nos modos de racionalidade e de *ethos*.

Numa passagem já citada, Foucault refere-se a

vários esquemas retóricos, de acordo com os quais os grupos de enunciados podem ser combinados (como as descrições, as deduções, as definições, cuja sucessão caracteriza a arquitetura de um texto, estão ligadas) (1972: 57).

Num primeiro nível, a análise da coesão focaliza as relações funcionais entre as orações, e pode ser usada para investigar os 'esquemas retóricos' em vários tipos de texto. Por exemplo, no extrato de

O livro do bebê, um padrão predominante é a descrição (do que acontecerá a uma mulher grávida) seguida de uma explicação (das razões médicas para isso). O seguinte extrato, a abertura de um anúncio de revista, é estruturado de forma bem diferente:

Considere por um momento por que os diplomatas e os diretores de empresas em todo o mundo preferem viajar na classe S. Talvez seja porque o carro-chefe da Mercedes-Benz transporta presença sem exibir ostentação. Sua elegância completa o estilo daqueles que nada precisam provar (*Sunday Times Magazine*, 21 de janeiro de 1990).

O anúncio se inicia com uma seqüência de pergunta e resposta, ou mais precisamente uma pergunta indireta (um pedido ao leitor para considerar uma pergunta) seguida por uma possível resposta sugerida (em dois períodos); esse é um esquema retórico largamente usado na publicidade. É provável que diferentes modos retóricos, tais como tipos de narrativa, sejam distintos nos esquemas usados.

Halliday (1985: 202-227) fornece um arcabouço teórico detalhado para analisar alguns tipos importantes de relação funcional entre as orações (ver também Hoey, 1983), embora isso não inclua a relação pergunta-resposta do último extrato. Uma versão do mesmo modelo teórico pode ser usada para relações funcionais entre períodos inteiros (p. 303-309). Em resumo, Halliday distingue os três tipos principais de relação entre orações, como 'elaboração', 'extensão' e 'realce'. Na elaboração, uma oração (período) "elabora o sentido de outra oração por meio de uma maior especificação ou de descrição desta outra oração", ou seja, reformulando-a, exemplificando-a ou esclarecendo-lhe o sentido. Um exemplo desse processo é o último período do segundo parágrafo do texto sobre assistência pré-natal, começando com "Mais particularmente". Na extensão, uma oração (período) "expande o sentido de outra acrescentando-lhe alguma coisa nova". A extensão pode ser uma questão de adição (marcada por 'e', 'além disso', etc.), de relação adversativa (marcada por 'mas', 'porém', 'contudo', etc.), ou de variação (marcada por 'ou', 'alternativamente', 'em vez de', etc.). Na relação de realce, uma oração (período) "realça o signifi-

cado de outra, qualificando-a de várias maneiras possíveis: pela referência ao tempo, ao lugar, ao modo, à causa ou à condição". As principais relações entre orações e períodos aqui são relações temporais (A então B, A depois de B, A quando B, A enquanto B, etc. – considerando-se A e B orações ou períodos); relações causais (tais como relações de razão ou propósito identificadas na análise de *O livro do bebê*); relações condicionais (se A então B); relações espaciais (A onde B); e comparações (A como B, A da mesma forma B).

Uma variável importante entre tipos de texto é a medida em que relações entre orações e períodos são marcadas explicitamente. Uma diferença entre *O livro do bebê* e *O livro da gravidez* é que as relações causais (razões e propósitos) são geralmente mais explicitamente marcadas no primeiro – há, por exemplo, mais conjunções como 'para que' ou 'desde que' –, e essa explicitude parece contribuir para chamar atenção para o domínio claro da voz e do *ethos* médico-científico no primeiro livreto.

Essa variação na explicitude também aponta para a necessidade de distinguir dois níveis na análise da coesão: a análise das relações funcionais coesivas, tais como as descritas anteriormente, e a análise dos marcadores coesivos explícitos na superfície do texto, tais como as conjunções referidas. Estas últimas também merecem atenção, não apenas para determinar em que medida as relações funcionais são marcadas explicitamente, mas também porque há diferenças significativas entre os tipos de texto nos tipos de marcadores que eles tendem a favorecer. Halliday (1985: 288-289) distingue quatro tipos principais de marcação coesiva de superfície: 'referência', 'elipse', 'conjunção' e 'coesão lexical'. Novamente, posso fazer apenas uma apresentação rápida desses tipos de coesão. Referência é quando o texto se refere a uma parte anterior ou quando antecipa parte do texto que está adiante, ou para o exterior, a situação ou o contexto cultural mais amplo do texto, usando-se itens, tais como pronomes pessoais, demonstrativos, e artigos definidos. A elipse elimina material que é recuperável de outra parte do texto, ou o substitui por outra palavra, realizando um elo coesivo entre as duas partes do texto (por exemplo, a elipse de 'espada' na segunda parte desta troca: "Por que você não en-

trou com espada?" – "Eu não tinha."). A conjunção já foi bastante detalhada: é a coesão com palavras e expressões conjuntivas, incluindo aquelas que são tradicionalmente chamadas 'conjunções' ('desde', 'se', 'e', etc.), assim como 'adjuntos conjuntivos' (Halliday, 1985: 303) ou 'conjuntos' (Quirk *et al.*, 1972: 520-532), tais como 'portanto', 'além disso', 'em outras palavras'. Já a coesão lexical é a coesão por meio da repetição de palavras, da ligação de palavras e expressões em relações de sentido (ver Leech, 1981), tais como a sinonímia (mesmo sentido) ou a hiponímia (onde o sentido de um 'inclui' o sentido de outro), ou a ligação de palavras e expressões que 'se colocam' (Halliday, 1966), isto é, que pertencem ao mesmo domínio semântico e tendem a co-ocorrerem (por exemplo, 'cachimbo', 'fumaça', 'fumo').

Seria um equívoco considerar esses tipos de marcação coesiva de superfície simplesmente como propriedades objetivas dos textos. Os marcadores coesivos têm de ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos (ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva"); a coesão é um fator na coerência. Por exemplo, não se pode especificar que itens lexicais num texto se colocam sem considerar as interpretações dos intérpretes desses textos, isto é, entre quais itens os intérpretes realmente discernem as relações. Contudo, os marcadores coesivos também precisam ser considerados dinamicamente da perspectiva do produtor do texto: os produtores de texto estabelecem ativamente relações coesivas de tipos particulares no processo de posicionar o(a) intérprete como sujeito. Conseqüentemente, a coesão considerada nesses termos dinâmicos pode tornar-se um modo significativo de trabalho ideológico levado a cabo num texto.

O anúncio de revista apresentado anteriormente (neste item) ilustra esses pontos. Uma interpretação coerente dessa passagem depende de bastante trabalho inferencial, centrado na reconstrução das ligações coesivas colocacionais estabelecidas pelo(a) produtor(a) do texto – entre "diplomatas e diretores de empresas", "transporta presença sem exhibir ostentação", e "o comportamento daqueles que nada precisam provar". Isto é, pode-se dar sentido ao texto assumindo-se que o transporte de presença sem exhibir ostentação é

uma característica de diplomatas e diretores de empresas (transferida aqui para o carro), e que diplomatas e diretores de empresas possuem 'estilo' e nada precisam provar. Note-se que essas relações colocacionais não são as que poderiam ser encontradas num dicionário (diferentemente, por exemplo, da relação entre 'cachorro' e 'latido'); elas são estabelecidas no texto pelo(a) produtor(a) do texto. Ao estabelecê-las, o(a) produtor(a) pressupõe também um(a) intérprete que é 'capaz' de perceber essas relações colocacionais; e, na medida que os intérpretes são localizados com sucesso nessa posição, o texto é eficaz no trabalho ideológico de construção dos sujeitos para os quais essas conexões são senso comum (ver a discussão sobre sujeição no Capítulo 3, item "Discurso como prática social: ideologia e hegemonia", e no Capítulo 4, item "Intertextualidade, coerência e sujeitos").

Transitividade e tema

A dimensão ideacional da gramática da oração (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso"), usualmente referida na lingüística sistêmica como transitividade (Halliday, 1985: Capítulo 5), lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos ('participante' aqui significa elementos em orações). Como indiquei no Capítulo 1, a transitividade recebe muita atenção em análises por parte da lingüística crítica (ver Fowler *et al.*, 1979; Kress e Hodge, 1979; Kress, 1988; Hodge e Kress, 1988). Dois tipos principais de processos são processos relacionais, onde o verbo marca uma relação (ser, ter, tornar-se) entre os participantes, e processos de ação, onde um agente age em direção a um objetivo. Também falarei um pouco nesta seção sobre tema, uma dimensão textual da gramática da oração dedicada aos modos pelos quais os elementos da oração são posicionados de acordo com a sua proeminência informacional.

Uma coisa a notar sobre o tipo de processo de ação no extrato do livreto sobre assistência pré-natal é que as mulheres grávidas raramente são referidas como agentes. Os agentes em processos de ação são em geral o corpo médico (em muitos casos de forma im-

pública, porque a oração é passiva e o agente é omitido – por exemplo, “você será pesada”), ou entidades não-humanas (por exemplo, ‘condições sociais’ e ‘substâncias’, no segundo parágrafo sob o título “Sua primeira visita”). Inversamente, as mulheres grávidas ou suas características físicas (‘você’, ‘sua altura’) quase sempre ocorrem como objetivos em orações de ação. Também cabe lembrar que você (referindo-se a mulheres grávidas) raramente ocorre na posição inicial, informacionalmente importante, da oração, como o seu ‘tema’ (ver mais adiante).

O *livro da gravidez* é diferente nesses aspectos. Ele contém muitos processos de ação com ‘você’ na função de agente, e muitas de suas orações têm ‘você’ como tema. Por exemplo:

Você provavelmente desejará fazer muitas perguntas – sobre assistência pré-natal, sobre o hospital, sobre sua gravidez. Você pode também querer dizer algo sobre o que você espera na gravidez e na hora do parto. Conte à parteira qualquer coisa que você ache importante. Escreva com antecedência as coisas que você quer perguntar ou dizer.

‘Você’ é o agente de ‘desejará’, ‘fazer’, ‘querer’, ‘dizer’ e, implicitamente, de ‘conte’ e ‘escreva’; e ‘você’ é o tema em cinco orações (incluindo orações dependentes, tais como “o que você espera na gravidez e na hora do parto”). Poderíamos dizer que é também um tema implícito nos imperativos ‘conte’ e ‘escreva’. O caso de ‘você’ em negrito sublinha a centralidade de ‘você’ em *O livro da gravidez*, em contraste com a descentralização das mulheres em *O livro do bebê*. No último, a proporção relativamente alta de passivas sem agente, onde o agente implícito é um membro do corpo médico, combinada com modalidades categoricamente previsíveis a que me referi na última seção (“você será pesada” combina as duas características), constrói o sentido de mulheres grávidas sendo sujeitas a procedimentos anônimos e invariáveis. A tematização de ‘você’ em *O livro da gravidez* mostra novamente que ele adota (mesmo que ambivalentemente, como sugeri na última seção) a perspectiva das mulheres grávidas, enquanto a perspectiva em *O livro do bebê* é claramente a do corpo médico.

Uma característica final de transitividade é o grau de nominalização no exemplo. A nominalização é a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano – o tempo e a modalidade não são indicados – além de usualmente não especificar os participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos. A linguagem médica, científica ou técnica favorece a nominalização, mas ela pode ser abstrata, ameaçadora ou mistificadora para pessoas leigas, como os leitores desse exemplo. Há um grande número de nominalizações em *O livro do bebê*; alguns exemplos na subseção “A primeira visita” são: “uma revisão abrangente de sua saúde”, “distúrbios médicos”, “doença dos rins”, “seus problemas de saúde anteriores”, “o resultado da gravidez”, “o desenvolvimento do bebê”. A alta frequência de nominalizações é uma outra indicação de como este texto está reproduzindo uma voz médica.

Discuto agora as questões levantadas por esse exemplo, em termos mais gerais, começando pela transitividade, passando em seguida para a voz (ativa *versus* passiva), a nominalização e o tema.

Existem processos e participantes na realidade, animados e inanimados, e existem processos e participantes na linguagem, mas não podemos simplesmente extrapolar da natureza de um processo real para a forma como ele é significado linguisticamente. Ao contrário, um processo real pode ser significado linguisticamente numa variedade de formas, de acordo com a perspectiva em que ele é interpretado. Uma língua diferencia um pequeno número de tipos de processo e tipos de participantes associados, e a significação de um processo real é uma questão de assimilá-lo em um desses tipos. Uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular.

Os principais tipos de processos em inglês são: ‘ação’, ‘evento’, ‘relacional’ e ‘mental’. Já me referi aos processos relacionais e de ação anteriormente. Dois tipos de processos de ação podem ser distinguidos: ‘ações dirigidas’ e ‘ações não-dirigidas’. A ação dirigida é o tipo que identifiquei em *O livro do bebê*, onde um agente

age em direção a um objetivo. Ela geralmente se concretiza – ou se manifesta na superfície do texto – como uma oração transitiva (sujeito-verbo-objeto), por exemplo: “a polícia atirou em cem manifestantes”. A ação não-dirigida envolve um agente e uma ação, mas nenhum objetivo (explícito), e geralmente ela se concretiza como uma oração intransitiva (sujeito-verbo), como “a polícia estava atirando”. Os processos de evento envolvem um evento e um objetivo e também geralmente se concretizam como orações intransitivas, tal como “cem manifestantes morreram”. As orações de ação não-dirigida e as orações de evento não são sempre facilmente distinguíveis, mas elas diferem em termos das perguntas que podem ser feitas com mais naturalidade: a ação não-dirigida está mais naturalmente ligada à pergunta “O que x (= o agente) fez?”, e o evento à pergunta: “O que aconteceu a x (= o objetivo)?”. Os processos relacionais envolvem relações entre entidades ligadas a ser, tornar-se ou ter (posse), por exemplo, “cem manifestantes estão mortos”. Finalmente, os processos mentais são cognitivos (verbos como ‘saber’, ‘pensar’), perceptivos (‘ouvir’, ‘notar’) e afetivos (‘gostar’, ‘temer’). Eles geralmente se concretizam como orações transitivas (por exemplo, “os manifestantes temiam a polícia”), envolvendo o que Halliday chama um *senser* (“aquele que sente”) (“os manifestantes” neste caso – a entidade que vivencia o processo mental), e um ‘fenômeno’ (“a polícia” neste caso – o alvo ou a fonte dessa experiência).

A escolha do tipo de processo para significar um processo real pode ter significação cultural, política ou ideológica, como sugeriu anteriormente. Halliday fornece um exemplo literário de sua significação cultural em um estudo sobre o livro *Os herdeiros*, de William Golding (Halliday, 1971). Ele mostra como a perspectiva de Lok (homem de Neanderthal) é significada no romance com processos de eventos, com a consequência de que as ‘ações dirigidas’ e as relações de agência e causalidade associadas a elas não podem ser representadas. Isso registra o primitivismo cultural de Lok e sua inabilidade de construir um sentido das ações do Povo (*Homo sapiens*).

Alguns dos exemplos ilustrativos usados anteriormente (“a polícia atirou em cem manifestantes”, “cem manifestantes morreram”, “cem manifestantes estão mortos”) sugerem uma possível signifi-

cação política e ideológica na escolha do tipo de processo. Por exemplo, uma questão que é sempre importante é se agência, causalidade e responsabilidade são tornadas explícitas ou deixadas vagas nos relatos de eventos importantes na mídia. Os exemplos anteriores evocam uma categoria de eventos onde essa questão se apresenta constantemente: violência e morte violenta. Assim, Trew (1979) mostra que a orientação política de um jornal determina a escolha de tipos de processo para significar mortes durante manifestações políticas na África do Sul e, desta maneira, determina se a responsabilidade pelas mortes é atribuída explicitamente e a quem é atribuída. Da mesma forma, guerras, desemprego, declínio industrial e acidentes industriais são significados algumas vezes como eventos que apenas ocorrem, e em outras vezes como ações com agentes responsáveis. Essas alternativas podem ser um foco de luta política e ideológica. O mesmo é verdade para a significação de processos de assistência pré-natal no exemplo anterior, e a questão de saber se as mulheres grávidas são representadas como agentes de ações ou apenas objetos de ações.

A forma gramatical de uma oração não é sempre um guia objetivo para o seu tipo de processo; existem casos, por exemplo, do que Halliday chama ‘metáforas gramaticais’ (1985: Capítulo 10), quando um tipo de processo assume a realização gramatical típica de outro. Estes são alguns extratos de uma reportagem do jornal comunista britânico *The Morning Star*: “Grandes manifestações estimulam a briga pelo Serviço de Saúde” (manchete); “trabalhadores e colegas da saúde fizeram manifestações e comícios, marcharam e fizeram piquetes, panfletaram e recolheram assinaturas em abaixo assinados”; “O Parlamento foi atingido por centenas de nortistas”. Essas são aparentemente orações de ação que dão a forte impressão de atividade com propósito. A primeira e a terceira são orações transitivas (sujeito-verbo-objeto), a realização típica de ação dirigida, mas pode-se considerá-las como alternativas metafóricas para, por exemplo, “muitas pessoas fizeram manifestações, e isso ajuda os que lutam pelos serviços de saúde”, e “centenas de nortistas realizaram um lobby no Parlamento”. A segunda oração consiste em uma série de orações de ação aparentemente não-dirigidas, que novamente podem ser consideradas como metáforas (para

“participaram das manifestações”, “realizaram comícios”, etc.). Nesse caso, há uma clara motivação para a metáfora gramatical na posição política do jornal.

Uma variável adicional nas orações de ação dirigida é a ‘voz’, que tanto pode ser ativa como passiva (Quirk *et al.*, 1972: 801-811; Halliday, 1985: Capítulo 5). Numa oração passiva, o objeto é sujeito e o agente é agente da passiva (uma estrutura que começa com ‘por’) ou é omitido (exemplos com ou sem agente de *O livro do bebê* são “a assistência pré-natal será fornecida por seu hospital local ou por seu clínico geral” e “sua altura será medida”). Ativa é a escolha não-marcada, a forma selecionada quando não há razões específicas para escolher a passiva. E as motivações para escolher a voz passiva são várias. Uma é que ela permite a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Uma outra razão política ou ideológica para uma passiva sem agente pode ser a de ofuscar a agência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade (compare “a polícia atirou em cem manifestantes” com “cem manifestantes foram mortos”). As passivas são também motivadas por considerações relacionadas com a função textual da oração. A voz passiva muda o objeto para a posição inicial de ‘tema’, o que usualmente significa apresentá-lo como informação já ‘dada’ ou conhecida; a passiva também muda o agente, se não o omite, para a posição proeminente no final da oração onde em geral encontramos a informação nova. Por exemplo, em “a assistência pré-natal será fornecida por seu hospital local ou por seu clínico geral”, a ‘assistência pré-natal’ é uma informação dada – é o tema do extrato inteiro –, e a informação nova é quem a fornece, com o agente (de fato duas alternativas) na posição de informação nova. Veja mais sobre ‘tema’ adiante.

A nominalização divide com a voz passiva a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lo. As duas trabalham na mesma direção em “um exame físico completo será então realizado”: como observei anteriormente, a combinação da passiva sem agente e da modalidade categórica de futuro reforça a voz médico-científica no livreto, construindo o sentido de mulheres sujeitas a procedimentos anônimos e invariáveis, e a nomi-

nalização (“um exame físico completo”) – sem um agente identificado – fortalece isso. As nominalizações podem também envolver a omissão de outros participantes além dos agentes; por exemplo, tanto o agente como o objeto são omitidos de ‘exames’ e ‘testes’ em “isso envolve uma série de exames e testes durante todo o curso da sua gravidez”.

A nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas. Por exemplo, uma coisa é se referir a processos concretos na gravidez que podem não estar se desenvolvendo normalmente; outra é se referir a estes identificando-os como “quaisquer anormalidades que possam estar presentes”, o que cria uma nova categoria de entidades abstratas. A criação de novas entidades é uma característica da nominalização que tem considerável importância cultural e ideológica. Por exemplo, um anúncio de cirurgia cosmética tem o título “Boa aparência pode durar a vida inteira!”; ‘boa aparência’ é uma nominalização (de processos relacionais concretos, tal como “você tem boa aparência!”) que transforma uma condição local e temporária num estado inerente ou numa propriedade, a qual pode então tornar-se ela própria o foco da atenção cultural e da manipulação (a boa aparência pode, por exemplo, ser cultivada, realçada, cuidada; dela se diz que traz às pessoas boa sorte, torna-as felizes, ou lhes causa problemas). Conseqüentemente, pode-se encontrar nominalizações em si desempenhando o papel de objetos e mesmo de agentes de processos. (Para uma discussão maior das propriedades da nominalização, ver Kress e Hodge, 1979: Capítulo 2.)

Já me referi a ‘tema’ ao discutir as motivações para escolher orações passivas. O tema é a parte inicial da oração, e a parte final referida algumas vezes como ‘rema’ (Quirk *et al.*, 1972: 945-955; Halliday, 1985, Capítulo 3). Analisar as orações nesses termos significa examinar suas funções textuais (ver, no Capítulo 3, o item “Discurso como texto”) e como elas estruturam a ‘informação’ num sentido geral. O tema é o ponto de partida do(a) produtor(a) do texto numa oração e geralmente corresponde ao que pode ser considerado (o que não significa que realmente seja) ‘informação dada’, isto é, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto.

Examinar o que tende a ser selecionado como tema em diferentes tipos de texto pode jogar luz sobre os pressupostos de senso comum a respeito da ordem social e das estratégias retóricas. Vamos considerar, primeiro, os pressupostos de senso comum. A escolha 'não marcada' do tema numa oração declarativa (uma afirmativa) é o sujeito da oração; essa é a escolha feita se não há razão especial para escolher alguma outra coisa. Na subseção do extrato de *O livro do bebê* intitulada "Exame", por exemplo, temos uma seqüência de temas (uma 'estrutura temática') nas principais orações dos períodos, o que mostra a agenda com a qual o corpo médico está trabalhando ('sua altura', 'um exame físico completo', 'um exame vaginal', 'um esfregaço cervical'), e indica pressupostos de senso comum sobre rotinas do exame. A primeira oração do segundo parágrafo, com o tema 'o propósito desse exame', é bem diferente e mostra outro aspecto do potencial do tema: a existência de construções gramaticais que permitem que elementos particulares sejam 'tematizados'. Nesse caso, é a própria explicação que é tematizada.

As escolhas marcadas do tema são freqüentemente interessantes pelo que elas mostram não apenas sobre os pressupostos de senso comum, mas também sobre as estratégias retóricas. Um exemplo é o segundo período do extrato de *O livro do bebê*, começando por "Inevitavelmente, portanto, isso envolve...". 'Inevitavelmente' e 'portanto' são adjuntos (Quirk *et al.*, 1972: 420-506), funcionando como temas marcados. Fazer dos elementos temas marcados é uma forma de pô-los em primeiro plano, e o que é posto em primeiro plano aqui é a racionalidade da assistência pré-natal; como indiquei na última seção, essa é uma preocupação que também dá o sentido de coesão no extrato. Um caso bem diferente é o segundo período da subseção intitulada "A primeira visita". O tema aqui é 'ocasionalmente', e sua colocação em primeiro plano é uma ilustração de uma preocupação fundamental na assistência pré-natal em antecipar e acalmar temores que se apresentam freqüentemente de forma paternalista.

Resumindo, então, sempre vale a pena observar o que é posto inicialmente nas orações e nos períodos, porque isso pode jogar luz sobre pressupostos e estratégias que não são tornados explícitos.

Concluo esta seção com uma análise de um exemplo breve que mostra como a seleção de tipos de processo, nominalização e tema interagem nos textos. O texto seguinte foi extraído de um anúncio do Fórum Nuclear Britânico:

Podemos Seriamente Atender nossas Demandas de Energia sem a Energia Nuclear?

O consumo de energia em todo o mundo cresceu vinte vezes desde 1850. Há uma perspectiva de que a demanda de energia nas nações industriais poderia mesmo triplicar nos próximos trinta anos.

(*The Guardian*, 14 de agosto de 1990)

A primeira oração (a manchete) pode ser considerada como uma metáfora gramatical: é transitiva e parece uma oração de ação dirigida ('nós' como agente, "nossas demandas de energia" como objeto), mas pode ser considerada como uma construção metafórica de, por exemplo, "podemos produzir seriamente tanta energia como queremos usar sem a energia nuclear?". Na versão metafórica, temos uma nominalização ("nossas demandas de energia") como objeto, o que trata como uma entidade pressuposta o que seria uma asserção questionável (como "nós continuamos a querer mais energia"). Enquanto a asserção está aberta ao debate, a pressuposição não. Coisas semelhantes acontecem nos dois períodos seguintes, exceto que aqui as entidades pressupostas são também temas ('o consumo de energia em todo o mundo', 'a demanda de energia nas nações industriais' – a última é tema da oração subordinada introduzida por 'de que'), o que reforça sua posição de 'informação dada', informação que pode ser tomada como tácita. Assim, a metáfora gramatical, a nominalização e o tema conspiram

para pôr em segundo plano a questão principal que é se realmente necessitamos de tanta energia.

Significado das palavras

Como produtores ou intérpretes de textos, somos sempre confrontados com o que Raymond Williams chama 'grupos' de palavras e significados (Williams, 1976: 19), ao contrário de palavras e significados isolados, embora algumas vezes seja útil para propósitos analíticos focalizar uma única palavra, como faço a seguir. A relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções: as palavras têm tipicamente vários significados, e estes são 'lexicalizados' tipicamente de várias maneiras (embora isso seja um tanto enganoso, porque lexicalizações diferentes mudam o sentido: ver a próxima seção). Isso significa que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos.

Focalizarei aqui os significados das palavras e não a lexicalização de significados, mas farei o contrário nas duas seções seguintes. Como Williams aponta, há certas palavras-chave culturalmente em destaque que merecem ser focalizadas na pesquisa social; quero discutir um exemplo atual, a palavra 'empreendimento'. Usarei o termo significado-potencial para a gama de significados convencionalmente associados com a palavra, que um dicionário tentará representar. Os dicionários comumente estabelecem verbetes para as palavras de tal forma que implicam a seguinte concepção de significado: (i) o significado potencial é estável; (ii) o significado potencial é universal, no sentido de ser comum a todos os membros de uma comunidade de fala; (iii) os significados no interior

do significado potencial de uma palavra são descontínuos, isto é, claramente demarcados entre si; e (iv) os significados no interior do significado potencial de uma palavra estão numa relação de complementaridade (ou, ou um com o outro), e são mutuamente exclusivos.

Embora (i) e (iv) funcionem muito bem em alguns casos, eles são muito ilusórios em outros casos, especialmente onde palavras e significados estão envolvidos em processos de contestação e mudança social e cultural. Nesses casos, a relação palavra-significado pode mudar rapidamente, e assim muitos significados potenciais são instáveis, e isso pode envolver disputa entre atribuições conflitantes de significados e significados potenciais das palavras. (Como Pêcheux argumentou – ver, no Capítulo 1, o item "Pêcheux" – a variação semântica é uma faceta e um fator de conflito ideológico.) Além disso, a mudança e a contestação de significados resultam em mudanças na força e na clareza dos limites entre significados no interior do significado potencial da palavra, e, de fato, a contestação pode girar em torno desses limites. Ela pode girar também em torno da natureza da relação entre significados no interior do significado potencial da palavra, em torno do tipo de relação, se de complementaridade ou se, ao contrário, hierárquica, e, nesse caso, em torno de relações específicas de dominação e subordinação entre significados. Ilustrarei algumas dessas possibilidades adiante.

A evidência para esses modelos alternativos de significado potencial vem dos textos. O modelo do 'dicionário' se harmoniza com textos que são produzidos e interpretados com uma orientação normativa para o significado potencial, que trata este como um código a seguir ou de onde selecionar. Artigos e ensaios escritos por alunos de ciências podem ser bons exemplos. O modelo alternativo que seguem encontra apoio em textos com uma orientação criativa para o significado potencial que trata este como um recurso explorável e em mutação, como no exemplo a seguir. Os textos criativos são caracterizados por ambigüidades e ambivalências de significado e pelo jogo retórico com os significados potenciais das palavras. Os textos criativos usam necessariamente os significados potenciais como recursos, mas eles contribuem para deses-

trutar e reestruturá-los, incluindo a mudança de limites e de relações entre significados.

Examinarei agora como a palavra 'empreendimento' é usada nos discursos de Lord Young, ministro de Estado de Indústria e Comércio no governo Thatcher (1985-1988), e uma figura-chave na projeção de uma 'cultura empresarial' (ver Fairclough, 1990a, para detalhes dos discursos e mais análise). Já me referi a esse exemplo no Capítulo 4, para ilustrar as transformações intertextuais; minha preocupação aqui é especificamente com o termo como exemplo de aspectos do significado da palavra. Ele ilustra como o significado potencial pode ser ideológica e politicamente investido no curso da constituição discursiva de um conceito cultural chave.

As observações seguintes se referem a 'empreendimento' como um substantivo relacionado a 'massa' ou substantivo 'incontável', a espécie de substantivo que ocorre apenas na forma singular e sem artigo indefinido (Quirk *et al.*, 1972: 130). Empreendimento pode ser usado também como um substantivo contável (por exemplo, um empreendimento, empreendimentos). De acordo com o Dicionário de Oxford, empreendimento como um substantivo incontável tem três sentidos, aos quais me refiro como sentidos 'de atividade', 'de qualidade' e 'de negócio':

1. atividade: "envolvimento em empreendimentos árduos, corajosos e importantes";
2. qualidade: "disposição ou prontidão para envolver-se em empreendimentos difíceis, que envolvem risco ou perigo; espírito audacioso";
3. negócio: quando modificado por 'privado' ou 'livre', 'empreendimento privado'.

Refiro-me a esses sentidos coletivamente como o significado potencial de empreendimento. Existe também um contraste, no caso do sentido de qualidade, entre qualidades especificamente ligadas a atividade de negócios (por exemplo, a habilidade de ex-

plorar uma oportunidade de mercado) e qualidades pessoais mais gerais (por exemplo, o desejo de correr riscos).

Nos discursos de Young, empreendimento no seu sentido de negócio é usado geralmente sem os modificadores 'privado' ou 'livre'. Isso aumenta a ambivalência potencial de empreendimento: em princípio, qualquer ocorrência da palavra está aberta a ser interpretada em qualquer um dos três sentidos, ou em qualquer combinação destes. No entanto, embora muitas ocorrências de empreendimento sejam de fato ambivalentes e envolvam alguma combinação dos três sentidos, a ambivalência potencial é reduzida pelo contexto, incluindo o contexto verbal mais ou menos imediato no qual a palavra ocorre. O contexto verbal tem duas espécies de efeito. Primeiro, pode eliminar um ou mais sentidos. Segundo, pode conferir destaque relativo a um dos sentidos sem eliminar os outros. Os exemplos serão dados a seguir.

O significado potencial de empreendimento, e sua potencialidade para a ambivalência, constitui um recurso que é explorado estrategicamente nos discursos de Young. Discursos diferentes dão destaque a diferentes sentidos, não pela promoção de um sentido com a exclusão dos outros, mas pelo estabelecimento de configurações particulares de significados, hierarquias particulares de relações de saliência entre os sentidos de empreendimento, o que se pode considerar adequado a objetivos estratégicos maiores, contribuindo para a reavaliação de um setor de negócios privados um tanto desacreditado, por meio da associação de empreendimento privado com qualidades culturalmente valorizadas de 'espírito empreendedor'. Este é um exercício de interdiscursividade estratégica, na medida em que elementos diferentes do significado potencial da palavra são destacados em tipos diferentes de discurso.

Aqui está um exemplo de um discurso pronunciado em março de 1985: "A tarefa do governo (é) produzir um clima no qual a prosperidade é criada pelo empreendimento". Isso ocorre imediatamente após um parágrafo que se refere a negócio privado, o que torna saliente o sentido de negócio sem, entretanto, excluir os outros sentidos: poder-se-ia substituir empreendimento por qualquer das expressões 'empreendimento privado', 'atividade empresarial', 'indivíduos empreendedores', sem tornar a frase semanticamente

incongruente no seu contexto verbal. Em outros casos do mesmo discurso, as relações de saliência são estabelecidas mediante outros aspectos do contexto verbal – por exemplo, a ligação de empreendimento com outras expressões: “empreendimento de negócios e a tarefa de criação de riqueza” destaca o sentido de negócio, enquanto “iniciativa individual e empreendimento” destaca o sentido de qualidade, embora o contexto verbal precedente ponha esse sentido no final da escala das ‘qualidades de negócio’.

Um segundo discurso, pronunciado em julho de 1985, dirige-se aos empreendedores, e seu foco se reflete na forma como os sentidos de empreendimento são hierarquizados, com o sentido de qualidade tornando-se mais saliente. Esse destaque relativo é marcado sintaticamente em alguns casos por meio da ligação de empreendimento com expressões que isolam o sentido de qualidade: “perigoso para o empreendimento e o instinto para negócios dos indivíduos”, “encorajar os empreendimentos e encorajar os indivíduos empreendedores”. Mas é a parte da escala relacionada às qualidades de negócio que é mais proeminente, de forma que, como no primeiro discurso, a estruturação dos sentidos de empreendimento é dominada pelo sentido de negócio.

Um terceiro discurso foi pronunciado em novembro de 1987. O que merece destaque nesse discurso é o número de exemplos em que o contexto verbal reduz a ambivalência e impõe o sentido de qualidade: “aumentaram as habilidades e o espírito empreendedor dos indivíduos”, “reconhecer o profissionalismo e o empreendimento dos seus gerentes”, “usar os talentos e o senso para empreendimento do povo”. Em cada caso, o sentido de qualidade é imposto pela palavra empreendimento, coordenada com um substantivo que significa qualidades pessoais, e modificada por sintagmas preposicionais (‘dos indivíduos’, etc.) que atribuem empreendimento – como uma qualidade, naturalmente – a (categorias de) pessoas. Além disso, as qualidades referidas estão mais direcionadas à parte da escala sobre as qualidades pessoais gerais do que nos dois discursos anteriores. No entanto, isso é somente uma mudança relativa na saliência: uma proporção significativa de exemplos permanece ambivalente entre os três sentidos, e em alguns casos o contexto verbal ainda destaca o sentido de negócio

(por exemplo, “Todo o clima para criação de riquezas e empreendimento mudou”).

O movimento subjacente nos discursos caminha na direção de uma reestruturação do significado potencial de empreendimento que eleva o sentido de qualidade e a parte da escala de qualidade sobre qualidades pessoais gerais. Esse movimento em si é parte da evolução da estratégia empresarial dos Conservadores durante os primeiros dez anos do governo Thatcher. Na primeira parte desse período, o pressuposto era que uma cultura empresarial poderia ser criada principalmente por meio de medidas econômicas (tais como privatização, relaxamento de regulamentos que afetam a indústria, redução de impostos) e medidas políticas (tal como a redução do *status* das autoridades locais sobre a habitação e a educação superior). Aproximadamente na metade dos anos 1980, os ministros do governo começaram a pensar que o que era necessário era um conjunto de mudanças na “cultura e na psicologia” (nas palavras de Nigel Lawson). Eles começaram a projetar – por exemplo, mediante iniciativas do Ministério de Indústria e Comércio e mediante elementos de empreendimento na educação e no treinamento – modelos para a atividade empresarial e para o ‘eu’ empresarial que ainda estavam fundamentalmente ligados aos negócios, mas que destacavam conjuntos de qualidades empresariais (ver Morris, 1990, para uma análise detalhada dessas mudanças). A constante mudança de ênfase dentro da orientação para os negócios se reflete também na mescla heterogênea de sentidos para empreendimento a que aludi anteriormente ao falar sobre o terceiro discurso.

Há uma homologia entre a reestruturação estratégica de Young do significado potencial de empreendimento e a reestruturação das ordens de discurso que discuti no Capítulo 3 (item “Hegemonia”) em termos de um modelo hegemônico. E o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estruturação particular do seu significado potencial, é sem dúvida interpretável como uma forma de adquirir hegemonia. Podemos assim chamar o modelo que descrevi no começo desta seção de modelo hegemônico de significado de palavras. É um modelo que pode ser usado não apenas para analisar discursos políticos, mas

também para investigar o significado de palavras na educação, na publicidade, e assim por diante.

Criação de palavras

Nesta seção, passo ao segundo aspecto da natureza de 'muitos-para-um' da relação palavra-significado: a multiplicidade de meios de 'expressar com novas palavras' um significado ou, para usar o termo em inglês, *wording* (sobre *wording*, ver Mey, 1985: 166-168; sobre 'lexicalização', ver Halliday, 1978: 164-182). Como sugeri anteriormente (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como texto"), a perspectiva de estudo do vocabulário que focaliza a criação de palavras contrasta com a visão de vocabulário que tem por base o dicionário. Os dicionários fazem parte do aparato de padronização e codificação de línguas (Leith, 1983) e são sempre mais ou menos comprometidos com uma visão unitária da língua de uma comunidade e de seu vocabulário, que é, implicitamente, se não explicitamente, normativa: por isso, os dicionários tendem a apresentar as palavras dominantes e os significados das palavras como únicos.

Falar de "uma multiplicidade de meios de expressar um significado", no entanto, conduz ao entendimento equivocado de que os significados são atribuídos antes de serem postos em palavras de várias maneiras, e de que eles são estáveis em várias palavras. Seria mais produtivo dizer que há sempre formas alternativas de significar (Kristeva, 1986b) – de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica 'interpretar' de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular. Perspectivas diferentes sobre os domínios da experiência implicam formas diferentes de expressar essas experiências; é nesses termos que devemos considerar lexicalizações alternativas, tais como as palavras como influxo ou enchente usadas para expressar imigração de forma oposta a 'busca' de uma vida nova. No sentido real, então, quando se troca a palavra também se troca o significado (mas lembre de minhas reservas, Capítulo 3, item "Discurso", sobre a ênfase exagerada no processo ativo da significação/constituição da realidade de uma maneira que ignora a existência, e a resistência,

da realidade como um domínio pré-constituído de 'objetos' referidos no discurso).

Novas palavras geram novos 'itens lexicais' (Halliday, 1966), um termo técnico que é usado algumas vezes de preferência a palavras, porque esse último termo é usado para tantos propósitos diferentes, e porque item lexical captura a idéia de expressões que alcançaram um grau de fixidez e estabilidade. Um tipo de lexicalização que torna esse processo particularmente claro é a lexicalização que envolve o processo de nominalização. Por exemplo, a lexicalização de (1) a seguir tornou-se consolidada em um novo item lexical, 'despertar da consciência', em (2):

1. Eles realizaram encontros para encorajar as pessoas a se tornarem mais conscientes de suas vidas.
2. Eles realizaram sessões de despertar da consciência.

A criação de itens lexicais permite conceber as perspectivas particulares dos domínios da experiência segundo uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais abrangente. Em casos como esse, ela gera novas categorias culturalmente importantes. Os efeitos podem ser bem mais paroquiais. Um anúncio de uma clínica de cirurgia cosmética contém alguns itens lexicais (tais como 'remoção de olheiras', 'afinamento do nariz', 'melhoria de rugas' e 'correção de orelhas de abano'), que são ideologicamente significantes ao atribuir à cirurgia cosmética um vocabulário científico, e pelo menos a aparência de operar dentro de um domínio complexo; seu significado implícito é, portanto, o *status* prestigiado de uma terapia com base científica.

A multiplicidade de palavras pode ser considerada proveitosamente como um aspecto de intertextualidade. Nomear um domínio da experiência é equivalente a, no nível do vocabulário, constituir uma configuração particular de elementos intertextuais na produção de um texto. As diferenças no vocabulário de *O livro do bebê* e *O livro da gravidez* ilustram isso, como as explicações para a necessidade de esfregaço cervical: "para excluir qualquer mudança pré-cancerígena" (*O livro do bebê*), "para detectar mu-

danças iniciais na cervice que possam mais tarde conduzir ao câncer" (*O livro da gravidez*). Tanto 'pré-cancerígena' como 'excluir', do jeito como são usados aqui, pertencem ao discurso médico, enquanto "mudanças ... que poderiam mais tarde conduzir ao câncer" pertence ao discurso conversacional da vida cotidiana. Essas diferenças de vocabulário são parte das diferenças na intertextualidade dos dois livretos. Comentários semelhantes se aplicam a reportagens. No Exemplo 1 do Capítulo 4 (item "Reportagem de jornal"): a tradução no jornal britânico *The Sun* de 'traficantes' (de drogas) em 'passadores' e 'camelôs' é uma dimensão de uma configuração intertextual que está centrada na simulação de uma linguagem da vida cotidiana feita por esse jornal.³

Um outro exemplo vem de um artigo intitulado "O 'Estresse' e o homem de negócios: evite o 'estresse' para o sucesso da saúde" (Looker e Gregson, 1989), que ecoa a idéia corrente em gerenciamento de que a chave para o sucesso nos negócios contemporâneos são a qualidade e o comprometimento da força de trabalho (as pessoas como "recursos humanos", de acordo com o artigo).

INVISTA EM GERENCIAMENTO DE ESTRESSE

O gerenciamento do estresse facilita o uso de habilidades pessoais, o que, por sua vez, melhora o desempenho no trabalho e leva a um funcionamento e gerenciamento eficazes de qualquer organização. Um pequeno investimento em cursos e programas de gerenciamento de estresse pode ter um impacto decisivo na lucratividade de uma organização. Não há dúvida de que os maiores trunfos de uma organização são seus empregados, e são a saúde e o desempenho deles que aparecem no balanço geral no fim do dia. Assim, para ter saúde e sucesso, evite o estresse.

Um aspecto impressionante da configuração intertextual aqui é a mescla de gêneros discursivos: o gênero do artigo acadêmico e o gênero da publicidade (este último representado pelo *slogan* rimado no final do texto). Mas minha preocupação principal é com a configuração de discursos no exemplo (ver Capítulo 4, item "Interdiscursividade"). Primeiro, há um discurso de contabilidade,

³ O *The Sun* (*O Sol*) é um tablóide popular britânico. (N. da T.)

representado por palavras como 'trunfos' e 'recursos' para se referir a empregados. Segundo, há uma extensão de um discurso de gerenciamento organizacional do domínio das organizações para o domínio da pessoa, na expressão 'gerenciamento do estresse'. Em terceiro lugar, há um discurso de gerenciamento de pessoal, ele próprio incorporando a aplicação de um discurso tecnológico aos seres humanos (classificando as pessoas em termos de seu 'desempenho'), o que amplia o conceito de habilidade de seu uso mais tradicional de capacidade para o trabalho manual para capacidade não-manual mas tradicionalmente 'privada' ('habilidades pessoais').

Esse exemplo ilustra uma mudança importante que está ocorrendo nos locais de trabalho, uma mudança ligada aos avanços tecnológicos e a novos estilos de gerenciamento. As características pessoais dos empregados, que até bem pouco tempo eram consideradas privadas e fora do alcance legítimo de intervenção dos empregadores, são agora redefinidas como passíveis de intervenção. Assim, os problemas de estresse dos empregados se tornam uma preocupação legítima dos chefes de pessoal. Exemplos desse tipo são indicativos de tentativas de criação de um novo discurso de local de trabalho ligado a tais preocupações, recorrendo a uma gama de discursos que mais tradicionalmente pertencem ao local de trabalho (como o da contabilidade, do gerenciamento organizacional, da tecnologia e do gerenciamento de pessoal). Essa configuração de discursos se reflete em novas lexicalizações para os empregados, sua capacidade e seus problemas (de saúde).

É útil comparar as expressões de domínios particulares, de perspectivas particulares em termos da densidade relativa, isto é, em termos do número de lexicalizações diferentes (incluindo itens lexicais) que são geradas, muitas das quais serão quase sinônimos. Num ensaio importante, Halliday (1978) usa o termo 'superlexicalização' para a densidade de expressões de um domínio; usarei o termo 'superexpressão' (*overwording*). 'Superexpressão' é um sinal de 'preocupação intensa' apontando para as 'peculiaridades na ideologia' do grupo responsável por ela (Fowler *et al.*, 1979: 210). Um exemplo é o conjunto de palavras usadas para se referir à capacidade de linguagem no Relatório Kingman de 1988, sobre o ensino

de inglês nas escolas britânicas (Departamento de Educação e Ciência, 1988). As novas lexicalizações incluem: 'competência', 'eficácia', 'domínio', 'facilidade', 'especialidade' e 'habilidade'. Essa superexpressão parece estar ligada a uma preocupação no relatório com a projeção (ideológica) de uma visão de linguagem como um conjunto de habilidades técnicas determinadas que podem ser ensinadas e adquiridas de uma forma modular. É uma concepção de linguagem que enfatiza a produção e a interpretação convencional e adequada de aspectos ideacionais do significado (ver Fairclough e Ivanic, 1989).

Além da superexpressão, Halliday (1978) distingue 'reexpressão' (ou relexicalização, nos termos dele), isto é, a geração de novas palavras que são estabelecidas como alternativas às existentes, ou oposições a elas. O termo 'reexpressão' (*rewording*) é um rótulo útil para o caráter intertextual e dialógico do processo de criação de novas palavras. Edelman (1974) acentua a perspectiva que é subjacente às lexicalizações convencionais das práticas de tratamento psiquiátrico, ao reexpressá-las de uma forma oposta e hostil. O texto sobre gerenciamento do estresse anteriormente citado envolveu a relexicalização dos empregados e de sua capacidade e problemas para incorporá-los à esfera de gerenciamento de pessoal. No exemplo seguinte, a reexpressão pode ser considerada como parte da marquetização da educação:

O produto de preparação vocacional é em geral um programa. Seu planejamento e sua implementação são, portanto, partes centrais do processo de *marketing* e devem começar pelas necessidades dos fregueses e dos clientes potenciais e pelos benefícios que eles estão buscando (Unidade de Educação Contínua, 1987: 51).

Aqui, a reexpressão caminha junto com a reestruturação semântica que discuti na seção anterior. Note como 'planejamento' está subordinado explicitamente a '*marketing*' no segundo período, que é parte de um processo que resume o conceito de 'plano de curso' num sentido comercial mais abrangente da palavra 'plano'.

Metáfora

A metáfora tem sido considerada tradicionalmente como um aspecto da linguagem literária, especialmente da poesia, com pouca relevância para outros tipos de linguagem. Trabalhos recentes sobre metáforas têm sugerido fortemente que isso não é verdade (ver Lakoff e Johnson, 1980). As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.

Um dos marcos definidores no interior e além das práticas discursivas é a forma como um domínio particular da experiência é metafórico. Por exemplo, alguns trabalhadores da educação superior resistem fortemente a metáforas de bens de consumo (tal como, "os cursos têm de ser empacotados em módulos que nossos consumidores desejam comprar"). É um aspecto da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas é a mudança na metaforização da realidade. Para continuar no exemplo, a constituição metafórica da educação e de outros serviços como mercados é um elemento potente na transformação não apenas do discurso, mas também do pensamento e da prática nessas esferas (ver a seguir).

Algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação, mesmo quando se chama sua atenção para isso. Lakoff e Johnson discutem a construção metafórica de uma discussão como uma guerra (refletida, por exemplo, em "suas afirmações são indefensáveis", "ele atacou cada ponto fraco no meu argumento", "suas críticas foram direto ao alvo" e "eu demoli seu argumento"). Eles destacam que isso não é apenas uma questão superficial de lexi-

lização: "Muitas coisas que *fazemos* ao discutir são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra" (1980: 4). Assim, a militarização do discurso é também a militarização do pensamento e da prática social (Chilton, 1988), tanto como a marketização do discurso na educação referida anteriormente é também a marketização do pensamento e da prática.

O exemplo seguinte da militarização do discurso ilustra muito bem a eficácia das metáforas na estruturação da realidade de uma forma particular. O exemplo é retirado de um estudo sobre as Eleições Gerais Britânicas de 1987, indicando mais especificamente como a questão da defesa foi tratada pela mídia (Garton, Montgomery e Tolson, 1988; Montgomery, 1990). Os autores observam que há uma 'congruência' entre a questão da defesa em si e a forma como a mídia a representou na campanha: a metáfora dominante para a própria campanha é a da guerra. Os exemplos seguintes da cobertura pela televisão e pela imprensa ilustram esse ponto (os *itálicos* são meus):

1. A defesa foi o *item central do seu ataque* ao Partido Trabalhista e a Neil Kinnock (BBC 1, 26 de maio).
2. Hoje à noite, no sul de Gales, começou o *contra-ataque* de Thatcher (BBC 1, 26 de maio).
3. O *ataque* da sra. Thatcher foi parte de *uma ofensiva em duas frentes* dos Conservadores para parar os Trabalhistas (BBC 2, 26 de maio).
4. O Partido Trabalhista *montou uma firme ação de retaguarda ontem* (*Financial Times*, 27 de maio).
5. O *movimento de pinça* dos Conservadores e da Aliança contra os Trabalhistas *incluiu um assalto* amargo por David Owen (*Independent*, 26 de maio).

A questão da defesa forneceu à mídia uma metáfora militar pronta. Um efeito prático que ela teve, segundo os autores destacam, foi ter tornado extremamente difícil para o Partido Traba-

lhista ou qualquer outro partido promover por meio da mídia uma política de defesa que não fosse baseada numa crua visão de confrontação das relações internacionais (apresentada em termos de 'enfrentar os valentões', 'deter', e assim por diante; veja a seguir).

Além disso, as campanhas eleitorais não são conduzidas na verdade como confrontações ou discussões diretas, face a face: essa é apenas a forma como a mídia as constrói. A mídia, pela maneira como seleciona, ordena e representa as informações, reduz a complexidade e a confusão de uma campanha a uma discussão ou a um combate com partes fixas, ataque seguido por contra-ataque. Isso é então retratado como uma realidade que a mídia simplesmente reflete, disfarçando assim os efeitos construtivos que a mídia, ela própria, exerce sobre a realidade. Uma outra conseqüência prática é que a cobertura da mídia em si mesma passa a ser moldada pela metáfora: nós podemos, por exemplo, encontrar um padrão de alternância, dia a dia, entre os 'ataques' de um partido e os 'contra-ataques' de outro. E os partidos políticos adaptam suas campanhas para adequá-las à 'realidade' de sua retratação na mídia. Se a oposição é retratada como tendo realizado uma grande 'ofensiva' num dia, um partido precisa produzir fatos nas entrevistas coletivas e nos discursos que seus assessores de mídia considerem que possam ser prontamente convertidos em um 'contra-ataque'. Em suma, a metáfora tem efeitos sobre a cobertura da campanha e sobre a campanha em si.

Garton, Montgomery e Tolson (1988) também destacam a potência ideológica dos 'roteiros' na cobertura do assunto 'defesa' nas eleições de 1987. Eles usam o termo 'roteiro' como outros têm usado o termo 'narrativa', para cenários estereotipados e para as seqüências de eventos associados com eles, que fazem parte do senso comum profundamente incorporado a uma cultura. Muitos 'roteiros' têm base metafórica. Por exemplo, Chilton (1988: 64) discute um folheto do Ministério da Defesa britânico cujo objetivo é persuadir o povo da necessidade de aumentar o arsenal nuclear britânico:

COMO LIDAR COM UMA PAZ INTIMIDANTE POR MEIO DO IMPEDIMENTO – A ÚNICA RESPOSTA À AMEAÇA DE UM VALENTÃO

Muitos de nós já enfrentaram um valentão em algum estágio de nossas vidas. A única resposta é dizer: "Deixe-me em paz – ou você se arrepende". E ter força para sustentar as palavras.

O que Chilton chama de 'roteiro do valentão' ("Os valentões sempre atacam vítimas mais fracas: a única maneira de não ser atacado é parecer forte") é usado para metaforizar as relações internacionais como relações entre indivíduos e, arquetipicamente, como relações entre meninos em idade escolar. Garton, Montgomery e Tolson (1988) mostram que esse e outros roteiros prepararam o terreno para que uma declaração-chave sobre a defesa, feita por Neil Kinnock, o líder dos Trabalhistas, fosse transformada e construída pela mídia.

As formas pelas quais os acontecimentos que perturbam o equilíbrio social relativo (guerras, epidemias, desastres ecológicos, etc.) são metaforizados na mídia e em outras situações nos permitem uma boa percepção dos valores e das preocupações de uma cultura. Por exemplo, Sontag (1988) investigou a metaforização da doença Aids. Ela sugere que a principal metáfora associada com a Aids é a de 'praga'. Como a praga, a Aids tem uma origem alienígena e está associada ao que é estrangeiro: ela geralmente é considerada como originária da África e tem uma aura racista que se alimenta de associações estereotipadas de pessoas negras com 'licenciosidade sexual e animalésca'. A metáfora da praga também se liga a uma metáfora militar: a Aids como uma 'invasão', e mais especificamente como uma invasão da Europa e da América pelo Terceiro Mundo. Como a praga, a Aids é construída como um 'juízo da sociedade' por sua lassidão moral, e a expansão da Aids é usada politicamente e homofobicamente para frear a 'sociedade permissiva'. A metáfora, no entanto, tem aspectos contraditórios e problemáticos: ninguém está imune a pragas, ou à Aids, mas essa universalidade põe em risco a construção ideologicamente importante da Aids como uma doença do 'outro': a doença 'deles' como uma ameaça a 'nós'.

Conclusão

Com isso concluo a discussão das propriedades analíticas dos textos, analisadas nos capítulos 5 e 6. Os tópicos que cobri serão reunidos no Capítulo 8, em forma de sumário, como parte das linhas gerais de como fazer análise de discurso. É apropriado lembrar os leitores aqui da abordagem tridimensional para a análise do discurso que introduzi no Capítulo 3 – análise de discurso como texto, prática discursiva e prática social –, a fim de enfatizar que a análise textual não é alguma coisa que deva ser feita isoladamente. É fácil tornar-se tão envolvido com a complexidade dos textos que a análise textual acabe por ser considerada como um fim louvável em si mesmo. Existem, mesmo, algumas formas de análise de discurso que tendem a essa direção, tais como as formas que Bourdieu tinha em mente quando descreveu a análise de discurso como tendo "recaído para formas indefensáveis de análise interna" (1988: xvii). Ao contrário, quero insistir que a análise não pode consistir simplesmente em descrição de textos levada a efeito isoladamente de sua interpretação (esses termos foram distinguidos anteriormente, no Capítulo 3). Por isso, procurei constantemente interpretar os textos descritos neste e no capítulo anterior. A interpretação é necessária em dois níveis. Um nível é tentar construir um sentido para os aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva, em particular como 'traços' de processos de produção textual (incluindo a combinação intertextual e interdiscursiva de elementos e de convenções heterogêneas), e como 'pistas' nos processos de interpretação textual. Existe aqui uma similitude entre minha explicação sobre o que o(a) analista faz e o Capítulo 3 (item "Prática discursiva"), em que discuto como os intérpretes de texto procedem: os analistas também necessitam dos recursos que têm como membros competentes de comunidades, mesmo se eles usam estes recursos bem mais sistematicamente. O outro nível de interpretação é uma questão de tentar-se construir um sentido dos aspectos dos textos e de nossa interpretação de como eles são produzidos e interpretados, considerando ambos, aspectos e interpretação, como encaixados numa prática social mais ampla. Em trabalho anterior, distingui esses dois níveis de interpretação respectivamente como 'interpretação' e 'explicação' (Fairclough, 1989a: 140-141).

A descrição não é tão separada da interpretação, como se supõe frequentemente. Como um(a) analista (e como um(a) simples intérprete de texto), sempre se está interpretando inevitavelmente, e não há fase da análise que seja pura descrição. Conseqüentemente, nossa análise textual é formada e ganha cor pela interpretação de seu relacionamento com processos discursivos e com processos sociais mais amplos. Mesmo produzir uma transcrição de um texto falado inevitavelmente implica fixar uma interpretação desse texto (ver, no Capítulo 8, o item "Transcrição"), e a escolha que se faz do que descrever depende de conclusões interpretativas anteriores. Além disso, o que denominei aspectos analíticos dos textos tem, em muitos casos, uma pesada mescla de interpretação. Por exemplo, os padrões de colocação lexical nos textos que analisei como parte da análise de coesão não estão objetivamente 'lá' no texto; eles são, pode-se dizer, 'postos lá' pela maneira como se interpreta um texto. Assim, não apenas a descrição e a interpretação são mutuamente necessárias, como elas também se interpenetram.

Existem outras similitudes entre analista e participante. A análise leva à produção de textos que são socialmente distribuídos e consumidos como outros textos, e o discurso da análise é, como qualquer outro discurso, um modo de prática social: ele está dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente. Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela. Poder-se-ia, portanto, esperar que fossem tão conscientes quanto possível quanto aos recursos a que recorrem ao interpretar o discurso e a natureza da prática social de análise em si mesma – as estruturas que a condicionam, sua orientação para posições em luta, os resultados disso e os seus efeitos sobre lutas e estruturas.

Capítulo 7

Discurso e mudança social nas sociedades contemporâneas*

Em referência às duas vertentes para mudança discursiva que discuti no Capítulo 3, item "Mudança discursiva", o foco deste capítulo é antes sobre a mudança em progresso nas ordens de discurso do que sobre a mudança nos eventos discursivos. Identificarei algumas tendências abrangentes de mudança discursiva que afetam a ordem societária de discurso e relacionarei essas tendências às direções mais gerais de mudança social e cultural. O tipo de mudança a que me referirei tem um caráter em parte internacional ou pelo menos transnacional, como mostrei na Introdução. É surpreendente como se tem dado pouca atenção a essas tendências de mudança nas ordens de discurso; por isso, este capítulo deve ser considerado como um espaço de investigação de um amplo e largamente esquecido campo de pesquisa. Discutirei três tendências principais: 'democratização', 'comodificação' e 'tecnologização do discurso'. As duas primeiras referem-se a mudanças efetivas nas práticas de discurso, enquanto a terceira sugere que a intervenção consciente nas práticas discursivas é um fator cada vez mais importante na produção de mudança. Essas tendências têm causado um impacto notável sobre a ordem de discurso contemporânea, embora seu impacto seja desigual e existam contrastes claros entre ordens de discurso locais associadas a instituições ou a domínios particulares.

* Tradução de André R. N. Martins.

Enfocar tendências específicas propicia um meio de identificar padrões nos processos complexos e contraditórios da mudança discursiva em progresso, mas é um meio altamente abstrato de olhar a mudança. A seção final do capítulo tenta corrigir isso de algum modo, ao observar como as tendências interagem entre si, e ao considerar como podem figurar nos processos de luta hegemônica sobre a estrutura das ordens de discurso. Apresento interpretações diferentes das tendências em termos de modelos diferentes de prática discursiva, argumentando que o modelo hegemônico que defendo fornece uma explicação mais satisfatória do que um modelo de código ou um modelo do tipo 'mosaico' (ou 'negociado').

Democratização

Por 'democratização' do discurso entendo a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e lingüístico dos grupos de pessoas. Tanto no discurso como de um modo mais geral, a democratização tem sido um parâmetro importante de mudança nas últimas décadas, mas em ambos os casos o processo tem sido muito desigual (na Grã-Bretanha, por exemplo, os falantes de galês têm conquistado direitos muito maiores do que os falantes de gujarati), e em ambos os casos existem questões sobre o quanto as mudanças têm sido reais ou superficiais. Analisarei cinco áreas de democratização discursiva: relações entre línguas e dialetos sociais, acesso a tipos de discurso de prestígio, eliminação de marcadores explícitos de poder em tipos de discurso institucionais com relações desiguais de poder, uma tendência à informalidade das línguas, e mudanças nas práticas referentes ao gênero na linguagem.

É fato amplamente conhecido que línguas diferentes do inglês, dialetos sociais distintos do inglês padrão, tanto quanto uma variedade de sotaques, têm se tornado mais largamente aceitos, ou tolerados, numa série de funções públicas desde a Segunda Guerra Mundial. Não se trata de proclamar o surgimento de uma utopia lingüística. São conquistas advindas de lutas sociais que encontra-

ram resistência e continuam a provocá-la. Além disso, são desiguais: a maior parte das minorias em desvantagem – como as várias comunidades asiáticas na Grã-Bretanha – está sujeita a injustiças em razão do racismo nesse aspecto, como em outros. No entanto, a democratização tem sido uma força real nesse sentido, e, mesmo que o debate continue em torno de casos em que a desigualdade e a intolerância ainda são notórias, o nível e a percepção do debate já indicam que tais questões estão de fato na agenda. Um exemplo freqüentemente citado é a transmissão de rádio e TV em que as pessoas com dialetos não-padrão e sotaques regionais têm tido acesso sem precedentes, ainda que dentro de limites bastante estreitos. Por exemplo, o inglês padrão e a pronúncia prestigiada são ainda a norma para apresentadores nacionais, e apesar de se encontrarem pessoas com outros sotaques lendo, por exemplo, notícias regionais nas redes nacionais de TV e rádio, não se encontram pessoas com sotaques da classe trabalhadora. Esses sotaques ocorrem, mas em programas como competições e novelas. De igual modo, enquanto há um serviço de transmissão extensivo à língua galesa, as línguas asiáticas e de outras minorias são apenas superficialmente atendidas. As transmissões permitem uma medida de apropriação de variedades não-padrão e línguas minoritárias no domínio público mesmo que em áreas de menor prestígio.

Essas tendências levantam a questão de saber se a dominação do inglês padrão, que caracteriza o período moderno (Leith, 1983), está agora chegando ao fim. Estamos vivendo uma situação 'pós-padrão' (ver Jameson, 1984)? Há também uma dimensão internacional para essa questão: enquanto a posição do inglês como língua mundial não oficial tende a se fortalecer, diversas variedades do inglês, como o inglês indiano e o africano, que têm tido até aqui reconhecimento pequeno, estão começando a figurar numa relação mais igual com o inglês britânico e o americano. (Embora isto não deva ser superestimado: ainda são predominantemente o inglês britânico e o americano que são ensinados a milhões de pessoas em escolas de idiomas em todo o mundo.) E se há um afastamento genuíno dos padrões unitários nos níveis nacional e internacional, isso representa uma quebra real de hegemonia na esfera lingüística, ou é a hegemonia simplesmente assumindo novas formas?

A discussão da mudança discursiva no contexto do debate do 'modernismo-pós-modernismo' retornará a tais questões.

Ligada a esse primeiro modo de democratização está uma certa democratização de acesso a tipos de discurso de prestígio e, nestes, a posições de sujeito de prestígio e poder para falantes de variedades não-padrão do inglês, para mulheres e para pessoas negras e asiáticas. Um exemplo é o aumento no número de mulheres que conquistam acesso a posições na área jurídica (embora mais como juízas e advogadas nas cortes baixas do que nas altas cortes), ou na educação superior ou na mídia. A principal questão aqui é, naturalmente, o acesso a instituições e a posições dentro delas, e o acesso ao discurso é somente uma parte disso. Uma consequência é que dialetos não-padrão e sotaques regionais são aceitos de alguma maneira como compatíveis com práticas de discurso nas quais eram considerados até aqui incompatíveis. Uma aula na universidade pode ser dada atualmente no sotaque de Liverpool (mas isso não se tornou exatamente uma coisa que se faça sem problema).

Outra mudança largamente perceptível, que é a preocupação mais central neste livro, é a eliminação de marcadores explícitos de hierarquia e assimetria de poder em tipos de discurso institucional nos quais as relações de poder são desiguais. Um exemplo é o contraste entre amostras de entrevista médica padrão e alternativa consideradas anteriormente (Capítulo 5): na primeira, o médico controlava a tomada de turno e o tópico por meio dos ciclos de pergunta-resposta-avaliação, enquanto na última essas assimetrias explícitas estavam ausentes. Contrastes semelhantes poderiam ser encontrados entre as práticas mais tradicionais e mais 'modernas' em interações entre professores e alunos, chefes e empregados, pais e filhos. Entre os muitos tipos de marcadores que tendem a ser eliminados estão: formas assimétricas de tratamento; diretivos diretos (por exemplo, imperativos), substituídos por formas mais indiretas e sensíveis à 'face' (Brown e Levinson, 1978); assimetrias no direito de fazer certos tipos de contribuição, como os tópicos de iniciação e perguntas; uso por participantes poderosos de vocabulário especializado inacessível a outros. Ainda podemos, naturalmente, achar todos esses aspectos em certos tipos de interação.

Argumenta-se também que, como os marcadores explícitos se tornam menos evidentes, os marcadores encobertos de assimetria de poder tornam-se mais sutis em vez de desaparecerem. Por exemplo, se uma pessoa é regularmente a única que formula ou resume o que se disse numa interação (e constantemente oferece sua versão do que ocorreu), isso é um tipo mais sutil de assimetria do que se a pessoa for a única permitida a falar sem ter sido convidada a fazê-lo. No entanto, ainda é uma assimetria bastante poderosa e pode ser explorada para controlar a interação. Heritage (1985), por exemplo, sugere que entrevistadores de rádio usam seu direito de formular como um meio de exercer controle e avaliar o que seus entrevistados dizem, sem contrariar sua obrigação de não expressar julgamentos sobre o que é dito.

Uma forma de interpretar esses casos é que a eliminação aparente de marcadores e assimetrias explícitas de poder é, de fato, apenas aparente, e que detentores de poder e 'sentinelas' de vários tipos estão simplesmente substituindo mecanismos explícitos de controle por mecanismos encobertos. Há certa verdade nisso, mas apenas meia-verdade: esse modo de democratização é algumas vezes apenas aparente, mas pode ser também substancial, e há luta sobre seu significado, como demonstrarei a seguir.

A tendência de eliminar marcadores explícitos de poder está intimamente ligada à tendência à informalidade: é nos tipos mais formais de situação que as assimetrias de poder e *status* são as mais nítidas. Uma manifestação central de informalidade crescente é a forma com que o discurso conversacional tem sido e está sendo projetado de seu domínio primário, nas interações pessoais da esfera privada para a esfera pública. A conversação está colonizando a mídia (Kress, 1986; Fowler, 1988b), vários tipos de discurso profissional/público, educacional e outros: por isso, quero dizer que seu discurso está assumindo um caráter cada vez mais conversacional. Isso é parte de uma reestruturação importante dos limites entre os domínios público e privado.

Uma dimensão dessa manifestação de informalidade é uma mudança na relação entre discurso falado e escrito. Tivemos exemplos disso nos jornais, no Capítulo 4, item "Exemplo 1: Reportagem de jornal": o exemplo 1 simula o discurso conversacio-

nal ao mediar os atos e os dizeres dos poderosos para o público-leitor do jornal, e a manchete "Mordomo de Lady Di retira-se... de ténis!" usa não apenas vocabulário conversacional mas também um instrumento gráfico – as reticências – para simular pausa 'dramática' na fala. A separação entre fala e escrita não é mais o senso comum que aparenta ser, em qualquer direção. A expressão 'conversar como um livro' reflete uma percepção popular de como a língua escrita tem influenciado a fala mais formal, e nota-se a mudança referente à conversação não somente em toda parte dos meios impressos e publicidade, mas também em novos modelos de formulários, como os formulários de inscrição para pagamentos do seguro social (Fairclough, 1989a: 218-222). As mudanças da fala para a escrita podem ter tido seu apogeu; os valores culturais contemporâneos atribuem alto valor à informalidade, e a mudança predominante está ligada a formas que lembram a fala na escrita.

Mas a conversação também é um modelo poderoso para outros tipos de discurso falado. Assim, não são apenas os meios impressos que estão se tornando mais conversacionais, mas também os meios eletrônicos, rádio e televisão. Tolson (1990) descreveu o processo conversacional de entrevistas na mídia. Há muito mais conversação para ouvir e assistir nesses meios (por exemplo, programas de entrevistas), o que reflete por si mesmo sua avaliação, mas é também o caso de apresentadores que 'conversam' largamente com sua audiência de massa, como se estivessem 'batendo papo' com alguns indivíduos. E uma variedade de tipos de entrevista e outros tipos de encontro entre profissionais e seus 'públicos' tendem a tornar-se mais conversacionais, como sugeriu anteriormente. Como no caso da eliminação de marcadores de assimetria, há um problema sobre a extensão com que a informalidade é simulada por razões estratégicas; voltarei a isso adiante.

O último domínio de democratização que quero apontar é o de relações de gênero na linguagem, que tem sido o caso de luta sobre práticas discursivas mais publicamente em evidência nos últimos anos. A literatura que prolifera sobre 'linguagem e gênero' contém estudos que sugerem assimetrias entre mulheres e homens (em favor dos homens) quanto ao total do tempo de fala, o início de tópicos, a probabilidade de interrupção e outros (Cameron, 1985;

Coates, 1986; Graddoll e Swann, 1989). Por exemplo, um estudo de conversação entre jovens casais americanos brancos (Fishman, 1983) mostra que, enquanto as mulheres introduzem mais tópicos que os homens (47 e 29, respectivamente), quase todos (28) os tópicos dos homens eram abordados na conversação, enquanto não mais que um terço (17) dos tópicos das mulheres era abordado. Quando os homens introduziam tópicos, a tendência era as mulheres sinalizarem sua atenção enquanto os tópicos estavam sendo apresentados (com 'respostas mínimas', tais como 'sim' ou 'ahã') e ativamente aceitarem e responderem aos tópicos. Por sua vez, quando as mulheres apresentavam os tópicos, era comum os homens não sinalizarem atenção enquanto as mulheres estavam falando e dar uma resposta mínima ao tópico sugerido (o que não anima ninguém a continuar com o tópico) quando elas acabavam de falar.

Aspectos discriminatórios (e, portanto, antidemocráticos) da língua e do uso lingüístico têm sido largamente documentados, como o uso de 'ele' como se fosse um pronome genérico para se referir tanto a mulheres quanto a homens, ou o uso de 'homem' e termos semelhantes, a exemplo de 'coordenador' (Graddoll e Swann, 1989: 99-110). Se 'ele' fosse genuinamente genérico, seria usado indiferentemente para se referir a membros não específicos de grupos de pessoas. Contudo, existem de fato alguns casos em que 'ela' é largamente usado dessa forma, por exemplo, "se uma secretária¹) começa a sentir dor nas costas, há chances de que o equipamento do escritório dela esteja com defeito". 'Ela' é usado dessa forma quando o membro estereotipado do conjunto de pessoas em questão é uma mulher: a secretária típica, ou enfermeira, é uma mulher. Mas se o uso de 'ela' para referência não específica está baseado em um estereótipo, não ocorre o mesmo com 'ele'? Se regras universitárias contêm coisas como essa: "Se um aluno deseja interromper seu curso por razões pessoais ou de saúde, ele deveria discutir a questão com seu orientador em primeiro

¹ Em inglês, a palavra *secretary* pode referir-se ao homem ou à mulher, mas é bastante generalizado o uso do pronome feminino *she* (ela) em substituição a esse substantivo, indicando que é uma profissão feminina. (N. do T.)

lugar”, aí não é o estereótipo de ‘o aluno’ masculino? Para um argumento relacionado a esse ponto, ver Martyna (1978).

Embora a maior parte do debate esteja centrada outra vez na continuação de práticas não-democráticas e discriminatórias, o contexto para o debate é uma certa abertura de democratização das relações de gênero que tem suas facetas discursivas. Não apenas feministas conscientes mas muitas outras mulheres, e muitos homens, intervêm ativamente nos dias de hoje para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias, com graus variados de sucesso. A intervenção pode assumir várias formas: produzir orientações para a prática não discriminatória em instituições; pichar nos anúncios de *outdoors* para enfatizar e questionar o discurso discriminatório; ou lutar pelo acesso de mulheres a práticas discursivas e a papéis de prestígio. Uma forma importante de intervenção é engajar-se em lutas de natureza mais hegemônica para mudar práticas – por exemplo, em reuniões de sindicatos ou de departamentos acadêmicos em direções que facilitem às mulheres contribuir ou encorajar modos de interação mais colaborativa que competitiva que são com frequência mais altamente valorizados por mulheres do que por homens. Nem deve ‘a língua do silêncio’ como um modo de intervenção ser desconsiderada: as pessoas podem interpretar e reagir ao discurso de modo opositivo mesmo se sua oposição não for expressa explicitamente. A intervenção pelos homens algumas vezes se dirige a dimensões discursivas de práticas de masculinidade – por exemplo, a pressupostos de que ser homem implica práticas discursivas agressivas e obscenas. Tais práticas de intervenção são mais típicas de certos segmentos da classe média e têm mais impacto aí do que em outras classes.

As questões de intervenção são como uma lembrança oportuna de que tendências abstratas, tal como a democratização, são um exemplo resumido de lutas contraditórias, nas quais as intervenções para reestruturar as ordens de discurso podem ser resistidas de várias maneiras e estar sujeitas a várias estratégias de contenção, de modo a preservar hegemonias existentes na esfera do discurso. Uma estratégia desse tipo é a marginalização, e um exemplo claro na língua inglesa é o título *Ms* (atribuído à mulher). Este foi planejado originalmente para impor simetria de gênero nos títulos,

partilhando com *Mr* (atribuído ao homem) a propriedade de deixar em aberto o estado civil da pessoa. Mas *Ms*, *Mrs* e *Miss* são agora usados largamente em formulários oficiais como alternativas de escolha. Optar por *Ms* então torna-se um ato político, que, na maioria dos domínios, pode levar alguém a ser marginalizado(a). A luta sobre essas formas continua e, embora a democratização de práticas discursivas relacionadas a gênero não seja um processo fácil e universal, as assimetrias de gênero no discurso têm sido desnaturalizadas e problematizadas numa escala significativa.

Comodificação

A comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Não surpreende mais, por exemplo, que setores das artes e da educação, como o teatro e o ensino da língua inglesa, sejam referidos como ‘indústrias’ destinadas a produzir, a comercializar e a vender mercadorias culturais e educacionais a seus ‘clientes’ ou ‘consumidores’. A comodificação não é um processo particularmente novo, mas recentemente ganhou novo vigor e intensidade como um aspecto da ‘cultura empresarial’ (Keat e Abercrombie, 1990). Marx mesmo notou os efeitos da comodificação sobre a língua: referir-se às pessoas em termos de ‘mãos’ em contextos industriais, por exemplo, é um modo de vê-las como mercadorias úteis para produzir outras mercadorias, como força de trabalho incorporada. Em termos de ordens de discurso, podemos entender a comodificação como a colonização de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria. Apresentarei exemplos da educação e do discurso educacional.

Um aspecto generalizado do discurso educacional contemporâneo é a lexicalização de cursos ou programas de estudo como mercadorias ou produtos que devem ser comercializados aos clientes. O texto que usei no Capítulo 6 é um exemplo típico:

O produto de preparação vocacional é usualmente um programa. Seu desenho e sua implementação são, portanto, partes essenciais do processo de comercialização e devem começar das necessidades dos consumidores e dos clientes em potencial e dos benefícios que estão buscando (*Further Education Unit*, 1987: 51).

A mensagem para autores de cursos e professores é uma variante mais elaborada da máxima comercial "Dê aos clientes o que querem". Tais expressões geram uma transferência metafórica do vocabulário de mercadorias e mercados para a ordem de discurso educacional. Mas na Grã-Bretanha contemporânea a metáfora é mais que um floreio retórico: é uma dimensão discursiva de uma tentativa de reestruturar as práticas de educação sobre um modelo de mercado, que pode ter (como o texto anterior sugere) efeitos claros sobre a elaboração e o ensino de cursos, o esforço e o dinheiro investidos, entre outros.

Mas o discurso educacional comodificado é comumente mais contraditório por si mesmo do que isso pode sugerir. Há uma pista para tais contradições na combinação de 'consumidores' e 'clientes' no texto, que expõe uma ambigüidade generalizada sobre a quem são vendidos as mercadorias ou os 'pacotes'. São os aprendizes ou as empresas que atualmente empregam ou podem vir a empregar os aprendizes? Os últimos podem de fato ser 'clientes', no sentido direto de pagar para os aprendizes fazerem um curso. Em consequência, os aprendizes são construídos contraditoriamente. De um lado, são construídos no papel ativo de clientes ou consumidores conscientes de suas 'necessidades' e capazes de selecionar cursos que venham ao encontro de suas necessidades. Por outro lado, são construídos no papel passivo de elementos ou instrumentos em processos de produção (algo como 'mãos', no exemplo de Marx) que sejam alvos para treinar 'habilidades' ou 'competências' requeridas, com cursos concebidos em torno de 'metas de realização' precisas resultando em 'perfis' de aprendizes, ambos os quais são especificados em termos de habilidades bastante precisas. Esses pressupostos e essa terminologia estão agora generalizados, especialmente na educação pré-vocacional, mas são também usados, por exemplo, no Relatório Cox sobre o ensino de inglês nas escolas (Departamento de Educação e Ciên-

cia, 1989). A coexistência dessas construções ativas e passivas dos aprendizes facilita a manipulação das pessoas por meio da educação pelo revestimento dela com o que se poderia chamar uma retórica individualista e consumista.

O discurso educacional comodificado é dominado por um vocabulário de habilidades, incluindo não apenas a palavra 'habilidade', e palavras associadas como 'competência', mas uma lexicalização completa (ver, no Capítulo 6, o item "Criação de palavras") dos processos de aprendizagem e ensino baseados em conceitos de habilidade, treinamento de habilidade, uso de habilidades, transferência de habilidades e outros (ver Fairclough, 1992). O conceito de habilidade é um fator importante ao permitir que as duas construções contraditórias dos aprendizes coexistam sem manifestar inconsistência, porque parece ajustar-se tanto a uma visão individualista e subjetiva da aprendizagem como a uma visão objetiva de treinamento. Essa ambivalência está refletida na história do conceito no discurso educacional liberal humanista e conservador e na história semântica da palavra 'habilidade'. De um lado, o conceito de habilidade tem implicações ativas e individualistas: habilidades são atributos apreciados dos indivíduos, estes diferem em tipos e em graus de habilidade, e está aberto a cada um aperfeiçoar as habilidades ou acrescentar novas habilidades. (A propósito, o conceito é também democrático, sugerindo que todos têm a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, dado apenas o treinamento apropriado.) Por outro lado, o conceito de habilidade tem implicações normativas, passivas e objetificadoras: todos os indivíduos adquirem elementos de um repertório social comum de habilidades, por meio de procedimentos de treinamento institucionalizados e supondo-se que as habilidades sejam transferíveis a contextos, a ocasiões e a usuários de um modo que deixa pouco espaço à individualidade.

O vocabulário de habilidades tem uma história longa e respeitável em lingüística e em lingüística aplicada, nas quais é lugar-comum a idéia de que o uso da língua está baseado em conjuntos de 'habilidades lingüísticas' (habilidades de escrita, leitura, fala e compreensão oral). Essas lexicalizações ajudam a comodificar o conteúdo da educação lingüística, no sentido de que isso facilita sua divisão em unidades descontínuas que, em princípio, são ensi-

nadas e avaliadas separadamente e podem ser compradas e vendidas como artigos distintos na variedade de mercadorias disponíveis no mercado educacional. Essas unidades não são apenas as principais categorias de habilidades de escrita, leitura, fala e compreensão oral, mas também partes mais específicas de cada uma dessas categorias. As habilidades de fala podem ser divididas em fornecer informação, expressar opinião e engajar-se em discussão de grupo, e cada uma dessas pode ser dividida mais ainda, e assim por diante (ver, por exemplo, a lista de habilidades comunicativas do Plano de Treinamento de Jovens na Unidade de Educação Superior – *Youth Training Scheme*, 1987: 38). Dependendo de qual faceta contraditória dos aprendizes é enfatizada, esta facilita a eficiente definição e correção de deficiências ou uma provisão que é destinada a atender as necessidades dos consumidores tão especificamente quanto possível. A lexicalização da educação lingüística em termos de um vocabulário de habilidades implica também uma visão da língua altamente normativa, como um conjunto determinado de práticas (como argumento em Fairclough, 1992).

Mas a comodificação do discurso educacional não é apenas uma questão de vocabulário; é também uma questão de gênero de discurso. A educação é apenas um de uma série de domínios cujas ordens de discurso são colonizadas pelo gênero publicitário (Fairclough, 1989a: 208-211), e, como resultado, há uma proliferação de tipos de texto que conjugam aspectos de publicidade com aspectos de outros gêneros de discurso. Já encontramos um exemplo disso no texto de Barclaycard (Capítulo 4, Exemplo 2) que mescla publicidade e regulamentos financeiros. Nesta seção, há um exemplo bem diferente do domínio educacional, extraído do prospecto da graduação da Universidade de Lancaster de 1990. Nenhum significado deve ser ligado à escolha da universidade ou do curso, pois tendências semelhantes são evidentes em outros registros e em outros prospectos.

Aspectos comuns de registros neste prospecto são a localização de uma fotografia próxima ao início do texto, o título “Você precisará” e o gráfico no fim. A inclusão sistemática de fotografias em prospectos é um desenvolvimento relativamente recente que por si só reflete o impacto da publicidade. A publicidade contemporânea de mercadoria consiste tipicamente de um misto de lin-

guagem e imagens visuais, e a tendência em voga é que as imagens se tornem mais evidentes. Em parte, isso está em harmonia com os desenvolvimentos tecnológicos na televisão e na editoração. Mas as tecnologias, como sugeri antes, tendem a ser completamente exploradas apenas na medida em que elas se harmonizam com o choque da mudança social e cultural. Então, o que a publicidade obtém das imagens visuais? Para responder a essa questão precisamos considerar as propriedades gerais da publicidade como um gênero de discurso.

A publicidade é discurso ‘estratégico’ por excelência, em termos da distinção feita por Habermas entre linguagem ‘estratégica’ e ‘comunicativa’ (1984). É uma questão de construir ‘imagens’ noutro sentido – modos de apresentar publicamente as pessoas, as organizações e as mercadorias e a construção de identidades ou personalidades para elas. As condições de mercado contemporâneas requerem que séries de empresas comercializem produtos bem semelhantes; para estabelecer seus produtos como diferentes, sua identidade tem de ser construída. Ao mesmo tempo, as categorias de potenciais compradores frequentemente não são explicitáveis em termos de grupos sociais existentes independentemente do segmento social (classe, grupo regional e étnico, gênero, etc.): eles também têm de ser construídos no discurso. E assim também ocorre com os produtores e vendedores do produto, cuja imagem tem de ser feita para harmonizar com as imagens do produto e de seus consumidores potenciais. Produtor(a), produto e consumidor(a) são reunidos como co-participantes em um estilo de vida, uma comunidade de consumo (Leiss, Kline e Jhally, 1986) que a publicidade constrói e simula.

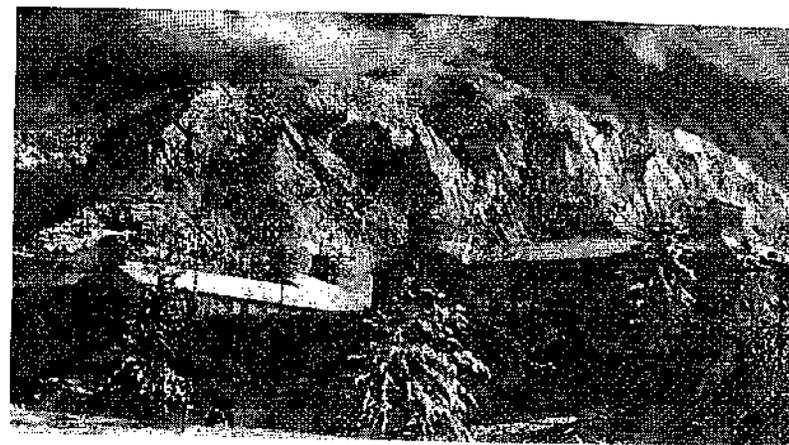
O que os publicitários obtêm das imagens visuais é sua capacidade de evocar na simulação de estilo de vida, capacidade que é geralmente mais poderosa e imediata que a da língua. Se uma imagem visual funciona, pode criar instantaneamente um mundo que consumidores potenciais, produtores e produtos podem conjuntamente ocupar, antes que os leitores possam ler (ou os telespectadores ouvir) a linguagem da publicidade. Desse modo, a maioria das fotografias nesse prospecto da universidade apresenta alunos fazendo coisas (sentados em aula, utilizando equipamento, conversando, etc.), oferecendo aos alunos potenciais um ambiente

físico e social no qual eles podem encaixar-se segundo a imaginação. A foto no exemplo reproduzido não representa as atividades dos alunos, mas oferece um ambiente natural de uma beleza fora do comum para os alunos potenciais ocuparem imaginariamente (passando um ano numa universidade americana como parte do curso). A imagem visual projeta uma imagem para o 'produto', isto é, o esquema do curso, e para o(a) aluno(a) potencial como parte dele.

Os gráficos abaixo do título "Você precisará" no fim do texto não têm as propriedades evocativas de uma fotografia, mas, não obstante, fazem sua própria contribuição para a co-construção do(a) aluno(a), da universidade e do curso potenciais. Desenhos gráficos desse tipo são meios efetivos de tornar as informações disponíveis num relance. O uso de gráficos sugere uma instituição que é tanto atualizada como sensível às necessidades dos alunos, especialmente dada a história dos prospectos universitários, complexos em termos de informação e 'difíceis de ler'. Também constrói o(a) aluno(a) potencial com necessidades e valores particulares, tais como precisar de informações práticas numa forma digerível e valorizar a clareza e a eficiência no seu fornecimento.

O uso de gráficos também ajuda a resolver uma contradição que resulta da colonização dos prospectos pela publicidade. As universidades podem dispor-se à venda aos alunos, mas elas também impõem controles e condições rígidos para o acesso. Conseqüentemente, os alunos estão posicionados, de um lado, como consumidores poderosos com o direito de escolher e, de outro, como candidatos sem poder. Ao marginalizar as condições para o acesso e tratá-las por meio de gráficos, as exigências impostas pela universidade são construídas como questões de fato pelas quais ninguém é aparentemente responsável. Observe-se como isso também aparece em detalhes lexicais, tais como optar por 'você precisará' em vez de 'nós exigimos'.

Voltemos finalmente para o principal corpo do texto. O que chama a atenção é a combinação de informação e persuasão, informando aos alunos potenciais sobre o curso e vendendo-o. Isso é



Estudos americanos

(Melhores informações: Diretor de Admissão
Corpo docente: membros dos departamentos relacionados)

Os alunos de Lancaster sempre demonstraram grande interesse por disciplinas americanas, seja nos departamentos de Inglês, História, Política ou em outros departamentos. Agora, é possível fazer um curso especializado em Estudos Americanos. Esse curso combina diferentes abordagens disciplinares ao estudo dos Estados Unidos e oferece opções que cobrem história, literatura e política americana, desde os primeiros assentamentos coloniais até os dias de hoje.

Além disso, os alunos de Estudos Americanos passarão seu segundo ano numa universidade americana, como a Universidade de Massachusetts, em Amherst, ou outra universidade americana selecionada. As ligações americanas próximas estabelecidas por Lancaster tornam possível integrar ao curso o ano no exterior, de forma que, de maneira incomum nas universidades britânicas, o curso de Estudos Americanos pode ser concluído em três anos. Uma orientação especial garantirá integração próxima entre o ano no exterior e os dois anos em Lancaster.

Os cursos de Lancaster requisitam especialistas numa série de departamentos, e, como na maioria dos cursos de Lancaster, os alunos ganharão experiência valiosa em mais de uma disciplina. Mas um grau considerável de flexibilidade é mantido, e é permitido que os alunos se direcionem firmemente tanto para história como para literatura ou política, se assim escolherem.

O primeiro ano é dedicado em grande parte a prover um alicerce disciplinar, e os alunos seguem os cursos regulares de primeiro ano nos departamentos de História, Inglês e Política, fazendo opções americanas onde existirem. Depois disso, a linha de estudo é quase exclusivamente dedicada aos tópicos americanos e pode incluir a elaboração de uma dissertação sobre um tema americano.

Os graduados em Estudos Americanos seguem carreiras normalmente ligadas à formação em Ciências Humanas ou em Ciências Sociais: educação, comércio, jornalismo, editoração, biblioteconomia e serviço social, com as oportunidades mais amplas que podem decorrer da experiência e da perspectiva transatlântica dos alunos.

B A Hons ESTUDOS AMERICANOS Q400

Primeiro Ano

História (opções americanas)
Inglês
Política

Segundo Ano

Quatro de cinco cursos em disciplinas americanas dados numa universidade dos Estados Unidos, incluindo pelo menos um curso interdisciplinar.

Terceiro Ano

Quatro ou cinco cursos, normalmente de:

História:
A História dos Estados Unidos da América
Religião na América de Jamestown a Appomattox, 1607-1865

Dos Puritanos aos Ianques: Nova Inglaterra, 1630-1730

A Grande Aliança: Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos, 1941-1945

A América da Guerra Fria: Os Estados Unidos de Truman a Kennedy

Inglês:

Literatura Americana, 1620-1865

Literatura Americana, 1865-1940

Literatura Americana, 1940-1980

Política:

A Política de Raça

Governo dos Estados Unidos:

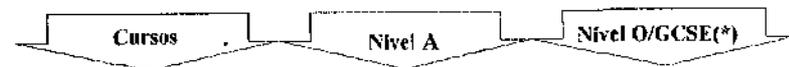
A Política da Presidência

O Processo Americano de Políticas

Política Externa dos Estados Unidos desde 1945

Avaliação: veja nas disciplinas relacionadas

VOCÊ PRECISARÁ DE



Estudos Americanos	BBC/BCC normalmente incluindo Inglês	Aprovação numa língua estrangeira
-----------------------	--------------------------------------------	-----------------------------------------

ou outras qualificações (IB, EB, Scottish Highers) num padrão comparável.
Níveis AS: serão aceitos.

Entrevista: apenas em casos especiais.

Visitas: os candidatos selecionados serão convidados a conhecer a universidade.

evidente na ordenação de orações no primeiro parágrafo. A terceira oração descreve a composição do curso, mas é precedida e preparada por duas orações que apresentam o curso numa narrativa sobre Estudos Americanos em Lancaster. Isso é informação ou persuasão? Pode haver naturalmente a construção de ambas: o registro da universidade em Estudos Americanos é certamente informação relevante aos candidatos, mas a inovação provavelmente será mais atraente se resultar de realizações passadas. Os prospectos dos anos 1980 comparados com os dos anos 1970 ou anteriores estão mais preocupados em selecionar e ordenar suas informações com base em cálculos estratégicos e efeitos persuasivos. Poderíamos argumentar com razão que não há novidade sobre cálculo estratégico em informação. A novidade de fato é que a informação pode ser expressamente estratégica e persuasiva sem que seja considerada como um assunto importante. Sob a influência da publicidade como um modelo de prestígio, a combinação de informação e persuasão está se tornando naturalizada, as distinções entre elas em ordens de discurso estão desaparecendo e, como consequência, a natureza da 'informação' está mudando radicalmente.

A combinação de informação e persuasão é também evidente em outros parágrafos do texto; fixemo-nos no segundo. A primeira oração aparenta conteúdo informativo claro até a palavra 'selecionada' que sugere quão solícita a universidade é diante dos interesses de seus alunos. 'Especial' na terceira oração faz algo muito parecido. Na segunda oração, a ordenação e a moldura estão de novo evidentes: a informação sobre a duração do curso é precedida, emoldurada e, de fato, faz uma conexão causal ('para que') com 'ligações americanas próximas' de Lancaster que, incidentalmente, são pressupostas como se os candidatos devessem conhecer sobre elas. 'Próximas' sugere discretamente a superioridade de Lancaster e é parte de uma tendência de comparação explícita entre Lancaster e outras universidades. O fato de 'três' estar em itálico e a comparação explícita entre Lancaster e outras universidades sugerem que a duração menor do curso é projetada como um 'ponto a vender'.

* Os Níveis A, O e GCSE são exames nacionais realizados, na Inglaterra, durante o Segundo Grau. Ao concluir o Segundo Grau, se o(a) aluno(a) pretende ingressar na universidade, é obrigado(a) a prestar o exame nacional denominado Nível A.

Tecnologização

As sociedades modernas são caracterizadas por uma tendência relacionada ao controle sobre partes cada vez maiores da vida das pessoas. Habermas descreveu isso em termos da colonização do 'mundo da vida' pelos 'sistemas' do Estado e da economia (1984: xi). O que disse anteriormente sobre comodificação sugere um aspecto discursivo de colonização pela economia. Foucault também abordou essa tendência geral, catalogando as 'tecnologias' e as 'técnicas' que estão a serviço do 'biopoder' moderno (ver, no Capítulo 2, o item "Da arqueologia à genealogia").

A análise de Foucault das tecnologias de poder pode ser estendida ao discurso. Podemos referir produtivamente a 'tecnologias discursivas' (Fairclough, 1989a: 211-223) e a 'tecnologização do discurso' (Fairclough, 1990b) como características de ordens de discurso modernos. Exemplos de tecnologias de discurso são entrevista, ensino, aconselhamento e publicidade. Ao denominá-las tecnologias do discurso, quero sugerir que na sociedade moderna elas têm assumido e estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos. As tecnologias discursivas são cada vez mais adotadas em locais institucionais específicos por agentes sociais designados. Elas têm seus próprios tecnólogos especialistas: pesquisadores que cuidam de sua eficiência, especialistas que trabalham em seu aperfeiçoamento à luz da pesquisa e da mudança nas exigências institucionais e treinadores que transmitem as técnicas.

Esses tecnólogos incluem membros de departamentos de ciências sociais da universidade: exemplos bem estabelecidos são a pesquisa e o treinamento em 'habilidades sociais' realizados por psicólogos sociais (Argyle, 1978). Os que são direcionados para o treinamento em tecnologias discursivas tendem a ser professores, entrevistadores, publicitários e outros 'porteiros' e detentores de poder, e as tecnologias discursivas são geralmente planejadas para ter efeitos particulares sobre o público (clientes, fregueses, consumidores) que não estão treinados nisso.

As tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem e discurso e poder. Elas são planejadas e aperfeiçoadas com base nos efeitos antecipados mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas lingüísticas no vocabulário, na gramática, na entonação, na organização do diálogo, entre outros, como também a expressão facial, o gesto, a postura e os movimentos corporais. Elas produzem mudança discursiva mediante um planejamento consciente. Isso implica acesso de parte dos tecnólogos ao conhecimento sobre a linguagem, o discurso e a semiose e ainda ao conhecimento psicológico e sociológico. É previsível que cada vez mais haja expectativa de que os analistas de discurso e os lingüistas funcionem como tecnólogos do discurso ou tornem os resultados de suas pesquisas disponíveis a eles.

As tecnologias discursivas envolvem simulação: em particular, a simulação para propósitos estratégicos e instrumentais de significados interpessoais e práticas discursivas. Isso se harmoniza com meus comentários anteriores sobre a democratização discursiva: a simulação de simetria de poder e a informalidade são técnicas largamente usadas por parte dos detentores de poder institucional. Um exemplo é o tipo de entrevistas para emprego realizadas em serviços públicos, tais como hospitais, órgãos da administração pública local e universidades. Usei em outro lugar (Fairclough, 1989a: 62) o termo 'personalização sintética' para a simulação de aspectos de significado interpessoal alicerçada no cálculo estratégico de efeitos. A simulação de significados interpessoais provém da subordinação de todos os outros aspectos da prática e do sentido discursivos para alcançar objetivos estratégicos e instrumentais – o tipo de interação que Habermas denomina 'estratégica' em oposição a 'comunicativa' (ver comentário anterior). A tecnologização discursiva está ligada a uma expansão do discurso estratégico para novos domínios.

A tecnologização discursiva parece estar se estendendo de gêneros, como a entrevista, que têm um caráter público no sentido de que estão associados a uma série de funções institucionais públicas, para o gênero central da esfera privada, a conversação. Isso reflete em parte a apropriação da conversação pelas instituições e seu investimento com conteúdo político e ideológico específico.

Um exemplo disso é a entrevista médica 'alternativa' (ver, no Capítulo 5, o item "Exemplo 2: Entrevista médica 'alternativa'"). Isso também reflete o modo como as esferas privadas estão se transformando em domínios públicos, como, nas palavras de Habermas, os domínios do mundo da vida cotidiana vêm a ser colonizados por sistemas. Assim, as estruturas domésticas e os relacionamentos da família até certo ponto estão se tornando públicos e são frequentemente referidos como um domínio específico da política.

Tornarei esses pontos mais concretos pela referência a um livro que descreve como os gerentes em locais de trabalho podem melhorar suas habilidades conversacionais (Margerison, 1987). O livro versa sobre 'habilidades de controle conversacional', muito embora sejam incluídos como 'conversação' encontros e entrevistas de negócios tanto quanto conversa informal num sentido mais restrito. Algumas das habilidades discutidas, tal como 'resumo' (quase equivalente à formulação – ver, no Capítulo 5, o item "Formulação"), são principalmente associadas a esses tipos mais formais de discurso institucional, mas outros também pertencem à conversação informal. De fato, as 'habilidades de controle conversacional' são tidas como relevantes não apenas no trabalho, mas também no gerenciamento das relações dentro da família e entre amigos.

O livro chama a atenção para um número significativo de habilidades. Um capítulo trata de habilidades inferenciais para o reconhecimento de 'pistas' verbais e 'sinais' não-verbais e para a reação a essas 'pistas' e a esses 'sinais', o que leva a sentidos que são expressos indiretamente ou apenas sugeridos. Problemas importantes são frequentemente sinalizados dessa forma, quando as pessoas se sentem incapazes para falar explicitamente sobre eles, e a falha na captação de pistas e sinais pode ter conseqüências sérias. Uma questão relacionada diz respeito às habilidades em obter permissão para adentrar o território conversacional – os sentimentos, os estados mentais, os pensamentos particulares e as motivações pessoais dos outros –, que podem estar 'fora do alcance'. Outro capítulo focaliza técnicas para tornar uma conversação de confronto em um tipo colaborativo e cooperativo, incluindo técnicas para 'gerenciar' o desacordo e a rejeição. As habilidades

conhecidas na literatura pragmática como 'polidez positiva' e 'polidez negativa' (ver, no Capítulo 5, o item "Polidez") aparecem em vários capítulos. Essas incluem meios de demonstrar a apreciação e a compreensão dos outros de modo conversacional (talvez enquanto tentamos ganhar consentimento para nossa própria posição contrária) e meios de atenuar a crítica aos outros. Há um capítulo que trata sobre como questionar pressuposições que são conversacionalmente tomadas como tácitas, e como ser assertivo(a) sem agressividade. Outro capítulo discute o controle e a mudança de tópico, especialmente a mudança da análise de falhas do passado para a elaboração de planos para o futuro.

O livro afirma que as habilidades de controle conversacional podem contribuir para o sucesso e os lucros nos negócios, a segurança no trabalho, a motivação dos empregados e a prevenção de disputas industriais: "O controle conversacional é, portanto, crucial para criar condições em que as pessoas trabalhem efetivamente juntas". E na família e em outras relações sociais, "Diferenças de opinião podem levar a argumentos e conflitos desagradáveis ou podem ser resolvidas por meio da administração habilidosa de conversações". Mas essa indicação clara do potencial do controle da conversação como uma tecnologia é acompanhada pela afirmação não convincente de que "não se trata de controlar o comportamento dos outros, mas de obter o controle de nossa própria conversação e do nosso próprio comportamento", de que é uma questão de 'influenciar' as pessoas, mas não de as 'manipular' (p. 193-194).

Há uma ligação íntima entre a tecnologia discursiva e a concepção de educação e treinamento lingüísticos baseada nas habilidades e na competência que discuti antes como 'comodificação'. A extensão para os domínios da vida privada e para a conversação parece corresponder à universalização atual de treinamento de habilidades lingüísticas. Até recentemente, eram principalmente 'porteiros' e detentores de poder institucional e pessoas de alguma forma física ou psicologicamente inválidas que estavam expostas ao treinamento de habilidades de comunicação. Na Grã-Bretanha de hoje, com as novas políticas para o GCSE (*General Communication Skills Exam* – Exame Geral de Habilidades de Comunicação), para o Currículo Nacional nas escolas e para a

educação pré-vocacional (Ação de Educação Técnica e Vocacional, Plano de Treinamento da Juventude, etc.), as habilidades lingüísticas e comunicativas são universalmente ensinadas (ver Unidade de Educação Continuada/*Further Education Unit*, 1987; Departamento de Educação e Ciência/*Department of Education and Science*, 1989).

Produzindo sentido das tendências

Abstrair e isolar tendências, como fiz anteriormente, é um modo de enfatizá-las. Mas meu foco em todo o livro tem sido sobre ordens de discurso, caracterizadas como complexas, heterogêneas e contraditórias; devemos, portanto, tentar produzir sentido das tendências à medida que elas interagem e se atravessam. Fazendo assim, precisamos incluir variações possíveis nos efeitos das tendências sobre as diferentes ordens de discurso locais na medida em que são aceitas ou rejeitadas, e assim por diante. Também precisamos incluir fenômenos como a 'personalização sintética' referida na última seção. O ponto geral é que as tendências podem ter valores contrastantes e muito diferentes, dependendo das articulações a que se associam; estão abertas a diferentes investimentos políticos e ideológicos (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso").

A democratização e a comodificação podem aparentar ser simples opostos – a primeira é um enfraquecimento de controle, a última, um fortalecimento de controle –, mas fenômenos como a personalização sintética mostram que o relacionamento é mais complexo. Outra razão pela qual as tendências não podem ser consideradas como simples opostos é que a comodificação de fato implica a democratização. Voltemos à minha sugestão de que tanto o texto do Barclaycard no Capítulo 4 como o texto do prospecto universitário envolvem uma mudança parcial das relações tradicionais de superior-subalterno nos sistemas bancário e educacional respectivamente em favor dos 'consumidores' (clientes, futuros alunos). Essa mudança se manifesta no discurso democratizado: o poder do banco e da universidade não está expresso explicitamente, e existem tensões conseqüentes que destaquei em ambos os textos. Os textos

comodificados construídos sobre modelos de publicidade também manifestam comumente outros aspectos democratizantes, incluindo a informalidade e um movimento para o discurso conversacional.

Essa convergência entre comodificação e democratização é apenas parcial e numa direção única: a democratização ocorre sem a comodificação como na entrevista médica 'alternativa', no exemplo do Capítulo 5. No entanto, a convergência parece revelar características comuns num nível mais profundo, em particular o modo como essas tendências influenciam a constituição da subjetividade ou 'individualidade' pelo discurso, no contexto de mudanças que têm sido documentadas (Rose, por exemplo) na constituição social do 'eu' na sociedade contemporânea. Essas mudanças objetivam um 'eu' mais autônomo e automotivado (um 'eu' autodirecionado, como Rose sugere). As duas tendências parecem ter em comum uma orientação para o 'eu' autodirecionado: tanto o médico na entrevista médica 'alternativa' como os autores do texto do Barclaycard e do prospecto universitário se dirigem implicitamente a versões do 'eu' autodirecionado (e, portanto, as pressupõem). Os 'consumidores', os destinatários universais da publicidade e de suas extensões colonizadoras na educação e outras esferas, são versões do 'eu' autodirecionado, caracterizado pela capacidade e pela vontade para 'escolher'. Assim também são os clientes-pacientes da entrevista médica 'alternativa', a quem também se atribuem autonomia e escolha. Se a comodificação é os processos mais amplos de democratização tendem de fato a construir fundamentalmente o mesmo tipo de 'eu', não seria surpresa encontrá-los sobrepostos em domínios tais como a educação. Desse modo, os alunos potenciais que são construídos como consumidores podem encontrar-se na chegada construídos como 'aprendizes autônomos'. Caracterizei as tendências de democratização e comodificação em linhas gerais como propriedades da ordem de discurso societária contemporânea. Como observei anteriormente, seu impacto sobre as diversas ordens de discurso mais locais e institucionais é variável: algumas ordens de discurso estão se tornando fortemente democratizadas e/ou comodificadas, outras nem tanto. Não obstante, o que está chamando a atenção é a onipresença das tendências e a facilidade com que elas aparentam transcender as fronteiras entre

as instituições e entre os domínios. A importância atual dessas tendências parece corresponder não apenas aos modelos de auto-imagem que elas implicitamente projetam, mas também a um estado ou condição particular da ordem de discurso societária na sociedade contemporânea que torna possível a projeção de novos modelos.

Essa condição de 'fragmentação' relativa de normas e convenções discursivas afeta uma série de instituições e domínios. O que entendo por 'fragmentação' é um certo colapso, uma perda de eficácia, de ordens de discurso mais locais que as fazem permeáveis às tendências gerais. Explicando em maiores detalhes, a fragmentação envolve: (i) variação maior na prática discursiva (por exemplo, as entrevistas médicas são conduzidas em modos mais variados); (ii) previsibilidade menor para os participantes em qualquer evento discursivo, e uma necessidade conseqüente de, por exemplo, negociar como uma entrevista particular se dará; e (iii) permeabilidade maior a tipos de discurso que provêm do exterior do domínio em questão (por exemplo, maior abertura ao discurso conversacional) e às tendências gerais. Existem indicações de que os discursos educacional, médico e do local de trabalho estão mais fragmentados nesse sentido.

Paradoxalmente, a fragmentação das ordens de discurso locais aparentaria ser uma condição para a tecnologização crescente do discurso, no sentido de que a permeabilidade maior das ordens de discurso locais inclui a abertura a processos de tecnologização de 'fora'. O paradoxo é que a fragmentação parece ser um relaxamento do regulamento da prática discursiva, enquanto a tecnologização parece ser uma intensificação disso. Uma forma de interpretar o processo é em termos da mudança na natureza e na localização do regulamento. Quando as ordens de discurso locais são relativamente estáveis e autônomas, elas são reguladas, localizada e internamente, por meio de mecanismos disciplinares explícitos ou, mais comumente, por meio de pressões encobertas. Mas a tendência agora é os 'especialistas' em pesquisa e treinamento regular a prática numa variedade de instituições e domínios locais. Desse modo, a colonização das ordens de discurso locais pelas tendências de democratização e comodificação é causada pelos tecnólogos do discurso? De fato, o efeito das tendências freqüentemente vem por

meio da colonização pelas principais tecnologias discursivas – a publicidade, a entrevista e o aconselhamento – e por meio do treinamento nessas tecnologias como habilidades descontextualizadas.

Entretanto, essa explicação é muito categórica e unilateral. Padece do problema que Taylor (1986: 81) critica nos estudos genealógicos de Foucault, de ver mudança tão-somente em termos de técnicas de poder que são interpretadas sem ambigüidade como instrumentos de dominação. Falta aqui o que o próprio Foucault refere como a 'polivalência tática dos discursos' – o fato de que eles podem ter valores diferentes em 'estratégias' diferentes (ver, no Capítulo 2, o item "Foucault e a análise de discurso textualmente orientada"). Um caso em questão é o reinvestimento de democratização representado pela personalização sintética. Desenvolverei um pouco este exemplo. O argumento é que a democratização é, nesse caso, ambivalente, parte de um relaxamento genuíno ou usada estrategicamente como tecnologia. Mesmo no último caso, a tecnologização pode não ser definitiva. Os detentores de poder podem apropriar-se da democratização, mas o processo de apropriação pode por si mesmo possibilitar mais um campo de luta em que os detentores de poder podem sofrer derrotas. Há um sentido em que a democratização sintética ou simulada com propósitos estratégicos é uma estratégia de alto risco que é por si uma concessão ao poder de forças democratizantes tanto quanto um movimento para combatê-lo. Usar as formas do discurso democratizado – a eliminação das assimetrias explícitas em termos das formas de tratamento, a informalidade, a mudança para o terreno comum da conversação – torna implícitas certas afirmações sobre a natureza dos relacionamentos sociais realizados, que não são sustentáveis onde a democratização é simulada. O resultado pode ser uma contradição na prática discursiva entre as formas e o conteúdo do discurso democratizado, que pode tornar-se uma área de luta.

As tendências, então, estão presas aos processos de luta das práticas discursivas em que elas podem ser investidas variavelmente. Além da possibilidade levantada no último parágrafo, de apropriar-se delas e 'mudá-las', há também a possibilidade de resistir e rejeitá-las ou acomodar-se e marginalizá-las. Consideradas como técnicas em processos de tecnologização discursiva, as tendências derivam uma grande variedade de formas de discurso mistas ou híbridas em que são

efetuadas conciliações entre elas e práticas discursivas mais tradicionais não-comodificadas ou não democratizadas. O texto do Barclaycard e a entrevista médica 'alternativa' foram analisados anteriormente nesses termos. Uma justificativa para uma abordagem da análise de discurso centrada na intertextualidade e na interdiscursividade, e noções associadas, tais como a heterogeneidade e a ambivalência do discurso, é que as ordens de discurso contemporâneas são cheias de semelhantes textos híbridos.

Porém, a ênfase aqui é ainda muito sobre a tecnologiação, mesmo se for enfatizada a resistência a isso, e o pressuposto é ainda de processos discursivos e sociais relativamente centrais. Em oposição a isso, tem havido uma ênfase na literatura pós-moderna sobre o colapso do social, o que sugere uma interpretação bem diferente dos processos atuais de mudança discursiva. Tal interpretação enfatizaria a fragmentação das ordens de discurso locais, a que me referi anteriormente, como uma dimensão discursiva de uma fragmentação da ordem social. Também sugeriria considerar os processos a que me referi como 'democratização' em termos de fragmentação, no sentido do que Jameson (1984) chama de 'dediferenciações', a demolição de distinções e barreiras, sem implicar que tal demolição seja simplesmente corolário de tendências unitárias em outros níveis, seja a democratização ou a tecnologiação. As 'dediferenciações' incluiriam as fronteiras entre variedades padrão e não-padrão da língua e implicariam uma certa reversão de processos de padronização que tem sido um aspecto principal da sociedade moderna. Dessa perspectiva, as explicações que dei até agora são interpretações exageradas da mudança baseadas em premissas ou pressupostos sobre a racionalidade e a centralização de processos sociais que podem não mais se manter nas sociedades contemporâneas.

Conclusão: modelos relevantes de discurso

Com efeito, apresentei interpretações diferentes das tendências que identifiquei: interpretações em termos de colonização unilinear, luta hegemônica e fragmentação. Cada interpretação implica um modelo particular de prática discursiva. A explicação, em termos da

colonização unilinear, implica um modelo de 'código' da prática discursiva. A versão clássica de um modelo de código pressupõe uma ordem de discurso local estável e convenções naturalizadas que são normativamente exemplificadas na prática: a prática é simplesmente seguir as normas. Mas a colonização unilinear também implica um modelo de código, apesar de que, neste caso, os códigos que são normativamente seguidos são em parte moldados externamente por meio da colonização pelas tecnologias discursivas.

A segunda interpretação, em termos da luta hegemônica, implica um modelo hegemônico da prática discursiva, isto é, uma visão da prática discursiva como articulação: a desarticulação de configurações existentes de tipos e elementos de discurso e a rearticulação de novas configurações, dando proeminência à interdiscursividade e à intertextualidade.

A terceira interpretação, em termos da fragmentação, corresponde ao que se poderia denominar um modelo 'mosaico' ou talvez 'negociado'. Ambas as imagens implicam fragmentação das convenções. Mas a imagem de 'mosaico' enfatiza o espaço resultante do jogo criativo ao combinar os elementos do discurso de novas formas para atingir impacto momentâneo, para o pastiche. Enquanto a imagem de 'negociação' enfatiza que onde as convenções não podem mais ser consideradas como dadas, há uma necessidade conseqüente de os agentes negociarem (quase sempre implicitamente) a quais elementos do discurso se deve recorrer. É a imagem da negociação que tem aplicabilidade mais larga: nem toda prática discursiva que é negociada nesse sentido tem as propriedades sugeridas pelo mosaico, mas a prática discursiva que tem essas propriedades (os melhores exemplos provavelmente vêm da publicidade) deve ser negociada, no sentido de que um acordo implícito sobre a articulação dos elementos do discurso deve ser estabelecido entre produtores e intérpretes para que funcione o efeito mosaico.

O desenvolvimento de um modelo hegemônico da prática discursiva, especialmente em oposição ao modelo de código predominante, é o objetivo principal deste livro. Um modelo de hegemonia parece fazer o sentido mais geral da ordem de discurso societária contemporânea. Mas isso não é simplesmente uma alternativa preferível aos outros dois modelos. Antes, cada um dos modelos se aplica de algum modo à ordem de discurso contemporânea, e cada modelo parece funcionar relativamente bem em alguns

domínios de prática discursiva, e menos em outros. Melhor que optar por um e rejeitar os outros, futuras pesquisas poderiam focalizar proveitosamente a questão de quais modelos fazem mais sentido em cada domínio e sobre as tensões entre os modelos, ao mesmo tempo em que se mantêm em discussão todas as três linhas de interpretação da mudança discursiva atual.

Capítulo 8

A prática da análise de discurso*

Este capítulo tratará de questões práticas da análise de discurso. O que se segue não deve ser considerado como um esquema, pois não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso. Os pontos a seguir, portanto, poderiam ser tomados como diretrizes gerais, indicadoras dos principais elementos e das considerações que se aplicam à análise de discurso, conforme a posição teórica que apresentei anteriormente. Tenho, eventualmente, agido baseado na suposição de que o(a) leitor(a) está próximo de se engajar em um projeto de pesquisa de investigação social e mudança discursiva maior, mas, como muitos leitores devem estar usando a análise de discurso para propósitos mais modestos, estes não poderiam ser postos de lado em função dessas suposições grandiosas. Há três principais itens: os dados, a análise e os resultados. O enfoque deste livro está, naturalmente, na análise, mas este capítulo será uma oportunidade para se abordar outros aspectos importantes para a realização da análise de discurso. Os leitores poderão comparar estas linhas mestras com aquelas fornecidas por Potter e Wetherell (1987), ou (para a análise somente) por Fowler *et al.* (1979).

* Tradução de Sandra da Rocha M. de Oliveira.

Os dados

Definição de um projeto

A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a lingüística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política.

O que é específico acerca de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta. Projetos de pesquisa em análise de discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social; diante do enfoque que tenho adotado, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural. Isso quer dizer que são as disciplinas que se ocupam com essas questões – a sociologia, a ciência política, a história – que deveriam ser consideradas em primeiro lugar na definição dos projetos de pesquisa. A análise de discurso seria mais bem tratada como um método para conduzir pesquisa sobre questões que são definidas fora dela. Poderia dar um breve exemplo. Trata-se, contudo, de uma maneira totalmente inovadora de considerá-la: em muitos casos, grupos interdisciplinares de pesquisadores podem estar aptos para trabalhar com pessoas, por exemplo, na educação ou na saúde, em investigações de questões e problemas que elas experimentam durante o curso da mudança. De fato, é possível engajar em co-pesquisa os indivíduos ou os grupos que são os sujeitos da pesquisa, que se envolverão no planejamento, na implementação, na exposição e no uso da pesquisa (ver Ivanić e Simpson, 1992¹).

O corpus

A perspectiva do(a) especialista e dos pesquisados é também importante na seleção de dados, na construção de um *corpus* de amostras de discurso e na decisão dos dados suplementares a serem coletados e usados. A natureza dos dados requeridos variarão de acordo com o projeto e as questões da pesquisa, mas há certos princípios gerais para ter-se em mente. Pode-se apenas tomar uma decisão sensível sobre o conteúdo e a estrutura de um *corpus*, à luz de informações adequadas sobre o 'arquivo'. (Esse termo é usado de uma maneira que vai além do seu uso histórico, para referir-se à totalidade da prática discursiva, seja registro de prática passada ou de prática em andamento, que se inclui dentro do projeto de pesquisa.) Trata-se, em parte, de um problema prático de saber-se o que é útil, e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar amostras para um *corpus*. Naturalmente, trabalhar sobre o *corpus* pode alterar o mapa preliminar. Os analistas de discurso dependeriam das pessoas nas disciplinas relevantes e das que trabalham na área da pesquisa para decisões sobre quais amostras são típicas ou representativas de uma certa prática; se o *corpus* reflete adequadamente a diversidade da prática e as mudanças na prática mediante diferentes tipos de situação, ambas consideradas de maneira normativa e inovadora; e se o *corpus* inclui ponto crítico e momentos de crise (essas noções são explicadas a seguir). Há problemas particulares em coletar um *corpus* de dados que dá acesso a processos de mudança, porque, obviamente, é preciso tentar incorporar períodos de tempo razoáveis nos dados.

Ampliação do corpus

Há várias maneiras pelas quais um *corpus* pode ser ampliado com dados suplementares. Pode-se, por exemplo, obter julgamentos sobre aspectos de amostras do discurso no *corpus*, com base

¹ Ivanić, R. e Simpson, J. Who's who in academic writing? In: Fairclough, N. (ed.) *Critical language awareness*, Londres e Nova York: Longman, 1992, p. 141-173.

em painéis de pessoas que estão em alguma relação significativa com a prática social em foco. Se as práticas de sala de aula e o discurso de sala de aula serão estudados, os painéis poderiam incluir professores, alunos, pais, membros de diferentes comunidades minoritárias e majoritárias, e administradores educacionais. (Para uso dos painéis, ver Gumperz, 1982.)

Uma forma comum de ampliar-se o *corpus* é o uso de entrevistas. Pode-se entrevistar pessoas envolvidas como participantes em amostras do *corpus*, não somente para estimular suas interpretações sobre as amostras, mas também como uma oportunidade para o(a) pesquisador(a) experimentar problemas que vão além da amostra como tal e tentar descobrir, por exemplo, se uma pessoa está mais consciente do investimento ideológico de uma convenção discursiva particular, em algumas situações mais do que em outras. Ou, na co-pesquisa, pode-se ter acesso mais fechado e mais formal à perspectiva daqueles que são pesquisados. O ponto a enfatizar é que entrevistas, painéis, etc. são amostras adicionais de discurso, e uma maneira pela qual podem ampliar o *corpus* é simplesmente acrescentá-las. O *corpus* poderia ser considerado não como totalmente constituído antes do início da análise, mas aberto e com possibilidades de crescimento em resposta a questões que surgem na análise.

Um exemplo

Um exemplo de um projeto de pesquisa possível dará a essas questões forma concreta. Usarei o exemplo mencionado na Introdução, de mudanças na prática discursiva associadas com a substituição da produção fordiana pela pós-fordiana, focalizando um estudo planejado de 'círculos de qualidade'. (Esse exemplo está baseado no planejamento de um projeto de junção interdisciplinar sociológico e lingüístico na Universidade de Lancaster.) Uma característica da indústria pós-fordiana é a importância crescente da comunicação na seção. Novas formas de interação entre os trabalhadores da seção, supervisores e gerentes estão emergindo, na

forma de 'círculos de qualidade', grupos de cinco a dez empregados que usualmente trabalham juntos e se encontram regularmente para discutir formas de aperfeiçoamento da qualidade, da produtividade, e outros problemas relacionados ao trabalho. Uma questão não respondida sobre os círculos de qualidade que bem pode estar relacionada às suspeitas do sindicato sobre a alta incidência de falhas desses círculos é se realmente eles rompem as velhas divisões entre empregados e dão mais poder aos trabalhadores da seção, ou se funcionam como instrumento administrativo para comprovar a experiência valiosa dos trabalhadores da seção e integrá-los em prioridades administrativas. A pesquisa é necessária para saber como os círculos de qualidade funcionam atualmente – como selecionam tópicos, como debatem problemas, como geram propostas e apresentam-nas à administração – e se o controle dessas atividades é partilhado e negociado, ou exercido mais ou menos superficialmente pela administração. Essas questões podem ser investigadas usando-se a análise de discurso como método. O *corpus* para tal estudo deve consistir de registros de vídeo de círculos de qualidade por um período de cerca de um ano, desde o seu começo. Um foco possível pode estar em saber como emergem as convenções para a condução de encontros no período, tomadas como parte de um estudo mais amplo do desenvolvimento das relações de poder nos círculos de qualidade. Esse *corpus* pode ser ampliado com registros do treinamento de gerentes – como líderes ou facilitadores dos círculos de qualidade – com apresentações de propostas pelos círculos de qualidade para painéis administrativos, e com a comunicação entre os círculos de qualidade e os membros da força de trabalho que não estejam envolvidos. Poderia também ser ampliado por meio de entrevistas sobre os círculos de qualidade com seus membros, com a administração sênior, com representantes do sindicato, e com outros trabalhadores da seção. Os analistas devem envolver membros dos círculos de qualidade para chegar à definição das questões de pesquisa e do foco analítico. Desenvolverei esse exemplo um pouco mais quando discutir os resultados.

Transcrição

O discurso falado, tal como o dos encontros do círculo de qualidade, necessita ser transcrito. A transcrição é um processo difícil que consome muito tempo. Dependendo do sistema de transcrição usado, pode-se precisar de seis a vinte horas ou mais para transcrever uma hora de fala gravada. Há uma diversidade de sistemas válidos de transcrição capazes de representar diferentes características da fala, com diferentes graus de detalhe – entonação, ênfase, pausa, alterações na altura e no ritmo e assim por diante (Atkinson e Heritage, 1984: ix-xvi; Tannen, 1989: 202-204). Nenhum sistema poderia mostrar tudo, e sua escolha é sempre um problema de julgamento, considerando-se a natureza do projeto e as questões de pesquisa, os tipos de característica que se quer mostrar, e quais os detalhes. Um tipo de transcrição razoavelmente econômico, adequado para muitos propósitos, deve mostrar as justaposições entre falantes, as pausas e os silêncios (exemplos são as transcrições do Capítulo 5, item “Exemplo 1: Entrevista médica ‘padrão’”).

O que é, talvez, menos óbvio é que a transcrição necessariamente impõe uma interpretação da fala; nas palavras de um artigo sobre esse assunto, a transcrição é teoria (Ochs, 1979). Considere uma situação onde três pessoas estão conversando, e uma toma 80% da conversa. A forma como isso é representado no papel poderia ser como uma conversação, na qual todas as três pessoas tomam turnos de fala, mas uma toma turnos mais longos e mais turnos do que as outras; ou pode ser representado como um monólogo, com várias interrupções ou demonstrações de apoio de outros falantes, talvez pela exibição da conversa do(a) falante mais loquaz em uma coluna no meio da página, com outras contribuições apresentadas nas margens (ver Edelsky, 1981, para exemplos desse tipo). De modo semelhante, se há silêncio na fita, o(a) transcritor(a) tem de decidir se o atribui a um ou a outro participante; se há superposição, se a representa como um(a) falante interrompendo outro(a).

Codificação e seleção de amostras no corpus

Os pesquisadores podem bem desejar codificar um *corpus* inteiro ou grande parte dele, em termos amplos, talvez resumindo o discurso ou codificando-o em tópicos. Ou podem decompor o *corpus* em classes particulares de traços – certos tipos de questões ou formulações (ver, no Capítulo 5, o item “Formulação”). Contudo, a concepção de discurso que apresentei e a visão de análise que resumi anteriormente são especialmente relevantes para a análise detalhada de um pequeno número de amostras de discurso. Isso levanta o problema de como selecionar amostras para análise detalhada. A resposta é, principalmente, que as amostras poderiam ser cuidadosamente selecionadas com base em um levantamento preliminar do *corpus*, tomando-se o cuidado de efetuá-lo entre os pesquisados e os colegas das disciplinas relevantes das ciências sociais, de forma que possam trazer percepções tanto quanto possível em contribuição ao discurso da prática social sob escrutínio. Uma estratégia de seleção que deve ser recomendada consiste em focalizar o que anteriormente chamei de ‘ponto crítico’ e ‘momento de crise’. Há momentos do discurso onde há evidência de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de um texto; silêncios; mudanças súbitas de estilo. Além das evidências e do comportamento interativo dos participantes, deve-se novamente usar painéis de julgamento ou julgamentos retrospectivos dos participantes sobre os pontos que representem dificuldades. Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas.

Análise

Esta seção consiste de um sumário dos tipos de análise que introduzi e ilustrei nos capítulos 3-7. Não obedeci exatamente à ordem pela qual os tópicos foram discutidos nesses capítulos, mas segui a mesma progressão global: (1) análise das práticas discursivas (no nível da macroanálise: ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva"), focalizando a intertextualidade e a interdiscursividade das amostras do discurso; (2) análise dos textos (microanálise da prática discursiva); (3) análise da prática social da qual o discurso é uma parte. Essas três dimensões da análise vão inevitavelmente estar superpostas na prática; por exemplo, os analistas sempre começam com alguma idéia da prática social em que se situa o discurso. Mas a seqüência é útil para ordenar o resultado do engajamento de alguém em uma amostra discursiva particular antes de apresentá-la na forma escrita ou falada. Note-se que envolve uma progressão da interpretação à descrição e volta à interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) à descrição do texto, à interpretação de ambos à luz da prática social em que se situa o discurso. Não é necessário proceder nesta ordem, e os analistas podem começar da análise do texto, ou de fato da análise da prática social. A escolha dependerá dos propósitos e das ênfases da análise. 'Olhar' para os processos de análise de discurso parece ser particularmente apropriado, dada a minha principal preocupação aqui com processo e mudança.

Cada um dos principais itens no sumário adiante é seguido por uma descrição breve do tipo de análise que envolve e, em muitos casos, de um conjunto de questões que atuam como indicadores durante a análise de uma amostra discursiva particular. Deve-se ter em mente que durante a análise há uma constante alternância de foco da particularidade da amostra discursiva para o tipo (ou tipos) de discurso que ela delineia, e as configurações dos tipos de discurso para os quais está orientada. A análise poderia ser dirigida para ambos: poderia mostrar características, padrões e estruturas que são típicos de certos tipos de discurso, reestruturando tendências nas ordens de discurso, e mostrar formas de usar esses recursos convencionais que são específicos dessa amostra. Note que em qualquer análise particular algumas das categorias são prova-

velmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias.

Prática discursiva

Cada uma das três dimensões da prática discursiva é representada a seguir. 'Interdiscursividade' e 'Intertextualidade Manifesta' focalizam a produção do texto, 'Cadeias Intertextuais', a distribuição do texto, e 'Coerência', o consumo do texto (ver, no Capítulo 4, discussão detalhada). Complementei com 'Condições da Prática Discursiva' para apresentar aspectos sociais e institucionais brevemente aludidos no Capítulo 3 (item "Prática discursiva").

INTERDISCURSIVIDADE

(Ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade".) O objetivo é especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva sob análise, e como isso é feito. Sinta liberdade para usar o termo geral 'tipo de discurso' se não estiverem claros o gênero, a atividade, o estilo, ou o discurso. A principal forma de justificar uma interpretação é por meio da análise do texto, mostrando que nossa interpretação é compatível com as características do texto, e mais compatível do que outras. Outros tipos de evidência foram mencionados anteriormente sob o título "Ampliação do corpus".

Há uma maneira óbvia de caracterizar a amostra global (em termos de gênero de discurso)?

(Se for o caso, o que implica em termos de como a amostra é produzida, distribuída e consumida?)

A amostra delineia mais de um gênero?

Que tipo(s) de atividade, estilo(s), discurso(s) são delineados? (Você pode especificar estilos de acordo com o tenor, o modo e o modo retórico?)

É a amostra discursiva relativamente convencional nas suas propriedades interdiscursivas, ou relativamente inovadora?

CADEIAS INTERTEXTUAIS

(Ver, no Capítulo 4, o item "Intertextualidade e transformações".) O objetivo aqui é especificar a distribuição de uma (um tipo de) amostra discursiva pela descrição das cadeias intertextuais das quais participa, isto é, as séries de tipos de textos nas quais ou das quais é transformada.

Que tipos de transformação essa (esse tipo de) amostra discursiva sofre?

São as cadeias intertextuais e as transformações relativamente estáveis, ou são inconstantes, ou contestadas?

Há sinais de que o produtor do texto antecipa mais do que um tipo de audiência?

COERÊNCIA

(Ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva".) O objetivo aqui é considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Isso poderia envolver os analistas em pesquisa de leitor(a), isto é, pesquisa de como os textos são realmente interpretados.

Quão heterogêneo e quão ambivalente é o texto para um(a) intérprete particular, e, conseqüentemente, quanto de trabalho inferencial é requerido? (Isso conduz diretamente às dimensões intertextuais de construção dos sujeitos no discurso: ver "Prática social", a seguir).

Esta amostra recebe leituras resistentes? De que tipo de leitor(a)?

CONDIÇÕES DA PRÁTICA DISCURSIVA

(Ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva".) O objetivo é especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, associadas com o tipo de discurso que a amostra representa (o qual pode ser relacionado ao gênero de discurso: ver a primeira questão sob o título "Interdiscursividade", anteriormente).

O texto é produzido (consumido) individual ou coletivamente? (Há estágios distintos de produção? As pessoas do(a) animador(a), autor(a) e principal são as mesmas ou diferentes?)

Que tipos de efeitos não-discursivos possui esta amostra?

INTERTEXTUALIDADE MANIFESTA

(Ver, no Capítulo 4, o item "Exemplo 2: Um guia para os portadores do cartão do banco Barclay".) A intertextualidade manifesta é uma área cinzenta entre a prática discursiva e o texto: levanta questões sobre o que vai na produção de um texto, mas também diz respeito às características que estão manifestas na superfície do texto. O objetivo é especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado, e como isso ocorre. Os gêneros de discurso diferem nos modos da intertextualidade manifesta com a qual estão associados (ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade"), fazendo-se necessário aqui explorar tais diferenças.

representação discursiva

-É direta ou indireta?

O que está representado: aspectos do contexto e estilo, ou apenas o significado ideacional?

O discurso representado está claramente demarcado? Está traduzido na voz do discurso representado?

Como está contextualizado no discurso representado?

pressuposição

Como estão as pressuposições sugeridas no texto?

Estão ligadas a textos principais de outros ou a textos anteriores do(a) produtor(a) do texto?

São sinceras ou manipulativas?

São polêmicas (como orações negativas)?

E uma questão adicional:

Há instâncias de metadiscurso ou ironia?

Texto

CONTROLE INTERACIONAL

(Ver, no Capítulo 5, os itens "Características de controle interacional" e "Formulação".) O objetivo aqui é descrever as propriedades organizacionais gerais das interações, das quais dependem o funcionamento regular e o controle das interações. Uma questão importante é quem controla as interações e em que nível: em que extensão o controle é negociado como um empreendimento efetuado pelos participantes, e em que extensão é assimetricamente exercido por um participante?

Que regras de tomada de turnos estão em operação? São os direitos e as obrigações dos participantes (com respeito à justaposição ou ao silêncio, por exemplo) simétricos ou assimétricos?

Que estrutura de troca está em operação?

Como os tópicos são introduzidos, desenvolvidos e estabelecidos, e é o controle de tópico simétrico ou assimétrico?

Como são as agendas apresentadas e por quem? Como são policiadas e por quem? Um participante avalia as expressões dos outros?

Em que extensão os participantes formulam a interação? Que funções as formulações têm, e qual(is) participante(s) formula(m)?

COESÃO

(Ver, no Capítulo 6, o item "Conectivos e argumentação".) O objetivo é mostrar como as orações e os períodos estão conectados no texto. Essa informação é relevante para a descrição do modo retórico do texto (ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade"): sua estrutura como um modo de argumentação, narrativa, etc.

Que relações funcionais existem entre as orações e os períodos do texto?

Há marcadores coesivos de relações funcionais explícitos na superfície? Que tipos de marcadores (referência, elipse, conjunção, lexical) são mais usados?

POLIDEZ

(Ver, no Capítulo 5, o item "Polidez".) O objetivo é determinar quais estratégias de polidez são mais usadas na amostra, se há diferenças entre os participantes e o que essas características sugerem sobre as relações sociais entre os participantes.

Quais estratégias de polidez (polidez negativa, polidez positiva, implícitos) são usadas, por quem e com quais propósitos?

ETHOS

(Ver, no Capítulo 5, o item *Ethos*.) O objetivo é reunir as diversas características que vão em direção à construção do eu, ou de identidades sociais, na amostra. O *ethos* envolve não apenas o discurso, mas todo o corpo. Qualquer uma das categorias analíticas listadas aqui pode ser relevante para o *ethos*.

GRAMÁTICA

Três dimensões da gramática nas orações são diferenciadas aqui: transitividade, tema e modalidade. Correspondem respectivamente às funções da linguagem ideacional, textual e interpessoal (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso").

TRANSITIVIDADE

(Ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema".) O objetivo é verificar se tipos de processo e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição de responsabilidade.

Que tipos de processo (ação, evento, relacional, mental) são mais usados, e que fatores podem ser considerados em função disso?

A metáfora gramatical é uma característica significativa?

As orações passivas ou as nominalizações são freqüentes, e, em caso positivo, que funções parecem desempenhar?

TEMA . . .

(Ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema".) O objetivo é verificar se há um padrão discernível na estrutura temática do texto para as escolhas dos temas das orações.

Qual é a estrutura temática do texto e que suposições (por exemplo, sobre a estruturação do conhecimento ou da prática) lhe são subjacentes?

Os temas marcados são freqüentes e, em caso positivo, quais são suas motivações?

MODALIDADE

(Ver, no Capítulo 5, o item "Modalidade".) O objetivo é determinar padrões, no texto, quanto ao grau de afinidade expressa com proposições, por meio da modalidade. O interesse maior está em avaliar o significado relativo das características da modalidade para: a) as relações sociais no discurso; e b) o controle das representações da realidade.

Que tipos de modalidade são mais freqüentes?

São as modalidades predominantemente subjetivas ou objetivas?

Que características de modalidade (verbos modais, advérbios modais, etc.) são mais usadas?

SIGNIFICADO DAS PALAVRAS

(Ver, no Capítulo 6, o item "Significado das palavras".) A ênfase está nas palavras-chave que têm significado cultural geral ou mais local; nas palavras cujos significados são variáveis e mutáveis; e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta.

CRIAÇÃO DE PALAVRAS

(Ver, no Capítulo 6, o item "Criação de palavras".) O objetivo é contrastar as formas de lexicalização dos sentidos com as formas de lexicalização dos mesmos em outros (tipos de) textos e identificar a perspectiva interpretativa que subjaz a essa lexicalização.

O texto contém itens lexicais novos e, em caso positivo, que significado teórico, cultural e ideológico eles têm?

Que relações intertextuais estão delineadas para a lexicalização no texto?

O texto contém evidência de perífrase ou relexicalização (em oposição a outras lexicalizações) de certos domínios de sentido?

METÁFORA

(Ver, no Capítulo 6, o item "Metáfora".) O objetivo é caracterizar as metáforas usadas na amostra discursiva, em contraste com as metáforas usadas para sentidos similares em outro lugar, e determinar que fatores (cultural, ideológico, etc.) determinam a escolha da metáfora. O efeito das metáforas sobre o pensamento e a prática deveria também ser considerado.

Prática Social (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como prática social: ideologia e hegemonia", e o Capítulo 7).

A análise da prática social é mais difícil de ser reduzida a uma lista; portanto, os itens que se seguem deveriam ser considerados somente como uma orientação aproximada. O objetivo geral aqui é especificar: a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social.

MATRIZ SOCIAL DO DISCURSO

O objetivo é especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prá-

tica social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações (é convencional e normativa, criativa e inovadora, orientada para reestruturá-las, opositivas, etc.); e que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação?

ORDENS DE DISCURSO

O objetivo é especificar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela delinea e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais contribui. A atenção deveria ser dada às tendências de larga escala que afetam as ordens de discurso discutidas no Capítulo 7.

EFEITOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DO DISCURSO

É útil focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como prática social: ideologia e hegemonia"):

- sistemas de conhecimento e crença;
- relações sociais;
- identidades sociais ('eu').

Há sempre análises alternativas possíveis para as amostras discursivas, e emerge a questão de como os analistas podem justificar as análises que propõem (como podem 'validá-las'). Não há uma resposta simples, e tudo o que se pode fazer é decidir, diante das análises alternativas, qual parece ser preferível na avaliação da evidência disponível. Há vários fatores a serem levados em conta. Um deles é a extensão com que uma análise proposta explica a amostra discursiva: ela explica totalmente as características detalhadas, ou deixa as características inexplicadas, ou ainda parece estranhar as características? Outro fator é se uma análise proposta está baseada no que os participantes fazem em uma interação. Se, por exemplo, afirma-se que um texto está estruturado de uma

maneira contraditória, pelo delineamento incompatível de gêneros, os participantes realmente dão evidência de que experimentam isto como problemático em suas contribuições? Pode-se também levar em conta as reações dos participantes à análise; se ela faz sentido para eles e ajuda-os a explicar outros aspectos do tipo de discurso em foco, isso é a seu favor. Uma consideração relacionada é a extensão com que a análise joga luz sobre outros dados para o(a) analista e provê uma base (mesmo um modelo) para outras análises (ver Potter e Wetherell, 1987: 169-172, para uma discussão mais detalhada de questões relacionadas com a validação).

Resultados

A primeira observação a fazer aqui é que, se os analistas têm algum controle sobre como os resultados são usados, nunca têm total controle depois que os resultados caem no domínio público. Isso confronta os analistas com um dilema do qual estou plenamente consciente, mas que não está completamente resolvido. Argumentei no Capítulo 7 que há um processo difundido de tecnologização do discurso, que usa a pesquisa sobre o discurso para redesenhar as práticas discursivas e treinar as pessoas para usar novas práticas discursivas. A tecnologização do discurso é uma fonte para a engenharia cultural e social, e muitos analistas de discurso encontram objeções para o fato de ser usada e, certamente, para algumas formas em que é usada. Mas como posso eu ou outros analistas estarmos seguros de que a pesquisa que estou desenvolvendo não é usada em tais contextos? A resposta honesta, mesmo que dolorosa, é de que não posso: como os acadêmicos em muitos outros campos, os analistas de discurso estão cada vez mais correndo o risco de ser integrados em agendas burocráticas e administrativas. Como afirmei na discussão da tecnologização do discurso, esta é uma tendência que está, até o presente, manifesta apenas parcialmente em diferentes instituições e domínios. A minha impressão é a de que está caminhando para congregar força, talvez bem rapidamente, e pôr os analistas em dilemas mais prementes, num futuro não muito distante.

Pode-se, naturalmente, parar de fazer pesquisa, ou fazer pesquisa sobre algo diferente; mas é difícil encontrar áreas de pesquisa que estejam livres de abuso, e estas são soluções que a maioria de nós acha difícil contemplar. Talvez tal pessimismo deveria ser qualificado. As tecnologias do discurso, como outras tecnologias, abrem possibilidades em várias direções, algumas mais benéficas para a maioria das pessoas do que outras. Descrevi a tecnologização do discurso como um uso burocrático ou administrativo do conhecimento sobre o discurso para impor mudança, mas esse conhecimento poderia também ser usado em busca de mudança de baixo para cima. Nesse sentido, venho argumentando com colegas em outras ocasiões (Clark *et al.*, 1988; Fairclough e Ivanic, 1989; Fairclough, 1992)² a favor de um elemento de 'Consciência Lingüística Crítica' (CLC), na educação lingüística de todos os alunos, que poderia fornecer-lhes o conhecimento para iniciar mudanças em suas próprias práticas discursivas, e nas práticas discursivas de sua comunidade.

A CLC objetiva recorrer à linguagem e à experiência discursiva dos próprios aprendizes, para ajudá-los a tornarem-se mais conscientes da prática em que estão envolvidos como produtores e consumidores de textos: das forças sociais e interesses que a moldam, as relações de poder e ideologias que a investem; seus efeitos sobre as identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças; e o papel do discurso nos processos de mudança cultural e social (incluindo a tecnologização do discurso). Mediante a conscientização, os aprendizes podem tornar-se mais conscientes das coerções sobre sua própria prática, e das possibilidades, dos riscos e dos custos do desafio individual ou coletivo dessas coerções, para se engajarem em uma prática lingüística emancipatória. Dessa descrição sumária fica claro como a CLC poderia recorrer ao tipo de análise de discurso que defendi neste livro. Mas ela também envolve a consciência da variedade lingüística: consciência histórica dos processos hegemônicos de padronização da linguagem, e os interesses que residem por trás deles; consciência de

como a variedade padrão (por exemplo, o inglês padrão) é imposta em contextos de prestígio; de como tais coerções prejudicam os usuários de outras variedades; das possibilidades e dos riscos de ir contra elas, desafiando a hegemonia do padrão. Como isto conclui, a CLC considera o desenvolvimento da consciência lingüística e da prática lingüística como mutuamente reforçador.

Os analistas podem também desejar continuar seu relacionamento com os pesquisados após a pesquisa estar completa. Isso pode envolver no mínimo a escrita dos resultados em uma forma que seja acessível e útil para eles, e talvez entrando em diálogo com eles sobre os resultados e suas implicações. Ou pode requerer envolvimento a longo prazo na ação que as pessoas decidem tomar em resposta aos resultados. Por exemplo, se o projeto para investigar os círculos de qualidade na indústria, referido anteriormente, fosse para mostrar que os gerentes controlam amplamente os encontros do círculo de qualidade (talvez em termos de tipos de controle interacional discutidos no Capítulo 5, itens "Características de controle interacional" e "Formulação"), os trabalhadores (ou gerentes ou ambos) poderiam decidir tentar desenvolver formas de interação que permitissem que o controle fosse mais bem distribuído e negociado. Os analistas de discurso podem bem estar aptos a transformar suas habilidades analíticas em auxílio nesse planejamento.

Portanto, há possibilidades para os analistas exercerem algum controle sobre o uso de seus resultados de pesquisa. Mas penso que seria enganador terminar com uma nota tão otimista. Se a tecnologização do discurso ganha força, conforme eu predisse, os analistas de discurso serão fortemente pressionados a proteger suas intervenções bem intencionadas, para não serem apropriadas por aqueles que detêm o poder, os recursos e o dinheiro.

² Fairclough, N. (ed.) *Critical language awareness* (Consciência lingüística crítica), Londres e Nova York, Longman, 1992.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses. In: Althusser, L. (ed.) *Lenin and philosophy and other essays*. Londres: New Left Books, 1971. (*Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.)
- ANTAKKI, C. *Analyzing everyday explanation: a casebook of methods*. Londres: Sage Publications, 1988.
- ARGYLE, M. *The psychology of interpersonal behaviour*. 3. ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.
- ATKINSON, J. M. e DREW, P. *Order in court: the organization of verbal interaction in judicial settings*. Londres: Macmillan, 1979.
- ATKINSON, J. M. e HERITAGE, J. *Structures of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- AUTHIER- RÉVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, 26:91-151, 1982. (Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 19: 25-42, 1990.)
- BAGGULEY, P. Post-Fordism and enterprise culture: flexibility, autonomy and changes in economic organization. In: Keat & Abercrombie (eds.), 1990, *op. cit.*
- BAGGULEY, P. e LASH, S. Labour relations in disorganized capitalism: a five-nation comparison. *Environment and Planning D: Society and Space*, 6: 321-338, 1988.
- BAKHTIN, M. *The dialogical imagination*. Holquist, M. (ed.), trad. C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- _____. *Speech genres and other late essays*. Emerson, C. & Holquist, M. (eds.). Trad. V. W. McGee. Austin: University of Texas Press, 1986. (Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, M.

- Estética da criação verbal*. Trad. M. E. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 277-326.)
- BARNES, D. *Teachers and pupils talking*. Videocassette. Milton Keynes: Open University, 1976.
- BEAUGRANDE, R. de e DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman, 1981.
- BENNETT, T. e WOOLLACOTT, J. *Bond and beyond: the political career of a popular hero*. Londres: Macmillan, 1987.
- BENSON, D. e HUGHES, J. *The perspective of ethnomethodology*. Londres: Longman, 1983.
- BERNSTEIN, B. Codes, modalities and the process of cultural reproduction: a model. *Language in Society*, 10: 327-367, 1981.
- BILLIG, M., CONDOR, S., EDWARDS, D., GANE, M., MIDDLETON, D. e RIDLEY, A. *Ideological dilemmas: a social psychology of everyday thinking*. Londres: Sage Publications, 1988.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Trad. R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982.
- _____. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Trad. R. Nice. Londres: Routledge, 1984.
- _____. *Homo academicus*. Trad. P. Collier. Cambridge: Polity Press, 1988.
- BROWN, G. e YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BROWN, P. e FRASER, C. Speech as a marker of situation. In: Scherer, K. & Giles, H. (eds.) *Social markers in speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- BROWN, P. e LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci and the State*. Trad. D. Fernbach. Londres: Lawrence and Wishart, 1980.
- BUTTON, G. e CASEY, N. Generating topic: the use of topic initial elicitors. In: Atkinson & Heritage, 1984, *op. cit.*
- BUTTON, G. e LEE, J. R. E. *Talk and social organization*. Clevedon: Multilingual Matters, 1987.
- CAMERON, D. *Feminism and linguistic theory*. Londres: Macmillan, 1985.

- CHILTON, P. (ed.) *Language and the nuclear arms debate*. Londres: Pinter Publications, 1985.
- _____. *Orwellian language and the media*. Londres: Pluto Press, 1988.
- CLARK, R., FAIRCLOUGH, N., IVANIC, R. e MARTIN-JONES, M. Critical language awareness. *Centre for Language in Social Life Research Papers*, 1. University of Lancaster, 1988.
- COATES, J. *Women, men and language*. Londres: Longman, 1986.
- COULTHARD, M. *An introduction to discourse analysis*. Londres: Longman, 1977.
- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). *Langages*, 62, 1981.
- COURTINE, J.-J. e MARANDIN, J.-M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Materialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- DAVIDSON, A. I. Archaeology, genealogy, ethics. In: Hoy, D. C. (ed.) *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- DEBRAY, R. *Critique de la raison politique*. Paris: Gallimard, 1981.
- Department of Education and Science. *Report of the Committee of Inquiry into the Teaching of English Language (Kingman Report)*. Londres: HMSO, 1988.
- _____. *English from ages 5 to 16 (The Cox Report)*. Londres: HMSO, 1989.
- DEWS, P. *Logics of disintegration*. Londres: Verso, 1987.
- DOWNES, W. *Language and society*. Londres: Fontana, 1984.
- DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Brighton: Harvester Press, 1982.
- Economy and Society*, 18, fevereiro, 1989. Número especial sobre retórica.
- EDELMAN, M. The political language of the helping professions. *Politics and Society*, 4: 295-310, 1974.
- EDELSKY, C. Who's got the floor? *Language in Society*, 10: 383-421, 1981.
- EMERSON, J. Behaviour in private places: sustaining definitions of reality in gynaecological examinations. In: Dreizel, H. P. (ed.) *Recent Sociology*, 2. Nova York: Collier-Macmillan, 1970.
- FAIRCLOUGH, N. Register, power and sociosemantic change. In: Birch, D. & O'Toole, M. (eds.) *Functions of style*. Londres: Pinter Publications, 1988a.

- _____. Discourse representation in media discourse. *Sociolinguistics*, 17: 125-139, 1988b.
- _____. Linguistic and social change, and consequences for language education. *Centre for Language in Social Life Research Papers*, 2. University of Lancaster, 1988c.
- _____. *Language and power*. Londres: Longman, 1989a.
- _____. Language and ideology. *English Language Research Journal*, 3: 9-27, 1989b.
- _____. Discourse in social change: a conflictual view. Working Paper. Department of Linguistics, University of Lancaster, 1989c.
- _____. What might we mean by 'enterprise discourse'? In: Keat, R. & Abercrombie, N., 1990a, *op. cit.*
- _____. Technologization of discourse. *Centre for Language in Social Life Research Papers*, 17. University of Lancaster, 1990b.
- _____. (ed.) *Critical language awareness*. Londres: Longman, 1992.
- _____. The appropriacy of 'appropriateness'. In: Fairclough, N. (ed.), *op. cit.*, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. e IVANIC, R. Language education or language training? A critique of the Kingman model of the English language. In: Bourne, J. & Bloor, T. (eds.) *The Kingman report*. Londres: Committee for Linguistics in Education, 1989.
- FISHMAN, P. M. Interaction: the work women do. In: Thorne, B., Kramarae, C. & Thorne, N. (eds.) *Language, gender and society*. Rowley Mass.: Newbury House, 1983.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971. (*A ordem do discurso*. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.)
- _____. *The archaeology of knowledge*. Londres: Tavistock Publications, 1972. (*A arqueologia do saber*. Trad. L. F. B. Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.)
- _____. *Discipline and punish: the birth of the prison*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979. (*Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. L. M. P. Vassallo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.)

- _____. *History of sexuality*. V. 1. Harmondsworth: Penguin Books, 1981. (*História da sexualidade: a vontade de saber*. V. 1. Trad. M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.)
- _____. The subject and power. Posfácio a Dreyfus & Rabinow, 1982, *op. cit.*
- _____. The order of discourse. In: Shapiro, M. (ed.) *Language and politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1984 (1982).
- FOWLER, R. Notes on critical linguistics. In: Steele, R. & Thredgold, T. (eds.) *Language topics*. V. 2. Amsterdam: Benjamins, 1988a.
- _____. Oral models in the press. In: MacLure, M. et al. (eds.) *Oracy matters*. Milton Keynes: The Open University Press, 1988b.
- FOWLER, R., HODGE, B. KRESS, G. e TREW, T. *Language and control*. Londres: Routledge, 1979.
- FRASER, N. *Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- FROW, J. Discourse and power. *Economy and Society*, 14, 1985.
- FURTHER EDUCATION UNIT. *Relevance, flexibility and competence*. Londres, 1987.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1967.
- GARTON, G., MONTGOMERY, M. e TOLSON, A. Media discourse in the 1987 General Election: ideology, scripts and metaphors. Working Paper. Programme in Literary Linguistics, Strathclyde University, 1988.
- GIDDENS, A. *The constitution of society*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. Nova York: Harper Colophon Books, 1974.
- _____. *Forms of talk*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- GRADDOLL, D. e SWANN, J. *Gender voices*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Ed. e trad. Q. Hoare & G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HABERMAS, J. *Theory of communicative action*. V. 1. Trad. T. McCarthy. Londres: Heinemann, 1984.
- HALL, S. The toad in the garden: thatcherism among the theorists. *In*: Nelson & Grossberg, 1988, *op. cit.*
- HALL, S., CRITCHER, C., JEFFERSON, T., CLARKE, J. e ROBERTS, B. *Policing the crisis*. Londres: Macmillan, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. Categories of the theory of grammar. *Word*, 17: 241-292, 1961.
- _____. Lexis as a linguistic level. *In*: Bazell, C., Catford, J. C., Halliday, M. A. K. & Robins, R. H. (eds.) *In memory of J. R. Firth*. Londres: Longman, 1966.
- _____. Linguistic function and literary style: an enquiry into the language of William Golding's *The inheritors*. *In*: Halliday, M. A. K., 1973 (1971).
- _____. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- _____. *Language as social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- _____. *Introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- _____. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Geelong, Victoria: Deakin University Press, 1985.
- HARRIS, Z. *Discourse analysis*. Haia: Mouton and Company, 1963.
- HARTLEY, J. *Understanding news*. Londres: Methuen, 1982.
- HASAN, R. *Linguistics, language and verbal art*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- HEALTH EDUCATION COUNCIL. *Pregnancy book*. Londres: Health Education Council, 1984.
- HENRIQUES, J., HOLLWAY, W., URWIN, C., VENN, C. e WALKERDINE, V. *Changing the subject*. Londres: Methuen, 1984.
- HERITAGE, J. Analyzing news interviews: aspects of the production of talk for overhearing audiences. *In*: van Dijk, 1985a, v. 3, *op. cit.*

- HERITAGE, J. C. e WATSON, D. R. Formulations as conversational objects. *In*: Psathas, G. (ed.) *Everyday language: studies in ethnomethodology*. Nova York: Irvington, 1979.
- HMSO. *Fifth Report from the Home Affairs Committee*. Londres: HMSO, 1985.
- HODGE, R. e KRESS, G. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press; Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- HOEY, M. *On the surface of discourse*. Londres: George, Allen and Unwin, 1983.
- HOY, D. C. (ed.) *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- IVANIC, R. e SIMPSON, J. Who's who in academic writing? *In*: Fairclough, N. (ed.), 1992.
- JAKOBSON, R. Concluding statement: linguistics and poetics. *In*: Sebeok, T. (ed.) *Style in language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1961.
- JAMESON, F. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. *New Left Review*, 146: 53-92, 1984.
- JEFFERSON, G. e LEE, J. R. The rejection of advice: managing the problematic convergence of 'troubles-telling' and a 'service encounter'. *Journal of Pragmatics*, 5: 339-422, 1981.
- KEAT, R. e ABERCROMBIE, N. (eds.) *Enterprise culture*. Londres: Routledge, 1990.
- KRESS, G. Language in the media: the construction of the domains of public and private. *Media, Culture and Society*, 8: 395-419, 1986.
- _____. Educating readers: language in advertising. *In*: Hawthorn, J. (ed.) *Propaganda, persuasion and polemic*. Londres: Edward Arnold, 1987.
- _____. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- _____. History and language: towards a social account of language change. *Journal of Pragmatics*, 13: 445-466, 1989.
- KRESS, G. e HODGE, R. *Language as ideology*. Londres: Routledge, 1979.
- KRESS, G. e THREADGOLD, T. Towards a social theory of genre. *Southern Review*, 21: 215-243, 1988.

- KRISTEVA, J. Word, dialogue and novel. In: Moi, T. (ed.) *The Kristeva reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986a, p. 34-61.
- _____. The system and the speaking subject. In: Moi, T., 1986b, *op. cit.*, p. 24-33.
- LABOV, W. e FANSHEL, D. *Therapeutic discourse: psychotherapy as conversation*. Nova York: Academic Press, 1977.
- LACLAU, E. *Politics and ideology in Marxist theory*. Londres: New Left Books, 1977.
- LACLAU, E. e MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy*. Londres: Verso, 1985.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LARRAIN, J. *The concept of ideology*. Londres: Hutchinson, 1979.
- LECOURT, D. *Pour une critique de l'epistemologie*. Paris: François Maspero, 1972.
- LEECH, G. N. *Semantics*. 2. ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1981.
- _____. *Principles of pragmatics*. Londres: Longman, 1983.
- LEECH, G. N., DEUCHAR, M. e HOOGENRAAD, R. *English grammar for today*. Londres: Macmillan, 1982.
- LEECH, G. N. e SHORT, M. *Style in fiction*. Londres: Longman, 1981.
- LEECH, G. N. e THOMAS, J. Language, meaning and context: pragmatics. In: Collinge, N. E. (ed.) *An encyclopaedia of language*. Londres: Routledge, 1989.
- LEISS, W., KLINE, S. e JHALLY, S. *Social communication in advertising*. Londres: Methuen, 1986.
- LEITH, D. *A social history of English*. Londres: Routledge, 1983.
- LEVINSON, S. Activity types and language. *Linguistics*, 17: 365-399, 1979.
- _____. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LOOKER, T. e GREGSON, O. Stress and the businessman: stresswise for health success. *Business Enterprise News*, 7, 1989.
- MACDONELL, D. *Theories of discourse: an introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes d'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- _____. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.
- MALDIDIER, D. Hommage: Michel Pêcheux: une tension passionnée entre la langue et l'histoire. In: *Histoire et linguistique*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.
- MARGERISON, C. *Conversation control skills for managers*. Londres: Mercury Books, 1987.
- MARTYNA, W. What does *he* mean: use of the generic masculine. *Journal of Communication*, 28: 131-138, 1978.
- MEY, J. *Whose language? a study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- MISHLER, E. *The discourse of medicine: dialectics of medical interviews*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Company, 1984.
- MONTGOMERY, M. Meanings and the media. Ph. D. thesis, University of Strathclyde, 1990.
- MORLEY, D. Texts, readers, subjects. In: Hall, S., Hobson, D., Lowe, A. e Willis, P. (eds.) *Culture, media, language*. Londres: Hutchinson, 1980.
- MORRIS, N. (ed.) *The baby book*. Londres: Newbourne Publications Ltd., 1986.
- MORRIS, P. Freeing the spirit of enterprise: the genesis and development of the concept of enterprise culture. In: Keat e Abercrombie, 1990, *op. cit.*
- NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.) *Marxism and the interpretation of culture*. Londres: Macmillan, 1988.
- OCHS, E. Transcription as theory. In: Ochs, E. e Schieffelin, B. *Developmental pragmatics*. Nova York: Academic Press, 1979.
- PÊCHEUX, M. *Language, semantics and ideology*. Londres: Macmillan, 1982. (Trad. bras. E. P. Orlandi et al. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.)
- _____. Sur les contextes épistemologiques de l'analyse de discours. *Mots*, 9: 7-17, 1983.

- _____. Discourse: structure or event? In: Nelson e Grossberg, 1988, *op. cit.* (Trad. bras. E. P. Orlandi. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, S. P.: Pontes, 1990.)
- PÊCHIEUX, M., HENRY, P., POITOU, J.-P. e HAROCHE, C. Un exemple d'ambiguïté idéologique: le rapport Mansholt. *Téchnologies, Idéologies, et Pratiques*, 1 (2): 1-83, 1979.
- POMERANTZ, A. Compliment responses. In: Schenkein, 1978, *op. cit.*
- POTTER, J. e WETHERELL, M. *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour* Londres: Sage Publications, 1987.
- QUIRK, R., GREENBAUM, S., LEECH, G. e SVARTVIK, J. *A grammar of contemporary English*. Londres: Longman, 1972.
- RABINOW, P. (ed.) *The Foucault reader*. Harmondsworth: Penguin Books, 1984.
- ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: Armand Colin, 1973.
- ROSE, N. Governing the enterprising self. Trabalho apresentado no congresso *Values of the enterprise culture*. Lancaster University, setembro de 1989, mimeo.
- ROSE, N. e Miller, R. Rethinking the state: governing economic, social and personal life. Mimeo. 1989.
- SACKS, H. *Mimeo lecture notes. 1967-1971*.
- _____. On the analyzability of stories by children. In: Gumperz, J. e Hymes, D. (eds.) *Directions in sociolinguistics*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 325-345.
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. *Language*, 50: 696-735, 1974.
- SAUSSURE, F. de. *Course in general linguistics*. Trad. W. Baskin. Nova York: McGraw Hill, 1959. (*Curso de lingüística geral*. Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1987.)
- SCHEGLOFF, E. e SACKS, H. Opening up closings. *Semiotica*, 8: 289-327, 1973.
- SCHEGLOFF, E., JEFFERSON, G. e SACKS, H. The preference for self-correction of repairs in conversation. *Language*, 53: 361-382, 1977.

- SCHENKEIN, J. (ed.) *Studies in the organization of conversational interaction*. Nova York: Academic Press, 1978.
- SCHUTZ, A. *Collected papers. V. 1. The problem of social reality*. Haia: Martinus Nijhoff, 1962.
- SHAPIRO, M. *Language and political understanding*. Yale: Yale University Press, 1981.
- SINCLAIR, J. e COULTHARD, M. *Towards an analysis of discourse: the English used by teachers and pupils*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- SONTAG, S. *Aids and its metaphors*. Harmondsworth: Penguin Books, 1988.
- SPENDER, D. *Man made language*. Londres: Routledge, 1980.
- SPERBER, D. e WILSON, D. *Relevance*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- STUBBS, M. *Discourse analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- TALBOT, M. The construction of gender in a teenage magazine. In: Fairclough, N. (ed.), 1992.
- TANNEN, D. *Talking voices, repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TAYLOR, C. Foucault on freedom and truth. In: Hoy, D. C. (ed.), 1986.
- TEN HAVE, P. The consultation as a genre. In: Torode, B. (ed.). *Text and talk as social practice*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1989, p. 115-135.
- THOMAS, J. Discourse control in confrontational interaction. *Lancaster Papers in Linguistics*, 50, Lancaster University, 1988.
- THOMPSON, J. B. *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- _____. *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- THREADGOLD, T. Changing the subject. In: Steele, R. e Threadgold, T. (eds.) *Language topics. V. 2*. Amsterdam: Benjamins, 1988a.
- _____. Stories of race and gender: an unbounded discourse. In: Birch, D. e O'Toole, M. *Functions of style*. Londres: Pinter Publishers, 1988b.

- TOLSON, A. *Speaking from experience: interview discourse and forms of subjectivity*. Ph. D. thesis, University of Birmingham, 1990.
- TREW, T. Theory and ideology at work. In: Fowler *et al.*, *op. cit.*, 1979.
- URRY, J. Some social and spatial aspects of services. *Society and Space*, 5: 5-26, 1987.
- VAN DIJK, T. (ed.) *Handbook of discourse analysis*, 4 v. Londres: Academic Press, 1985a.
- _____. *Discourse and communication: new approaches to the analysis of mass media discourses and communication*. Berlim: Walter de Gruyter and Co., 1985b.
- _____. *News as discourse*. Hillsdale: New Jersey: Erlbaum, 1988.
- VOLOSHINOV, V. I. *Marxism and the philosophy of language*. Nova York: Seminar Press, 1973. (Trad. bras. Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.)
- WEEDON, C. *Feminist press and post-structuralist theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- WIDDOWSON, H. *Explorations in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Londres: Fontana/Croom Helm, 1976.
- ZIMA, P. Les mécanismes discursifs de l'idéologie. *Revue de L'Institut de Sociologie (Solvay)*, 4.

Índice

A

- aconselhamento, 80, 85, 129, 149;
ambivalência de, 85; discurso de, 208
- adequação, teorias de, 95-96
- advérbios modais, 199, 288
- agência, social, 56, 69-70
- Althusser, L., 20, 51-52, 116-117, 121-123
- ambivalência de textos, 35-36, 49, 56-58, 111-112, 137-138, 149, 167, 198, 233, 271, 283-291; potencial, 103, 110, 233-235; redução de ambivalência, 110
- ambivalência de voz, 141, 216
- análise automática do discurso, 54
- análise como interpretação, 36, 39, 49-50, 57, 245-246
- análise da conversação, 36, 37-41, 58, 131, 192-194, 198
- análise de discurso 'abrangente', 42-43
- análise de discurso, 31-60, 275-293; apropriação da, 292-293; dados, 276-281; método na pesquisa social, 276, 279; multidimensional, 27-28; multifuncio-
nal, 29; resultados, 291-293; textualmente orientada, 61-88, 131; tridimensional, 23, 82, 100, 116, 126, 245
- análise de discurso crítica, 31, 44
- análise de discurso crítica v. análise de discurso não-crítica, 31-60
- análise textual, 21, 29, 51, 55, 57-62, 82, 101-104, 131, 175-246, 282
- análises justificadoras, 290-291
- aparelhos ideológicos de estado, 52, 117
- argumentação nos textos, 106, 212-221; modos de argumentação, 286-287
- arqueologia e genealogia em Foucault, 74-75
- arquivo, 277
- articulação de ordens de discurso, 123-124, 273; lutas sobre a, 97-98
- aspas simples, 154
- atitude científica, 183
- atos ameaçadores da face, 186, 204, 206
- atos de fala, 111
indiretos, 111, 205
- avaliação de enunciados, 197

B

- Bakhtin, M., 29, 72, 131, 133-134, 135-136, 162
 bate-papo nas *shows* de conversa na televisão, 96
 Bernstein, B., 68, 125
 Billig, M., 127
 bom ouvinte, 188, 208
 Bourdieu, P., 203, 208, 245
 Brown, P., 203-204

C

- cadeias intertextuais, 108, 166-169, 283-284
 campanhas eleitorais, 243
 campo de enunciados, 71
 características de controle interacional, 178, 180, 185-188, 192, 199, 251, 286
 Chilton, P., 243-244
 círculos de qualidade, 278-279, 293
 codificação de um *corpus*, 281
 coerência de textos, 42, 43-44, 50-51, 103-104, 113, 119, 170-172, 220, 284;
 funções ideológicas, 113-114
 coesão de textos, 103, 105-106, 113, 214, 217, 219-221, 228, 246, 286
 colocação, 220-221, 246
 colonização de ordens de discurso, 80, 129-130, 255, 270-271, 272-273; pela conversação, 251-252; pela publicidade, 258-259
 comodificação do discurso, 151-152, 247, 255, 257, 268-271; do discurso educacional, 255-259

- complexo ideológico, 123
 concepção constitutiva do discurso, 63-64, 81, 86-87, 92-94; exagero da concepção constitutiva, 87, 120-121
 concepção construtiva do discurso, 91-92, 131; construção da realidade, 211
 concepção de significado do dicionário, 230-231, 236
 condensação, 172
 conectivos, 212
 confissão, 77-79
 conjunção, 214, 219-220
 consciência lingüística crítica, 120-121, 292-293
 construção no discurso, contraditória, 256; das relações sociais, 91-92; de imagens, 258-259; do(a) aprendiz, 257; dos sistemas de conhecimento, 91
 consumismo, 143, 151, 170-171, 269
 consumo de textos, 99-100, 106-108, 114
 contexto, 72-73, 110-112, 233-234; e interpretação, 112-113; efeito sobre o sentido, 110
 contradição na prática discursiva, 271
 contradições nos textos, 171-172
 contra-identificação, 53
 conversa seguindo um tópico, 195-196
 conversa sobre problemas, 208
 co-pesquisa, 276, 278
corpus, ampliação, 277; coleta de, 277-278; composição de, 54
 Coulthard, M., 32-41, 44, 57, 176, 193
 Courtine, J.-J., 56

- criação de palavras, 236-240, 257-259, 263, 289; alternativas, 105; multiplicidade de, 237
 cuidados pré-natais, discurso de cuidados pré-natais, 211-223
 cultura empresarial, 30, 151, 168, 169, 232, 255

D

- democratização do acesso, 250
 democratização do discurso, 129-130, 247-249, 268-272; simulada, 271
 desarticulação, 123, 128, 159
 descrição de textos, 21, 101, 245-246
 desidentificação, 53, 56
 desnaturalização das práticas, 255
 determinação de agendas, 196
 dialética, 87, 91-93, 204;
 de vozes, 185, 187
 dialogismo, 72, 135
 diálogo, estrutura do, 106
 dilemas discursivos, 127, 151-152
 diretrizes gerais para a análise de discurso, 31, 275-293
 disciplina, 77-78
 discurso, 21-24, 89-101; como prática social, 93, 116; como texto, 101, 245; concepção constitutiva de, 22, 29, 44-45, 66, 91; e estrutura social, 91-94; e poder, 62, 75-76, 81-82; estudo histórico do, 58; na lingüística, 22-23; na teoria social, 22, 24
 discurso comunicativo v. discurso estratégico, 259, 263
 discurso conversacional, 189, 251-252; simulado, 252

- discurso da mídia, 137-148, 147, 201-203, 241-242, 252
 discurso de gerenciamento do desacordo e da rejeição, 266
 discurso de sala de aula, 32-36, 193; heterogeneidade, 35, 43; mudança histórica, 35
 discurso direto, 140-141, 146, 154
 discurso do local de trabalho, 25-26, 239
 discurso educacional, 255-264
 discurso indireto, 140, 154
 discurso indireto livre, 154
 discurso político, 51, 56; de Thatcher, 124, 127, 172; discursos políticos, 168, 232-236
 discursos, 29-30, 77, 97-98, 160, 163; configurações de, 238-239
 distribuição de textos, 99, 106-108, 114, 166; simples v. complexa, 108

E

- engenharia semântica, 30, 158, 168
 entrevista médica, 176-188, 205-206, 208, 215, 250, 272
 entrevista terapêutica, discurso da, 40-45
 entrevistas, 80, 187, 252; método na análise de discurso, 278
 entrevistas com policiais, 199
 entrevistas de rádio, 199, 251
 enunciados (*énoncés*), 64-74
 escrita acadêmica, 203
 estabelecimento de agenda, 286-287
 estilo, 29, 40-43, 97-98, 120, 160-161, 163, 165-166, 283
 estratégias de contenção, 254

estratégias implícitas de polidez, 205-206, 287
 estratégias retóricas, 228
 estrutura do monólogo, 106
 estrutura frasal, 213
 estrutura temática do texto, 288
 estrutura textual, 103, 106
 estruturas de troca, 193, 286
 estruturas retóricas, 71, 106, 217-219
ethos, 181-182, 186, 203, 207-209, 213, 217, 219, 287
ethos científico, 182, 186
ethos médico-científico, 215
 etnometodologia, 36, 131
 'eu médico', 188
 eventos discursivos, 127-128
 exame, 77-80
 explicação do discurso, 246
 expressão, teoria da, 209

F

face, 181, 203
 fala e escrita, 252
 fala popular, 143-144, 146, 147; versões jornalísticas, 144
 falar-e-vender, 149-151
 Fanshel, D., 40, 42-45, 58
 Fishman, P., 253
 força de um enunciado, 103, 111-112; potencial, 111-112
 forma e conteúdo, 44-45, 47, 102-103, 119
 formação de conceitos, 70-73
 formação de estratégias, 73-74
 formação de modalidades enunciativas, 68-70, 96
 formação discursiva, 52, 62-63, 70, 72

formação dos objetos, 65-68, 72
 formulação, 37, 41, 157, 198-199, 251, 286
 Foucault, M., 19, 21, 24, 27, 59-87, 91, 96, 98, 106, 130, 133-134, 164, 217, 271; concepção de análise de discurso, 62-63
 Fowler, R., 46
 fragmentação das ordens de discurso, 270-273
 função expressiva, 209
 função ideacional da linguagem, 201, 211-246, 287
 função identitária da linguagem, 92, 209
 função interpessoal da linguagem, 92, 199, 201, 209, 287
 função relacional da linguagem, 92
 função textual da linguagem, 92, 226-227, 287
 funções da linguagem, 92

G

gênero de discurso, 29, 51, 72, 77, 80, 98, 133, 161-163, 165, 187, 258-259, 283-285; mescla de, 238; sistema de, 161-162
 gênero e linguagem, 191, 252, 254-255
 gêneros mistos, 96
 Giddens, A., 19
 Goffman, E., 40, 43, 107
 gráficos, 260
 gramática, 48, 49, 103-105, 211-230, 287
 Gramsci, A., 19, 24, 29, 95, 116, 122-123, 131

H

Habermas, J., 19, 24
 habilidade, 257-258; comunicação, 258; linguagem, 257; vocabulário de, 257-259
 Hall, S., 172
 Halliday, M., 20, 47, 92, 99, 149, 218-220, 224-226, 239
 Harris, Z., 20, 54
 Hasan, R., 163
 hegemonia, 122-124; e discurso, 123-126, 128; matriz, 126
 Heritage, J., 251
 heterogeneidade, 167, 272
 heterogeneidade constitutiva, 56
 heterogeneidade de textos, 40, 43, 56-58, 97, 114, 137, 172, 284; visão dinâmica da, 43
hêxis corporal, 208
 hibridização de discurso, 271-272; entrevista médica e aconselhamento, 39-40; informação e persuasão, 260, 263; informação e publicidade, 30
 hipótese Sapir-Whorf, 48
 historicidade dos textos e do discurso, 114-115, 127, 134-135
 Hodge, R., 180, 199, 201
 homogeneização dos dados, 54-56

I

identidade social, 25, 91, 181-182, 290; e discurso, 175-210
 ideologia, 116-122; crítica da, 86; materialidade da, 116
 imagens visuais, 23, 51, 258-260
 implicatividade sequencial da conversação, 37

inferência, 38, 113, 224
 informação, 263
 informação dada, 226-227, 229
 informação nova, 226
 informalidade, tendência para a, 188, 251-252
 inglês como língua mundial, 249
 inglês padrão, dominação do, 249-250; situação pós-padrão, 249
 interação, 21, 41-42; colaborativa v. competitiva, 254
 interdiscursividade, 29, 67, 71-73, 81, 114, 137, 147, 149, 152, 159-166, 187, 245, 272, 283; estratégica, 233
 interdiscurso, 53, 56, 64, 67, 72, 95
 interpelação contraditória, 120-121
 interpelação ideológica dos sujeitos, 52, 114, 116, 120-121, 171
 interpelação crítica de textos, 48-50
 interpretação de textos, 20, 57-58, 109-114; ascendente v. descendente, 110; modos de, 107
 interpretações resistentes, 171-173
 intérpretes, submissos v. resistentes, 173
 interrupção, 190
 intertextualidade, 28-29, 64, 133-173, 272; e coerência, 170-173; e transformações, 166-169; constitutiva, 114, 136-137, 147, 152, 159; encaixada, 152; hegemonia, 28-29, 135; manifesta, 29, 114-115, 152-160, 167, 285; modos de, 151-152, 160, 164, 191
 intervenção nas práticas discursivas, 254

investimento do discurso, ideológico e político, 86, 95, 98, 104, 113, 118-122, 126, 129, 232, 268, 278

ironia, 158-159

itens lexicais, 237, 289

J

Johnson, G., 241

K

Kress, G., 46, 146, 170, 173, 180, 199, 201

Kristeva, J., 29, 72, 133-135

L

Labov, W., 34, 40, 42-45, 58

Laclau, E., 68, 123, 172

Lakoff, G., 241

lance, 32-33

langue, 90

Levinson, S., 203-204

lexicalização, 49, 105, 236, 239-240

linguagem discriminatória com base no sexo, 253-254

linguagem do silêncio, 254

línguas minoritárias, 249

lingüística, 19-21, 46-47, 100, 102, 131

lingüística crítica, 21-22, 46-51, 55-58, 105, 118, 221

lingüística sistêmica, 20, 27, 32, 47-48, 201, 221

livros didáticos, 170

luta hegemônica, discurso como, 123-126

luta sobre as práticas discursivas, 58, 85-87, 93-97, 101, 105, 114, 117, 252-254, 270-271

M

macroanálise, 115

macrossociologia, 100

Maingueneau, D., 153, 207

manchetes, 202

marcadores coesivos, 219-221, 286

marcadores encobertos de poder, 250-251

marquetização, 130; e mudança discursiva, 23-24, 241

marxismo, 116

materialidade dos enunciados, 74

mecanismos encobertos de controle, 251

medicina alternativa, 185-186, 207-208; consultas, 269

metadiscorso, 157-158, 285

metáfora, 45, 105, 142-143, 241-244, 256, 289

metáfora gramatical, 225-226, 229-230, 287

microanálise, 115

militarização do discurso, 242

Mishler, E., 178, 181-182, 183, 215

modalidade, 49, 150, 180-181, 186, 199-203, 205, 216; e afinidade, 180-181, 199, 200-201, 288;

categórica, 199, 202; objetiva, 200, 288; subjetiva, 200, 288

modalidades enunciativas, 68-69, 72

modelamento, 207-208

modelos de discurso, 125-126; articulação, 125; código, 125, 273;

hegemônico, 235-236, 273; mo-

saico, 125, 248, 273; negociado, 248, 273

modernidade e pós-modernidade, 130

modo retórico, 163, 165-166, 283, 286

modo, 163, 165-166, 283

momentos de crise, 277, 281

Montgomery, M., 242-243

Mouffe, C., 68, 123

mudança no discurso, 24, 50, 58-59, 126-130, 247-274; evento discursivo, 127; mudança no discurso e mudança social e cultural, 24-30, 80, 134-135;

ordens de discurso, 129, 247

N

narrativa, 190-191, 286; conversação, 189-191; produzida conjuntamente, 190-191; subgêneros de narrativa, 191

naturalização, 94, 117, 120-121, 123, 128, 241-242, 263

natureza política do discurso, 82

negação, 156-157

negociação no discurso, 39, 186

nominalização, 48-49, 223, 226-227, 229-230, 237, 287-288

O

oração intransitiva, 224

oração transitiva, 104, 119-120, 224-225, 229

oração gramatical, 104-105, 221; multifuncional, 104;

orações passivas, 49, 104-105, 150, 221-227, 287

ordens de discurso, 28, 67-68, 96-99, 118, 123-124, 131, 152, 159-160, 268; elementos, 97-98, 159-160; estruturação, 152; globais, 26; institucionais, 159, 269-270; limites entre ordens de discurso, 96-97; locais, 128, 247, 270; luta, 129; primazia, 114, 118, 162; societárias, 128, 159, 247, 270

P

padronização lingüística, 292

palavras-chave, 54-55, 230, 288

par adjacente, 38, 193

paralinguagem, 41

parole, 90

Pêcheux, M., 20, 24, 50-59, 64, 68, 72, 116, 118, 231

pergunta-resposta-avaliação, 179-180, 185-186, 193

perguntas, e respostas, 178-181, 186-187, 194; fechadas, 179, 194

permeabilidade das práticas discursivas, 270

personalização sintética, 129-130, 268, 271

pesquisa de leitores, 284

piso, 179

poder, 75-83, 116, 121-126; marcadores de poder, 251; nas sociedades modernas, 75-76

policimento de contribuições, 197

polidez, 51, 98, 120, 180-182, 186, 203-207, 287; estratégias, 287;

negativa, 205-207, 287; positiva, 205-207, 287

polivalência tática do discurso, 85-86, 271

pós-modernismo. 125, 272
 Potter, J., 44-46, 55, 58
 pragmática, 34, 73, 181, 203
 pragmática lingüística. 91
 prática discursiva. 23-25, 28-29.
 65, 83, 92-95, 98-102, 103,
 106-107, 115, 131, 245, 283.
 289-290: análise da, 282; con-
 dições da, 284; criativa v. nor-
 mativa, 115; variabilidade, 269-
 270
 prática discursiva criativa v. prática
 discursiva normativa. 115, 126-
 127, 289-290
 prática lingüística emancipatória.
 292
 prática social, 22, 83-85, 90, 93-
 94, 99, 245, 289-290; em
 Foucault, 83; relação com a
 estrutura social, 84
 práticas de discurso, mescla de, 30
 práticas de polidez, variabilidade
 da polidez, 203
 práticas discursivas públicas e pri-
 vadas, 30, 144-147
 práticas lingüísticas, tentativas de
 mudança, 25
 pré-construídos, 53, 156
 pressuposição, 137, 155-156, 202,
 229, 285; concepção intertextu-
 al da pressuposição, 155; mani-
 pulativa, 156
 primeiro plano v. plano de fundo
 nos textos, 217
 princípios interpretativos, 113
 problematização de convenções, 127
 processo conversacional do discurs-
 so, 252; entrevistas, 252
 processos discursivos, 36, 39-40,
 51, 55, 57-58, 82, 107

processos sociocognitivos, 99-100,
 110
 produção de textos, 21, 55, 57-58,
 99-100, 106-116
 proposições implícitas, 42-43
 protocolos interpretativos, 173
 psicologia social, 44
 publicidade, 149-152, 258-260, 260,
 263, 268-269; ligada a regula-
 mentações financeiras, 259-260

R

racionalidade, 213: modos de ra-
 cionalidade, 217
 racionalidade, senso comum, 183:
 modos de racionalidade, 106;
 tecnológica, 183
 rearticulação de ordens de discurso,
 97, 123-124, 128, 159-160
 recursos dos membros, 99-100, 109,
 112, 115
 rede intertextual, 137
 redes de distribuição de textos, 167
 reestruturação semântica, 240
 referência direta, 149
 referência, 87
 registro, 98, 160
 regras de formação, 63, 65
 regulamentação financeira, 149-150
 relação entre as orações, elabora-
 ção, 218; coesão lexical, 219;
 elipse, 219; extensão, 218;
 realce, 218; referência, 219
 relações coesivas funcionais, 219-
 220
 relações entre orações, 218-219
 relações funcionais, 286

relações intertextuais, horizontais,
 135; verticais, 135-136
 relexicalização, 25, 49, 105, 152,
 240, 289
 reportagem, 138-147
 representação de discurso, 137-138,
 141-153, 164, 167, 198, 285;
 manutenção de limite, 154
 reprodução social, 58-59, 84, 92,
 118, 128; ênfase na reprodu-
 ção, 55
 respostas mínimas, 186-187, 253
 restrições sobre o acesso, 77
 retórica, 46, 203
 retórica consumista, 257
 retorno, 191
 ritual de discurso, 79
 Rose, N., 26, 269
 roteiros, 98, 243-244

S

Sacks, H., 194-195, 198
 Saussure, F. de, 90
 Schutz, A., 183
 seções transversais, 41
 seleção de dados, 277, 281
 semiótica social, 51
 senso comum, 123
 Shapiro, M., 76
 significação, 66, 87, 91, 105, 236,
 241
 significado, 103: configurações do,
 233-234; contestação do, 231;
 e interpretação, 103
 significado da palavra, 105, 230-
 236, 288; modelo hegemônico
 do, 235
 significado emotivo, 209
 significado ideacional, 46, 104

significado potencial de um texto,
 103; de uma palavra, 230-
 232, 288; modelos de, 231
 significados implícitos, 41
 significados interpessoais, 46, 104,
 149
 signos, motivação social, 102-103
 Sinclair, J., 32-41, 44, 57, 176, 193
 sistemas de conhecimento e cren-
 ça, 290
 sociolingüística, 47, 72, 90
 sotaques da classe trabalhadora, 249
 sotaques regionais, 249-250
 sujeito social, 45-46, 68; como
 agente ativo, 121; como efeito
 ideológico, 121-122; constitui-
 ção discursiva do, 46, 170-171,
 175-210; constituição do, 69,
 87-88, 221; descentramento
 do, 69; e mudança discursiva,
 25-30; fragmentação do, 69; no
 discurso, 52-53, 68-70, 87-88,
 120-121, 175-210, 269; posi-
 ções, 55-56, 96-97, 165
 superexpressão, 239-240

T

Taylor, C., 271
 técnicas de poder, 75-76, 79-80,
 85; objetificação, 78-79; sub-
 jetificação, 79
 tecnologias de poder, 24, 75-76
 tecnologização do discurso, 26-28,
 29, 81, 247, 270-272, 291-293
 tema da oração, 104, 217, 221-222,
 226-228, 287-288
 tematização, 228
 tendências na mudança discursiva,
 188, 247-274

- tenor, 163, 165, 283
 teoria da acomodação da fala, 45
 teoria social do discurso, 51, 62, 89-131
 texto, 21-23, 99, 106, 123-124; arquitetura do, 106; estilisticamente contraditório, 128; processamento, 110; resultado do, 108
 texto de dupla voz, 141, 153
 textura do texto, 217
 Thompson, J. B., 44, 117
 tipo de atividade, 30, 97-98, 161-162, 165, 283
 tipo de discurso, 23, 159-162, 283
 tipos de participantes, 214-215, 221-223, 286-287: agente, 87, 221-222, 223-224, 226-227; objetivo, 221-222, 224-228, 229-230
 tipos de processo, 221-225, 287; processos de ação, 221-222; processos de evento, 223-224; processos mentais, 223-224; processos relacionais, 221, 223-224
 tipos de texto, 106, 161-162, 217-219, 284
 Tolson, A., 96, 242-243, 252
 tomada de turno, 21, 37, 39-40, 50, 98, 120, 179, 191-193, 286; sistemas de, 179, 192-193
 tópico, 179, 182, 185, 194-195, 253, 286; controle de, 179, 191, 194-195, 286; desenvolvimento de, 185; introdução de, 253; tomada de, 195
 trabalho ideológico, discurso como, 171, 220-221
 transações, 32, 194, 196
 transcrição, 280
 transformação discursiva, 48-49, 108, 114, 167-169, 201
 transformação social, 58-59, 84, 92, 117-118, 128
 transformações entre tipos de texto, 166-169
 transitividade, 48, 221-230, 287
 transmissão de rádio e TV, 249
 Trew, T., 225
 troca, 32
- U**
- uso lingüístico, 90
- V**
- van Dijk, T., 107
 variabilidade das práticas de modalidade, 203
 variabilidade das práticas discursivas, 58-59
 variação semântica, 231
 variedades lingüísticas não-padrão, 249-250, 272
 verbos auxiliares modais, 199, 288
 vocabulário, 103, 105, 230-244; de mercadorias, 256
 Voloshinov, V. I., 116, 153-154
 voz, 138, 140-144, 191; da medicina, 182, 184-185, 213-218, 219, 223, 226; do mundo da vida, 182, 185, 188, 206, 215-216; dos poderosos, 144
- W**
- Wetherell, M., 44-46, 55, 58
 Williams, R., 230

Discurso

mudança social

Outros lançamentos da Editora UnB

Sermão do mandato

Padre Antônio Vieira

O imaginário da cidade

Rogério Lima e Ronaldo Costa Fernandes

(Organizadores)

Abolindo moxinhos e bandidos

Elzamir Gonzaga Silva e Elizabeth Tunes

A comédia humana, cultura e feminilidade

Terezinha do Camargo Viana

Aprendizagem significativa

Marco Antonio Moreira

Árabe ou arábico

Sérgio Bath

Suspiros poéticos e saudades

Domingos José Gonçalves de Magalhães

Obra poética completa

Federico García Lorca

Reg. 204.507

IMPRESSÃO
IMPrensa Oficial
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE
Rua do Mosco, 1921 - São Paulo - SP
Tel. (11) 0099-9457/0099-9529
CNPJ 48.086.047/0001-88
http://www.imprensaoficial.com.br